Revista Brasileira

Fase VII ❧ Janeiro-Fevereiro-Março 2011 ❧ Ano XVII ❧ N.º 66

Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.

Machado de Assis

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS 2011

Diretoria

Presidente: *Marcos Vinicios Vilaça*
Secretária-Geral: *Ana Maria Machado*
Primeiro-Secretário: *Domício Proença Filho*
Segundo-Secretário: *Murilo Melo Filho*
Tesoureiro: *Geraldo Holanda Cavalcanti*

Membros efetivos

Affonso Arinos de Mello Franco, Alberto da Costa e Silva, Alberto Venancio Filho, Alfredo Bosi, Ana Maria Machado, Antonio Carlos Secchin, Ariano Suassuna, Arnaldo Niskier, Candido Mendes de Almeida, Carlos Heitor Cony, Carlos Nejar, Celso Lafer, Cícero Sandroni, Cleonice Serôa da Motta Berardinelli, Domício Proença Filho, Eduardo Portella, Evanildo Cavalcante Bechara, Evaristo de Moraes Filho, Geraldo Holanda Cavalcanti, Helio Jaguaribe, Ivan Junqueira, Ivo Pitanguy, João de Scantimburgo, João Ubaldo Ribeiro, José Murilo de Carvalho, José Sarney, Lêdo Ivo, Luiz Paulo Horta, Lygia Fagundes Telles, Marco Lucchesi, Marco Maciel, Marcos Vinicios Vilaça, Moacyr Scliar, Murilo Melo Filho, Nélida Piñon, Nelson Pereira dos Santos, Paulo Coelho, Sábato Magaldi, Sergio Paulo Rouanet, Tarcísio Padilha.

REVISTA BRASILEIRA

Diretor

João de Scantimburgo

Conselho Editorial

Arnaldo Niskier
Lêdo Ivo
Ivan Junqueira

Comissão de Publicações

Antonio Carlos Secchin
Cleonice Serôa da Motta Berardinelli
José Murilo de Carvalho

Produção editorial

Monique Cordeiro Figueiredo Mendes

Revisão

Gilberto Araújo

Projeto gráfico

Victor Burton

Editoração eletrônica

Estúdio Castellani

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS
Av. Presidente Wilson, 203 – 4.º andar
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20030-021
Telefones: Geral: (0xx21) 3974-2500
Setor de Publicações: (0xx21) 3974-2525
Fax: (0xx21) 2220-6695
E-mail: publicacoes@academia.org.br
site: http://www.academia.org.br
As colaborações são solicitadas.

Os artigos refletem exclusivamente a opinião dos autores, sendo eles também responsáveis pelas exatidão das citações e referências bibliográficas de seus textos.

Sumário

CULTO DA IMORTALIDADE

Murilo Melo Filho Evandro: uma falta muito sentida 5

PROSA

Presença de Joaquim Nabuco – Londres

Ana Maria Machado Joaquim Nabuco: uma apresentação 11

José Murilo de Carvalho Joaquim Nabuco, Walter Bagehot e a Monarquia 17

Leslie Bethell As visões de Joaquim Nabuco sobre o Brasil nas Américas 31

Presença de Joaquim Nabuco – Roma e Bolonha

Sergio Paulo Rouanet A "moléstia de Nabuco" revisitada 43

Presença de Joaquim Nabuco – Vozes na ABL

Alfredo Bosi Joaquim Nabuco memorialista 55

Roberto Cavalcanti de Albuquerque Nabuco e o Recife 81

Evaldo Cabral de Mello Massangana: uma glosa 105

Rubens Ricupero Joaquim Nabuco e as fronteiras do Brasil 123

Polifonia

Alberto Mussa Vozes indígenas e sua reverberação 141

Nei Lopes O negro na literatura brasileira: autor e personagem 157

Regina Zilberman Vozes da imigração europeia 171

Os centenários

Arnaldo Niskier Evocação de Rachel de Queiroz 191

Evanildo Bechara Aurélio Buarque de Holanda 207

Moacyr Scliar A memória reverenciada – Carlos Chagas Filho 215

A vida alheia

Mary del Priore Caçadores de almas: biógrafos, biografias e história 223

Alberto da Costa e Silva Autobiografia, antibiografia e história 237

Evocações

Cleonice Berardinelli Homenagem a José Saramago 243

Antonio Carlos Secchin As Espanhas de João Cabral 249

Flávia Amparo O percurso das amadas na obra de João Cabral de Melo Neto 263

Roberto Cavalcanti de Albuquerque Camus ou o absurdo 281

André Seffrin 2010: o segundo semestre literário 293

POESIA

Sergio Luiz Moreira 303

Luiza Nóbrega 309

POESIA ESTRANGEIRA

Albano Martins As escarpas do dia 323

GUARDADOS DA MEMÓRIA

Constâncio Alves Discurso de Félix Pacheco 333

João Ameal João do Rio 335

A língua portuguesa na ABL hoje

João de Scantimburgo

Depois das duas tentativas acadêmicas frustradas, de 1943 e 1945, pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa que propunham estabelecer para a língua portuguesa um sistema ortográfico unificado e simplificado, passou a nossa instituição por um largo período em que as preocupações de acordo ortográfico perderam um pouco de sua força, talvez na certeza de se tratar de um tema que estaria a exigir mais tempo para reflexão. Isto não impediu que linguistas, filólogos e professores brasileiros e portugueses continuassem a trabalhar por um sistema unificado, uma vez que para tal *desideratum* apenas o excesso dos acentos diferenciais – por parte do Brasil – e a escrita das consoantes inarticuladas – por parte de Portugal – eram os maiores obstáculos a uma proposta vencedora. Em 1991, nosso governo tomou a iniciativa, pela Lei n.º 5.765, de abolir o trema nos hiatos átonos (*saüdade, vaïdade*), os acentos circunflexos diferenciais sobre *e* e *o* de sílabas tônicas das palavras homógrafas de outras em que tais vogais são abertas,

exceção feita a forma *pôde* do pretérito perfeito do indicativo do verbo *poder* (*mêdo, acôrdo; pôde* (pret.) / *pode* (pres.), bem como os acentos grave e circunflexo com que se assinala a sílaba subtônica dos derivados com o sufixo *-mente* ou com sufixos iniciados por *z-* (*sòmente, sòzinho; cafèzinho, cafèzal; avôzinho, avòzinha*).

Determinava a mesma Lei que a ABL promovesse, no prazo de dois anos, a atualização do *Vocabulário Comum*, a organização do *Vocabulário Onomástico* e a republicação do *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.*

Recebida a incumbência legal, o Presidente da ABL à época, Austregésilo de Athayde, constituiu uma Comissão Acadêmica integrada pelos Acadêmicos Pedro Calmon, Barbosa Lima Sobrinho, Abgar Renault e Antônio Houaiss, este último na condição de relator, e em 1977, com atraso por motivos relevantes, entrega os originais a Bloch Editores, e em 1982 sai a 1.ª edição da nova versão do *Vocabulário Ortográfico*, logo com três sucessivas edições, e seguidos do *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* e *Vocabulário Onomástico da Língua Portuguesa*, pelo decisivo apoio do Acadêmico Presidente Arnaldo Niskier, que contou com o Conselho de Lexicografia da ABL, composto em fases sucessivas, pelos Acadêmicos Antônio Houaiss, Eduardo Portela, Evaristo de Moraes Filho, Tarcísio Padilha, Lêdo Ivo e Antônio Olinto, e com a Comissão externa de Lexicografia integrada pelos especialistas Antônio José Chediak (coordenador-geral), Silvio Elia, Evanildo Bechara e Diógenes de Almeida Campos, este último representante da Academia Brasileira de Ciências.

Estava assim a ABL em pleno cumprimento da sua responsabilidade legal de elaborar atualizado o *Vocabulário Ortográfico*, quando ocorreram, mais recentemente, dois acontecimentos que vieram, na minha modesta opinião, pôr a nossa Academia no caminho mais amplo para cumprir o princípio estatutário de Instituição: o cultivo da Língua Portuguesa. O primeiro destes acontecimentos foi o sucesso alcançado pela redação do novo Acordo Ortográfico de 1990, elaborado e assinado pelas Delegações de sete países independentes que têm o português como idioma oficial, depois de uma longa jornada de debates começada no Rio de Janeiro, no seio da Academia Brasileira de Letras, por iniciativa do Acadêmico Antônio Houaiss, filólogo de notória competência, com

vista à elaboração de um sistema ortográfico unificado e simplificado a ser adotado na língua escrita portuguesa pelos países signatários do Acordo. Até então, para a elaboração do texto das reformas ortográficas, a ABL solicitava a colaboração de um técnico estranho à Instituição que vinha, junto aos nossos acadêmicos, dialogar com a Comissão portuguesa da Academia das Ciências. No Acordo de 1990, o técnico era um titular da Casa de Machado de Assis a discutir com os técnicos e representantes oficiais das Delegações.

O segundo acontecimento foi a eleição do nosso novo confrade Evanildo Bechara, gramático e filólogo, catedrático e emérito de duas universidades públicas. Logo passou o confrade a integrar a Comissão de Lexicografia que, por sugestão sua para ampliar-lhe as atividades, passou a designar-se Comissão de Lexicologia e Lexicografia, constituída pelos Acadêmicos Eduardo Portella (Presidente) e Sergio Corrêa da Costa, eruditos filólogos na concepção ampla de Ernst Robert Custius e Dámaso Alonso. Para coadjuvar a Comissão e tornar possíveis os produtos lexicográficas por ela elaborados, a nossa Instituição promoveu uma comissão permanente de experimentados lexicógrafos coordenados por Sérgio Pachá: Cláudio Mello Sobrinho, Débora Garcia Restom, Dylma Bezerra, Ronaldo Menegaz e Ângela Barros Montez.

Esgotada a 4.ª edição do *VOLP* saída em 2004, viu-se a Comissão dividida entre republicá-lo no sistema ortográfico até então vigente, ou implantar o novo Acordo, uma vez que já pairava iminente a sua aprovação por alguns países signatários, especialmente o Brasil e Portugal. A decisão inclinou-se pela segunda solução, cabendo ao setor da ABL adaptar um universo lexical de mais de 350.000 vocábulos a um texto enxuto e às vezes omisso em suas diretrizes. A qualidade e acerto de decisões sobre alguns pontos controversos do texto do Acordo se patenteiam na *Nota Explicativa* da Comissão Acadêmica integrada por Eduardo Portella, Alfredo Bosi e Evanildo Bechara (relator), algumas das quais foram incorporadas em posteriores produções de especialistas brasileiros e pelo Prof. Doutor João Malaca Casteleiro, membro da delegação oficial portuguesa e orientador científico do *Vocabulário Ortográfico*, da Porto Editora, em 2009.

Estendeu-se a atividade do nosso setor de lexicologia e lexicografia com a criação da coleção Antônio de Morais Silva, em cujo programa está a edição de obras importantes sobre língua portuguesa, e o serviço pela internet *ABL Responde*, que contabiliza até o final deste ano 60.000 respostas a consulentes, bem como o levantamento do léxico de Machado de Assis, com o surpreendente total que ultrapassa em muito os 16.000 itens lexicais. Atualmente já está em processo de editoração pela Global o *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, e em elaboração o *Dicionário de Machado de Assis* e o *Dicionário Ortoépico da Língua Portuguesa*, bem como o material para a 6.ª edição do *VOLP*, corrigida e aumentada.

Efetiva-se, desta maneira, o sonho do cultivo da língua almejado pelos nossos fundadores em 1897, sonho que torna realidade a Academia Brasileira de Letras como um dos decisivos agentes do florescimento e difusão da língua portuguesa escrita padrão.

Evandro: uma falta muito sentida

Murilo Melo Filho

Ocupante da Cadeira 20 na Academia Brasileira de Letras.

O Acadêmico Evandro Lins e Silva está fazendo muita falta, porque era o proprietário de uma cultura suficientemente esclarecida e sólida para resolver os problemas de natureza regimental, estatutária ou jurídica, que surgiam nos tribunais, no foro e na ABL, quando sempre propunha uma solução pertinente, correta e sensata.

Nos tribunais, ele foi sempre a voz do bom senso, que se agigantava no patrocínio das suas causas; no foro, foi a palavra respeitada na defesa dos seus clientes; e na Academia Brasileira de Letras, foi a opinião acatada na decisão sobre as dúvidas e controvérsias.

Na ABL, ocupava a Cadeira I, que tem Adelino Fontoura como patrono; Luís Murat, como fundador; como sucessores, Afonso Taunay, Ivan Lins e Bernardo Élis. Em sua posse, foi saudado pelo Acadêmico Josué Montello. E nela foi sucedido por Ana Maria Machado.

Sua ausência será sempre muito sentida, porque ele era um colega querido, que ao longo dos três anos e meio de sua constante presença na Academia, deu provas cabais de um excelente companheirismo e de um convívio afável e carinhoso.

Lutador quixotesco

Quanto mais homenagens recebia – e foram muitas as recebidas nos últimos anos – mais se acentuava, em sua conduta, uma atitude de humildade e de modéstia, sobretudo diante dos poderosos, que jamais cortejou.

Evandro foi um lutador quixotesco, que, somente depois da vitória de Lula, seu candidato à Presidência da República, começava a ver uma nova perspectiva para a nossa geração.

E, ao contrário do que tanto desejava, não mais estava vivo para assistir a posse do seu eleito, mas teve, pelo menos, o prazer de recebê-lo, numa visita de gratidão em sua residência, e de tê-lo como companheiro a empurrar seu esquife até a última morada, onde passou a repousar, no Mausoléu da Academia, no Cemitério de São João Batista.

Ele viveu uma existência muito coerente, fiel ao seu ideário socialista. Em 1947, ao lado de João Mangabeira, Hermes Lima, Domingos Velasco, Alceu Marinho Rego, Rubem Braga e Joel Silveira, foi um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro.

Sua lição foi a de uma vida sempre voltada para a defesa dos direitos humanos e dos milhares de perseguidos políticos, que advogou, não raro sem honorários, perante o Tribunal de Segurança Nacional e o Tribunal do Júri, onde a sua atuação, como "O Criminalista do Século", deixou marcas indeléveis do grande jurista que realmente era.

Foi assim que defendeu os acadêmicos Carlos Heitor Cony e Josué Montello, os jornalistas Helio Fernandes e Marcio Moreira Alves, os governadores Miguel Arraes, Plínio Coelho e Mauro Borges, o deputado Seixas Dória, os escritores Caio Prado Júnior e Ênio Silveira.

Maiores virtudes

Ele foi um exemplo de lealdade. A sua luta jamais foi pessoal, nem nunca teve ódios, raivas ou rancores.

De suas funções públicas – como Procurador Geral da República, como Chefe do Gabinete Civil da Presidência, como Ministro das Relações Exteriores e do Supremo Tribunal Federal – saiu mais pobre do que quando nelas entrara.

Dizia-me:

– Murilo, no dia em que o Presidente João Goulart me levou para o Governo, em Brasília, eu tinha um chevrolet importado; quando voltei para o Rio, tinha um fusquinha nacional.

Até os seus últimos instantes, ainda tinha de trabalhar para viver, e o fazia religiosamente, todos os dias, ao lado do irmão Raul e do sobrinho Técio.

Na véspera de morrer, deixou com os seus filhos as razões de uma apelação a ser interposta no dia seguinte.

E morreu pobre numa lição de muita honradez.

Alegria de viver

Tinha uma especial paixão pela vida, que lhe transcorreu bravamente. Jovem de espírito e de cabeça, "um jovem metido a besta e a velho", como ele próprio se definia nos seus 90 anos, Evandro possuía uma extraordinária disposição de trabalhar, uma inexcedível vocação de defender os injustiçados e uma enorme alegria de viver.

Quando assinou o requerimento do *impeachment* contra Fernando Collor, transformando-se no seu principal acusador, declarou que ali representava o papel de "Advogado do Brasil".

E acrescentou:

– Deus foi muito generoso comigo, quando me deu essa chance de defender o meu país.

Semanalmente, todos os domingos, cruzava comigo na Avenida Atlântica, ao meio-dia, sob um sol causticante, fazendo o seu *cooper* habitual.

E explicava:

– Meu caro Murilo, estou aqui, na Praia de Copacabana, bem no meio da festa.

Evandro Cavalcanti Lins e Silva era um piauiense nascido na cidade de Parnaíba, a 18 de janeiro de 1912, que fez seu curso primário numa escola pública da cidade maranhense de Itapicuru, onde seu pai era juiz.

Formou-se na Faculdade Nacional de Direito, em turma paraninfada pelo Prof. Afrânio Peixoto, que nessa ocasião já era membro da Academia Brasileira de Letras e havia sido seu presidente. Trabalhou em vários jornais, especializou-se em Direito Penal e brilhou em desempenhos inesquecíveis no Tribunal do Júri.

Escreveu os livros *A defesa tem a palavra, Arca de guardados* e *O salão dos passos perdidos*, nos quais reconstitui fatos marcantes de sua vida como advogado profissional e, em particular, alguns julgamentos, como o de Doca Street e Ângela Diniz, que o consagraram como um dos maiores criminalistas brasileiros.

Morreu no esplendor

Morreu no esplendor de sua atividade física e intelectual, sempre com planos e projetos para o futuro, inclusive com um livro sobre o advogado Evaristo de Moraes, que deixou inacabado.

E morreu em consequência de um tombo sofrido no Aeroporto Santos Dumont, justamente quando gloriosamente regressava de Brasília, onde fora alvo de grandes e merecidas homenagens, na posse dada pelo Presidente Fernando Henrique, como Conselheiro da República.

Ele foi um homem com toda a sua existência marcada por enorme coragem no enfrentamento do regime militar, que o aposentou do seu cargo de Ministro do Supremo Tribunal, cassando-lhe todas as condecorações até então concedidas, e que, justamente poucos dias antes de sua morte, lhe foram devolvidas.

Pagando um tributo altíssimo à fidelidade dos seus modelos políticos e ideológicos, pensou em exilar-se, quando os generais de plantão o despiram

de sua toga e de sua beca, em represália aos *habeas-corpus* que ele, corajosamente, concedia a todas as vítimas da repressão e da tortura.

Um simples tropeço

Um homem de tanta intrepidez e de tanto destemor cívicos acabou morrendo de um simples tropeço, que lhe fraturou o crânio e o retirou da vida, fazendo-o ingressar para sempre na galáxia dos homens de bem, como ele, competentes e honrados.

Joaquim Nabuco na época do primeiro mandato (1878-1880) Acervo da Fundação Joaquim Nabuco, Recife, PE.

Joaquim Nabuco: uma apresentação*

Ana Maria Machado

Ocupante da Cadeira 01 na Academia Brasileira de Letras.

Antes de mais nada, em nome da Academia Brasileira de Letras, gostaria de agradecer a presença de todos. Agradecemos também a parceria com a Embaixada Brasileira no Reino Unido e com a Universidade de Londres, com quem foi um prazer colaborar para que este seminário pudesse ser possível. Muito especialmente, gostaríamos de dizer *muito obrigado* ao embaixador Roberto Jaguaribe, que nos recebe tão generosamente em casa neste momento, num dia tão significativo como hoje, em que de manhã entregou suas credenciais à Rainha. E também a Leslie Bethelll, sócio-correspondente da nossa Academia, incansável organizador deste encontro.

Reunimo-nos hoje e amanhã aqui em Londres para celebrar a memória e o legado cultural de Joaquim Nabuco, escritor, abolicionista,

* Seminário organizado em Londres em novembro de 2010, em iniciativa conjunta da Fundação Joaquim Nabuco e da Universidade de Londres, com o apoio da Embaixada do Brasil e da Academia Brasileira de Letras. (Abertura do encontro)

estadista, diplomata e transformador social, no centenário de sua morte. Uma celebração mais do que merecida. Não apenas pelos evidentes méritos do homenageado, mas também devido a seus vínculos com a Grã-Bretanha. Principalmente com Londres, cidade que conheceu em sua viagem à Europa quando tinha 20 e poucos anos (em 1874), e onde viveu por vários períodos – como diplomata no final da década de 1870 e nos primeiros anos do século XX, e também durante parte da campanha abolicionista, na década de 1880. Foi aqui que ele fez os contatos fundadores de preciosas conexões internacionais que lhe permitiram expandir sua luta pela abolição da escravatura, ao começar e desenvolver sua longa correspondência e aliança com a Sociedade Contra a Escravidão, a *Anti-Slavery Society*, provavelmente a primeira ONG da história. O intercâmbio intelectual e político que Nabuco estabeleceu nesta cidade veio se somar a leituras prévias e posteriores de autores britânicos, contribuindo para consolidar uma influência duradoura sobre seus pensamentos e ideias.

Numa cidade e num país como estes, no entanto, em que a memória é cuidadosamente cultivada e a História se faz notar em todo canto, como parte da textura cotidiana da sociedade, embebida na paisagem humana, pode parecer que 100 anos é muito pouco para se celebrar. Num país como o Brasil, porém, pode ser um período de tempo muito significativo e revelador, oferecendo novas perspectivas para que se examine o presente e ajudando a lançar alguma luz sobre o futuro.

Por um lado, isso ocorre porque, pela mera aritmérica, um século já representa cerca de um quinto de nossa História. Há outros aspectos, porém. Celebrar Nabuco no seu centenário de morte nos leva a somar a própria duração de sua vida e as suas memórias escritas à cena que será focalizada e abrangida desde nosso momento atual. Principalmente se levarmos em consideração que o livro que talvez seja sua obra-prima, *Um estadista do Império*, foi uma biografia de seu pai, nascido em 1813. Essa operação, inevitavelmente, alarga o campo e nos faz cobrir um período bem mais longo, desde os últimos anos do Brasil colonial.

As lentes de Nabuco são, porém, mais poderosas no exame minucioso da História política do próprio Império. Concentrou-se principalmente no período regencial e em todo o Segundo Império, fazendo com que nós, seus

leitores, acompanhemos todo o processo que vai do despontar na nova nação, recém-nascida, que acabava de ficar independente, até a abolição da escravatura e o estabelecimento da República, passando pelos anos em que se definiu o próprio território do Brasil atual, por meio de tratados, negociações, disputas diplomáticas e até mesmo conflitos armados com alguns países vizinhos – sendo um deles, a Guerra do Paraguai, especialmente longa e cruel.

Desse modo, as comemorações do centenário de Joaquim Nabuco têm uma ressonância bem ampla. Não apenas nos dão a oportunidade de examinar como sua obra foi vista e considerada durante esses 100 anos que transcorreram desde seu falecimento e como essas visões foram mudando ao longo desse século sem ele. Elas também nos dão uma chance valiosa para repensar todo um período que cobre aproximadamente um terço da História brasileira, e para examinar como se construíram as bases do Brasil moderno e quais os padrões que vêm tecendo a sociedade brasileira contemporânea.

Por outro lado, essas comemorações são importantes para o país também por outro aspecto. O Brasil nunca foi conhecido como um país em que exista grande cuidado com a preservação da memória ou com a História. Não precisamos cair no esterótipo geral latino-americano que apresenta todos nós como uma grande "*tierra de mañana*", mas não podemos negar que, apesar de termos justos motivos para nos orgulhar de um número expressivo de bons historiadores e intelectuais preocupados com o estudo e o entendimento da História, o fato é que, como um todo, nunca fomos especialmente voltados para olhar o passado com atenção e aprender com ele. Talvez muitos dos presentes conheçam e recordem um comentário muito citado de Ivan Lessa, escritor e jornalista baseado em Londres, quando ironicamente parafraseou Andy Warhol e afirmou algo como: "No Brasil, a cada 15 minutos, todos esquecem o que aconteceu nos últimos 15 anos."

Vale a pena ter isso em mente, se quisermos compreender o atual momento do país, invadido em toda parte pelo refrão recorrente "nunca antes na história deste país". Esse lema quase oficial raramente é refutado – se é que chega a sê-lo alguma vez – e passou a ser aplicado indiferentemente a situações em que todos deveriam saber perfeitamente que ele não se aplica, mas preferem

calar, afogados numa espécie de pacto inconsciente e não declarado em prol do esquecimento geral coletivo. Existe uma sorte de acordo tácito para não se falar nessas coisas, como se fosse de mau gosto mostrar exemplos em que a História corrige a retórica. "Deixa para lá, pra que falar nisso?", parece ser a atitude geral.

Esse amplo acordo transporta quase todo mundo junto para algum lugar desconectado dos fatos históricos, análogo à Terra do Nunca, de Peter Pan, onde se perdeu completamente a memória e, dessa maneira, todos podem ser desculpados se não crescerem – incluindo até candidatos e partidos de oposição, os meios acadêmicos, a imprensa, o Congresso. Ninguém quer ficar para trás e ficar falando sozinho sobre o passado. Como se a realidade factual houvesse sido apagada e a História devesse ser banida da vida cotidiana.

Mas há um aspecto paradoxal neste momento em que vivemos. A educação ainda é um tremendo problema no Brasil, talvez o maior de todos. A maioria de nossos estudantes não alcança os níveis mínimos exigidos em testes internacionais. No entanto, nos últimos 15 anos, finalmente atingimos uma meta quantitativa – se não qualitativa : conseguimos que as salas de aula se enchessem com as matrículas de 98% de nossas crianças em idade escolar. Pela primeira vez, agora há alguns membros alfabetizados em muitas famílias. E querem saber mais, estão ávidos por conhecimento, compreendendo que aquilo que o sistema escolar lhes fornece é insuficiente. Observamos, assim, um interesse popular crescente por textos de História. Livros sobre temas históricos se multiplicam nas estantes das livrarias e têm frequentado as listas de mais vendidos, de modo consistente e significativo. Ao mesmo tempo, boas revistas de divulgação popular da História enchem as bancas de jornais, atraindo as atenções das famílias e do público leitor em geral.

Portanto, parece ser um bom momento para que o Brasil examine com atenção Nabuco e sua época, de ângulos diferentes, como faremos aqui nestes dias e como a Academia Brasileira de Letras vem fazendo durante todo este ano. Estamos aqui para celebrar um grande homem, mas também para aprendermos uns com os outros. E os especialistas e estudiosos que vão apresentar seus trabalhos durante este seminário, sem dúvida, irão nos enriquecer

e contribuir para a qualidade desse olhar lançado ao passado, assim nos ajudando a compreender nosso presente e informar nosso futuro.

Os diversos conferencistas, com a autoridade de seu saber, vão se ocupar de aspectos diferentes do papel que Nabuco desempenhou na História do Brasil. Porém, nestas palavras iniciais, em nome da Academia Brasileira de Letras, eu gostaria de destacar suas qualidades de escritor. Os tons épicos de seus discursos abolicionistas no parlamento ou de seus artigos na imprensa são exemplos vigorosos de sua crença no poder de convencimento da palavra e em sua capacidade de lançar apelos à ação. Os tons líricos de sua prosa e a elegância de seu estilo são ferramentas poderosas em seus escritos memorialistas, logrando reconstruir momentos e lugares de maneira vívida – como no famoso capítulo "Massangana", em *Minha formação*, em que o autor de ficção se permite aparecer, mesmo ao preço de valorizar demasiadamente uma epifania emocional como a fonte de sua obsessão com a causa abolicionista, em vez de partir de um enfoque racional e intelectual – que José Murilo de Carvalho e Leslie Bethell mostraram ser os verdadeiros argumentos usados nos primeiros discursos e cartas de Nabuco. Também a maestria sutil de observar e descrever com precisão detalhes únicos ao pintar personagens – às vezes em notas de pé de página – contribui para fazer de *Um estadista do Império* um amplo panorama humano de uma época e um lugar, num nível que poucas obras literárias alcançam e que faz desse livro uma realização cultural densa, única e incomparável.

Dominando todos esses recursos da escrita, Joaquim Nabuco nos deu uma obra que hoje impressiona por se manter surpreendentemente moderna. Suas diferentes facetas serão examinadas estes dias, nas palestras que ouviremos. Mas ao concluir estas palavras, creio ser relevante acentuar um aspecto impressionante no conjunto de escritos que revela o pensamento desse grande brasileiro. Na verdade, é quase espantoso observar que muito do que ele diz continua na ordem do dia. Além da persistência dos efeitos devastadores da escravidão entre nós e da desigualdade social legada pelo regime escravocrata (que a nação ainda não conseguiu resolver nem mesmo equacionar), encontramos também na obra de Joaquim Nabuco reflexões repetidas e bem

formuladas sobre algumas das questões que parecem continuar como pedreiras no caminho, a criar problemas e a atrapalhar o crescimento político e social no Brasil de hoje.

Mencionaremos apenas quatro dessas questões de inegável presença em nosso quadro contemporâneo, já apontadas e discutidas por Nabuco, que com elas muito se preocupava. Sua simples enumeração demonstra a acuidade do escritor ao percebê-las como sintomas no quadro geral de nossas mazelas:

1. Dificuldades em lidar com o federalismo e com as tensões resultantes entre o governo central e as administrações das províncias;
2. Um presidencialismo forte demais, necessitado do equilíbrio do parlamento;
3. Questões relativas à propriedade e à posse da terra (incluindo o que Alfredo Bosi chama de nossa urbanização patológica);
4. Uma pesada lentidão em resolver aquilo que realmente importa.

Todos esses pontos foram levantados e reiteradamente debatidos por Nabuco, usando sua fina capacidade de observação e seu ainda mais fino poder de análise.

Por tudo isso, e muito mais, é sempre um prazer intelectual mergulhar em sua leitura. Assim é com alegria que lhes dou as boas-vindas aqui hoje, em nome da Academia Brasileira de Letras, para esta celebração do centenário de Joaquim Nabuco. Trata-se de alguém que não pode ser esquecido. Um homem que nos dá justos motivos de orgulho.

Muito obrigada.

Joaquim Nabuco, Walter Bagehot e a Monarquia*

José Murilo de Carvalho

Ocupante da Cadeira 5 na Academia Brasileira de Letras.

Seguramente, é muito apropriado celebrar em Londres o centenário de morte de Nabuco. Suas ligações com esta cidade e com este país foram muitas, variadas e profundas, conforme ele explicitamente reconhece em suas memórias (*Minha formação*). Cinco capítulos do livro foram dedicados a Londres e à Inglaterra (segundo costume de Nabuco, e dos brasileiros em geral, uso aqui Inglaterra em vez de Grã-Bretanha. Espero que isso seja aceitável na inglesa Londres). Ontem, o Professor Leslie Bethell falou-nos sobre o impacto profundo que a cidade de Londres causou sobre Nabuco. Organizamos juntos, Bethell e eu, a edição da correspondência entre Nabuco e o secretário da *Foreign Society for the Abolition of Slavery,* obra que revelou outra dimensão da influência inglesa. Hoje direi algo sobre uma terceira influência inglesa, aquela exercida por

* Seminário organizado em Londres em novembro de 2010, em iniciativa conjunta da Fundação Joaquim Nabuco e da Universidade de Londres, com o apoio da Embaixada do Brasil e da Academia Brasileira de Letras.

Walter Bagehot sobre as ideias políticas de Nabuco, particularmente sobre sua adesão à forma monárquica de governo.

Bagehot e a Monarquia

Minha principal fonte aqui são novamente as memórias, cujo capítulo II é simplesmente intitulado "Bagehot". Nele, o autor descreve o impacto que o livro de Bagehot, *A Constituição Inglesa*, publicado em 1867, causou nas suas ideias políticas em 1869, quando tinha apenas 20 anos. Sem o livro de Bagehot, escreveu, "eu teria sido irresistivelmente arrastado para o movimento republicano que começava" (p. 47). Quase vinte anos depois, em 1888, ele repetiu que o trabalho de Bagehot tinha sido um dos mais influentes na formação de suas ideias políticas. Uma prova de sua leitura atenta do livro são suas muitas notas manuscritas feitas na cópia guardada na Fundação Joaquim Nabuco, no Recife. Seu entusiasmo pela política inglesa era tão intenso que ele o estendeu aos políticos ingleses. Confessou que em 1879, quando foi pela primeira vez eleito para a Câmara dos Deputados, estava sob inteira influência do liberalismo inglês e imaginava-se atuando sob a liderança de Gladstone, por quem tinha admiração ilimitada. "Sou um liberal inglês", sintetizou (p. 177). Esse reconhecimento aberto da influência inglesa não ficou sem consequências. Nabuco foi alvo de comentários depreciativos e de acusações de anglofilia. Mas não parecia incomodar-se.

No mesmo ano de 1869, publicou um panfleto intitulado *O povo e o trono: profissão de fé política de Juvenal "Romano da decadência"*. Era uma explosão de indignação política contra o imperador, uma reprodução, em retórica juvenil, da posição de seu pai, o senador liberal Nabuco de Araújo. A Constituição Brasileira, inspirada em Benjamin Constant, introduzira um quarto poder, chamado Poder Moderador, que era outorgado ao imperador com a finalidade de manter a independência e a harmonia dos três poderes clássicos. O Poder Moderador dava ao chefe de Estado brasileiro maior peso político do que o exercido pela rainha da Inglaterra, já contida pelo avanço do parlamentarismo. Em 1868, usando gozando dessa regalia, d. Pedro nomeou um gabinete

conservador quando o Partido Conservador era clara minoria na Câmara. A decisão era constitucional, mas, na tensa atmosfera política da época, agravada pela guerra do Paraguai, ganhou a dimensão de uma grave crise política. O senador Nabuco imediatamente denunciou a decisão como *coup d'état*. O panfleto do filho endossou esse juízo e foi mais longe. Incorporou todas as reformas propostas pelo radicalismo liberal, faltando pouco para se declarar republicano. Em sua visão, a Monarquia Brasileira, sob o disfarce de um governo constitucional, não passava de um governo absolutista, comparável ao chinês ou japonês. O panfleto fazia referência indireta à república quando apelava para o fim da excepcionalidade da Monarquia Brasileira nas Américas. Não por acaso, um ano depois, os liberais radicais, antes por ele apoiados, abandonaram o Partido Liberal para fundar o Partido Republicano.

A leitura de *A Constituição Inglesa*, nesse exato momento, foi uma verdadeira iluminação para o jovem Nabuco. Não que ele ignorasse as características da forma de governo inglesa. Ele lera seu Freeman e seu Macaulay. Como bom liberal, já esposava uma visão favorável à Câmara dos Comuns e desfavorável à Câmara dos Lordes. Mas ficou profundamente impressionado com a capacidade de Bagehot de desvendar com clareza o segredo do funcionamento do governo, especialmente no primeiro capítulo do livro, dedicado à análise do gabinete. O que mais o impressionou foi a caracterização feita por Bagehot do governo inglês como um governo de gabinete, isto é, um governo que, nas palavras de Bagehot, era "a estreita união, a quase completa fusão, dos poderes executivo e legislativo" (p. 69). Esta fusão se concretizava na mais importante comissão do legislativo, o gabinete. Tal visão contradizia interpretações anteriores, que descreviam o sistema seja como separação ou como equilíbrio dos poderes.

Partindo dessa definição inicial, Bagehot passava a demonstrar as diversas vantagens do parlamentarismo inglês diante do presidencialismo republicano, mesmo em sua forma mais desenvolvida, o presidencialismo norte-americano. O governo de gabinete era mais flexível, mais responsivo a mudanças na opinião pública, mais previsível, mais apto a educar as pessoas e torná-las interessadas em política. Provavelmente a maior revelação para Nabuco era a de

que na constituição inglesa, ao menos na descrita por Bagehot, a dissolução da Câmara não era um atributo da Coroa, mas do gabinete, com a aprovação da Coroa. Em função disso, conforme ele percebeu em 1888, bastava ler Bagehot para entender que o presidente dos Estados Unidos tinha infinitamente mais poder do que a rainha da Inglaterra. Poderia ter acrescentado que, se reinasse na Inglaterra, d. Pedro II não poderia ter feito o que fez em 1868, isto é, convocar os conservadores e, a pedido deles, dissolver a Câmara.

O fato de que o pai de Nabuco, por quem ele tinha viva admiração, embora desapontado com a decisão do Imperador, nunca ter abandonado a crença de que a monarquia era a melhor forma de governo para o Brasil, foi certamente um fator adicional para conter suas tendências republicanas. Até o fim da vida em 1878, quando os liberais retornaram ao poder, a preocupação do senador Nabuco era transformar a monarquia brasileira num verdadeiro sistema parlamentarista, seguindo o modelo estabelecido na Inglaterra.

Mas Nabuco levou algum tempo para consolidar seu monarquismo. Em 1871, escreveu outro panfleto, intitulado *Viagem do Imperador*, em que criticou o plano de d. Pedro de fazer sua primeira viagem à Europa. Em sua própria avaliação, o panfleto era quase republicano. Aconselhava Pedro II a visitar os Estados Unidos em vez da Europa. Lá, escreveu, o Imperador poderia se dar conta de que reis eram uma hipótese, um luxo, uma inutilidade. Suas convicções monárquicas se consolidaram efetivamente nos anos que se seguiram à publicação do Manifesto Republicano de 1870. Muitos dos novos republicanos eram ex-amigos do Club Radical. Nas páginas do jornal liberal *A Reforma*, envolveu-se em acalorado duelo verbal com os ex-companheiros, que escreviam em *A República*. Nessa troca, as ideias de Bagehot foram as armas principais para defender a monarquia. Por volta de 1873, Nabuco não tinha mais dúvidas sobre qual sistema de governo preferia.

Nesse momento, no entanto, sua admiração pela Inglaterra limitava-se a aspectos políticos e constitucionais. Em 1877, ele foi nomeado *attaché* da legação brasileira em Londres, onde viveu por cerca de cinco meses. Retornou à cidade no final de 1881, estendendo sua estada por dois anos e meio. A longa permanência permitiu-lhe verificar pessoalmente a verdade da

descrição da constituição inglesa feita por Bagehot. Além disso, pôde notar outros aspectos da cultura inglesa que lhe permitiram expandir e aprofundar as impressões originais. Tratou desses aspectos em dois capítulos de *Minha formação*, um intitulado "A influência inglesa", o outro, "O espírito inglês". No primeiro, observou quão profundamente enraizado na sociedade inglesa era o sentido de liberdade individual e como essa liberdade era protegida por um poderoso e independente sistema jurídico. Concluiu que a Inglaterra era o único país no mundo simultaneamente grande e livre. A Suíça era livre, mas pequena, os Estados Unidos eram grandes, mas boa parte de sua população não gozava de igual proteção da lei. Assim, a igualdade civil era um argumento adicional em favor do sistema inglês. Ademais, o controle da Coroa pela Câmara dos Comuns e pelo sistema jurídico dera, segundo ele, uma dimensão republicana à política inglesa. Esses valores republicanos sob a forma de um governo monárquico impediram o surgimento de um governo personalista e do servilismo.

Uma evidência final em favor da superioridade do sistema era o que ele chamava de espírito inglês, que incluía, é certo, respeito à tradição e amor à lei e à ordem. Mas, ao mesmo tempo, voltava-se para a mudança e para o progresso. Liberdade e progresso sob o governo da lei, juntamente com os mecanismos institucionais, tornaram, segundo ele, inalterável seu apego à monarquia. O espírito inglês guiou seu comportamento durante a campanha abolicionista. Sem criticar outros métodos, como a ação direta, isto é, o apelo aos escravos, ele sempre se manteve nos limites da lei. Quando apelou ao povo, ele o fez em comícios eleitorais. O golpe final na escravidão foi dado no Congresso sob sua liderança hábil e inspirada. Como se sabe, na Inglaterra, as medidas para proibir o tráfico e depois para abolir a escravidão foram todas decididas no Parlamento, não obstante as muitas e fortes pressões vindas da sociedade.

Mas nada é simples quando se trata de Nabuco. A ambiguidade quanto às motivações que o fizeram lutar contra a escravidão é conhecida. Ele forneceu uma justificativa racional em *O abolicionismo*, escrito e publicado em Londres em 1883, na correspondência com a *British and Foreign Society for the Abolition*

of Slavery, nas conferências e campanhas eleitorais. A justificativa baseava-se tanto no valor conferido à liberdade na civilização ocidental quanto em sua preocupação com a construção nacional. A escravidão era um crime contra a civilização e um obstáculo intransponível à construção da nação brasileira. Ambos os argumentos tinham a ver com a vida pública. Mas, mais tarde, no famoso capítulo de *Minha formação* intitulado "Massangana", ele surpreendeu o leitor ao dizer que o maior motivo para a decisão de dedicar a vida à abolição era moral e sentimental. Visitando o cemitério do velho engenho, recordou a generosidade e a gratidão dos escravos para com sua senhora. Em vez de culpá-la por sua condição, eles a perdoavam e abençoavam. Morreram acreditando-se devedores ao invés de credores. E concluiu: "(...) e então, ali mesmo, aos 20 anos, formei a resolução de votar a minha vida, se assim me fosse dado, ao serviço da raça generosa entre todas" (p. 188).

A mesma ambiguidade esteve presente na justificativa de suas convicções monárquicas. Os argumentos racionais vieram de Bagehot e de suas observações pessoais. Mas, em seguida, no capítulo das memórias dedicado à legação brasileira em Londres, localizada em Grosvenor Gardens 32, e ao ministro brasileiro, barão de Penedo, ele confessou ter sofrido o "magnetismo da realeza, da aristocracia, da fortuna, da beleza, como senti o da inteligência e o da glória" (p. 110). Se não fosse por esse sentimento, continuou, se tivesse sido movido apenas pelas considerações sociais e políticas, após a morte de seu pai, ele teria provavelmente queimado seu Bagehot e se alistado sob a bandeira norte-americana. E concluiu em palavras nada incertas: "O que me impediu de ser republicano na mocidade, foi muito provavelmente o ter sido sensível à impressão aristocrática da vida" (p. 111). Ele repetiu essa confissão no começo do capítulo seguinte dedicado à influência inglesa em sua vida. Sem as impressões mundana e aristocrática, escreveu, o radicalismo das leituras de autores franceses tê-lo-ia aproximado do republicanismo.

Bagehot ou aristocracia, razão ou sentimento, não pretendo tentar resolver aqui este enigma. Poder-se-ia alegar, em favor de Nabuco, que o próprio Bagehot, nos dois capítulos sobre monarquia, admitia a presença de aspectos simbólicos e sentimentais. Isso eliminaria a incompatibilidade de razão

e sentimento. De qualquer sorte, nos dois caos, o monarquismo de Nabuco deveu sua existência à influência inglesa.

Monarquia antes da abolição

Após o debate com os membros do recém-criado Partido Republicano no início dos anos 1870, Nabuco passou o resto da década envolvendo-se em diferentes atividades, sem compromisso com qualquer causa específica. Tudo mudou quando o pai, pouco antes de morrer, conseguiu incluir seu nome entre os candidatos pernambucanos à Câmara dos Deputados. Eleito, devotou os dez anos seguintes, de 1878 a 1888, à luta pela abolição da escravidão. Sua posição diante da Monarquia nessa fase foi um tanto ambígua. Seguindo o estilo britânico de promover reformas, ele se juntou a companheiros abolicionistas no esforço de mobilizar a opinião pública e de influenciar o Parlamento. Publicaram um jornal, organizaram sociedades abolicionistas, fizeram conferências públicas. No final de 1880, ele viajou à Europa para conseguir apoio dos abolicionistas europeus, especialmente os da *British and Foreign Society for the Abolition of Slavery*. Derrotado em nova eleição em 1881, retornou a Londres, onde escreveu *O abolicionismo*. De volta ao Brasil em 1884, deu forte apoio ao gabinete Dantas, o primeiro depois de 1871 a apresentar um projeto emancipacionista, no caso, a liberdade dos escravos com 60 anos de idade. A Câmara liberal se opôs tenazmente ao projeto e derrotou Dantas por duas vezes. O Imperador então chamou outro liberal, Saraiva, que conseguiu aprovar o projeto na Câmara, pagando o preço de acrescentar um dispositivo destinado a indenizar os senhores. Saraiva renunciou logo depois e o Imperador, diante da recusa de outros dirigentes liberais, convocou um membro do Partido Conservador para formar um novo governo. Forte antiabolicionista, Cotegipe aceitou a proposta de Saraiva e a fez aprovar no Senado.

Muito desapontado e desencorajado com o resultado, Nabuco escreveu dois panfletos, *O eclipse do abolicionismo* e *O erro do Imperador*. Neste último, criticou duramente d. Pedro por ter primeiro encorajado Dantas e depois o abandonado e convocado um inimigo da abolição para organizar o novo gabinete.

O Imperador, acusou, não usara seus poderes para ser mais incisivo no apoio à abolição. Aqui já podemos sentir uma mudança em sua posição quanto à monarquia, expressa em *O abolicionismo*. Abandonara a ideia de aplicar o modelo inglês ao governo monárquico brasileiro. Em *O abolicionismo*, ressaltou a importância do governo, do poder, na luta contra a escravidão: "a força capaz de destruir a escravidão [é o governo]" (p. 184). Mas governo ou poder nunca foram claramente identificados com o Imperador. Pelo contrário, pareciam aludir ao Poder Executivo. Ele estava pensando no governo de gabinete descrito por Bagehot. Em *O erro do Imperador*, no entanto, ele se dirigiu diretamente ao Imperador, como se reconhecesse que a prática brasileira da monarquia constitucional ainda estava longe do modelo inglês e que o Imperador, ou o Poder Moderador, tinha de assumir papel decisivo na promoção das reformas.

Em junho de 1887, o Imperador viajou para Europa em busca de tratamento de saúde, deixando o governo nas mãos da filha Isabel, uma franca abolicionista. Nabuco fora eleito mais uma vez em campanha memorável na qual falou para audiências de mais de duas mil pessoas. Ciente da profunda religiosidade de Isabel, ele foi a Roma no começo de 1888 para pedir ao Papa Leão XIII que se manifestasse contra a escravidão e a favor dos abolicionistas brasileiros. O papa prometeu fazê-lo, e as notícias chegaram ao Brasil. Nesse ínterim, Isabel se movimentou rapidamente no sentido de conseguir a abolição total, convocando um líder conservador favorável à causa. Nabuco retornou rapidamente ao Brasil, ansioso por tomar parte na batalha final. Levou apenas cinco dias para a lei mais importante da história brasileira ser aprovada nas duas casas do Parlamento. Eram apenas dois artigos. A aprovação da lei, com o forte apoio de Isabel, eliminou qualquer reserva que Nabuco pudesse ter em relação à monarquia brasileira, apesar de sua natureza não parlamentarista.

Monarquia depois da abolição

Depois da aprovação da lei, os abolicionistas tiveram de enfrentar uma nova batalha, desta vez contra a indenização aos ex-senhores de escravos. A lei

da abolição não contemplava tal recompensa. Surgiu uma forte pressão para mudar esse quadro. Muitos ex-proprietários de escravos começaram a pender para a república na esperança de que ela seria mais aberta às suas demandas. Suas esperanças se justificavam porque o Partido Republicano não incluiu a abolição em sua agenda até poucos meses antes da abolição e, quando o fez, incluiu a indenização. Muitos clubes agrícolas tornavam-se republicanos. Títulos e medalhas outorgados pelo governo imperial como compensação eram devolvidos. Um abolicionista republicano do Rio de Janeiro, José do Patrocínio, que apoiara Isabel, chamou os novos convertidos de neorrepublicanos de 14 de maio, o dia seguinte à abolição.

Nabuco dedicou seu tempo em 1888 a combater a indenização e o crescente apoio à república. Alegava que a escravidão estava morta, mas o escravismo permanecia vivo e forte depois da abolição. Denunciou a aliança espúria entre republicanismo e escravismo e defendeu a monarquia como uma garantia contra este. Argumentando que o problema do Brasil era mais social do que político, apoiou o regime não só como forma de governo, mas também, nas circunstâncias vigentes, como meio para atingir a emancipação do povo. Era um argumento perigoso. De um lado, defendia que formas de governo não eram muito importantes (ele chegou a dizer que um bom monarquista deveria ter ideias republicanas), de outro, afirmava que a monarquia era a melhor forma de governo para o Brasil, naquele momento específico. Era o equivalente a adotar uma visão instrumental da monarquia (Gouvea, p. 380-1).

Monarquia depois da República

Apesar da popularidade conseguida com a abolição, a monarquia estava sistematicamente perdendo apoio entre proprietários de terra, militares e intelectuais. Muitos destes tinham-se tornado republicanos por influência do positivismo. Em novembro de 1889, um golpe militar proclamou a república. Foi um grande choque para Nabuco. Apesar do crescimento do movimento republicano, ele aparentemente não esperava que uma mudança ocorresse tão rápida nem do modo como ocorreu, no bojo de um golpe militar, ao estilo

da América Espanhola. Ninguém mais, aliás, nem mesmo os republicanos, o esperavam. A posição majoritária entre os últimos era esperar pela morte do imperador e então tentar uma transição pacífica para a República, preferencialmente convocando uma assembleia constituinte, conforme proposto no Manifesto de 1870.

Entre 1890 e 1895, Nabuco escreveu livros e artigos em defesa da monarquia. O primeiro foi uma longa carta para seus constituintes de Pernambuco. Eles haviam perguntado se ele aceitaria uma candidatura à assembleia constituinte republicana. Nabuco agradeceu, mas explicou que a aceitação seria política e moralmente inadequada. Ele fora monarquista como liberal, como abolicionista, como federalista e, após a abolição, por gratidão à família imperial. Sua gratidão baseava-se no fato de a monarquia ter encarnado a tradição nacional a serviço da criação de um povo. Desde o Manifesto de 1870, os republicanos haviam condenado a monarquia por constituir uma exceção na América. Ele, ao contrário, a exaltava por ter preservado a unidade do país e evitado o triste destino pela América Hispânica, fragmentada, dominada pelos caudilhos, democrática apenas no nome. Como república, o Brasil não seria mais do que mais um país da América Latina. E repetiu a ideia de uma monarquia instrumental, como preparação para a república. Era necessário, alegava, haver um governo para o povo e com o povo antes de se implantar um governo do povo (Evaldo C. Mello, p. 243-264).

Sua última manifestação foi uma carta aberta ao amigo Artur Silveira da Mota, barão de Jaceguay, intitulada "O dever dos monarquistas" (Dantas Silva, p. 35-52). Era resposta a carta de Jaceguay intitulada "O dever do momento". O barão, ele próprio um monarquista, argumentara que era tempo de os monarquistas aceitarem a república. Na resposta, Nabuco repetiu muitos dos argumentos aduzidos após a proclamação da República. Rejeitou mais uma vez a alegação, reiterada por Jaceguay da excepcionalidade do Brasil na América republicana. O barão atribuíra o republicanismo americano ao senso de igualdade presente na população mestiça das Américas, um senso incompatível com a monarquia. E argumentara ainda que a monarquia não tinha raízes no Brasil. Nabuco tachou tal argumento de inversão de toda a ciência

social e replicou com uma longa lista de contribuições históricas trazidas pela monarquia, começando com a unidade do país e terminando com a grandeza do governo de Pedro II. Se desejasse viver numa república, acrescentou, só o faria na Suíça ou nos Estados Unidos. Quanto às repúblicas da América Espanhola, elas só conseguiam manter a ordem sacrificando a liberdade. No Brasil, resumiu, o equilíbrio entre ordem e liberdade tinha sido, era e seria melhor alcançado sob a forma monárquica de governo. Concluiu a carta dizendo que o dever dos monarquistas, mesmo morta a monarquia, era morrer com ela. Enquanto isso, na república, a única influência que poderiam ter era de natureza moral.

Pode-se então dizer que as convicções monarquistas de Nabuco deviam-se às ideias de Bagehot, e aos valores e estilo de vida britânicos. Com o crescimento de sua experiência política, ele foi capaz de desenvolver argumentos de natureza mais sociológica para defender a forma de governo monárquica. Percebeu que o governo de gabinete, conforme Bagehot o descrevera, não era viável no Brasil. Monarquia ou república, o Brasil, por suas condições sociais, ainda viveria algum tempo sob uma ditadura *de facto*. O importante era que essa ditadura se preocupasse com as necessidades do povo, especialmente da parcela não representada no sistema político (Evaldo C. Mello, p. 235). Em outras palavras, um governo personalista com uma perspectiva nacional. Observando os exemplos das repúblicas vizinhas, ele não teve dúvida de que a ditadura monárquica era a mais capaz de exercer tal tipo de governo.

Bye-bye Bagehot

Mas Nabuco nos reservava outra surpresa. Suas fortes convicções monarquistas não o impediram, em 1899, quatro anos depois da carta do barão de Jaceguay, de aceitar o convite do recém-eleito presidente republicano, Campos Salles, para defender os direitos brasileiros numa disputa com a Inglaterra sobre a Guiana Inglesa. Campos Salles representava a ala paulista do Partido Republicano, a mesma que Nabuco acusara sistematicamente de se opor à

abolição. Sua decisão enfureceu os companheiros monarquistas, que o acusaram de traição. Os republicanos, obviamente, ficaram exultantes com a vitória. Um ano depois, Nabuco foi mais longe e aceitou a representação formal do Brasil em Londres, tornando-se oficialmente um empregado do governo republicano. Em 1904, ele se tornou o primeiro embaixador brasileiro em Washington, posição em que faleceu em 1910.

A surpreendente decisão de 1899 tem sido polêmica até hoje. Tratava-se de óbvia reversão da opinião de Nabuco, defendida desde a década de 1870 e reiterada quatro anos antes, segundo a qual o dever dos monarquistas era morrer com a monarquia. Ele tentou, de início, justificar a decisão argumentando que ela não significava uma adesão à república. Era antes um ato de patriotismo, um serviço prestado ao país. Em 1906, no entanto, por ocasião da terceira Conferência Pan-Americana realizada no Rio de Janeiro, sua aceitação da república era total. Falando em diferentes ocasiões, ele se apresentou como vinculado ao destino do novo regime, esperando que ele refutasse todas as suas predições. Chegou a associar o ideal republicano, uma forma de governo modelar, ao ideal americano, contradizendo seus argumentos anteriores. Incorreu em contradição, ou inverdade, ao afirmar que não tinha feito votos de morrer monarquista. A única promessa anterior que manteve foi a de que, se tivesse de viver num país republicano, seria nos Estados Unidos ou na Suíça. Graças ao governo republicano, foi morar nos Estados Unidos. Monarquista ou não, ele também manteve o estilo de vida aristocrático, mesmo como embaixador na república norte-americana, para deleite de seus anfitriões.

A melhor, e mais generosa, explicação para sua decisão veio de outro monarquista, ex-companheiro da luta abolicionista, tornado republicano às vésperas da proclamação, Rui Barbosa. Em artigo publicado na imprensa, Rui argumentou que a força interior que movia Nabuco não permitia que ele se contentasse com a tarefa de escrever a história. Ele estava destinado a participar de sua construção. Quaisquer que tenham sido as razões de sua decisão, no entanto, pode-se dizer que ela foi muito boa para ele, boa para a República e provavelmente também boa para o país.

Fontes

Obras de Joaquim Nabuco:

Nabuco, Joaquim. *Minha formação.* Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Diários.* Prefácio e notas de Evaldo Cabral de Mello. Rio de Janeiro e Recife: Bem-te-vi Produções Literárias e Ed. Massangana, 2 v., 2005.

Outras obras

Bagehot, Walter. *The English Constitution.* New York: Double Day, s/d.

Gouvea, Fernando da Cruz. *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*. Recife: Editora Massangana, 1989.

Mello, Evaldo Cabral de, org. e intr. *Joaquim Nabuco essencial*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2010.

Nabuco, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco.* São Paulo: Cia Editora Nacional, 1928.

Silva, Leonardo Dantas, org. e intr. *Nabuco e a República*. Recife: Editora Massangana, 1990.

Joaquim Nabuco em 1889.
Acervo da família Nabuco.

As visões de Joaquim Nabuco sobre o Brasil nas Américas*

Leslie Bethell

É autor de livros e artigos sobre a história política, social e cultural da América Latina, especialmente do Brasil, incluindo (com José Murilo de Carvalho), *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos. Correspondência 1880-1905* (2008), e editor de *Cambridge History of Latin America* (12 volumes, Cambridge University Press, 1984-2008), também publicado em português, espanhol e chinês.

Quando refletia sobre as relações do Império brasileiro com o resto do mundo, o jovem Joaquim Nabuco pensava, como a maioria dos brasileiros ilustrados de sua geração e formação, sobretudo na Europa: os laços históricos, linguísticos e culturais do Brasil com Portugal; a influência da França na arte, arquitetura e literatura brasileiras, e, acima de tudo, a dependência comercial e financeira do Brasil em relação à Grã-Bretanha.

Sua primeira viagem ao exterior – que se estendeu por 12 meses entre 1873 e 1874, quando tinha 24 anos de idade – foi à Europa. A viagem consistiu principalmente num giro cultural à França e à Itália, mas incluiu um mês na Inglaterra. Embora Paris "foi e é a paixão cosmopolita dominante em redor de nós...", ele escreveu em *Minha formação* (1900), "a grande impressão que recebi não foi Paris, foi Londres". Nabuco ficou fascinado e encantado com Londres, o centro do poder

* Seminário organizado em Londres em novembro de 2010, em iniciativa conjunta da Fundação Joaquim Nabuco e da Universidade de Londres, com o apoio da Embaixada do Brasil e da Academia Brasileira de Letras. Este texto foi apresentado inicialmente em agosto de 2010 na Fundação Joaquim Nabuco, Recife, PE.

econômico e político global, a metrópole imperial, a cidade universal. Ele admitiu ter sido "tocado por um começo de anglomania".[1]

Em abril de 1876, aos 26 anos, Nabuco foi nomeado *attaché* à legação brasileira em Washington. Passou um ano nos Estados Unidos, que fora a primeira república a reconhecer, em 1824, a independência do Império brasileiro e com a qual o Brasil mantinha, em geral, relações amigáveis, mas distantes. Nada indica que Nabuco considerava os Estados Unidos pós-Guerra Civil um país particularmente interessante. Reconhecia a contribuição que os Estados Unidos vinham dando ao progresso material, mas não, ainda, julgava ele, à cultura e à civilização. Quando, para seu grande prazer, foi transferido para a legação brasileira em Londres em outubro de 1877, confessou que lamentava não ter aproveitado melhor o tempo que passara nos Estados Unidos, chamando-o "tempo perdido".[2]

Como a maioria dos escritores e intelectuais brasileiros, Nabuco não se identificava com a outra América, a América Espanhola – ou América Latina, como era chamada cada vez com maior frequência pelos intelectuais hispano-americanos, espanhóis e franceses. O Brasil e a América Espanhola/América Latina têm em comum a herança ibérica e católica, mas diferenças importantes os separavam: a geografia, a história, a cultura, acima de tudo a língua – e, no século XIX, as instituições políticas. As relações entre o Império brasileiro e as repúblicas hispano-americanas eram muito limitadas – com, evidentemente, uma exceção: o Rio da Prata, onde o Brasil travou três guerras. E o Brasil não se identificava com os inúmeros projetos dos países vizinhos para uma união interamericana. O diário de Nabuco contém poucas referências à América Espanhola durante o ano que passou nos Estados Unidos. Ele comenta que "o México pertence aos Estados Unidos" e descreve a América Espanhola em geral como "um mosaico... de fraude, de anarquia, de militarismo e de revolução".[3]

---

[1] Joaquim Nabuco, *Minha formação* [Rio de Janeiro: Garnier, 1900]. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 64 e 99.

[2] Joaquim Nabuco, *Diários*, 2 vols, I *1873-1888*, II *1889-1910*. Rio de Janeiro: Editora Bem-Te-Vi/Recife: Editora Massangana, 2005, prefácio e notas de Evaldo Cabral de Mello, vol. I, p. 220: 27 de setembro de 1877.

[3] *Diários*, vol. I, p. 183: 7 de julho de 1877. Sobre o conceito de "América Latina", as relações do Brasil com a América Latina/América Espanhola e as atitudes brasileiras para com a América Latina/América Espanhola durante os séculos XIX e XX, ver Leslie Bethell, "O Brasil e a ideia de América Latina em perspectiva histórica", *Estudos Históricos* (CPDOC/FGV), n.º 44 (2009).

Nabuco permaneceu em Londres como *attaché* à legação brasileira por menos de seis meses, retornando ao Brasil em abril de 1878, devido à morte do pai, iniciando sua carreira política. Assumiu cadeira na Câmara dos Deputados em janeiro de 1879, aos 29 anos, e dedicou boa parte dos dez anos seguintes à campanha parlamentar pela abolição da escravidão no Brasil.

Desde o princípio Nabuco reconheceu a importância de mobilizar a opinião pública *internacional* em favor de sua luta contra a escravidão no Brasil. Em dezembro de 1880, aproveitando o recesso parlamentar, viajou para a Europa a fim de chamar a atenção, pessoalmente, da comunidade internacional em relação à persistência da escravidão no Brasil. Visitou Lisboa, Madri e Paris, mas o principal objetivo da viagem era estabelecer contato pessoal com a *British and Foreign Anti-Slavery Society* em Londres, que era, de longe, a mais importante e mais influente organização de seu tipo em todo o mundo. Nabuco aceditava que a cooperação da *Anti-Slavery Society* era essencial para o sucesso da luta antiescravidão no Brasil.

Imediatamente após sua derrota nas eleições em outubro de 1881, Nabuco voltou a Londres. Durante uma estada de quase dois anos e meio, de dezembro de 1881 até abril de 1884 – e mais duas visitas em 1887 e 1888 – dedicou grande parte de seu tempo a promover a causa abolicionista. Colaborou ativamente com a *Anti-Slavery Society*, montando um eficiente esquema de propaganda antiescravista, principalmente no jornal *The Times*, de Londres, que ele considerou "a voz da civilização".[4] Nabuco foi frequentemente criticado pelos escravocratas brasileiros por sua falta de patriotismo ao expor no exterior os males da escravidão no Brasil e encorajar a interferência europeia nos assuntos internos do país. Sempre sustentou que o verdadeiro patriotismo consistia em elevar o Brasil, independentemente dos meios, ao nível do mundo civilizado, isto é, o mundo europeu. A escravidão foi abolida em maio de 1888, mas a queda do

[4]Sobre as relações de Nabuco com os abolicionistas britânicos na década de 80 e sua importância pela abolição final da escravidão no Brasil em 1888, ver Leslie Bethell & José Murilo de Carvalho, *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos. Correspondência 1880-1905*. Rio de Janeiro: Topbooks & Academia Brasileira de Letras, 2008.

Império em novembro de 1889 representou um final abrupto à carreira política de Joaquim Nabuco, um dedicado monarquista, quando ainda não tinha completado 40 anos.

A proclamação da República em novembro de 1889 acarretou algumas mudanças importantes à política externa brasileira. O Manifesto Republicano de 1870 começava com a conhecida frase: "Somos da América e queremos ser americanos". Para os republicanos, o Brasil, sob o Império, era, infelizmente, "um país isolado", separado da América Espanhola/América Latina e dos Estados Unidos, não só pela geografia, história, língua e cultura, mas também pela forma de governo. Os primeiros governos da República não demonstraram interesse muito maior pelas nações de língua espanhola do que o Império, com uma importante diferença: eles dedicaram muito tempo para resolver as disputas com seus vizinhos na América do Sul sobre as fronteiras. Entretanto, sob a República, o país se aproximou muito dos Estados Unidos e se tornou um árduo defensor do pan-americanismo.

Nabuco, em seu exílio voluntário no Brasil, depois da queda do Império, reconhecia que, com a implantação da República, o país fazia agora parte de "um sistema político mais vasto… na América…[e era] obrigado a estudar a marcha do Continente... a pulsação continental... nosso continente".[5] Mas ele revelava sua visão bastante negativa dos vizinhos do Brasil da América Espanhola por meio do descontentamento que expressava pelo novo sistema de governo do Brasil: "Estamos sob um governo verdadeiramente paraguaio... Nunca eu pensei ver o Brasil rebaixado a um Paraguai, Uruguai, Equador, Argentina ou o que quiserem" (julho de 1890). "Estamos no redemoinho republicano da América. Somos um cadáver girando no sorvedouro da anarquia,

[5]Joaquim Nabuco, *Balmaceda* [Rio de Janeiro: Leuzinger, 1895] São Paulo: Cosac Naify, 2008, José Almino de Alencar (org.), Post-scripto: a questão da América Latina, p. 218.

vendo o Brasil tornar-se uma Venezuela, um México, uma Argentina, um Chile... propriedade do déspota do dia...." (fevereiro de 1891).[6]

Nabuco sempre olhou o Chile, "ainda que de raça espanhola…, [como] um capricho de ordem moral na formação de América do Sul". O Império do Brasil e a república parlamentar do Chile foram os únicos que conseguiram evitar "o gênio sul-americano da ditadura". Contudo, isso mudou com a eleição de Balmaceda no Chile em 1886 e a derrubada de D. Pedro II em 1889. No post-scriptum ao seu livro *Balmaceda* (1895), seu estudo da "ditadura" de Balmaceda, Nabuco descreve a América Latina (incluindo agora o Brasil) como "um vasto continente em estado permanente de desgoverno, de anarquia".[7]

Neste período Nabuco tornou-se – e permaneceu – extremamente preocupado com as ameaças à integridade territorial do Brasil. Desde o Congresso de Berlim em 1885 a Europa ingressara numa nova era do imperialismo, mais evidente na África, mas que, segundo Nabuco, também representava uma ameaça à América Latina. A soberania não-europeia sobre os territórios não-ocupados ou pouco ocupados estava sendo cada vez mais desafiada. A soberania brasileira sobre a maior parte da região amazônica estava, por conseguinte, cada vez mais vulnerável.

Apesar de alguma preocupação quanto ao intervencionismo dos Estados Unidos, Nabuco acreditava que o imperialismo europeu, principalmente o inglês e o alemão, era uma ameaça maior ao Brasil e à América Espanhola do que o imperialismo estadunidense. E a melhor garantia de que não haveria nenhuma "recolonização europeia da América" era a Doutrina Monroe. "Se não fosse o espantalho norte-americano...", escreveu em junho de 1901, de Londres, "a Europa já estaria tratando a América do Sul como a China, a Ásia e a África".[8]

---

[6]Nabuco para Rio Branco, 31 de julho de 1890, citado em Clodoaldo Bueno, "O barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul", *In*: Carlos Henrique Cardim e João Almino (orgs.), *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Brasília: Funag, 2002, p. 388; *Diários* , vol. II.
p. 34-35: 28 de fevereiro de 1891.

[7]Nabuco, *Balmaceda*, op. cit., p. 215-216, 219.

[8]*Diários*, vol. II, p. 231: 15-16 de junho de 1901 (Nabuco para Tobias Monteiro, 14 de junho de 1901).

A experiência de Nabuco como o chefe de uma missão especial a Londres (1899-1904) para elaborar e apresentar a posição do Brasil na arbitragem de sua disputa com a Grã-Bretanha sobre as fronteiras da Guiana Inglesa serviu para reforçar suas preocupações em relação às ameaças externas à "conservação do imenso todo chamado Brasil". O veredito do rei da Itália Vítor Emanuel III, anunciado em 14 de junho de 1904, significou "um desastre" para o Brasil (e para Nabuco): a Inglaterra ganhou a maior parte do território disputado na bacia da Amazônia. Nabuco criou que "um terço ou um metade do nosso país.... todos os nossos sertões desconhecidos ou desocupados", tornou-se "um campo vastíssimo para o estrangeiro".[9]

Menos de uma semana depois a decisão sobre a Guiana Inglesa Nabuco recebeu um telegrama do barão do Rio Branco, que se tornara ministro das Relações Exteriores em dezembro de 1902, que ele descreveu a sua esposa Evelina como "um terremoto".[10] A legação brasileira em Washington seria elevada à condição de embaixada, e ele foi convidado para ser o primeiro embaixador brasileiro nos Estados Unidos.

Na visão brasileira no início do século XX, existiam *dois* gigantes no hemisfério ocidental, sem dúvida desiguais: os Estados Unidos e o Brasil, ambos de proporções continentais; ambos com recursos naturais abundantes e alto potencial econômico; ambos "democracias" *(sic)*; e ambos, acima de tudo, distintos da América Latina (América Espanhola). Era inevitável que a hegemonia regional norte-americana substituísse a britânica. Os Estados Unidos ficariam responsáveis pelo estabelecimento (muito necessário) da ordem, da paz e da estabilidade no hemisfério. Ao contrário da maioria dos governos hispano-americanos, que reagiam com suspeita e desconfiança a esse novo interesse

[9] *Diários,* vol. II p. 310, 323: a correspondência de Nabuco com sua esposa Evelina, 14 de junho, 17 de junho de 1904. E cartas a Evelina e Alexandre Barbosa Lima citado em João Frank da Costa, *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil* Rio de Janeiro: Record, 1968, p. 49.
[10] *Diários,* vol. II, p. 324: Nabuco para Evelina, 19 de junho de 1904.

norte-americano no hemisfério, o governo brasileiro não tinha criticado a ocupação norte-americana de Cuba em 1898, e agora aprovou o corolário de Roosevelt à Doutrina Monroe de dezembro de 1904 – uma justificação ao exercício de um poder de polícia internacional pelos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental.

Era o interesse do Brasil fortalecer os laços políticos entre as duas nações. (Economicamente, os Estados Unidos já eram o maior mercado para aquele que se havia tornado o principal produto de exportação do Brasil – o café, mas respondiam por menos de 10% das importações do país e tinham poucos investimentos no Brasil.) Em 1896, Rio Branco tinha escrito: "Eu prefiro que o Brasil estreite a suas relações com a Europa a vê-lo lançar-se nos braços dos Estados Unidos".[11] Como ministro das Relações Exteriores, contudo, buscou a continuar a reorientação da política externa brasileira na direção dos Estados Unidos, a americanização da política externa brasileira, que começou com Salvador de Mendonça durante e depois a primeira Conferência Pan-americana em Washington em 1889, e convidou Nabuco para servir em Washington.

Em fevereiro de 1902, Nabuco descreveu, em seu diário, o posto em Washington como "desde agora politicamente o mais importante de nossa diplomacia". Em setembro, declarou a Rio Branco: "Eu sou um forte monroísta… e por isso grande partidário da aproximação cada vez maior entre o Brasil e os Estados Unidos".[12] Não obstante, ele hesitou em aceitar o posto. Ele preferia continuar servindo em Londres, Roma ou Paris. Mas no final aceitou Washington por causa de um forte desejo de "cooperar na fundação da nossa política americana".[13]

"Dois caminhos que lhe deparam", escreveu ao barão do Rio Branco, de Washington em dezembro de 1905, "o americano e o outro, a que não sei

[11]Citado por Bueno, "O barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul", *In*: Cardim e Almino (orgs.), *Rio Branco,* op. cit., p. 388: Rio Branco para Sousa Correia, 1896.

[12]*Diários,* vol. II, p. 253: 24 de fevereiro de 1902; Joaquim Nabuco, *Cartas a amigos*, vol. I, 1864-98, Vol. II. 1899-1909 (*Obras completas*, vols. XIII e XIV) Carolina Nabuco (org.) São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, vol. II, p. 132: Nabuco para Rio Branco, 7 de setembro de 1902.

[13]*Diários,* vol. II, p. 335: Nabuco para Rio Branco, 23 de agosto de 1905.

como chamar, se de latino-americano, se de independente, se de solitário. Eu, pela minha parte, sou francamente monroísta". Em uma carta a José Carlos Rodrigues, o proprietário e editor do *Jornal do Commercio*, escreveu: "…. a única proteção da América é o *sea-power* que só os Estados Unidos têm nela. Monroísmo é assim a afirmação da independência e integridade nacional pelo único sistema que as pode guarantir ". "O que quero é uma espécie de aliança tácita, subentendida, entre os nossos dois países".[14] "A aproximação entre as duas grandes Repúblicas do Norte e do Sul" logo se tornou uma "causa" à qual ele se dedicou inteiramente. Ela preencheu um "vazio" em sua "alma" que "aquela grande ideia [abolição] tinha deixado", declarou, em um discurso proferido em banquete em sua homengagem durante a Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro em julho de 1906.[15]

Desde o início, o Brasil era mais favorável à ideia do pan-americanismo do que as repúblicas hispano-americanas – que temiam, com razão, que o pan-americanismo fosse uma ferramenta utilizada para ratificar a hegemonia política e econômica dos Estados Unidos e assegurar a futura exploração da região – e deu apoio total aos Estados Unidos nas Conferências Pan-Americanas. Nabuco via o Brasil como o interlocutor entre os Estados Unidos e a América Espanhola/Latina. "Eu muito concorri para fazer a América Latina adotar outra atitude para com os Estados Unidos", escreveu em seu diário. Mas, em um jantar na embaixada mexicana, declarou a Elihu Root, o secretário de Estado norte-americano no segundo mandato presidencial de Roosevelt: "*You can flirt with them all, but I hope you will only marry us* [Vocês podem flertar com todos [os países da América Latina], mas espero que só venham a se casar conosco]".[16]

Em novembro de 1905, o secretariado da União Internacional das Repúblicas Americanas, sob a presidência de Root, propôs que a Terceira Conferência Pan-Americana fosse realizada na América do Sul, em julho de 1906, e, a despeito da oposição da Venezuela e da Argentina, finalmente escolheu o

[14] *Cartas a amigos*, vol. II, p. 238: Nabuco para Rio Branco, 19 de dezembro de 1905; *Diários*, vol. II, p. 346-347: Nabuco para José Carlos Rodrigues, 12 de dezembro de 1905.
[15] *Gazeta de Notícias*, 24 de julho de 1906, citado em João Frank da Costa, op. cit., p. 93.
[16] *Diários*, vol. II, p. 365: 11 de junho de 1906, vol. II, p. 359: 9 de fevereiro de 1906.

Rio de Janeiro. E Nabuco convenceu o próprio Root a comparecer à conferência do Rio, algo sem precedentes. Seria a primeira visita oficial ao exterior feita por um secretário de Estado norte-americano.

Nabuco considerava a visita de Root um evento de enorme significado político. E ficou frustrado com a aparente recusa de Rio Branco em conferir "a importância que tem perante o mundo todo". A conferência "será um acontecimento mínimo para o mundo e minimíssimo para nós ao lado daquele [a visita de Root]"; "a presença dele é que é *o acontecimento*, não a dos delegados". Ele pressionou Rio Branco a tirar partido de "uma ocasião maior, única, de sua vida", "uma oportunidade única... para lançarem as primeiras bases sólidas de uma *entente* que acredito destinada a se tornar um dia em aliança".[17]

Como ministro das Relações Exteriores, Rio Branco era obrigado a ser mais flexível, mais pragmático, mais cauteloso do que seu embaixador em Washington. Ele tinha algumas preocupações sobre o corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, o uso do Big Stick para consolidar a hegemonia norte-americana no hemisfério e, nas palavras do diplomata e historiador pernambucano Manuel de Oliveira Lima, "o Brasil reduzido à condição passiva de satélite", a amizade americana [significando] a "subalternação brasileira".[18] Também compreendia a importância da manutenção dos laços culturais do Brasil com a Europa, especialmente Portugal e a França, e das relações comerciais e financeiras com a Grã-Bretanha. (Grã-Bretanha continuou sendo o mais importante parceiro comercial do Brasil até a Primeira Guerra Mundial e seu principal parceiro financeiro até 1930.) Ademais, o homem que 20 anos antes havia descrito "essas repúblicas hispano-americanas" como "turbulentas", "imaginárias", e mesmo "ridículas"[19] era agora mais simpático à América Espanhola em geral,

[17] *Cartas a amigos* vol. II, p. 236-240: Nabuco para Rio Branco, 19 de dezembro de 1905; Nabuco para Rio Branco, 3 de janeiro de 1906, citado em Joseph Smith. *Unequal giants: diplomatic relations between the United States and Brazil, 1889-1930*, Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 1991, p. 54.

[18] *Jornal do Recife*, 26 de agosto de 1906, citado em Paulo Roberto de Almeida, "O barão do Rio Branco e Oliveira Lima – vidas paralelas, itinerários divergentes". *In*: Cardim e Almino (orgs.). *Rio Branco*, p. 267-268.

[19] Rio Branco para barão Homem de Mello, 13 de setembro de 1887 (?), citado em Bueno, "O barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul", in Cardim e Almino (orgs.), *Rio Branco, op. cit.*, p. 359.

e à Argentina e ao Chile em particular, os quais, reconhecia, haviam começado a fazer progressos econômicos e políticos significativos nos últimos anos. Por essa razão, ele estava ansioso em desenvolver relações mais próximas entre as "três grandes repúblicas da América do Sul": Brasil, Argentina e Chile.

A Terceira Conferência Pan-Americana – que trouxe Nabuco ao Brasil pela primeira vez em sete anos, como chefe da delegação brasileira – produziu poucos resultados concretos. Como as duas conferências anteriores – em Washington e na Cidade de México – consistiu principalmente em um exercício para manter boas relações entre os Estados americanos. Nabuco atuou no sentido de manter o antiamericanismo dos delegados hispano-americanos firmemente sob controle, mas ficou desapontado com o discurso proferido por Rio Branco na abertura da Conferência (ele preferiu enfatizar as raízes e os laços *europeus* da América Latina: "[a Europa] nos criou, ela nos ensinou"), bem como com a decisão de Root de visitar Buenos Aires e outras capitais sul-americanas após a Conferência.

No período que se seguiu à Conferência do Rio, Nabuco continuou a acreditar que manter as mais estreitas relações possíveis com os Estados Unidos era "a nossa única política externa possível". "Entre a Europa e a América", escreveu ao seu amigo, o ex-governador de Pernambuco, Alexandre Barbosa Lima, "por bem ou por mal, não há escolha para nenhuma nação da América Latina... [E] na América (quando não fosse por outra causa, pela exceção da língua, que nos isola do resto da Ibero-América, como separa Portugal da Espanha), não podemos hesitar entre os Estados Unidos e a América Espanhola". A aliança não escrita com os Estados Unidos (e a segurança proporcionada pela Doutrina Monroe) continuava, na sua opinião, sendo "o alfa e o ômega da nossa política externa". "Estou dedicando o resto da minha vida ativa à aproximação íntima dos dois países... as principais repúblicas do hemisfério", disse ele a Rio Branco. Considerava a "aliança sul-americana", a liga ABC [Argentina, Brasil, Chile], um "absurdo", que teria "consequências

desastrosas". "Ele [Rio Branco] confia na Alemanha, na França, na Itália, no Chile, na Argentina, não sei em quem mais", comentou com seu cunhado Hilário de Gouvêa, "e eu só confio nos Estados Unidos".[20]

Quanto ao pan-americanismo, Nabuco estava satisfeito com o progresso que fizera na melhoria das relações dos Estados Unidos com as repúblicas hispano-americanas – apesar da persistente indiferença dos Estados Unidos em relação à América Latina e do persistente medo e desconfiança dos hispano-americanos para os Estados Unidos. Porém, em particular, ele continuava a ter dúvidas sobre as repúblicas hispano-americanas e a União Pan-Americana. No Bureau da União todas as repúblicas eram iguais. Assim, o voto da Nicarágua equivalia ao dos Estados Unidos, o do Haiti ao do Brasil. "O Brasil vale menos do que duas quaisquer repúblicas da América Central". Além do mais, enquanto a América Inglesa (os Estados Unidos) tinham um voto (Canadá não era membro) e a América Portuguesa (o Brasil), que por um milagre da história permanecera unida, um voto, a América Espanhola, em virtude do seu "fracasso histórico" e da fragmentação, tinha 18 votos! E as "republiquetas" de fala espanhola "têm tendência natural de formar uma unidade com perto de vinte votos contra o nosso voto único". O Brasil não podia reivindicar nenhum "lugar privilegiado" ao lado dos Estados Unidos.[21]

À exceção de uma visita oficial a Havana, como embaixador especial, em janeiro-fevereiro de 1909, para assistir à restauração do governo nacional de Cuba, Nabuco passou seus dois últimos anos nos Estados Unidos, preparando a quarta Conferência Internacional dos Estados Americanos, que seria realizada em Buenos Aires, em julho de 1910. Também pronunciou uma série de conferências em universidades norte-americanas – Yale, Chicago, Vassar, Cornell e Wisconsin – sobre Camões e *Os lusíadas*, o espírito da nacionalidade

[20] *Cartas a amigos*, vol. II, p. 277: Nabuco para Alexandre Barbosa Lima, 7 de julho de 1907, vol. II, p. 300: Nabuco para Rio Branco, 18 de janeiro de 1908, vol. II, p. 330: Nabuco para Hilário de Gouvêa, 19 de janeiro de 1909.

[21] *Cartas a amigos* vol. II, p. 286, 290, 294: Nabuco para Hilário de Gouvêa, 1 de setembro; Nabuco para Graça Aranha, 2 de setembro; Nabuco para Rio Branco, 20 de outubro; Nabuco para Rui Barbosa, 22 de outubro de 1907.

na história do Brasil, as duas Américas (os Estados Unidos e a América Latina) e a civilização americana (isto é, norte-americana).[22]

Em *Minha formação* (1900) o julgamento final de Nabuco sobre a civilização norte-americana foi negativo (como ao final da sua estada nos Estados Unidos em 1877). Uma década mais tarde, ele era muito mais entusiasmado sobre os Estados Unidos. Em junho de 1909, na Universidade de Wisconsin, em Madison, em sua última palestra, intitulada "*The Share of America in Civilization*" – que foi lida em seu nome porque nessa ocasião estava muito doente para viajar (morreu seis meses mais tarde) – Nabuco declarou: "*Europe has not begun to decay* [A Europa não começou a decair]", declarou. "*For many centuries Europe and America will lead together* [Por muitos séculos, Europa e América liderarão juntas]." "Falando da América ", ele concluiu, "eu tenho o tempo todo tomado a parte pelo todo e falado apenas deste país [os Estados Unidos]. *It is rather early to speak of the part assigned in history to Latin America* [É um pouco prematuro falar da parte atribuída na história à América Latina]".[23] Ele não deixou claro se estava incluindo o Brasil como parte da América Latina em seu pensamento ao fim de sua vida.

Cem anos mais tarde, no centenário de sua morte, quando a política externa brasileira confere prioridade às relações Sul-Sul e as relações do Brasil com os seus vizinhos na América Latina, e especialmente América do Sul, é importante lembrar a centralidade das relações do Brasil com os Estados Unidos (e com a Europa) no pensamento do Joaquim Nabuco.

[22] *Discursos e conferências nos Estados Unidos*, trad. Artur Bomilcar Rio de Janeiro: B. Aguila, 1911; *Camões e assuntos americanos: seis conferências em universidades americanas*, trad. Carolina Nabuco São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

[23] A palestra de Wisconsin (23 de junho de 1909) foi publicada na *American Historical Review* (outubro de 1909) e em português ("A contribuição da América à civilização") na primeira edição da *Revista Americana*, criada em 1909 pelo Itamaraty com o objetivo de aprofundar as trocas políticas e culturais entre o Brasil, a América Latina e os Estados Unidos.

A "moléstia de Nabuco" revisitada*

Sergio Paulo Rouanet

Ocupante da Cadeira 13 na Academia Brasileira de Letras.

Poucas passagens de nossa literatura foram mais comentadas (e abominadas) que o capítulo intitulado "Atração do mundo," em *Minha formação,* de Joaquim Nabuco. Nesse capítulo Nabuco afirma que os brasileiros estão "condenados à mais terrível das instabilidades, e é isso o que explica o fato de tantos sul-americanos preferirem viver na Europa... É a atração das afinidades esquecidas, mas não apagadas, que estão em todos nós, com nossa comum origem europeia. A instabilidade a que me refiro provém de que na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo o que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana; e que na Europa nos falta a pátria, isto é, a forma em que cada um de nós foi vazado ao nascer. De um lado do mar, sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país. O sentimento

* Esta conferência foi pronunciada em novembro de 2010 na Embaixada do Brasil em Roma e na Universidade de Bolonha.

em nós é brasileiro, a imaginação, europeia. As paisagens todas do Novo Mundo, a floresta amazônica ou os pampas argentinos não valem para mim um trecho da Via Ápia, uma volta da estrada de Salerno a Amalfi, um pedaço do cais do Sena à sombra do velho Louvre."

Era essa instabilidade uma tragédia? Em carta ao jovem Carlos Drummond de Andrade, Mario de Andrade disse que não era tragédia nenhuma, e sim uma doença, a "moléstia de Nabuco", comparável à moléstia de Chagas, e cujo principal sintoma era o "despaisamento" provocado pela "macaqueação" de livros e costumes estrangeiros. Anos depois, Darcy Ribeiro repetiu esse julgamento, usando um vocabulário novo, introduzido pelo ISEB. Para ele, *Minha formação* era a "autobiografia clássica e chata de um alienado", que "se vangloriava de pensar em francês. Dói é lembrar que esse alienado era, talvez, o mais brilhante intelectual brasileiro de sua geração." E mesmo pessoas que sob outros aspectos admiram Nabuco se sentem constrangidas por um eurocentrismo tão explícito.

Em suma, de uma ou outra forma, persiste até hoje o horror supersticioso pela "moléstia de Nabuco."

Gostaria, nesta palestra, de explorar mais a fundo essa questão.

Mas, antes disso, desejo mostrar que a tensão entre "mundo" e "país", que está na base do conceito do duplo exílio, é apenas a realização particular de uma estrutura muito mais geral, que percorre grande parte da obra de Nabuco: a estrutura da divisão. Nabuco é o homem da fratura, da alma fragmentada.

O molde original dessa estrutura está na infância, o que não surpreenderá ninguém. Depois de dedicar toda sua vida adulta à abolição, Nabuco faz uma constatação espantosa: ele tinha saudade do escravo. Absorvera a escravidão no leite preto que o amamentara. Vivera entre os escravos de sua madrinha, no engenho de Massangana, sob a tutela benigna da madrinha. A escravidão o envolveu durante toda a infância numa carícia muda; ele a aspirou na dedicação dos velhos servidores, que o reputavam o herdeiro presuntivo do pequeno domínio. E, no entanto, é também em Massangana que Nabuco começa a dar-se conta do caráter odioso do regime servil. O episódio célebre do jovem escravo desconhecido que se joga a seus pés, pedindo-lhe que intercedesse

junto à madrinha para que ela o comprasse, revela ao menino a natureza da instituição com a qual vivera até então tão familiarmente. Ele se identifica, através do suplicante, com toda a escravaria do engenho, e por extensão com a população escrava em geral. O termo "identificação" deve ser tomado no exato sentido psicanalítico, como o processo graças ao qual alguém se torna semelhante a outro. Foi o que aconteceu com Nabuco. Ele se via como semelhante aos escravos, porque expulso do convívio com seus pais, na Corte, vivia num desterro comparável ao dos africanos transplantados; porque Nabuco e os escravos estavam sujeitos, em Massangana, à mesma autoridade materna – a da madrinha – e nesse sentido, como observou Alfredo Bosi, havia uma filiação comum, que fundava uma verdadeira fraternidade; porque, com a morte de Ana Rosa, o menino branco e os escravos padeceram idêntica orfandade; e porque devem ter partilhado até a sensação de que o herdeiro legítimo do engenho era Nabuco, o que fazia do novo proprietário, sobrinho de Ana Rosa, um usurpador. A identificação foi tão completa, que Nabuco se viu literalmente como um escravo, acorrentado ao mais pesado dos grilhões, a obrigação imperiosa de lutar pela emancipação dos seus irmãos negros, sem a qual ele jamais obteria sua própria liberdade. Finda a escravidão, esse escravo de si mesmo achou que chegara o momento de obter sua alforria. Mas não; ele continuava escravo de sua saudade, de sua inexplicável nostalgia do escravo, de sua culpa – culpa sobredeterminada, culpa hereditária do branco por ter subjugado uma raça, e culpa paradoxal do abolicionista, que sabe ter contribuído mais que ninguém, por seu combate, para a extinção de um tipo humano generoso, que, nas palavras de Nabuco, regou o Brasil com seu sangue, mas abençoou-o com seu amor.

O que toda essa passagem mostra é a funda divisão de Nabuco. De uma parte, ele é um liberal que luta pela autonomia dos escravos. E por outro é um saudosista, consciente de que a emancipação representaria o fim de um Brasil não diria patriarcal, porque Nabuco não é Gilberto Freyre, mas matriarcal, à imagem e semelhança do seu engenho pernambucano, cujo nome, aliás, Nabuco feminizou, pois o nome original era Massangano. Essa foi a divisão original, sobre a qual se construiriam todas as outras, em diferentes esferas.

Na esfera pessoal, autobiográfica, em primeiro lugar. A divisão se aplica às suas escolhas e preferências. Assim, ele oscilava entre uma carreira dedicada às letras e outra dedicada à política. Em política, preferia a Política com "P" maiúsculo, a que é história, e se representa no grande palco do mundo, mas acabou seguindo o exemplo do seu pai, fazendo, no Brasil, a política localista, partidária, a política com "p" minúsculo. Em matéria de regime político, era monarquista à inglesa, como Gladstone, de acordo com o figurino descrito por Bagehot, mas tivera na juventude tendências republicanas e se fosse francês, embora jamais apoiasse uma república jacobina, teria apoiado o republicanismo moderado de um Thiers, que para salvar a França, depois de Sedan e da Comuna, renunciara em favor da República às suas convicções monarquistas. Confessa seu gosto pelo mundanismo e pela aristocracia, mas nunca perdeu de vista o sofrimento humano e trocou a vida dos salões pela defesa dos escravos. Diz que em política seu espírito é espontaneamente cosmopolita, mas, quando a pátria está infeliz, como durante a ditadura florianista, é para ela que se volta o coração. Ele é patriota, mas despreza o falso patriotismo dos que, em vez de se indignarem com a escravidão, viam como ultrajes à honra nacional os ataques estrangeiros contra o regime escravista, e chamavam de vendilhões da pátria os que se solidarizavam com esses ataques. Num certo momento, sob a influência de Renan, ele escreveu que a religião era "um remanso das mulheres e das crianças", mas compôs, a partir de 1875, um drama legitimista e católico, e converteu-se, em Londres, a um catolicismo escrupulosamente ortodoxo.

Na esfera antropológica, em segundo lugar. Agora Nabuco não fala mais de si mesmo, mas da natureza humana, que, segundo ele, se caracteriza pela coexistência de tendências antagonísticas. Dentro dessa linha, vale a pena citar na íntegra um trecho do *Diário* de Nabuco: "Nenhum erro é mais comum do que supormos que cada pessoa tem um caráter decidido, que há de proceder de um modo certo, sentir como nós prevemos, e que enfim é uma **unidade**,. Essas pessoas não existem. O erro contrário é preferível como regra de indução, supor que cada um tem em si elementos divergentes, opostos e irreconciliáveis, e que a vida sai dos contrários. O axioma dos pitagóricos (...) de que

os contrários são o princípio de todas as coisas é o melhor guia para o estudo dos homens, para o conhecimento de si mesmo e para a direção da vida".

Às vezes temos a impressão de que Nabuco recorre a Freud para defender a tese de um psiquismo dividido em instâncias e forças opostas. Numa entrada do seu diário, datada de 23 de março de 1904, portanto 4 anos depois da *Interpretação dos sonhos,* conta um sonho recente e pergunta-se "Por que não se estuda bem o sonho? Qual é a ciência dos sonhos?" Mas nada indica que Nabuco conhecesse Freud. O que é possível afirmar é que, nessa mesma entrada, Nabuco dá uma descrição da alma dividida em termos que poderiam ter sido subscritas por Freud, ao mostrar que o aparelho psíquico é o cenário contraditório de uma luta entre a consciência e o instinto.

Na esfera das relações entre culturas e nações, em terceiro lugar.

Na Europa, a antítese se dá sob a forma de uma oposição entre Paris e Londres. Londres é para Nabuco a cidade do isolamento, da naturalidade, da calma. Paris é a vibração cosmopolita do prazer e da arte, numa atmosfera de luxo e de combate. É um teatro em que todos vivem representando para uma multidão de curiosos. Londres é um convento em forma de clube, em que as pessoas se encontram, no silêncio das grandes bibliotecas. É exatamente o mesmo movimento da "moléstia de Nabuco". Nabuco se sentia em casa, tanto no brilho mundano e cosmopolita de Paris como no silêncio conventual das bibliotecas de Londres, nas quais encontrou os materiais de que precisava para defender a causa brasileira na questão da Guiana. É o tema do duplo exílio: em Londres, sentia falta de Paris, e em Paris, de Londres.

Num plano geográfico mais amplo, é a oposição entre o país e o mundo. É a "moléstia de Nabuco" propriamente dita. A gênese desse tema pode ser documentada desde 1891, numa carta de Londres que ele escreveu a Rodolfo Dantas: "Aqui nos falta a pátria, lá nos falta a liberdade. *Que faire?"* Mas o tema chegaria a sua expressão mais completa, como sabemos, nove anos depois, em *Minha formação*. Agora o dualismo não se aplica mais nem à personalidade singular de Nabuco, mesmo quando ele fala na primeira pessoa, nem à natureza universal do homem, mas a uma subjetividade coletiva bem determinada, a do sul-americano, e em particular a do brasileiro.

Esse tipo humano vive sob o signo da divisão, ilustrada por três metáforas. Uma metáfora teatral: é por um lado o espectador de uma peça que se chama civilização, que se passa em todos os teatros da humanidade, e mesmo quando algumas cenas transcorrem no Brasil só tem interesse intelectual quando se vincula ao grande drama universal, como foi o caso da abolição; e por outro lado o espectador, ator ou figurante de uma peça de âmbito local, dominado pelo jogo dos partidos e dos interesses regionais, que pode emocionar, mas não satisfazer intelectualmente. Uma metáfora geológica: a mentalidade do brasileiro tem duas estratificações, uma europeia, composta de sedimentos antigos, já estabilizados, e outra americana, composta de sedimentos flutuantes, mais novos. E uma metáfora anatômica: é a oposição entre a cabeça, sede do pensamento e da imaginação, que é europeia, e o coração, sede do sentimento, que é brasileiro. Nas três metáforas, podemos descobrir o principal "sintoma" da doença: oscilação entre o polo europeu (o drama da civilização, os estratos já cristalizados, a cabeça) e o brasileiro (o teatro provinciano, os sedimentos novos e flutuantes, o coração).

Nabuco afirma que com a idade, e por compaixão com os sofrimentos da pátria, ele se tornara menos "errático", mais preso às suas raízes brasileiras, mas não é essa a questão. A questão é outra: o que pensava ele sobre a divisão em si? A resposta não nos surpreenderá. Ele foi tão dualista ao julgar a *legitimidade* da divisão quanto ao descrever o *fato* da divisão. Pois encontramos em seus escritos tanto uma crítica como uma defesa da unidade.

Ele é contra a unidade quando ela é concebida no eixo temporal. Numa entrada de 1875, do *Diário,* ele se insurge contra aqueles que têm como ideal a imobilidade, esquecendo que o homem que agiu de uma certa maneira no passado não é mais necessariamente o mesmo, anos depois. Não se pode ver "sempre o mesmo homem em homens tão positivamente diversos como se vivessem um fora do outro". Vimos que no mesmo *Diário,* dois anos depois, ele diz que é um erro partir do princípio da unidade ontológica do homem. Em *Minha formação,* ele tem objeções políticas ao objetivo da unidade. Um homem possuído por uma só ideia, entregue a uma só obsessão, é potencialmente um fanático, como Robespierre. Em todo caso, é um intolerante, e "a intolerância

é uma fobia da liberdade e do mundo; é um fenômeno de retração intelectual, produzindo a hipertrofia ingênua da personalidade". Daí, em parte, os méritos que ele vê no cosmopolitismo, e curiosamente no mundanismo, que se caracterizam pela "compreensão das soluções opostas dos mesmos problemas sociais, pela tolerância de todas as opiniões, pela igual familiaridade com correligionários e adversários..." E antes que alguém objete que tanta abertura pode levar ao relativismo, ele se apressa a dizer que "esse modo de ser, em política, não é necessariamente eclético, nem, ainda menos, cético; é somente incompatível com o fanatismo, isto é, com a intolerância, qualquer que ela seja". Em *O abolicionismo*, ele tem uma curiosa objeção ao paradigma da unidade. Uma das suas críticas à escravidão é que ela apagou no Brasil todas as diferenças, criando uma atmosfera comum, que permeia não somente todas as instituições, como todos os segmentos da população, brancos e negros. Ao contrário dos Estados Unidos, a escravidão adquiriu entre nós uma elasticidade maior, teve maior poder de absorção, cooptando os próprios libertos. Ela gerou, com isso, uma espécie de mestiçagem política, em que as duas naturezas opostas, a do ex-senhor e do ex-escravo, se combinam numa síntese perversa, que leva à paralisia e dificulta a eliminação definitiva da "obra da escravidão".

Ao mesmo tempo, sente-se em Nabuco uma procura da unidade. A multiplicidade é um mal. Daí sua forma de adjetivar a instabilidade do brasileiro: ela é "terrível". Ele se considera dispersivo, e resolve, aos 28 anos, decidir que profissão deve seguir, em que língua deve pensar, ou seja, qual dos seus múltiplos eus deve prevalecer. É a utopia da alma unificada.

Ele transpõe essa utopia para o terreno literário. Numa peça de juventude escrita em francês, *L'option,* Nabuco aborda o tema do conflito de lealdades, por ocasião da guerra franco-prussiana. Robert von Fehrbellin é um oficial nascido na Alsácia e filho de pai alemão e mãe francesa. Ele herdou, assim, "os dois sangues, seus ódios, suas cóleras; estava na confluência dessas correntes contrárias, que se repeliam ambas, e transbordavam ambas." Robert morre por não poder suportar o conflito, e para que um dia a reconciliação entre os dois países possa produzir-se. É a realização fantasmática da utopia da unidade. "Vossos países marcharão sempre em direção da glória. Eles se encontrarão

ainda na história... Quando ambos tiverem um pensamento único, poder-se-á dizer enfim: o mundo está pacífico!"

A mesma utopia transparece num poema dramático, jamais realizado, sobre Alexandre, o Grande, mostrando como o fundo da natureza macedônia do herói resistia ao sedimento grego da cultura homérica e aristotélica. Alexandre se torna primeiro divino, pelo poder sem limites que acumula; depois, no Egito, recai na superstição; em seguida, na Assíria e na Pérsia, se torna licencioso e efeminado; e atinge a harmonia, ao morrer. "O grego calca aos pés os mantos, as máscaras, e as insígnias dos personagens orientais que ele representou, para voltar à idealidade da vida – ao belo jônico, à severidade dórica, ao sal ático – quando a morte sela com sua eternidade a unidade do herói, saindo das contradições do homem." É a mesma metáfora geológica que Nabuco usaria para definir a alma dividida dos brasileiros. A diferença é que no poema, com a vitória da camada "civilizada", representada pela Grécia, a unidade acaba sendo restabelecida. Em *Minha formação,* pelo contrário, nem o estrato civilizado, representado pela Europa, nem o primitivo, representado pelo Brasil, são suficientemente firmes para que um possa prevalecer sobre o outro, e por isso a unidade não é alcançada. Tanto o macedônio quanto o brasileiro são almas fraturadas, mas só o brasileiro está condenado à "terrível instabilidade" do desterro duplo.

Qual dos dois Nabucos tem a última palavra, o que reconhece o fato da divisão ou o que é movido pela utopia da unidade? Nabuco nunca fez um balanço final do seu pensamento, mas, se tivesse que fazê-lo, suspeito que, sem ignorar a importância da unidade como força motriz, como ideia reguladora, no sentido kantiano, concluísse que a divisão era a verdadeira pátria do homem, a mais compatível com sua autonomia e seu livre-arbítrio, a mais aberta à riqueza do real, a mais tolerante com as diferenças. Isto significa, aplicado ao tema da relação entre as culturas, que a contradição entre a Via Ápia e a paisagem tropical, entre o Sena e o Pão de Açúcar, entre o país e o mundo, fazem parte de uma dialética, mas é uma dialética negativa, no sentido de Adorno, na qual não existe nenhuma síntese, porque nenhuma reconciliação é possível. Não podemos viver *sem* a contradição, porque precisamos dos dois polos da

dualidade, e não podemos viver em paz *dentro* da contradição, porque ela nos condena ao sofrimento do desterro duplo.

Nabuco não foi evidentemente nem o primeiro nem o último a abordar a problemática do desterro. O desterro foi tratado (e lamentado) por todos aqueles que criticaram a heteronomia da cultura brasileira, sua dependência com relação aos centros de produção cultural. Para Sergio Buarque de Holanda, era de Portugal que nos sentíamos desterrados, e da cultura ibérica em geral. A partir do século XIX, há consenso entre nossos intérpretes de que foram a França, a Inglaterra e a Alemanha as nossas verdadeiras pátrias culturais, das quais vivíamos exilados. Em princípio, todos esses defensores da autenticidade brasileira foram a favor de uma solução drástica: cortar as amarras que nos prendem a além-mar. Com isso, o desterro cessaria.

Mas quem sabe se um caminho mais promissor não estaria no aprofundamento da experiência do exílio?

Não quero banalizar a dor do desterro. Enquanto experiência biográfica, individual, ele é terrível. Não precisamos recuar ao desterro de Ovídio, tão sombrio que gerou um livro intitulado *Tristia,* porque toda a história do Brasil é perpassada pelo sofrimento dos exilados, dor moral e quase física, cujos ecos repercutem até hoje. Foi o desterro dos portugueses, consumidos por aquela saudade indefinida que Capistrano de Abreu chamou de transoceanismo. Foi o banzo, nostalgia da África, que impelia o negro degredado ao definhamento e à morte. Foi a grande tristeza dos cristãos-novos, dilacerados pela memória de três desterros, o egípcio, o assírio – *super flumina Babyloniae* – e o da diáspora. Foi o *Heimweh,* sentido pelos imigrantes europeus, a partir do século XIX, para os quais o Brasil foi um lugar de desterro perpétuo. Na direção oposta, foi o degredo dos brasileiros no exterior, a melancolia de Gonçalves Dias na "Canção do exílio", o sofrimento e a cólera dos banidos de 1964.

O que me pergunto apenas é se não seria possível, na era da globalização, em que todas as fronteiras estão ficando porosas, repensar o desterro em termos positivos, graças ao conceito de identidades múltiplas.

Elas eram comuns no Iluminismo, quando os filósofos eram súditos do seu príncipe e cidadãos do mundo. E eram comuns entre os *globe-trotters* europeus do

final do século XIX, como Eduardo Prado e seu alter ego ficcional Fradique Mendes, que percorriam o mundo em busca de sensações e de conhecimentos.

No século XX, ninguém exprimiu mais claramente que David Ben Gurion o conceito de identidade múltipla. Num congresso sionista dos anos 30, ele disse o seguinte: "Pertencemos a vários círculos. Como cidadãos palestinos, estamos no círculo de uma nação que aspira a uma pátria; como trabalhadores, estamos no círculo da classe operária; como filhos de nossa geração, estamos no círculo do mundo moderno; e nossas companheiras estão no círculo do movimento das mulheres trabalhadoras que lutam por sua emancipação".

Os contornos da identidade múltipla foram delineados por outro judeu, Edgar Morin, a partir de sua própria história familiar. Ele usa o conceito de neomarranismo, por alusão aos judeus hispânicos convertidos ao catolicismo, mas que continuavam a sentir-se judeus, e tinham portanto duas identidades. Morin se diz francês pela cultura, ibérico por sua condição de sefaradita, italiano porque seus pais vieram de Livorno, grego por ter nascido em Salônica, e turco porque, quando nasceu, essa cidade estava sob domínio otomano. Ou seja, num registro negativo, ele seria portador de vários exílios cruzados e superpostos; num registro positivo, seria um homem multi-identitário, no qual as memórias correspondentes a cada exílio se transformariam em materiais para a construção de identidades parciais, e em que a soma de todas essas identidades geraria uma identidade pessoal complexa.

Mas pode-se objetar que essas experiências multi-identitárias são apenas o privilégio de diletantes de luxo e de intelectuais desenraizados, ou em busca de novas raízes. Ocorre que o cosmopolitismo de hoje é cada vez mais o cosmopolitismo do pobre, como o chamou Silviano Santiago. É um proletariado transnacional instalado na Europa e nos Estados Unidos. Esses trabalhadores emigrados têm duas cidadanias, cuja interpenetração resulta numa consciência dividida, numa consciência dupla, numa consciência de diáspora. Hoje há milhões de brasileiros nessas condições. Essa nova realidade nos permite falar numa cultura de fronteira, que pode funcionar como transição para uma cultura multi-identitária.

Ora, creio que Joaquim Nabuco teve um papel pioneiro nessa reflexão. Vimos que para ele o duplo exílio é uma negação dupla, o cruzamento de duas ausências. Mas não existiria, no avesso dessa descrição negativa, uma positividade virtual? Penso que sim. Bastaria negar essa negação dupla, preenchendo com uma dupla presença o vazio das duas ausências. O resultado é que, em vez de um duplo exílio, teríamos uma dupla identidade. Ou, mais exatamente, teríamos uma identidade pessoal composta por duas ou mais identidades parciais. Nessa formulação, a ideia é plenamente compatível com o pensamento de Nabuco, que diz, numa das passagens mais sugestivas do seu *Diário*: "Eu posso ser muito contraditório e ter muitos homens inconciliáveis em mim sem perder a minha **identidade**."

Nesse caso, ele seria o protótipo, não do expatriado, mas do cidadão de dois mundos, não do *déraciné*, na acepção de Barrès, mas do homem descentrado, com uma identidade complexa, constituída por várias identidades distintas. Em outras palavras, Nabuco não seria o representante de um eurocentrismo decadente, *fin de siècle*, mas o precursor de um novo tipo humano, o homem entre culturas, como diria Silviano Santiago, o habitante de um país chamado interlugar, na terminologia de João Cezar de Castro Rocha, o modelo do homem multi-identitário, plenamente adaptado à nova etapa do capitalismo globalizado.

A identidade natal nunca perderá sua força. A perspectiva multi-identitária não exclui o patriotismo, a tomada de posição a favor do país, como demonstrou Nabuco, o mais patriota dos brasileiros. Pelo contrário, só essa perspectiva pode assegurar uma ação nacional eficaz, numa fase em que já podemos sonhar com uma democracia mundial, cujo *demos* seria planetário, mas na qual os estados nacionais continuariam tendo peso decisivo. Ora, esse conceito pressupõe o *role-taking*, a capacidade de assumir a perspectiva todos os atores, o que só pode ocorrer plenamente na ótica da identidade múltipla, pois ela estimula um certo multiculturalismo mental, uma certa abertura antropofágica ao Outro.

Mas isso não geraria um conhecimento alienado, distorcido? Não necessariamente. Recorde-se do *topos* do exilado lúcido, que por ser exilado percebe

o que as evidências locais impedem que seja percebido. É o persa de Montesquieu, ou o pele-vermelha de Voltaire, que compreenderam muito melhor a França do século XVIII do que todos os sábios europeus juntos. E são, sobretudo, os selvagens brasileiros, os três canibais que foram levados para a França, no reinado de Carlos IX, e que segundo Montaigne observaram coisas sobre a França que nenhum francês tinha notado. Viram mais claro, porque seu olhar era um olhar de fora – um olhar etnográfico. Era o olhar do brasileiro que ou é forasteiro na terra dos outros ou torna-se forasteiro em sua própria terra, para melhor conhecê-la. É o olhar de Kafka, que percebe no mais familiar a latência do mais enigmático, o olhar de Brecht, que queria produzir em seu teatro um efeito de estranhamento, *Verfremdung*, capaz de levar o espectador a uma alienação produtiva com relação às evidências do mundo cotidiano.

E é o olhar de Nabuco. No prefácio de *O abolicionismo,* ele diz que, escrevendo longe do Brasil, sob a influência da saudade e da imaginação, ele o vê melhor, porque o vê de fora.

Isso não eliminará a tensão entre a "atração do país" e a "atração do mundo". Mas essa tensão não será mais o sintoma de uma doença. Se eu quisesse manter a metáfora médica, diria que a coexistência de mais de uma identidade pode ser, pelo contrário, o critério para definir um novo padrão de saúde mental.

Mas prefiro deixar de lado a metáfora médica, para não ser processado por prática ilegal da medicina. Limito-me a dizer, em conclusão, que chegou o momento de arquivar de uma vez por todas a moléstia de Nabuco, relegando-a ao museu das enfermidades imaginárias, como as inventadas pela moderna indústria farmacêutica, que não somente vende os remédios, como fabrica a própria doença.

Joaquim Nabuco memorialista*

Alfredo Bosi

Ocupante da Cadeira 12 na Academia Brasileira de Letras.

Quando o Presidente da Academia Brasileira de Letras, Marcos Vinicios Vilaça, me honrou com o convite para proferir uma palestra sobre Joaquim Nabuco memorialista, não pude deixar de alegrar-me com a coincidência. Eu acabara de dedicar, em um livro sobre ideologias e contraideologias, um capítulo a essa admirável figura de militante e escritor. Mas a coincidência mais feliz estava no aposto, memorialista, pois a minha tentativa de interpretação da obra de Nabuco partira da análise do belíssimo texto em que ele evoca o engenho onde passara a infância, Massangana, um dos momentos altos dessa obra-prima de autoanálise existencial que é *Minha formação.*

Neste centenário da morte de Nabuco tudo convida a reler *Minha formação*. Trata-se de um livro de recordações de uma vida inteira, embora não obedeça à tradicional estrutura linear das obras do

* Texto apresentado no Ciclo "Centenário de Morte de Joaquim Nabuco I", em 13 de abril de 2010, no Teatro R. Magalhães Jr. (ABL).

gênero: nascimento, infância, juventude, maturidade... A composição lembra antes um arquipélago do que um continente. Os capítulos são ilhas, que o mar aparentemente infinito da memória ora aproxima, ora distancia. Como acontece nos movimentos de nossa vida subjetiva, há lembranças que, de tão longínquas e esgarçadas, parecem já estar fora de nós, e precisamos de algum esforço para recompô-las e dizê-las, e há outras que nos tomam de assalto, invadem os recantos mais fundos de nós mesmos, deixam sinais, às vezes cicatrizes em nosso caráter e talvez em nosso próprio destino.

Era convicção de Nietzsche que "nos homens profundos, as vivências duram longamente". *Minha formação* é um arquipélago dessas experiências que a hermenêutica nos ensinou a chamar de vivências, termo hoje pouco usado, mas que continua imprescindível quando se deseja falar de um enlace de sentimento e memória. Em outras palavras, recordação do vivido.

Segundo a reconstrução da história do conceito de *Erlebnis,* feita por Gadamer em *Verdade e método,* a palavra só entrou na linguagem filosófica a partir da biografia de Schleiermacher escrita por Dilthey em 1870. Na acepção de experiência vivida, a expressão denota algo que sobrevive em nós de modo individual e persistente. Lembramos porque continuamos a experimentar a força e a qualidade do sentimento que outrora traspassou uma dada situação e que a memória não deixou cair. Pois esquecer é, etimologicamente, deixar cair o que quer que seja para fora de nossa mente.

O termo enriqueceu-se com a análise diferencial que lhe deu Gundolf em sua biografia de Goethe. Repare-se, de passagem, quanto o método de histórias de vida contribuiu para a elaboração do conceito. A vivência pode coincidir com uma emoção originária, irrepetível (*Ur-Erlebnis*), ou estender-se no tempo na forma de uma rede de experiências familiares, culturais ou políticas: seriam vivências de formação (*Bildungerlebnisse*).

Quando Joaquim Nabuco escreveu *Minha formação*, pouco antes de entrar na quadra dos 50 anos de idade, permaneciam em sua memória tanto um episódio dramático da sua infância como algumas figuras de intelectuais e políticos do Segundo Reinado que concorreram para a construção da sua *persona* de escritor e homem público.

"Massangana" é o título de um dos derradeiros capítulos de *Minha formação*. Não me parece aleatória a sua posição no corpo do livro: fica entre os capítulos "Eleição de deputado" e "A abolição", ou seja, entre memórias de 1878 e 88, decênio que é o tempo forte da campanha pela libertação dos escravos. Para narrar as horas decisivas do militante, o memorialista precisou interromper o relato da luta política, descer ao poço das recordações e de lá fazer subir à tona da escrita uma imagem submersa pelo tempo. Não imagens soltas e erráticas, mas uma só, luminosa, coerente, pregnante, como a chamaria a psicologia da Gestalt. Nem diz outra coisa a abertura do capítulo: "O traço todo da vida é para muitos um desenho de criança esquecido pelo homem, mas ao qual ele terá sempre que se cingir sem o saber..."

Nessas palavras, que gerações de leitores têm guardado como relíquia de família, estão juntas metáforas que nos são caras: o "traço todo da vida" é a própria imagem do itinerário que a obra percorre fielmente; o "desenho de criança esquecido pelo homem" diz a forma primeira de uma experiência que o adulto relegou para fora do seu cotidiano feito de cuidados do aqui e agora; mas é desenho "ao qual ele terá sempre que se cingir sem o saber", porque, mesmo ocultado na sombra do inconsciente, servirá de bússola na hora das grandes decisões.

> "Os primeiros oito anos da vida foram assim, em certo sentido, os de minha formação, instintiva ou moral definitiva... Passei esse período inicial, tão remoto, porém mais presente do que qualquer outro, em um engenho de Pernambuco, minha província natal".

Sabemos que aqueles "últimos longes de minha vida" se fizeram não só presentes por força da memória como alimentaram com a seiva da compaixão a obra do futuro abolicionista.

O quadro e a cena

Para reviver o espírito e a letra das reminiscências de Massangana, será preciso escolher entre dois caminhos: ou partir da evocação da paisagem natural e

social do engenho e só depois deparar a cena do jovem escravo fugido que tão doridamente feriu a sensibilidade da criança; ou, em sentido contrário, trazer ao primeiro plano a lembrança daquele encontro do menino de engenho com a face absurda do cativeiro para em seguida ir espraiando o olhar pelos verdes canaviais "cortados pela alameda tortuosa de antigos ingás carregados de musgos e cipós sombreando de lado a lado o pequeno rio Ipojuca". E contemplar no centro a casa grande erguida entre a senzala fronteira e a capela consagrada a São Mateus.

Escolhi a primeira alternativa, que fica rente à perspectiva do texto.

A descrição precedeu a narração, mas não de modo linear e bem concertado: a cena irromperá no quadro, abrupta, desconcertante.

A paisagem é imóvel e silente. Nesse pequeno domínio perdido na zona do Cabo, que o memorialista descreve como "inteiramente fechado a qualquer ingerência de fora, como todos os outros feudos da escravidão", até a natureza parece recolhida em si mesma. Sob a sombra impenetrável de árvores solitárias abrigavam-se grupos de gado sonolento. E a água do Ipojuca, que já sabemos exígua, é "quase dormente sobre os seus largos bancos de areia". Por esse riacho, lembra Nabuco, se embarcava o açúcar para o Recife. Veja-se como o movimento em direção à sociedade, que tem tanto a ver com a economia do Nordeste em pleno Segundo Reinado, deflui de uma água quase parada. O que está dentro só pouco e lentamente se comunica com o que vai lá fora.

Mas, se entre o engenho e o resto do mundo, há descontinuidade de ritmo vital, o mesmo não acontece entre as terras de Massangana e o mar. "Mais longe começavam os mangues que chegavam até à costa de Nazaré..." A visão do mar contíguo ao engenho traz a mesma impressão de experiência originária, indelével:

> "Muitas vezes tenho atravessado o oceano, mas se quero lembrar-me dele, tenho sempre diante dos olhos, parada instantaneamente, a primeira vaga que se levantou diante de mim, verde e transparente como o biombo de esmeralda, um dia que, atravessando por um extenso coqueiral atrás das palhoças dos jangadeiros, me achei à beira da praia e tive a revelação súbita, fulminante, da terra líquida e movente..."

Está esboçado o quadro, ilha e oásis, em uma linguagem que deriva dos grandes paisagistas românticos, Bernardin de Saint-Pierre, o precursor de todos, Chateaubriand e o nosso Alencar. Na recordação do engenho o sentimento fundamental é o de uma harmonia cósmica que tudo penetra e envolve:

> "Durante o dia, pelos grandes calores dormia-se a sesta, respirando o aroma, espalhado por toda a parte, das grandes tachas em que cozia o mel. O declinar do sol era deslumbrante, pedaços inteiros da planície transformavam-se em uma poeira de ouro; a boca da noite, hora das boninas e dos bacuraus, era agradável e balsâmica, depois o silêncio dos céus estrelados majestoso e profundo. De todas essas impressões nenhuma morrerá em mim. Os filhos de pescadores sentirão sempre debaixo dos pés o roçar das areias da praia e ouvirão o ruído da vaga. Eu por vezes acredito pisar a espessa camada de canas caídas da moenda e escuto o rangido longínquo dos grandes carros de bois..."

Se o autor das páginas de Massangana se tivesse detido nessa revivescência da paisagem, teríamos um Joaquim Nabuco evocador encantado da vida nos pequenos engenhos do Cabo, poeta de um mundo cuja dissolução seria a matéria narrativa de um José Lins do Rego e a fonte antropológica de um Gilberto Freyre. Mas a memória do quadro cede, a certa altura, à irrupção da cena:

> "Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada exterior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de dezoito anos, o qual se abraça a meus pés suplicando-me pelo amor de Deus que o fizesse comprar por minha madrinha para me servir. Ele vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dele, dizia-me, o castigava, e ele tinha fugido com risco de vida..."

A História entra, de repente, naquele pequeno mundo antigo que havia pouco o memorialista nos mostrara encerrado em si mesmo, fazendo um só corpo

com a natureza em ritmo de eterno retorno do mesmo. Não: a escravidão feria de todos os lados o cerne mesmo da vida humana, e não seria possível refugiar-se no aconchego materno de Massangana sem defrontar-se, mais cedo ou mais tarde, com a sua cruenta realidade. Lendo os diários de Nabuco, escrupulosamente anotados por Evaldo Cabral de Melo, ficamos sabendo que o nome antigo do engenho era Massangano, topônimo de origem angolana (quem diz Angola, diz escravo), mas que Nabuco acabou preferindo, com o tempo, a desinência feminina, Massangana. O historiador atribuiu à argúcia de Lélia Coelho Frota, organizadora da edição dos diários, uma decifração psicanalítica para a mudança de gênero: o engenho era o regaço materno, e o menino, como tantos dos seus escravos fiéis, não tinha pai, só mãe, melhor dizendo, mãe-madrinha. É testemunho de Nabuco: "minha primeira Mãe, mãe-madrinha, Dona Ana Rosa Falcão de Carvalho, de Massangano, a quem até a idade de 8 anos dei aquele nome, não conhecendo minha Mãe". Sabe-se que os pais do recém-nascido Joaquim se mudaram de Pernambuco para o Rio de Janeiro, quando Nabuco de Araújo foi eleito deputado às Cortes, deixando-o com a madrinha durante quase toda a sua infância. Mas o Massangano africano, talvez recalcado, repontaria na figura do escravo fugido que procura abrigo no ventre de Massangana.

Voltando à narração, ouve-se o contracanto reflexivo do memorialista: "Foi este o traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição com a qual eu vivera até então familiarmente, sem suspeitar a dor que ela ocultava". O que segue será talvez o documento mais representativo da ambivalência que tem permeado a interpretação que a inteligência brasileira procura dar à relação senhor-escravo tal como se constituiu entre nós.

De um lado, há a imagem do "paraíso perdido". Sob o governo benfazejo da madrinha, matriarca dadivosa a quem os escravos dedicavam um afeto devoto, Massangana pôde ser o lugar de refúgio do escravo maltratado pelo senhor de algum engenho das redondezas. Nabuco visivelmente sublima os sentimentos de gratidão e veneração, que lhe parecem próprios da maioria dos africanos trazidos ao Brasil. Eles teriam uma capacidade de sacrifício que os isentaria de ódios e vinganças. As desforras sangrentas seriam raríssimas e provocadas pela ferocidade de alguns senhores e feitores que tinham

interiorizado tão-só o caráter perverso do sistema. Não por acaso, o jovem negro suplicava ao menino Joaquim que o fizesse comprar por sua madrinha, ou seja, que ele pudesse mudar de senhor.

Mas há o outro lado. Massangana é apenas uma ilha, um oásis, imagens que implicam a existência de um outro mundo que se estende além de seus confins. Esse mundo hostil, de onde escapou o jovem escravo, precisava mudar. E mudar com urgência. Não podemos esquecer que o episódio se terá dado nos meados da década de 1850, quando apenas a lei da extinção do tráfico fora decretada, devendo-se ainda esperar quase 20 anos para que se travasse a batalha em torno do projeto Rio Branco, de que resultaria a Lei do Ventre Livre.

É necessário comparar os dois discursos de Nabuco: o que se encontra em algumas passagens de Massangana, e chega à expressão-limite, "saudade do escravo" ("uma singular nostalgia, que muito espantaria um Garrison ou um John Brown"), e o que condena abertamente a instituição e representa o núcleo ético de toda a sua campanha abolicionista sustentada até a decretação da Lei Áurea. Serão discursos contraditórios em termos absolutos? Diria que são distintos, e que cabe a nós o ônus da interpretação.

O escravo afigura-se ao Nabuco memorialista tão sublime quanto perversa é a instituição do cativeiro. Abolida a escravidão, o sistema felizmente estaria extinto, mas com ele também desapareceria a figura humana verdadeiramente nobre do servo incapaz de odiar o senhor. Suspenda-se provisoriamente, nesta altura, o juízo progressista e democrático, que decerto não toleraria racionalizações ideológicas que lembrem os mitos sacrificiais recriados por Alencar nas figuras de servidão voluntária de Peri, Iracema e da mãe-negra do drama *Mãe.* O que levou Nabuco à idealização do engenho da infância terá sido o clima de benevolência propiciado pela personalidade da madrinha: o sentimento grato de filiação, ele o estendeu da sua própria condição de menino apartado do pai e da mãe a todos os escravos de Massangana. Estes, segundo o testemunho do memorialista, choraram amargamente a morte de Dona Ana Rosa, sentiram-se órfãos e viram com terror a chegada dos novos proprietários. É significativa essa oposição recorrente entre Massangana e os demais lugares onde vigorava o mesmo regime escravista. Se Nabuco tivesse levado às últimas

consequências esse antagonismo, o engenho da infância lhe apareceria apenas como exceção, talvez única, impedindo que o seu discurso resvalasse para temerárias generalizações. A passagem, às vezes imperceptível, do caso singular à regra geral é, como se sabe, um dos riscos a que não escaparia nem mesmo um observador social acutíssimo do porte de Gilberto Freyre.

De todo modo, é a praxis sustentada coerentemente que, em última análise, importa para avaliar a somatória de todos os atos que configura o caráter de um homem. Por isso, deve-se considerar o projeto que resultou da experiência vital de Nabuco junto aos escravos de Massangana. Doze anos depois da morte de Dona Ana Rosa, o jovem de 20 anos voltou à capela de São Mateus, onde jazia a madrinha na parede ao lado do altar, "e pela pequena sacristia abandonada penetrei no cercado onde eram enterrados os escravos... Cruzes, que talvez não existam mais, sobre montes de pedras escondidas pelas urtigas, era tudo quase que restava da opulenta *fábrica*, como se chamava o quadro da escravatura..." O engenho vendido se transformara em usina. Da casa velha não restara vestígio. "O trabalho livre" – observa o memorialista – "tinha tomado o lugar em grande parte do trabalho escravo". Debaixo dos seus pés estavam os ossos dos negros velhos que o tinham amado na infância. Como na cena do escravo abraçado a seus pés, Nabuco vive então um novo momento revelador: "Foi assim que o problema moral da escravidão se desenhou pela primeira vez aos meus olhos em sua nitidez perfeita e com a sua solução obrigatória".

Mas a revelação da iniquidade duraria apenas o tempo breve de uma epifania, se não tivesse desencadeado no jovem Nabuco a certeza de uma decisão sem retorno. Diante daqueles túmulos abandonados, mas sagrados,

> "ali mesmo, aos vinte anos, formei a resolução de votar a minha vida, se assim me fosse dado, ao serviço da raça generosa entre todas que a desigualdade da sua condição enternecia em vez de azedar e que por sua doçura no sofrimento emprestava até mesmo à opressão de que era vítima um reflexo de bondade..."

Nabuco poderia ter antecipado a frase que seria o lema do Mahatma Gandhi: "Eu amo a beleza do compromisso".

Da experiência vital ao primeiro passo da carreira do abolicionista

Pouco tempo decorreu para que o estudante de Direito no Recife tivesse ocasião de cumprir o seu voto solene. Um escravo de nome Tomás matara uma autoridade que mandara açoitá-lo em praça pública; preso e condenado, dera um golpe mortal no guarda que lhe impedira a fuga. Julgado como réu de dois crimes, quem o defendeu foi o nosso quintanista de Direito. A causa estava de antemão perdida, mas para Nabuco era o primeiro banco de prova do juramento feito sobre os ossos dos escravos de Massangana.

Para elaborar a defesa, o estreante nas lides do fórum escreveu um libelo a que deu o título de *A escravidão*. O texto ficou desconhecido até que, em 1924, a viúva do autor, Evelina Nabuco, o entregou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que só viria a publicá-lo em sua revista em 1951. Não se conhecem as razões do ineditismo dessa obra juvenil. Em *Minha formação*, ele traça a memória daqueles anos fecundos que precederam a elaboração da Lei do Ventre Livre, destacando o trabalho jurídico do pai, o senador Nabuco de Araújo, e os seus contatos com a Anti-Slavery Society, cujas publicações traduzia e dariam munição para os discursos abolicionistas. Mas não se detém na história do texto de *A escravidão.* No entanto, essas já traziam argumentação cerrada contra o instituto do cativeiro. Nabuco mostra-se conhecedor da história da escravidão desde a Antiguidade, e é notável a riqueza de dados sobre o tráfico ilícito que apresenta, provavelmente extraídos do livro que ele chamaria mais tarde "o grande manancial", *A escravidão no Brasil,* de Perdigão Malheiro. A obra, recém-publicada, já era conhecida entre os membros do Instituto dos Advogados, a que pertencia o Senador Nabuco de Araújo.

O libelo mereceria análise minuciosa que não cabe nos limites desta exposição. Há nele um ímpeto juvenil que nos comove até hoje. O cerne do discurso é ousado: se há um crime a ser punido antes de se condenar o escravo Tomás, esse crime é a própria escravidão. A ideia do cativeiro como *fenômeno social total* que degradava o Brasil e todas as sociedades escravistas seria retomada por Nabuco no seu escrito maior, *O abolicionismo,* em discursos que pronunciou na

Câmara e em comícios eleitorais. A defesa do réu converte-se desde o princípio em ataque, o que é sabidamente a melhor das estratégias. Tão admirável como este acorde inicial me parece a engenhosidade com que o nosso fogoso estudante soube inverter o principal argumento dos defensores da escravidão, *o direito absoluto da propriedade*, sancionado na Carta de 1824, que repetia, por sua vez, o Código napoleônico. A decisão de libertar os escravos nas colônias francesas fora tomada pela Convenção revolucionária em 1794, mas Napoleão a revogou em 1802, e, novamente legalizada, a propriedade do homem pelo homem se manteria até que a revolução de 1848 decretasse a abolição definitiva. O liberalismo no Brasil não ficou muito a dever ao liberalismo europeu. Cá e lá...

O que faz o defensor do escravo Tomás? Considerando, de plano, a escravidão um crime, Nabuco o qualifica em termos de delito de dupla violação contra o direito de propriedade: ao escravo tinham sido ilegitimamente subtraídos o direito de dispor do próprio corpo, alienado ao senhor, e o direito à vida, por força da pena de morte assinada no seu primeiro julgamento. "Assim", propõe Nabuco, "veremos como a escravidão ataca o direito da propriedade". A transgressão desse direito sagrado já havia começado com um crime: o tráfico negreiro contemporâneo da descoberta e dos três séculos de colonização. O tráfico acabara, mas seus efeitos perversos perduravam. Nabuco cita as palavras de um de seus poetas diletos, Lamartine: "Feliz o dia em que a legislação vir banidos diante da luz divina esses dois grandes escândalos da razão do século dezenove: a escravidão e a pena de morte".

De particular interesse para compreender as precoces manifestações contraideológicas de Nabuco são as páginas dedicadas ao quilombo dos Palmares. As fontes então disponíveis eram parcas: a rigor, só a *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita, na edição de 1730 citada pelo nosso historiador amador. Entende-se por que ele fale de uma "lenda pernambucana", o que não o impede de narrar os fatos com a precisão de nomes, lugares e datas. E não só: proferindo juízo sobre o valor dos quilombolas e destacando Zumbi e seus guerreiros, realça seu caráter heroico, que sustenta contra "os historiadores que caluniaram" aquela tentativa desesperada de viver livre em terra de

escravidão. Para destruir Palmares foi necessária a aliança dos maiores poderes da colônia: os portugueses assoldados pelo vice-rei João de Lancastro e os bandeirantes comandados por Domingos Jorge Velho. Uma composição similar de forças arrasaria a ferro e fogo, meio século depois, as missões dos Sete Povos.

Memória individual e história social

Recorrendo ao termo "vivência", lembrei a sua dupla dimensão: experiência de um momento decisivo e experiência de uma rede de encontros alongada no espaço e no tempo. A pura memória, no sentido bergsoniano de irrupção súbita de uma cena que parecia calada no silêncio do inconsciente, pode determinar uma percepção nova da realidade e aquecer por algum tempo nossa imaginação e nosso desejo: o episódio de Massangana e a volta do jovem Nabuco ao engenho terão sido responsáveis pela sua promessa de dedicar a vida à libertação dos escravos.

De outra qualidade é a reconstrução que o memorialista faz de seu itinerário de homem público: aqui vemos os andaimes da *persona*, o trabalho das ideias, a modelagem das convicções morais e doutrinárias; numa palavra, a formação do indivíduo que pertence ao tempo, a memória que se faz História.

A biografia cultural e política de Joaquim Nabuco poderia ser figurada como uma constelação. São pessoas e lugares que ele foi encontrando em tempos diversos, e que a mente aberta e o coração generoso foram trazendo para o seu convívio como quem traça em torno de si um círculo familiar. *Minha formação* é obra que poderá desnortear pela riqueza de personagens e situações evocadas, mas que se lê como uma melodia única, porque única é a voz que a modula e único o seu timbre puro, claro, sem deixar de ser cálido e afetuoso.

O pai

Quem leu *Um estadista do Império* não precisará de nenhuma outra prova da influência duradoura que a figura paterna exerceu sobre a formação moral e

política de Joaquim Nabuco. No livro das memórias, o 18.º capítulo abre-se com este testemunho solene:

> "Por onde quer, entretanto, que eu andasse e quaisquer que fossem as influências de país, sociedade, arte, autores, exercida sobre mim, eu fui sempre inteiramente trabalhado por outra ação mais poderosa, que, apesar, em certo sentido, de estranha, parecia operar sobre mim de dentro, do fundo hereditário, e por meio dos melhores impulsos do coração. Essa influência, sempre presente por mais longe que eu me achasse dela, domina e modifica todas as outras que invariavelmente lhe ficam subordinadas. É aqui o momento de falar dela, porque não foi uma influência propriamente da infância nem do primeiro verdor da mocidade, mas do crescimento e amadurecimento do espírito, e destinada a aumentar cada vez mais com o tempo e a não atingir todo o seu desenvolvimento senão quando póstuma. Essa influência foi a que exerceu meu pai..."

Deixo aos psicanalistas a tarefa de desatar o nó existencial: influência "em certo sentido estranha", mas que parecia operar de dentro do fundo hereditário; influência que tudo domina "mesmo a distância"; mas que não se manifestou nem na infância (o menino Nabuco viu o pai pela primeira vez aos oito anos de idade), nem na primeira juventude, e "que só atingiu seu ápice depois da morte do pai"... Estranha, tardia, longínqua, póstuma, e no entanto poderosa herança transmitida pelo sangue, crescente com a idade, e afinal só onipresente na hora da orfandade.

Ao estudioso de ideias e valores o que fica dessa memória reverencial é o roteiro político e a sabedoria do jurista e conselheiro do Império. No primeiro capítulo de *Minha formação*, a ênfase recai na sua passagem do campo conservador para o liberal efetuada nos meados da década de 60. A história dessa mudança partidária foi contada com minúcia ao longo de *Um estadista do Império,* levantamento exaustivo de dados em que o historiador Joaquim Nabuco recorre a milhares de apontamentos do pai e a testemunhos de contemporâneos (ora favoráveis, ora críticos), verdadeira

memória de segundo grau, que muitas vezes é a matéria-prima da historiografia.

Talvez caiba uma breve digressão sobre as convicções políticas de Nabuco de Araújo, pois o quadro interessa também à formação doutrinária do seu filho e biógrafo.

Para desbastar o terreno parece-me necessário fazer uma distinção entre dois liberalismos, válida não só para o Brasil Império, como para grande parte do Ocidente ao longo do século XIX. Conhece-se o liberalismo conservador, que se codificou sob o império de Napoleão, adensou-se nos anos da Restauração e afinou-se sob o reinado burguês de Louis-Philippe. Entre seus maiores ideólogos figuravam Benjamin Constnt e Guizot, seguidos de perto pelos políticos brasileiros que adotaram em plena Regência a bandeira do chamado Regressismo. É uma ideologia proprietista, excludente, escorada no voto censitário, sempre defensiva em relação aos ideais da Revolução Francesa. Predominou até a Revolução de 48.

As ressonâncias desse movimento rebelde alcançariam toda a Europa e chegariam, com algum atraso, também entre nós. Nos anos 60 desponta um *novo liberalismo*, de feição democrática e já capaz de contestar a política escravista ainda hegemônica. Do primeiro liberalismo, monárquico e inteiramente subordinado aos princípios de autoridade e hierarquia, Nabuco de Araújo foi adepto, enquanto juiz severo dos líderes da Revolução Praieira e parlamentar influente do partido conservador, até o momento em que se desvincularia para sempre dos corifeus da oligarquia saquarema. Ao hipotecar apoio à política de conciliação do ministério Paraná e à corrente dos Progressistas, ele de algum modo se aproximava do Partido Liberal que ganharia consistência ideológica ao longo da crise política de 1868. O jovem Nabuco, que vimos em 1870 defender o negro Tomás perante uma sociedade dominada por senhores de engenho, se reconhece neste segundo liberalismo a que o pai aportara precisamente naqueles anos decisivos em que despontava o abolicionista.

A escrita de *Minha formação* remete-nos aos capítulos de *Um estadista do Império*, em que o filho mostra o pai empenhando-se em dar formulação jurídica às propostas pioneiras de libertação dos nascituros que resultariam no

projeto Rio Branco. Sem subestimar o trabalho de erudição e discernimento que revelam os textos do senador Nabuco de Araújo (aproveitados no projeto do Conselho de Estado por ele redigido em 68), não podemos deixar de compará-los com as páginas contemporâneas do libelo *A escravidão*, ditadas pelo estreante no fórum Joaquim Nabuco. Essa veemente defesa só foi de raspão mencionada em *Minha formação*, e seu título não consta nem mesmo da bibliografia do autor listada na cuidadosa edição da Aguilar de *Um estadista do império*, que é de 1975. Mas, à primeira leitura, saltam à vista o longo alcance e a radicalidade do libelo do jovem Nabuco e, na outra ponta, a constante moderação do provecto conselheiro.

A escravidão dá à instituição do cativeiro o seu verdadeiro nome de *crime*. Mas o projeto de emancipação dos nascituros, conservando como escravos pai e mãe, todas as crianças e todos os adultos nascidos antes da promulgação da lei, mantém intacta a legalidade da instituição

O jovem Nabuco contesta o direito de propriedade do homem pelo homem; o texto do projeto do Conselho de Estado, ao contrário, o reconhece, na medida em que propõe formas de indenizar o proprietário, obrigando os libertos a trabalhar gratuitamente para seus ex-senhores até a idade de 20 anos. A Lei Rio Branco iria além: ofereceria ao proprietário a alternativa de receber 600 mil réis como ressarcimento pelos gastos despendidos na criação do ingênuo. Trata-se de procedimentos imitados de leis similares promulgadas na Inglaterra, na França e em Portugal. Cá e lá...

Cumpre retomar a distinção entre vivências únicas, irrepetíveis e experiências cumulativas. As primeiras são raios que iluminam de repente a alma dos que as experimentam: assim foi o episódio do jovem abraçado aos pés do menino pedindo-lhe a proteção da madrinha, assim foi a visão dos jazigos rasos sobre os ossos dos velhos escravos na capela de São Mateus. Aí percebemos os momentos em que tudo muda, e muda para sempre, aí está o germe da radicalidade do futuro líder da causa. Quanto às outras, de fundo cultural e político, agem lentamente, vão sedimentando no espírito de quem as introjeta aqueles valores que nortearão a sua palavra e ação. É este o caso do filho que contempla a carreira ascensional do pai, conselheiro aberto à filantropia da

Anti-Slavery Society e aos políticos liberais da Europa que pelejaram pela extinção do tráfico e, em seguida, pela abolição do cativeiro.

Centrando na figura do Conselheiro a sua própria formação de homem público, Nabuco não esquece a constelação dos políticos que, nos anos de sua juventude, davam o tom ao liberalismo democrático:

> "Em casa eu via muito a Tavares Bastos, que me mostrava simpatia, todo o grupo político da época; era para mim, estudante, um desvanecimento descer e subir a rua do Ouvidor de braço com Teófilo Otoni; um prazer ir conversar no *Diário do Rio* com Saldanha Marinho e ouvir Quintino Bocaiúva, que me parecia o jovem Hércules da imprensa, e cujo ataque contra Montezuma, a propósito da capitulação de Uruguaiana, me deu a primeira ideia de um polemista destemido".

Quem conhece a biografia do jovem Machado de Assis reconhece as figuras principais dessa constelação que o ajudou em seus primeiros anos de jornalismo. Aqui o interesse está em mostrar a afinidade do grupo com a posição do Conselheiro Nabuco de Araújo na sua passagem para o novo liberalismo.

O instante singular da emoção tinha sido o motor que tudo aquecera e transformara, mas foram os anos de sociabilidade política e reflexão que não o deixaram arrefecer.

Leituras

Joaquim Nabuco foi desde a adolescência um leitor apaixonado. As menções a livros e autores disseminadas em *Minha formação* podem, à primeira vista, desorientar, tal a variedade e o ecletismo das referências. Mas um exame atento acaba encontrando duas fontes recorrentes de suas escolhas: a literatura francesa ainda romântica ou já penetrada por veios realistas e os escritos políticos ingleses da primeira metade do século XIX. As culturas francesa e inglesa serão o pão cotidiano de Nabuco ao longo de toda a vida. Sabe-se quanto ele dominava as respectivas línguas, tendo escrito diretamente em francês desde

a primeira juventude como o atestam o drama *L'option*, redigido pouco depois da derrota da França e, na maturidade, as suas máximas morais e religiosas, *Pensées détachées*, que levaram um crítico respeitável, Émile Faguet, a supor que o nome de Joaquim Nabuco fosse o pseudônimo de algum escritor francês encapuzado... Em inglês, aperfeiçoado durante as estadas em Londres, proferiu conferências literárias e políticas em várias universidades norte-americanas na qualidade de nosso primeiro embaixador em Washington. A sua leitura do canto nono de *Os lusíadas*, acompanhada de versões das oitavas camonianas, é exemplo dessa mestria.

Mas o que interessa ao intérprete da cultura é saber o que tocou fundo o leitor Nabuco a ponto de manter-se vivo no seu livro de memórias. Creio que só fica o que significa. O romantismo francês deu-lhe o gosto do lirismo harmonioso de Lamartine, a magia da prosa de Chateaubriand (que se pode reconhecer em suas encantadas descrições da natureza da ilha de Paquetá), mas principalmente o *élan* de uma religiosidade ardente, pessoal, que na juventude beirava a heterodoxia de Lamenais: as *Palavras de um crente* foram um de seus livros de cabeceira. E havia também o Victor Hugo rebelde e Edgard Quinet, autor hoje esquecido de um poema trágico sobre o judeu errante, o Ahasverus, súmula de uma teologia da libertação *avant la lettre.* O orador arrebatado da campanha abolicionista guardou o calor dessa herança romântica. E me arriscaria a dizer que nem mesmo a influência confessa de Renan, com seu irônico ceticismo, logrou apagar do coração de Nabuco a chama do sentimento religioso que os últimos anos de vida iriam avivar com tanta intensidade.

Em compassado contraponto, veio-lhe da leitura dos publicistas ingleses a convicção inabalável do seu liberalismo parlamentar e monárquico. É possível que o Nabuco haja idealizado os traços de um caráter nacional inglês em estado puro e refratário a influências externas. Para entender essa perspectiva nada melhor do que ler a passagem sobre "o espírito inglês", que está no centro de *Minha formação.* O seu primeiro mestre de História no Colégio Pedro II, o barão de Tautphoeus, a quem dedicou páginas de veneração, já lhe ensinara que a singularidade inglesa e o distanciamento

das modas continentais não seriam defeito de isolacionismo, mas prova de solidez e vitalidade das próprias tradições.

A espinha dorsal do parlamentarismo monárquico de Nabuco ele a retirou de um manual de direito, *A Constituição Inglesa,* de Bagehot. Há um capítulo de *Minha formação* que se intitula precisamente "Bagehot". Não tenho competência jurídica para apreciar quer o livro, quer a viabilidade da sua aplicação ao nosso sistema político. Talvez deva louvar-me na opinião de um mestre, Afonso Arinos de Melo Franco, que, no prefácio a *Um estadista do Império,* qualifica de "inteiramente irrealista" a fé nunca desmentida de Nabuco "nas possibilidades de adaptação, no Brasil, da Monarquia parlamentar inglesa". E inclino-me a endossar a tese de Afonso Arinos segundo a qual *Minha formação* e *Um estadista do Império* seriam não só biografias do próprio autor e de seu pai, mas monumentos erigidos ao Império que o golpe republicano derribara sem piedade. Se assim é, a República, afastando Nabuco da vida pública, o teria involuntariamente estimulado a voltar-se saudoso para o regime destituído. A ironia da História não para aí: lendo *Um estadista do Império*, o presidente Campos Sales tomou-se de tanta admiração pelo autor que resolveu convidá-lo para reintegrar-se no corpo diplomático e defender o Brasil na questão dos limites com a Guiana Inglesa. Assim, o livro que lhe ditaram os anos de ostracismo foi o mesmo que lhe abriu caminho para servir ao novo regime... Que a História seja sempre e de algum modo contemporânea do historiador é tese de Benedetto Croce, cujo acerto não me canso de constatar.

~ Das viagens à luta: "outra provisão de sol interior"

Virou lugar-comum falar do cosmopolitismo de Nabuco e insinuar que ele teria sido um exilado em sua própria terra, na esteira de uma frase antológica (a meu ver discutível) de Sérgio Buarque de Holanda, que acreditou interpretar o que seria o desenraizamento dos intelectuais brasileiros. Que Nabuco tenha viajado longamente pela Europa e pelos Estados Unidos antes e depois do momento crucial da campanha abolicionista é fato sabido, e *Minha formação* narra por miúdo o encantamento que sentiu em cidades inesquecíveis como

Paris, Londres, Florença, Roma, Nova York. Mas, para relativizar a impressão de inquieto cosmopolitismo do viajante Nabuco, nada como ler as reflexões que se encontram na passagem "Atração do mundo". A matéria é a sede de conhecimento que se apoderou do jovem mal entrado na quadra dos 20 anos. Para tudo resumir, ele faz uma distinção drástica mas inspirada: "O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação europeia". O contexto explica: trata-se da própria formação cultural que o brasileiro (e não só o brasileiro) recebia no século XIX e, em parte, deveras reduzida, recebe ainda hoje. A Europa era a matriz universalizante de toda a história da civilização que chegava até nós mediante figuras inesquecíveis. Imagens que, desde a antiguidade greco-romana até a Revolução francesa, para não ir mais adiante, se converteram em ícones da própria humanidade. Mas o Brasil era a pátria, as ligações afetivas com a família, os amigos, os mestres, os escravos, os senhores, a luta, o povo. O seu chamado acaba sendo o mais forte, definitivo. Dizendo-se um "errático" na mocidade, o memorialista conclui:

> "Quando, porém, entre a pátria, que é o sentimento, e o mundo, que é o pensamento, vi que a imaginação podia quebrar a estreita forma em que estava a cozer ao sol tropical os meus pequenos debuxos d'almas, *Ustedes me entienden*, deixei ir a Europa, a história, a arte, guardando do que é universal só a religião e as letras".

Chamo a atenção para o enraizamento político de Nabuco, eminentemente brasileiro. Não se trata de nacionalismo retórico, ao qual ele sempre foi infenso. Trata-se de um empenho sem tréguas pela libertação do escravo e ao mesmo tempo pela elevação do nível do homem pobre do campo e da cidade. Já está mais do que na hora de relegar a certo pseudojornalismo leviano fantasiado de historiografia a exploração da imagem do Joaquim Nabuco *dandy*, *Quincas o belo*, exibindo-se nos salões da aristocracia europeia e da elite americana. O estereótipo fútil arrisca-se a ocultar a complexidade da pessoa. Nos últimos anos de vida como embaixador, agravado por mais de uma enfermidade, e vivendo profundamente a sua conversão religiosa, as exigências da vida

social pesavam-lhe como fardo quase insuportável: estão aí os diários que nos fazem ouvir a sua voz combalida, embora publicamente animosa, como sentia ser de seu dever sustentá-la. O diplomata não pode deixar de representar, é o seu ofício, mas quantas vezes custa-lhe cumprir o ritual da *noblesse oblige*! Leio uma anotação pungente datada de Washington, 23 de novembro de 1906: "Arrumando papéis. Tive uma pequena náusea depois do café. Não pude almoçar e por isso senti-me fraco à tardinha. *I am quite a tottering house*. Sou como uma casa que vacila".

Mas voltemos às memórias. A evocação de Massangana fica entre os capítulos "Eleição de deputado" e "A abolição". O sentimento de raiz penetra ambos os momentos do combate político como fluido subterrâneo que ainda vai emergir para propiciar a mais bela florada. Na década de 70 Nabuco viajara pela Europa e América do Norte, com regressos intermitentes ao Brasil, e ele próprio entende esses anos como os de um amador curioso, enfeixando-os com a pitoresca expressão "fase de lazzaronismo intelectual". Mas, morto o pai em março de 78, Nabuco se lança à política partidária: candidata-se ao parlamento e é eleito em Pernambuco, graças ao prestígio do nome do velho Senador.

> "... eu tinha necessidade de outra provisão de sol interior; era-me preciso, não mais o diletantismo, mas a paixão humana, o interesse vivo, palpitante, absorvente, no destino e na condição alheia, na sorte dos infelizes (...). Era preciso que o interesse fosse humano, universal; que a obra tivesse o caráter de finalidade, a certeza, a inerrância do absoluto, do divino como têm as grandes redenções, as revoluções da caridade e da justiça, as auroras da verdade e da consciência sobre o mundo. No Brasil havia ainda no ano em que comecei minha vida pública um interesse daquela ordem, com todo esse poder de fascinação sobre o sentimento e o dever, igualmente impulsivo e ilimitado, capaz do *fiat*, quer se tratasse da sorte de criaturas isoladas, quer do caráter da nação... Tal interesse só podia ser o da emancipação, e por felicidade da minha hora, eu trazia da infância e da adolescência o interesse, a compaixão, o sentimento pelo escravo – bulbo que devia dar a única

flor da minha carreira... (...) Como eu disse porém, há pouco, eu trazia da infância o interesse pelo escravo..."

Creio que Habermas teria prazer de conhecer esse texto, em que a palavra "interesse" aparece tantas vezes resgatada, sempre portadora de uma dupla dimensão, de idealismo ético e realismo político. O interesse leva ao conhecimento, e o conhecimento compele à ação. Nabuco será, na sua primeira experiência parlamentar, a voz que reabre a questão da liberdade dos escravos, tema candente que ficara quase silenciado desde a promulgação da Lei dos nascituros.

"Massangana" antecede o capítulo sobre a abolição, verdadeiro balanço do que foi o movimento e preito de homenagem a seus responsáveis diretos. Começa lembrando a situação que o estreante no parlamento se propôs enfrentar:

> "Quando a campanha da abolição foi iniciada, restavam quase dois milhões de escravos, enquanto que os seus filhos de menos de oito anos e todos os que viessem a nascer, apesar de ingênuos, estavam sujeitos até aos vinte e um anos a um regime praticamente igual ao cativeiro. Foi esse imenso bloco que atacamos em 1879, acreditando gastar a nossa vida sem chegar a entalhá-lo. No fim de dez anos não restava dele senão o pó".

Dois milhões de escravos, o tráfico interprovincial ainda em ação trazendo para Minas, São Paulo e Rio cativos do Nordeste, e o café sustentando grande parte de nossa economia de exportação! Que desafio para a retomada do ideal abolicionista que estivera entorpecido desde a Lei de 71!

Ao fazer o retrospecto das razões do movimento, Nabuco contempla de modo generoso, diria mesmo otimista, fatores ligados ao contexto: a abolição corresponderia ao espírito da época e ao progresso moral que a humanidade estaria vivendo naquele último quartel do século XIX. Ao lado desse crédito ao evolucionismo dominante, ele volta a exaltar a "doçura do caráter nacional" para a qual teria contribuído a bondade do africano. A esses traços atribui também a diferença das situações no Brasil e nos Estados Unidos. Os

criadores do Kentucky e os plantadores da Luisiana linchavam os abolicionistas enquanto entre nós não poucos fazendeiros começavam a alforriar aos centos os seus escravos. Algum impertinente poderia perguntar por que tanta doçura e liberalidade tardaram tantos e tantos anos para manifestar-se.

Em seguida, testemunha do movimento, enumera "cinco ações ou concursos diferentes que cooperaram para o resultado final". Resumindo:

- o papel dos intelectuais, parlamentares, jornalistas, professores, em suma, dos formadores de opinião;
- o trabalho ousado dos militantes que favoreciam as evasões e defesas dos escravos;
- a atitude de alguns proprietários que libertavam os seus trabalhadores compulsórios;
- a ação política de estadistas que negociavam as concessões do governo; enfim, a vontade do Imperador e de sua família.

Nossa historiografia tem feito reparos a esse balanço. De minha parte, não sendo historiador, diria que nem sempre as críticas me parecem procedentes. A principal e mais grave diz respeito a um pecado de omissão: faltaria ao elenco das forças que concorreram para o 13 de maio a menção ao movimento dos próprios escravos, as suas fugas e revoltas tão amiudadas na década de 80.

Nabuco defende-se antecipadamente da acrimônia dos seus juízes póstumos reivindicando para a ação parlamentar não só a prioridade na consecução da luta como também o seu *locus* mais adequado. Incitar os escravos à aberta rebeldia contra os senhores sempre lhe pareceu uma conduta irresponsável senão covarde. Feita longe da Câmara, dos jornais, dos clubes e das escolas, a campanha se converteria em "um encontro de facções", "uma guerra de raças", na qual o lado mais fraco seria esmagado implacavelmente. O Nabuco liberal-democrata acreditava firmemente no princípio da representação política. Os escravos deveriam ser representados pelos abolicionistas, desde um parlamentar como ele ou José Mariano até um rábula audaz e insubornável como Luís Gama, um jornalista fogoso como Patrocínio, um estadista clarividente

como Dantas, um apóstolo de todas as horas como André Rebouças. Neste ponto, aliás fundamental, parece-me que o líder abolicionista agiu de modo coerente seguindo a própria consciência. O que evidentemente não deve deter o trabalho de pesquisa histórica em torno do movimento dos próprios escravos. As fugas, as rebeliões nas senzalas e a multiplicação dos quilombos pesaram na desagregação do sistema de trabalho ainda vigente na economia cafeeira. Quanto o fizeram é questão aberta.

Mas, para tudo dizer sem rebuços fetichistas, confesso que me decepciona um tantinho o imerecido reconhecimento que Nabuco dá a alguns políticos da undécima, talvez vigésima quinta hora. Conservadores com senso da oportunidade, homens como o Conselheiro Antônio Prado e João Alfredo talvez não devessem figurar nas menções honrosas que Nabuco prodigamente lhes dá ao nomear alguns políticos que contribuíram tardiamente para o êxito do movimento. O Conselheiro Prado votara contra a Lei do Ventre Livre e, conforme denúncia de Patrocínio, quis, quando Ministro da Agricultura, restaurar burocraticamente a matrícula dos escravos em províncias que já os haviam libertado, como o Amazonas e o Ceará. Como outros políticos ligados à oligarquia do café, o seu objetivo maior era obter o apoio do governo para financiar a imigração europeia, daí o interesse pela abolição manifestado às vésperas da Lei Áurea.

De todo modo, não se vislumbra no Nabuco memorialista sombra alguma de ressentimento ou parcialidade partidária. Caso ele se tenha equivocado no julgamento, foi por excesso de benevolência, o que me parece sempre melhor do que o excesso contrário. E, sem endeusá-lo, prefiro reiterar aqui meu testemunho de admiração. E dizer como um historiador marxista insuspeito, Luiz Felipe Alencastro: "Que saudades dos abolicionistas!"

Modernização conservadora ou reformismo democrático?

O rótulo *modernização conservadora*, concebido pela historiografia de esquerda, tem sido adotado para qualificar algumas iniciativas dos governos imperial e

republicano. Trata-se, em geral, de propostas de reforma que não alteraram o equilíbrio de forças em uma sociedade marcada por evidentes assimetrias econômicas e políticas. Exemplo arquicitado é a reforma eleitoral conhecida por Lei Saraiva, que, instituindo a eleição direta, mas excluindo o voto do analfabeto, reduziu drasticamente o corpo eleitoral do Império. O que se modernizou, por um lado, retardou-se por outro, impedindo a democratização efetiva do processo político da nação. Exemplo menos típico, diremos ambivalente, é a Lei do Ventre Livre: "passo de gigante", nas palavras de Joaquim Nabuco, acabou, segundo a avaliação dele próprio, virando bandeira dos escravistas mais renitentes que se opunham a qualquer alargamento do seu âmbito, chegando ao extremo quase inverossímil de vetar a proposta da libertação dos sexagenários em 84. Aplicação controvertida da mesma fórmula é a que se poderia fazer em relação ao regime republicano: instaurado por um movimento militar jacobino, foi largamente usufruído pela oligarquia cafeeira ao longo da República Velha.

Essa ingrata combinação de progressismo e conservadorismo tem sido atribuída à praxis política brasileira ou, mais amplamente, "periférica", a meu ver com certo grau de miopia histórica. É preciso enxergar de perto e de longe. As violentas regressões ideológicas verificadas na Europa burguesa nos anos nazi-fascistas e o longo calvário do negro americano após a abolição nos instruem a respeito do lado sinistro da história do capitalismo moderno. *Mutatis mutandis*, o que aconteceu na União Soviética sob Stalin e na China maoísta, estados em que revoluções de amplo espectro popular e progressista involuíram para burocracias sanguinárias tampouco nos deixa margem para crer cegamente nas potencialidades democráticas das soluções violentamente estatistas.

Voltando ao Brasil, o que chamamos, às vezes de modo indiferenciado, "revolução burguesa" abriga contradições recorrentes que não devem ser interpretadas apenas em termos estritamente nacionais.

A luta abolicionista de Joaquim Nabuco faz parte do processo de modernização que se seguiu ao fim do tráfico negreiro em 1850. Essa proposição geral deve ser dialetizada. A extinção do cativeiro entre nós demorou quatro décadas para ser efetivada. Nas colônias inglesas e francesas e nos Estados

Unidos também decorreu um lapso de tempo entre a proibição do tráfico e a libertação definitiva: cerca de 30 anos na Inglaterra (1807-1838) e 40 na França (1807-1848); no caso das metrópoles, os governos pagaram indenização aos proprietários de escravos. A tentação é criar um novo conceito, que valeria para o Ocidente: modernização retardada. *Allegro ma non troppo*, antes *adagio adagio.*

Essa pesada lentidão, essa inércia das estruturas (para valer-me de uma expressão de Lévi-Strauss) indignava Nabuco, e já vimos que o seu ímpeto libertário vinha da primeira juventude, da defesa do negro Tomás redigida um ano antes da Lei do Ventre Livre. A correspondência com os abolicionistas ingleses, há pouco exemplarmente editada por José Murilo de Carvalho e Leslie Bethell, as páginas de *O abolicionismo* e as campanhas eleitorais no Recife formam elos de uma corrente de ideias e valores cujo alvo é a instituição vista em termos de fenômeno social total. Aqui está o coração do nosso tema: modernização, sim, mas em um sentido progressista e democrático.

A modernização proposta por Nabuco extinguiria não só o trabalho compulsório, mas todos os seus condicionamentos econômicos. "Acabar com a escravidão não basta. É preciso destruir a obra da escravidão". Modernização escorada no contrato de trabalho, mas sem aderir à panaceia do imigrantismo, que foi a solução exclusivista levada a efeito pelas oligarquias sequiosas de mão de obra, mas inteiramente alheias à valorização do trabalhador brasileiro: o ex-escravo foi deixado ao léu; o sertanejo pobre, dito livre, continuou submetido a uma estrutura agrária iníqua ou se viu obrigado a virar um pária urbano nos mucambos esquálidos que já começavam a cogumelar nas periferias das grandes cidades. Nabuco entendeu tudo em um relance quando pediu votos nos distritos humildes do Recife e falou aos operários, então chamados de "artistas", convocando-os a se unirem para reivindicar um nível de vida humano:

> "Vós sois a grande força do futuro; é preciso que tenhais consciência disso, e que também o meio de desenvolver a vossa força é somente a associação. Para aprender, para deliberar, para subir, é preciso que vos associeis. Fora da associação não tendes que ter esperança".

Nabuco viu claro quando, na esteira de seu fraterno amigo André Rebouças, propôs uma reforma agrária como pré-condição para conferir dignidade ao trabalhador do campo e estancar o êxodo que resultaria na urbanização patológica, mal que hoje nos parece crônico. Rebouças lhe falava da urgência de promover a "democracia rural" no Brasil.

Lendo o resumo do que restou da sua passagem pela política, o memorialista me convenceu, uma vez por todas, de que nenhum projeto e nenhuma opção doutrinária puderam nele aflorar sem o empuxo de uma experiência pessoal que o moveu à ação.

Esta evocação é de uma visita do candidato a um bairro pobre do Recife:

> "Duvido ter eu tido maior revelação, ou impressão exterior, que ficasse atuando sobre mim de modo mais permanente, do que essas eleições de 1884 a 1887 – (...). Elas puseram-me em contato direto com a parte mais necessitada da população e em mais de uma morada de pobre tive uma *lição de coisas* tão pungente e tão sugestiva sobre o desinteresse dos que nada possuem, que a só lembrança do que vi terá sempre sobre mim o poder, o efeito de um exame de consciência... Eu visitava os eleitores, de casa em casa, batendo em algumas ruas a todas as portas... A pobreza de alguns desses interiores e a intensidade da religião política alimentada neles fez-me por vezes desistir de ir mais longe... Doía ver o quanto custava a essa gente crédula a sua devoção política. Diversos desses episódios gravaram-se-me no coração. Uma vez entrei na casa de um operário, empregado em um dos Arsenais, para pedir-lhe o voto. Chamava-se Jararaca, mas só tinha de terrível o nome. Estava pronto a votar por mim, tinha simpatia pela causa, disse-me ele; mas votando, era demitido, perdia o pão da família; tinha recebido a *chapa de caixão* (uma cédula marcada com um segundo nome, que servia de sinal), e se ela não aparecesse na urna, sua sorte estava liquidada no mesmo instante. 'Olhe, senhor doutor', disse-me ele, mostrando-me quatro pequenos, que me olhavam com indiferença, na mais perfeita inconsciência de que se tratava deles mesmos, de quem no dia seguinte lhes daria de comer... E depois, voltando-se para uma criancinha, deitada sobre os buracos

de um antigo canapé desmantelado: 'Ainda em cima, minha mulher há dois meses achou essa criança diante de nossa porta, quase morrendo de fome, roída pelas formigas, e hoje é mais um filho que temos! No entanto, estou pronto a votar pelo senhor, recomeçava, cedendo à sua tentação liberal, se o senhor me trouxer um pedido do brigadeiro Floriano Peixoto'. Esse foi talvez o primeiro florianista do país... Pode vir por telegrama... Ele está no engenho nas Alagoas... E o que ele me pedir, custe o que custar, eu não deixo de fazer... Telegrafe a ele...' 'Não, não é preciso', respondi-lhe, 'vote como quer o Governo, não deixe de levar a sua chapa de caixão... não arrisque à fome toda essa gentinha que me está olhando... Há de vir tempo em que o senhor poderá votar por mim livremente; até lá, é como se o tivesse feito... Não devo dar-lhe um pretexto para fazer o que quer, invocando a intervenção do seu protetor'. E saí, instando com a mulher, suplicando, com o medo de que ele se arrependesse e fosse votar em mim. Em outras casas o chefe da família estava sem emprego havia anos por causa de um voto dado ao partido da oposição; a pobreza era completa, quase a miséria, mas todos ali tinham o orgulho de sofrer por sua lealdade ao partido".

Glosando uma frase de Pascal, será justo dizer que onde se procura encontrar o político Nabuco o que se descobre é o homem Nabuco, aquele que transformou o sentimento em ideia e a ideia em ação.

Estamos em tempo de lembrar homens que marcaram fundo a nossa identidade de brasileiros. Euclides ontem, Nabuco hoje. E já que o tempo é de memória, retorno a um texto que li, adolescente, na Antologia Nacional de Carlos de Laet e Fausto Barreto, obra que acompanhou tantos de nós em nosso tempo de escola. Trata-se da célebre comparação que Castilho fez entre Vieira e Bernardes, e que acabava com um período incisivo: "A Vieira admira-se, a Bernardes admira-se e ama-se". Peço licença aos euclidianos e, especialmente a meu caro confrade Alberto Venancio Filho, para dizer com a maior franqueza: A Euclides admira-se, a Nabuco admira-se e ama-se.

Nabuco e o Recife*

Roberto Cavalcanti de Albuquerque

Escritor. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Massangana: saudade do escravo

Para Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo,[1] os "primeiros oito anos da vida foram (...) os de sua "formação, instintiva ou moral, definitiva".[2] Esse período, "tão remoto, porém mais presente do que qualquer outro",[3] ele passou no Engenho Massangana, próximo à vila, depois cidade do Cabo de Santo Agostinho, município que hoje integra a região metropolitana do Recife.[4]

* Texto apresentado no Ciclo "Centenário de Morte de Joaquim Nabuco I", em 30 de março de 2010, no Teatro R. Magalhães Jr. (ABL).

[1] Nascido na Rua do Aterro [da Boa Vista], 147, hoje Rua da Imperatriz Teresa Cristina, no Recife, em 19 de agosto de 1949 – filho de José Tomás Nabuco de Araújo, magistrado e político de família baiana e boa cepa portuguesa, e Ana Benigna de Sá Barreto, da secular estirpe pernambucana dos Pais Barreto.

[2] NABUCO 1900, p. 183.

[3] *Idem*.

[4] O Engenho Massangana ocupava terras que haviam pertencido no século XVI a João Pais Barreto, instituidor (em 1560) do Morgado de Nossa Senhora da Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho, de quem Nabuco descendia pelo lado materno. Ele se gabava dessa ancestralidade, diz o historiador Evaldo Cabral de Mello no estudo em que comprova fraude genealógica ("defeito de sangue") em que se envolveu, no século XVIII, descendente direto de João Pais, Filipe Pais Barreto, em processo de habilitação a cavaleiro da Ordem de Cristo. Cf. MELLO, p. 20.

"A população do pequeno domínio", observa Nabuco, "inteiramente fechado a qualquer ingerência de fora, (...) compunha-se de escravos, distribuídos pelos compartimentos da senzala, o grande pombal negro (...), e de rendeiros, ligados ao proprietário pelo benefício da casa de barro que os agasalhava, ou da pequena cultura que ele lhes consentia em suas terras. No centro do (...) cantão de escravos levantava-se a residência do senhor, olhando para os edifícios da moagem e tendo por trás, em uma ondulação do terreno, a capela sob a invocação de São Mateus".[5]

"Na planície estendiam-se os canaviais cortados pela alameda tortuosa dos antigos ingás carregados de musgos e cipós que sombreavam (...) o pequeno rio Ipojuca. (...). Mais longe começavam os mangues, que chegavam até a costa de Nazaré...[6] Durante o dia, pelos grandes calores, dormia-se a sesta respirando o aroma, espalhado por toda a parte, das grandes tachas em que se cozia o mel. O declinar do sol era deslumbrante; pedaços inteiros da planície transformavam-se em uma poeira de ouro; a boca da noite, hora das boninas e dos bacuraus, era agradável e balsâmica; depois, o silêncio dos céus estrelados, majestoso e profundo. De todas essas impressões nenhuma morrerá em mim".[7]

Para Nabuco, os moldes de suas ideias e sentimentos datam quase todos dessa época longínqua. A escravidão cabendo inteira em um "quadro inesquecido" da infância, decisivo a sua vida futura. Conta ele: "Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada exterior da casa [grande de Massangana], quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de dezoito anos, o qual se abraça a meus pés suplicando-me pelo amor de Deus que o fizesse comprar por minha madrinha para me servir. Ele vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dele, dizia-me, o

[5]Nabuco, o quarto filho de José Tomás e Ana Benigna, foi batizado em dezembro de 1849, tendo como padrinhos o senhor de engenho Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho (de quem Nabuco recebeu os dois primeiros nomes) e sua mulher, Ana Rosa Falcão de Carvalho. A criação do menino foi confiada aos padrinhos, tendo José Tomás, eleito deputado geral por Pernambuco, seguido logo depois do batizado para o Rio, com o restante da família. Cf. VIANA FILHO, p. 14.

[6]Povoação e forte localizados no Cabo de Santo Agostinho, litoral sul de Pernambuco.

[7]NABUCO 1900, p. 184.

castigava, e ele tinha fugido com risco de vida... Foi este o traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição com a qual eu vivera até então familiarmente, sem suspeitar a dor que ela ocultava".[8]

Ele prossegue: "Nada mostra melhor que a própria escravidão o poder das primeiras vibrações do sentimento... Ele é tal, que a vontade e a reflexão não poderiam mais tarde subtrair-se à sua ação e não encontram verdadeiro prazer senão em se conformar... Assim eu combati a escravidão com todas as minhas forças, repeli-a com toda a minha consciência, como a deformação utilitária da criatura; e na hora em que a vi acabar, pensei poder pedir também minha alforria, dizer o meu *nunc dimittis*, por ter ouvido a mais bela nova que em meus dias Deus pudesse mandar ao mundo; e, no entanto, hoje que ela está extinta, experimento uma singular nostalgia, que muito espantaria um Garrison ou um John Brown: a saudade do escravo."[9]

Para explicá-la, Nabuco começa afirmando que, na escravidão, tanto a parte do senhor era "inscientemente egoísta" quanto a do escravo "inscientemente generosa". Enfatiza em seguida sua marca formadora-deformadora do Brasil para, só depois, particularizar o Norte [Nordeste]:

"A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. (...) Ela (...) povoou-o como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas legendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do Norte".[10]

Descreve em seguida a experiência pessoal vivida para situar nela uma peculiar interação humana, pura porque desinteressada: "Quanto a mim, absorvi-a

[8] *Idem*, p. 186-7.

[9] *Ibidem*, p. 187. Garrison é William Loyd Garrison (1805-1879), jornalista e abolicionista estadunidense, cofundador da American Anti-Slavery Society (1833). Nabuco devotava-lhe grande admiração e foi com o pseudônimo Garrison que assinou, em 1884, artigos defendendo a abolição no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro e, posteriormente, em *O Paiz*. (Ver GOUVÊA). John Brown (1800-1859) foi mártir da causa antiescravagista norte-americana.

[10] NABUCO, 1900, p. 187-8.

[a escravidão] no leite preto que me amamentou; ela envolveu-me como uma carícia muda toda a minha infância; aspirei-a da dedicação de velhos servidores que me reputavam o herdeiro presuntivo do pequeno domínio de que faziam parte... Entre mim e eles deve ter-se dado uma troca contínua de simpatia, de que resultou a terna e reconhecida admiração que vim mais tarde sentir pelo seu papel. Este pareceu-me, por contraste com o instinto mercenário de nossa época, sobrenatural à força da naturalidade humana, e no dia em que a escravidão foi abolida, senti distintamente que um dos mais absolutos desinteresses de que o coração humano se tenha mostrado capaz não encontraria mais as condições que o tornaram possível."[11]

Nabuco conclui vendo nessa sua saudade da escravidão da infância "um jugo suave", um "pesar involuntário": "Nessa escravidão da infância não posso pensar sem um pesar involuntário... Tal qual o pressenti em torno de mim, ela conserva-se em minha recordação como um jugo suave, orgulho exterior do senhor, mas também orgulho íntimo do escravo, alguma coisa parecida com a dedicação do animal que nunca se altera, porque o fermento da desigualdade não pode penetrar nela. Também eu receio que essa espécie particular de escravidão tenha existido somente em propriedades muito antigas, administradas durante gerações seguidas com o mesmo espírito de humanidade, e onde uma longa hereditariedade de relações fixas entre o senhor e os escravos tivessem feito de um e outros uma espécie de tribo patriarcal isolada do mundo".[12]

Eis nas raízes, e em versão poética, a tese da escravidão "suave" ou "benigna". Ela não autoriza qualquer legitimação do escravismo. Anterior a Nabuco, remonta ao século XVIII, tendo sido esposada, para certos casos especiais, por Gilberto Freyre, que considerava ter ela ocorrido durante o século XIX na Zona da Mata do Nordeste Oriental (do Ceará a Alagoas), no Recôncavo baiano e no Rio Grande do Sul.[13] E, em particular, no caso dos escravos por longo tempo agregados à vida em família de seus senhores.

[11] *Idem*, p. 188.
[12] *Ibidem*.
[13] Cf. VERSIANI.

Dona Ana Rosa, a madrinha que criou Nabuco como filho até os oito anos, já viúva e doente, "rodeada, adorada por toda sua gente, fingindo um ar severo que não enganava a ninguém", personificou em Massangana essa amena servidão. Para Nabuco, a morte dela, em 1857, é "a cortina preta que separa do resto da (...) vida a cena de minha infância". "Meu pai pouco tempo depois me mandava buscar por um velho amigo, vindo do Rio de Janeiro". "Massangana ficou sendo a sede de meu oráculo íntimo: para impelir-me, para deter-me e, sendo preciso, para resgatar-me, a voz, o frêmito sagrado viria sempre de lá".[14]

Estudante e abolicionista: o preto Tomás

Carolina Nabuco considera que a volta de Joaquim Nabuco ao Recife, em 1869, para ali concluir o curso de Direito "exerceu sobre seu futuro uma influência decisiva". Ele foi ao encontro de seu destino, buscando na *terra mater* a "ligação indissolúvel" que iria soldar-se indelevelmente entre ele e Pernambuco, ele e o Recife.[15]

O Recife de 1857 já dera a Nabuco menino a primeira impressão de uma grande cidade, por ele percorrida à noite, antes do embarque para o Rio: "com suas pontes, suas torres, os mastros dos seus navios, apertados uns contra os outros e ancorados dentro da cidade na água dos rios que a cruzam".[16] Acolhia-o agora na Cidade Maurícia o carinho dos familiares de sua mãe, uma Sá Barreto aparentada aos Pais Barreto, Sá e Albuquerque e Cavalcanti. Eles se desdobraram em atenções, em particular quando o jovem foi acometido de febre tifoide.

Um livro, *A constituição inglesa* (1867),[17] de Walter Bagehot (1826-1887), adquirido na livraria Lailhacar, do Recife,[18] reforçou em Nabuco a "inclinação

[14]NABUCO, 1900, p. 190-3.
[15]NABUCO, Carolina, p. 28.
[16]*Idem*, p. 29 [Notas de autoria de Joaquim Nabuco].
[17]Cf. BAGEHOT.
[18]Essa livraria, muito frequentada pelos professores e alunos da Faculdade de Direito, ficava na Rua do Crespo, 9, hoje Rua Primeiro de Março, Bairro de Santo Antônio, Centro da cidade.

do lado da monarquia parlamentar britânica", evidenciando a "superioridade prática do governo de gabinete inglês sobre o sistema presidencial americano".[19] Politicamente, "o fundo liberal" continuara "intacto, sem mistura sequer de tradicionalismo".[20]

No Recife Nabuco visitou, 12 anos depois, o Engenho Massangana: "a capelinha de São Mateus onde minha madrinha (...) jaz na parede ao lado do altar"; o "cercado onde eram enterrados os escravos... Cruzes, que talvez não existam mais, sobre montes de pedras escondidas pelas urtigas, era tudo quase que restava (...). Em baixo, na planície, brilhavam como outrora as manchas verdes dos grandes canaviais, mas a usina agora fumegava e assobiava com um vapor agudo, anunciando uma vida nova. (...) O trabalho livre tinha tomado o lugar (...) do trabalho escravo. (...) O sacrifício dos pobres negros, que haviam incorporado as suas vidas ao futuro daquela propriedade, não existia mais talvez senão na minha lembrança... Debaixo de meus pés estava tudo que restava deles (...).[21]

Sozinho ali, (...) chamei-os a muitos pelos nomes, aspirei no ar carregado de aromas agrestes, (...) o sopro que lhes dilatava o coração e lhes inspirava a sua alegria perpétua. Foi assim que o problema moral da escravidão se desenhou pela primeira vez aos meus olhos em sua nitidez perfeita e com sua solução obrigatória. Não só esses escravos não se tinham queixado de sua senhora, como a tinham até o fim abençoado... A gratidão estava do lado de quem dava. Eles morreram acreditando-se os devedores...[22]

Eram essas as ideias que me vinham entre aqueles túmulos, para mim, todos eles, sagrados, e então ali mesmo, aos vinte anos, formei a resolução de votar a minha vida, se assim me fosse dado, ao serviço da raça generosa entre todas (...), que por sua doçura no sofrimento emprestava até mesmo à opressão de que era vítima um reflexo de bondade..."[23]

---

[19] NABUCO, 1900, p. 31.
[20] *Idem*, p. 19.
[21] *Idem*, p. 193.
[22] *Idem*, p. 193-4
[23] *Idem*, p. 194.

Terá sido em decorrência desse voto que Nabuco, em desafio aberto às suas origens e seu meio, defendeu em júri o escravo Tomás, "escândalo local" que se transformou em seu "primeiro triunfo oratório".[24]

Ele relata o caso em obra sua que nos chegou inconclusa: *A escravidão*, de 1870, escrita aos 21 anos e somente publicada em 1951. Vale a pena destacar os pontos básicos dessa narrativa, que integra o parágrafo 8.º da primeira parte do livro,[25] intitulado "A escravidão e a pena de morte – o preto Tomás".

Trata-se, diz Nabuco, de fato verídico que protesta ao mesmo tempo contra a escravidão e a pena de morte, dois crimes que ele profliga com a mesma eloquência.[26]

Havia em 1868 em Olinda um escravo chamado Tomás: forte, de boa aparência, moço de 25 anos. Circunspecto, humilde, era reputado no lugar. Fora educado como livre, ninguém lhe falando em cativeiro. Trabalhava para sua senhora e para si com estímulo e consciência. Era conhecido em Olinda como "seu Tomás".[27]

Certo dia, ausente ou morta a senhora, ele foi preso, amarrado e barbaramente açoitado em praça pública, na presença dos moradores seus vizinhos. Desde então, de humilde tornou-se altivo; era bom, tornou-se uma fera. Fugiu com um bacamarte decidido à cruel vingança. Matou à queima roupa a autoridade que suspeitava fora mandante dos açoites. Processado, foi condenado à morte.

Como o juiz, por força de lei, tinha apelado da decisão, o preto Tomás foi recolhido à Casa da Detenção do Recife para aguardar novo julgamento. Não era mais um homem, era um tigre que se tinha debaixo de ferros. Mesmo acorrentado, era terrível. Tendo-se lhe deixado a porta da cela aberta, conseguiu evadir-se. O guarda, um pobre Honorato de Bastos, tentou detê-lo na fuga, tendo sido ferido pelo preto com golpe que lhe alcançou a região posterior do pescoço. Desse ferimento resultou a morte do guarda, tendo o criminoso presuntivo sido levado ao júri do Recife para responder por mais um homicídio.

---

[24] NABUCO, Carolina, p. 33.
[25] Cf. NABUCO, 1870, p. 58-60.
[26] *Idem*, p. 58.
[27] *Ibidem*.

Nabuco foi o defensor do preto Tomás nesse julgamento. Para ele, na origem do processo, havia dois "crimes sociais": "havia a escravidão, havia a pena de morte. Fora a escravidão que levara Tomás a praticar o primeiro crime, a pena de morte que o levara a perpetrar o segundo. Fora por ser escravo que o haviam açoitado; açoitado, fez-se nele um crepúsculo interior em que a educação que tivera como livre, e os brios que ela lhe formara, lutavam de energia com os ímpetos do homem selvagem de repente lançado ao cativeiro."[28]

"Preso, foi condenado à morte, obrigado pela lei natural a conservar uma vida que não era da sociedade, mas de Deus". Buscava evadir-se quando tentaram prendê-lo de novo para o cadafalso. Foi então que praticou o segundo crime: ou por medo invencível ou vindita atroz, abateu o guarda que o agarrava para sujeitá-lo às penas da lei quando estava a entrar pela fuga no gozo da liberdade. "A agressão a Honorato de Barros tinha pois uma explicação natural".[29]

Graças a Nabuco, o crime do preto Tomás praticado contra seu guarda na Detenção do Recife foi capitulado no artigo 193 do Código Criminal do Império (homicídio sem circunstância agravante), com o réu recebendo a pena de galés perpétuas. Escapou assim da pena de morte, pedida pela promotoria com fundamento no artigo 192 do CCI (matar alguém com circunstância agravante).[30]

Por "sentimento do dever", o jovem Nabuco lutara corpo a corpo com a escravidão e a pena de morte, pesando sua influência na prática do crime. Ele, que agora apalpava as chagas da sociedade que queria transformar, poderia dizer com Lamartine: "Feliz o dia em que a legislação vir banidos diante da luz divina esses dois grandes escândalos da razão do século dezenove: a escravidão e a pena de morte".[31]

---

[28]NABUCO, 1870, p. 59.

[29]*Ibidem*.

[30]Cf. CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRASIL, artigos 192 e 193.

[31]NABUCO, 1870, p. 60. Trata-se de tradução do autor de trecho do "Discours sur l'abolition de la peine de mort" (Paris, 1836)", publicado no livro de Lamartine intitulado *Recueillements poétiques*, de 1849. No original: "Heureux le jour où elle [la législation] verra disparaître, devant la lumière divine, ces deux grands scandales de la raison du dix-neuvième siècle: l'esclavage et la peine de mort!". Cf. LAMARTINE, p. 246-7.

Cabe referir que precede ao autógrafo de *A escravidão*, doado em 1926 pela família de Nabuco ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB,[32] a seguinte nota, do próprio punho do autor e provavelmente de data posterior a 1870: "Este livro foi escrito por mim em 1870 quando estudante do 5.º ano, no Recife, morava eu então com o Dr. Santos Mello e Barros Pimentel fazia bolsa conosco. JN".[33] Sabe-se que o médico homeopata Jesuino Augusto dos Santos Mello morava na então Rua Barão da Vitória (hoje Rua Nova), no Centro do Recife.[34] Já Sancho de Barros Pimentel era colega de Faculdade e amigo íntimo de Nabuco, chegando a ser presidente da Província de Pernambuco (1884-5), no tempo da Campanha Abolicionista, quando houve penoso desentendimento entre eles. A expressão "fazia bolsa conosco" sugere que os eles partilhavam as despesas da casa. Surpreende que Nabuco, em geral tão cioso em informar, tenha silenciado na nota acima transcrita sobre a falta da terceira parte de *A escravidão*, intitulada "A reparação do crime" (A primeira parte chama-se "O crime"; a segunda, "A história do crime").

Os anos 1871-8: indecisões, novas geografias

No 28 de novembro de 1870, Joaquim Nabuco diplomou-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife. Embora motivado pela política e pensando em estabelecer-se em Pernambuco, acaba atraído pela família para o Rio, que o acolheu na banca de advogado do pai, prestigiado jurisconsulto. Tarefa enfadonha e rotineira para o ambicioso jovem de

[32]Cf. NABUCO, 1870. *A escravidão* foi publicada pela primeira vez na Revista do IHGB (RIHGB: 204:3-116, jul./set. 1949 (número editado em 1951)).

[33]Os sublinhados duplo e simples são de Nabuco. A data 1879 foi vigorosamente remendada para 1870.

[34]A Rua Barão da Vitória (Rua Nova) é seguida, na outra margem do Capibaribe, pela Rua do Aterro [da Boa Vista], depois Rua da Imperatriz, onde nasceu Nabuco (em vistoso sobrado atualmente em restauração). Os dois logradouros, interligados pela ponte da Boa Vista (a atual ponte, metálica, substituiu em 1876 a antiga, ali desde 1815), comandaram o comércio fino do Recife até o advento dos *shopping centers* (anos 1980). No século XIX, os dois ou três andares superiores dos sobrados das áreas centrais do Recife eram habitados principalmente por famílias burguesas.

21 anos, dividido entre os prazeres e as glórias do mundo, indeciso entre as imposições da razão e o pulsar dos sentimentos. Ele logo a abandona com a complacência paterna, optando por tentar o jornalismo.[35]

Passa a colaborar ainda em 1871 com o jornal liberal *A Reforma*, fundado em 1869 no Rio de Janeiro, tendo evitando de início os temas políticos. Publica seu primeiro livro, *Camões e* Os lusíadas,[36] de 1872, ano em que se comemorou o tricentenário da edição do grande poema épico. Retornando apenas brevemente ao Recife para vender a herança recebida de sua madrinha com o objetivo de custear parte de viagem à Europa.[37]

De temperamento inquieto e lábil, Nabuco volta a abordar em *A Reforma* questões políticas, tendo publicado poucas semanas antes da viagem artigo esclarecedor do andar de suas ideias, em que habilmente se conciliam o liberal, o monarquista e o reformador social: "O que quer hoje o país? O país quer governar-se a si mesmo, é a sua aspiração política, quer libertar, renovar, desenvolver as suas forças vivas, é a sua aspiração social. Por isso, quer ele como reforma política a eleição direta, acompanhada de todas as garantias para a liberdade do voto, e como reformas sociais, a emancipação dos escravos, a universalidade da instrução e as garantias da liberdade de consciência. Da reforma política sairá o governo representativo que se completará pela temporariedade do Senado e pela responsabilidade efetiva dos ministros pelos atos do Poder Moderador. Das reformas sociais sairá uma sociedade democrática".[38]

Nabuco partiu para a Europa em 31 de agosto de 1873. Esteve em Portugal, França, Itália e Inglaterra. Retornou ao Rio de Janeiro em 25 de setembro de 1874. A longa permanência no exterior foi importante para consolidar sua formação, alargar-lhe os horizontes, sedimentar sentimentos, ordenar as ideias.

Após mais de ano perdido em hesitações, ele vai encaminhar-se para a diplomacia, tendo sido nomeado em 1876 pela regente princesa Isabel adido

[35]Cf. VIANA FILHO, p. 41-3 e NABUCO, Carolina, p. 36-8. Cf. também, ALBUQUERQUE, p. 15-20.

[36]Cf. NABUCO, 1972.

[37]A outra parte dos custos foi arcada pelo conselheiro Nabuco de Araújo. Cf. VIANA FILHO, p. 47.

[38]Em "Uma questão bizantina", *A Reforma*, 19 de junho de 1973. Apud VIANA FILHO, p. 46-7 e 50.

de legação em Washington – vivendo quase sempre, como quase todo o corpo diplomático estrangeiro nos Estados Unidos, em Nova York. Ele somente retornará ao Brasil em abril de 1878, após passagem por Londres, removido que fora para a Legação brasileira, ali chefiada pelo amigo Francisco Inácio de Carvalho Moreira, barão de Penedo.

Parte para o Recife em 1.º de agosto em busca do mandato que lhe credenciaria a liderar nacionalmente a luta abolicionista.

A campanha abolicionista no Recife

Nabuco nunca se viu "capaz de viver na pequena política", interessando-lhe verdadeiramente "a política que é história".[39] Fora o pai dele, o conselheiro Nabuco, falecido em março de 1878 quando ele se encontrava em Londres, que assegurara, antes da morte, sua eleição para deputado geral com o chefe político liberal de Pernambuco, Domingos de Sousa Leão, barão de Vila Bela, então ministro dos Negócios Estrangeiros. Vila Bela "tinha a religião da amizade e da lealdade", diz Joaquim Nabuco, e a morte do pai, "em vez de delir o seu compromisso, tornara-o de honra..."[40]

É fato, porém, que Nabuco não foi bem recebido no Recife em 1879, inclusive pelas próprias hostes liberais. Tinha "a fama de um dândi". "Chegaram a inventar que usava pulseirinhas de ouro, que punha brilhantina nos bigodes, e os jornais humorísticos da época, bem como os panfletos políticos", compararam-lhe a Cupido.[41] A reação local a ele, visto como um arrivista, atingiu o ápice em sessão no Teatro Santa Isabel de 11 de agosto

[39]NABUCO, 1900, p. 41.

[40]*Idem*, p. 178.

[41]FERNANDES, p. 23. Note-se que o jornal conservador *O Tempo*, do Recife apelidou Nabuco de "Quincas, o belo", chamando-o ainda de "candidato da pulseira". Cf. ALONSO, p. 81. Obra recente de ficção historiográfica insinua que Nabuco pouco parecia incomodar-se com essas diatribes. Nela, um Nabuco já deputado comenta, em carta a Eufrásia Teixeira Leite: "Riem-se e se catucam quando entro na Câmara, culpa de meu terno de casimira clara, do sapato inglês e do chapéu de palha". Acrescentando: "Só para provocar, usei outro dia a pulseira de ouro... Aquela que me deste"... Cf. LAGE, p. 340.

de 1879, comemorativa da fundação dos cursos jurídicos no Brasil. A cerimônia estava sendo presidida pelo professor Aprígio Guimarães, liberal da velha guarda e que a plateia preferia a Nabuco como candidato a deputado pelo Partido.

Após várias falas de tendências republicanas, Nabuco pediu a palavra, arriscando-se a defender tese segundo a qual "a grande questão para a democracia brasileira não era a monarquia, mas a escravidão".[42] O teatro veio abaixo em ensurdecedora manifestação de desagrado: não queria ouvir aquele "áulico que defendia o Imperador".[43] Por essas razões, a despeito do esforço de Vila Bela, Nabuco foi eleito deputado pelo Recife com apenas 58 votos, ficando em último lugar entre os pernambucanos.[44]

Ele estava enfim de posse da ferramenta com a qual, segundo suas próprias palavras, iria "trabalhar em política". Indo buscar na força do sentimento a energia para eficaz atuação parlamentar: "Eu tinha necessidade de outra provisão de sol interior; era-me preciso, não mais o diletantismo, mas a paixão humana, o interesse vivo, palpitante, absorvente, no destino e na condição alheia, na sorte dos infelizes; (...) ajudar o meu país, prestar os ombros à minha época, para algum nobre empreendimento. (...) No Brasil havia ainda, no ano em que comecei minha vida pública, um interesse dessa ordem, com todo esse poder de fascinação sobre o sentimento e o dever, igualmente impulsivo e ilimitado (...), quer se tratasse da sorte de criaturas isoladas, quer do caráter de uma nação... Tal interesse só podia ser o da emancipação (...).[45]

Coerente com esse voto, Nabuco defende na Câmara a libertação dos escravos, opondo-se neste ponto ao Ministério Sinimbu (1878-80). Funda e comanda a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, em cujo manifesto, redigido por ele, se lê: "O Brasil seria o último dos países do mundo se,

[42]NABUCO, 1900, p. 179.
[43]Cf. VIANA FILHO, p. 84-5. Nabuco anotou em seu diário nesse dia: "Sessão no Teatro Santa Isabel. Pateado" (NABUCO, 2005, v.I, p. 222). Anos depois, ele registra com mais detalhe os protestos, a que chama "onda raivosa e espumante", em *Minha formação* (Cf. NABUCO, 1900, p. 180).
[44]NABUCO, 1885, p. 59.
[45]NABUCO, 1900, p. 177-8.

tendo a escravidão, não tivesse também um partido abolicionista; seria a prova de que a consciência moral não havia despertado nele. O que fazemos hoje é no interesse do seu progresso, do seu crédito, da sua unidade moral e nacional".[46] Apresenta na Câmara projeto abolicionista. Recusa pedido do barão de Vila Bela para cessar a oposição que fazia, em nome das convicções emancipacionistas, ao Gabinete Sinimbu, inviabilizando politicamente sua própria reeleição por Pernambuco. E apoia o Ministério Saraiva (1880-2), também liberal, mas ressalvando os compromissos de abolicionista diante de Gabinete que não considerava a extinção da escravidão objetivo de governo.[47]

Nas eleições de 1881, Nabuco, candidato pelo 1.º Distrito da Corte – sua vitória poderia ter dado à batalha abolicionista a maior repercussão –, foi derrotado. Não pedira votos; o Partido Liberal, pelo qual se candidatara, não levara em conta a emancipação; esta representava "uma simples agressão", não tendo ainda penetrado a consciência nacional.[48]

Abatido, ele parte para nova temporada em Londres (1882-4), numa espécie de exílio voluntário. Escreve e publica na "cidade acima de todas"[49] um de seus mais importantes livros, *O abolicionismo*,[50] somente retornando ao Brasil após a ascensão, em junho de 1884, do Gabinete do conselheiro Dantas.

Com esse ministério, o Partido Liberal e o próprio governo engajaram-se afinal no abolicionismo, de que Nabuco já era, nacionalmente, o maior expoente. Como candidato a deputado pelo 1.º Distrito do Recife, ele faz campanha limpa, "diante do povo, (...) sem cabala e sem fraudes". A eleição de 1.º de dezembro de 1884, contudo, não ocorreu sem lutas, culminando

[46]NABUCO, 1885, p. 77.
[47]NABUCO, 1885, p. 98. *Idem*, 2005, v. 2, p. 499.
[48]NABUCO, 1885, p. 100.
[49]Cf. NABUCO, 1900, p. 91. Depois de conhecer (em 1874) Londres, Nabuco sentiu a "imaginação excedida e vencida", "a curiosidade de peregrinar (...) trocada em desejo de parar ali para sempre". *Idem*, p. 90.
[50]Cf. NABUCO, 1883. Esse livro está por trás e fundamenta os discursos proferidos por Nabuco na campanha eleitoral de 1884-5, iluminando, em particular, as reformas que ele prega.

em conflito aberto na primeira secção da Freguesia de São José, no Centro do Recife, de que resultaram morte e feridos, tornando a votação passível de nulidade. Austero, Nabuco declara "solenemente" que não aceitaria "o diploma de deputado do Recife sem os votos de São José".[51]

O segundo escrutínio, realizado em 9 de janeiro de 1985 no 1.º Distrito do Recife, deu ao candidato liberal ampla margem de votos sobre seu opositor, Manuel do Nascimento Machado Portela, chefe político conservador em Pernambuco. Foi uma vitória de alta significação para o movimento abolicionista.[52]

Essas eleições soldaram as afinidades entre Nabuco e o povo do Recife, que nunca mais arrefeceram. O candidato "amou essa campanha política, que foi a glória de sua vida".[53]

Chamada campanha abolicionista no Recife, ela está documentada em livro que compila 12 discursos realizados por Joaquim Nabuco entre 12 de outubro e de 1884 e 18 de janeiro de 1885, contados entre eles as famosas seis conferências realizadas no Teatro Santa Isabel. Neles, Nabuco, orador maduro, empolga o público com a voz, os gestos, a postura, a presença. Convence pela força dos argumentos, pelo domínio dos temas que aborda. E vai além do abolicionista ao assumir a postura do reformador social.

Ele afirma em *Minha formação* que os discursos proferidos no Teatro Santa Isabel do Recife, juntamente com os pronunciados na Câmara dos Deputados em maio de 1888, às vésperas da Abolição, são "o melhor de minha vida".[54]

Para o Nabuco de 1884-5, a solução para o problema maior do país – "o da igualdade social de todos os brasileiros"– se resume na fórmula "Liberdade e Trabalho", "o trabalho que dá dignidade, a liberdade que dá valor à vida".[55]

---

[51]Cf. GOUVÊA, p. lviii.

[52]NABUCO, 1885, p. 190 [conferência no Teatro Santa Isabel, 18 de janeiro de 1885].

[53]FERNANDES, 1949, p. 104.

[54]NABUCO, 1900, p. 181.

[55]*Idem*, p. 16 [Primeira conferência no Teatro Santa Isabel, 12 de outubro de 1884].

"A escravidão é o meio social do nosso povo. (...) Ela começou por ser um regime de trabalho agrícola". (...) Precisando "cercar-se proteções especiais e de viver num meio à parte, fechado e todo seu", evoluiu para "um sistema (...) caracterizado pelo monopólio da terra e pala clausura dos trabalhadores" – dando origem, "nas suas fendas apenas, à aparição, e gradualmente ao crescimento, de uma população livre que nada tem que possa chamar seu: sem um palmo de terra que possa cultivar por sua conta; miserável e dependente no mesmo grau que o escravo. Eis aí a escravidão agrícola e territorial". [56]

Possuindo "o solo, o trabalho agrícola e a população livre", a escravidão como instituição "tornou-se um regime social e estendeu seu domínio por toda a parte". E como há "uma só classe que produz neste País, todas as outras são tributárias dela", gerando um Brasil "de algumas famílias transitoriamente ricas e de dez milhões de proletários".[57]

"Desse regime social nasceu fatalmente a política negativa que nos abate porque ficamos sem povo". Sem povo, "as instituições não têm raízes, a opinião não tem apoio, a sociedade não tem alicerces (...), 'a vontade nacional' (...) não existe".

Nesse regime, as reformas políticas, muitas tentadas, algumas feitas, geraram "cinquenta anos de esperanças populares atraiçoadas". Elas não têm base nem "razão de precedência", pois "as reformas de que imediatamente necessitamos são as reformas sociais que levantem o nível do nosso povo, que o forcem ao trabalho e deem em resultado o bem-estar e a independência que absolutamente não existem e de que nenhum governo ainda cogitou".[58]

Não é "o emprego público que há de resolver o terrível dilema: a fome ou a infâmia, que aí está posto diante de grande número de concidadãos nossos. A escravidão produziu (...) um orçamento [público] colossal, muito superior

[56]NABUCO, 1885, p. 29-31 [Segunda conferência no Teatro Santa Isabel, 1.º de novembro de 1884].
[57]*Idem*, p. 31.
[58]*Idem*, p. 31-2.

às nossas forças, e que se apoia sobre quatro pilares, cada qual mais carcomido: a apólice que nunca se amortiza; a dívida externa que se agrava com o câmbio, o papel-moeda que sempre se deprecia, e um déficit (...) crescente que nada pode encher".[59]

"Sim, senhores," continua Nabuco, "precisamos (...) de reformas sociais, sobretudo de duas grandes reformas: a abolição completa, civil e territorial da escravidão (...) e o derramamento universal da instrução.[60] (...) Eis a razão pela qual abandonei no Parlamento a atitude propriamente política para tomar a atitude do reformador social.[61]

Avanço neste momento levantando pela primeira vez a bandeira de uma lei agrária, a bandeira da constituição da democracia rural. (...) Sim, senhores, a propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado de pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade, como não faz honra aos poderes do Estado. Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões – a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão".[62]

---

[59] *Idem*, p. 32-3.

[60] Nabuco chega a afirmar no discurso aos artistas [artífices] do Recife, reunidos no Campo das Princesas, atual Praça da República em 29 de novembro de 1884: "É tempo de pensarmos na educação do operário de preferência à educação do bacharel". *Idem*, p. 146.

[61] *Idem*, p. 33-4. Note-se que Nabuco, em sua sexta e última conferência no Teatro Santa Isabel (18.01.1885), afirma que sua vitória eleitoral de 09 de janeiro de 1885 fora "antes de tudo a vitória de uma ideia, a vitória da Revolução que, por meio da lei se quiserem, e senão pelos próprios acontecimentos, está fatalmente resolvida na consciência pública". (...). Acrescentando: "Há muitos anos que estamos subindo essa grande cordilheira do abolicionismo em que estão separadas as vertentes do Brasil colonial das vertentes do Brasil moderno. (...) Até hoje não houve em nossa marcha um abalo qualquer, mas (...) nós não poderíamos mais parar (...) quando mesmo tivéssemos que fazê-la (...) por sobre as oscilações e o pânico de grandes terremotos sociais. Sim, senhores, não haveria que estranhar em uma sublevação do solo em que pisamos (...). É essa fatalidade providencial, essa necessidade histórica que me faz dizer (...): O que está feito, está feito; o que está por fazer... está feito". Cf. NABUCO, 1885, p. 190-8.

[62] NABUCO, 1885, p.47-9 [Discurso proferido num *meeting* popular no pátio da Igreja de São José do Ribamar, bairro de São José, no Recife, em 5 de novembro de 1884].

Nabuco se adentra pela fisiologia da servidão, entranhada na sociedade, para reconhecer, em longa e brilhante exortação, que acabar com a escravidão é obra de tempo e perseverança: "Os que temos em nós tendências de senhor, os que temos fraquezas de escravo – e a massa da população brasileira, composta de descendentes ou de senhores ou de escravos, e em grande parte de escravos que foram senhores, tem os vícios combinados dos dois tipos, o senhor e o escravo, tipos que aliás formam um só porque em geral o escravo é um senhor a quem só falta o escravo e o senhor é um escravo a quem só falta o dono – os que temos, dizia eu, um desses vícios, ou todos eles, devemos, pelo exame da nossa consciência e pelo uso da nossa firmeza esclarecida vencer e dominar qualquer desses tristes legados da escravidão".[63]

Nabuco conclui: "Sim, em nome do passado e do futuro, denuncio ao povo do Recife (...) aquela instituição que, para ser condenada pela consciência humana, basta ser chamada pelo seu nome – de escravidão; eu a denuncio como incursa em todos os crimes do código penal, em todos os mandamentos da lei de Deus. A vós, artistas [artífices], eu a denuncio como o roubo do trabalho; a vós, sacerdotes, como o roubo da alma; a vós, capitalistas, como o roubo da propriedade; a vós, magistrados, como o roubo da lei; a vós, senhoras, como o roubo da maternidade; a vós, pais, filhos, irmãos, como o roubo da família; a vós, homens livres, como o roubo da liberdade; a vós, militares, como o roubo da honra; a vós, homens de cor, como o roubo de irmãos; a vós, brasileiros, como o roubo da pátria... Sim, a todos eu a denuncio, essa escravidão maldita, como o fratricídio de uma raça, como o parricídio de uma nação!"[64]

Ao retornar ao Rio a bordo do paquete inglês *Patagonia*, Nabuco ainda se nutria do "triunfo esplêndido" do dia 9 de janeiro de 1885. Mas não deveria ter muitas ilusões sobre o futuro de seu mandato. Ele seria depurado meses depois pela Câmara dos Deputados, em favor de seu opositor Machado

[63]NABUCO, 1885, p. 55 [discurso pronunciado na sessão magna do Montepio Pernambucano, 9 de novembro de 1884].
[64]*Idem*, p.162-3. [Quarta conferência no Teatro Santa Isabel, 30 de novembro de 1884, véspera das eleições].

Portela. Pode não ter previsto foi a reação explosiva dos pernambucanos em sua defesa. Nem os gestos de dois companheiros seus, Ermírio Coutinho e Joaquim Francisco de Melo Cavalcanti que, candidatos liberais a deputado em eleição pendente no 5.º Distrito de Pernambuco (Nazaré, hoje Nazaré da Mata, e Bom Jardim), renunciaram em favor de Nabuco, que foi o deputado eleito em 7 de junho. O que Nabuco talvez nem suspeitasse foi que iria derrotar o conselheiro Portela, então ministro dos Negócios do Império no Gabinete Cotegipe (1885-8), em setembro de 1887, sendo eleito deputado pelo Recife com 1.470 votos contra 1.270 dados ao velho adversário.

Como deputado e líder abolicionista, Nabuco estava de pé na tribuna da Câmara dos Deputados, na sessão de 8 de maio de 1888, em que o também pernambucano João Alfredo Correia de Oliveira, presidente do Conselho de Ministros, apresentou o projeto de abolição. Aceita a urgência proposta por ele, um liberal, o projeto, de um Gabinete conservador, foi aprovado por 83 votos a 10. Dias depois estava formalmente extinta pela Lei Áurea a escravidão no Brasil. Logo no início da República, o dia 13 de maio foi dedicado à fraternidade de todos os brasileiros.[65]

Ao empreender em *Minha formação* um balanço da campanha abolicionista, Nabuco identifica em sua condução um somatório de forças: do espírito revolucionário com o espírito liberal ou humanitário e o espírito de governo. Sem o espírito governo de homens como Dantas e João Alfredo, não se teria "chegado pacificamente ao fim, nem tão cedo". Sem o espírito liberal, "da raça dos cegos de boa vontade (...) que as revoluções empregam para abrir a primeira brecha", e sem o espírito humanitário, "estreme de ódios e tendências políticas, a abolição teria degenerado em uma guerra de raças ou encontro de facções". Se depois da vitória o abolicionismo dispersou-se, com parte dele aliando-se "à grande propriedade contra a dinastia que ele tinha induzido ao sacrifício", foi porque "o espírito que mais profundamente o agitou e revolveu foi o espírito revolucionário". A sociedade abalada o tinha deixado escapar pela primeira fenda de seus alicerces. Patrocínio,

[65]Pelo Decreto n.º 155-B, de 14 de janeiro de 1890.

"a própria Revolução", "foi a expressão da sua época; em certo sentido, a figura representativa dela..."[66]

Nabuco conclui reconhecendo que a realização da obra da abolição parou "naturalmente na supressão do cativeiro. Seu triunfo podia ser seguido, e o foi, de acidentes políticos, até de revoluções, mas não de medidas sociais complementares em benefício dos libertados, nem de um grande impulso interior, de renovação da consciência pública, da expansão dos nobres instintos sopitados. (...) A verdade (...) é que a corrente abolicionista parou no dia mesmo da abolição e no dia seguinte refluía".[67]

Admiração e reconhecimento – sempre o espírito

Joaquim Nabuco obteve em vida o reconhecimento entusiasmado e unânime dos brasileiros. Em 1906, embaixador nos Estados Unidos, ele retornou ao país, depois de sete anos de ausência, para participar, no Rio de Janeiro, da III Conferência Pan-Americana. Aportou primeiro no Recife, sob recepção entusiástica: no cais, nas ruas, no Palácio do Governo, no Teatro Santa Isabel, onde disse, sob aplausos unânimes: "Ganhamos aqui a causa da Abolição."[68]

Era o "carinho pernambucano", que ele via "como a mais grata recordação que levarei da vida ou do mundo, e que espero perdurará mesmo para os meus, no nome que dei a meu primeiro filho em lembrança da nossa Mauriceia".[69]

O mesmo calor humano repetiu-se em Salvador (recifense, ele era filho de um baiano, o terceiro senador Nabuco) e no Rio de Janeiro, que viu nele um herói, quase um mito. Após ouvi-lo, Olavo Bilac escreveu: "Não é o

[66]NABUCO, 1900, p. 206.

[67]NABUCO, 1900, p. 210.

[68]Cf., para testemunho ocular, SETTE. Ver também VIANA FILHO, p.376.

[69]NABUCO, Carolina, p. 420. O primeiro filho de Joaquim Nabuco chamou-se Maurício. Em carta a sua mulher, Evelina Torres Ribeiro, ao comentar a "esplêndida recepção" que teve no Recife, Nabuco exclama: "Que extraordinária dedicação a que se tem por mim em Pernambuco! E como pagar por isso? Cf. NABUCO, 2005, v.2, p. 386.

mesmo orador, e é melhor. O estilo é um modelo de concisão e de clareza; e o talento, amadurecido, em pleno outono fecundo, está dando os seus melhores frutos".[70] Levi Carneiro, que o esperava no porto carioca, lembra que Nabuco "deslumbrou a todos os que o conhecíamos apenas de tradição", completando: "Por impulso incontível, o acompanhamos a pé através da cidade".[71]

Essas cenas impressionaram fundamente os delegados dos demais países americanos, que elegeram Nabuco presidente da Conferência. Ponderado, ele escreveu: "Eu reconheço a popularidade (...). É um fato. Mas um fato que é um sintoma; que revela esperança e resolução por parte do país, pois é a minha política americana que se aclama".[72] O pan-americanismo era sua nova, grande causa.

Desde então Joaquim Nabuco passou a ser visto como o "grande brasileiro de seu tempo e de todos os tempos" a que se refere Gilberto Freyre.[73] Ou, segundo Alceu Amoroso Lima, como a "imagem mais fulgurante do humanismo brasileiro".[74]

Nas comemorações do centenário de seu nascimento (1949), essa visão dele como modelo e exemplo impôs-se definitiva na cultura dir-se-ia canônica, decerto ainda desatenta ao que Eduardo Portella chama "lógica exterminadora do modernismo".[75] Os mais exigentes, porém, entre eles os modernistas de 1922, viram em Nabuco um sintoma de arraigadas patologias do caráter nacional. Mário de Andrade, sempre cáustico com os ídolos do passado, chamou "moléstia de Nabuco" a "isso de vocês andarem sentindo saudade do cais do Sena em plena Quinta da Boa Vista" e "isso de você falar dum jeito e escrever covardemente colocando o pronome carolinamichaelisticamente"

[70] *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1906 (Apud NABUCO, Carolina, p. 421).
[71] Em "Joaquim Nabuco e a monarquia federativa", *Jornal do Commercio*, 25.12.1926 (Apud NABUCO, Carolina, p. 423-4).
[72] NABUCO, Carolina, p. 421-2. Grifo deste autor.
[73] FREYRE, p. 1.
[74] LIMA, p. 6-7.
[75] PORTELLA, p. 140. Veja-se também MORICONI, p. 113-4.

– ele próprio, Mário, dotando a língua de medonho palavrão. E em instigante exegese, de sabor pós-moderno, do capítulo XX de *Minha formação*, intitulado "Massangana", Luiz Costa Lima vê a confessada saudade nabuquiana do escravo como "trauma da escravidão".[76]

Em 21 de outubro de 1906, um Joaquim Nabuco cansado, feliz com o êxito da Conferência Pan-Americana do Rio, revê, do navio que o conduzia de volta aos Estados Unidos, o seu Recife pela última vez: "Ao longe (...), o cabo de Santo Agostinho, toda a paisagem familiar da costa pernambucana, a orla branca da praia, os coqueiros, as colinas verdes. À tarde, defronte do Recife. Não desembarco. Depois que se vão os amigos, os moços da academia, fico a olhar para o ocaso que flameja como um Turner sobre Olinda. À noite, a lua forma um navio, uma caravela de ouro, sobre uma nuvem negra. E assim me despeço do Recife, talvez para sempre."[77]

A referência a Joseph Mallord William Turner (1775-1851), o grande paisagista inglês do século XIX, sua luz e cores imbatíveis em transparência e palidez, trai o olhar europeu. O sentimento segue sendo o de romantismo tardio. Cruel, sua razão investiga o organismo debilitado, endurecendo pela arteriosclerose. A vermelhidão do rosto, sinal do excesso de hemácias resultante da policitemia empresta-lhe, em contraste, aspecto sadio.

Os crepúsculos são curtos, dissera certa vez à mulher.[78] O dele seria longo, penoso, vivido quase todo nos Estados Unidos, e de permeio a atividade diplomática e intelectual que cada vez lhe pesava mais. No verão de 1907, confessa-se fatigado. "Não fui feito para velho", reclama.[79] E escreve a Machado de Assis (1908): "É uma grande privação viver longe dos amigos, em terra estranha, como estrangeiro. Sobretudo acabar assim. Mas espero voltar ainda antes da noite."[80] Miragem. Sem tempo de serviço para aposentar-se,

[76]Cf. ALBUQUERQUE, p. 23-34. E COSTA LIMA.
[77]NABUCO, 2005 v. 2, p. 372.
[78]Carta de 24.11.1902. Cf. VIANA FILHO, p. 408.
[79]Carta a Magalhães de Azevedo (apud NABUCO, Carolina, p. 447).
[80]Carta de 01 de agosto: ARANHA, p. 158.

sem recursos para sobreviver com a família numerosa, Nabuco teve de seguir cumprindo jornada interminável.[81] Além da surdez, já antiga, a dor de cabeça, a sonolência não mais o deixam. "Cheguei aos 60 anos sem fôlego e exausto da longa ascensão da vida", escreveu em agosto de 1909. "Agora, para a descida, tenho que usar outros músculos, não mais os do impulso, mas os da resistência".[82]

A morte colheu Joaquim Nabuco em Washington a 17 de janeiro de 1910. Pouco antes, ele afastou com esforço o torpor que o dominava e balbuciou ao médico: "Doutor, pareço estar perdendo a consciência... Tudo, menos isso!..."[83]

Os restos mortais do grande brasileiro vieram para o Rio, depois para o Recife, onde estão sepultados, por desejo dele e vontade do povo pernambucano.

Um ano antes, em janeiro de 1909, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo escrevera em seu diário: "O corpo pode ser demolido, não o seja nunca o espírito".[84]

Bibliografia citada

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Nabuco: razão e sentimento/Memorial da restauração*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2005, p. 7-39.

ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [Perfis brasileiros].

ARANHA, Graça, org. *Machado de Assis & Joaquim Nabuco: correspondência*. Rio de Janeiro: ABL-Topbooks, 2003 [1. ed.: 1923].

BAGEHOT, Walter. 1867. *The English Constitution.* EBook # 4351, The Project Gutenberg, www.gutenberg.net.

CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRASIL (Lei de 16 de dezembro de 1830). www.presidendiadarepublica.gov.br/legislacao.

[81]VIANA FILHO, p. 411.
[82]NABUCO, 2005, v.2, p. 461 [19 de agosto de 1909].
[83]VIANA FILHO, p. 414.
[84]NABUCO, Carolina, p. 461.

COSTA LIMA, Luiz. 2002. "Nabuco: trauma e crítica". *In*: COSTA LIMA, Luiz. *Intervenções*. São Paulo: Editora da USP, 2002, p. 341-57.

FERNANDES, Anibal. *Nabuco, cidadão do Recife*. Recife, 1949.

JOAQUIM NABUCO: BRASILEIRO, CIDADÃO DO MUNDO, 160 ANOS. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2009 [Catálogo de exposição comemorativa dos 160 anos de do nascimento de Joaquim Nabuco].

GOUVÊA, Fernando da Cruz. "Joaquim Nabuco no Recife, 1884" [Estudo introdutório]. *In*: NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista no Recife,* p. v-lxii.

LAGE, Claudia. *Mundos de Eufrásia: a história do amor entre a incrível Eufrásia Teixeira Leite e o notável Joaquim Nabuco.* Rio de Janeiro: Record, 2009.

LAMARTINE, Alphonse de. *Recueillements poétiques*. Paris: Charles Gosselin–Furne et cie.–Pagnerre Éditeurs, 1849 [Google livros].

LIMA, Alceu Amoroso. "Pró-memória: introdução a *Minha formação"*. In NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1965.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 4. ed., 1958 [Coleção Documentos Brasileiros, 92].

NABUCO, Joaquim. 1870. *A escravidão.* Recife: Massangana, 1988 [Edição compilada do original manuscrito por José Antônio Gonçalves de Mello. Prefácio de Manuel Correia de Andrade. Organização e apresentação de Leonardo Dantas Silva].

_____. 1872. *Camões e* Os Lusíadas. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Historico.

_____. 1883. *O abolicionismo. In*: SANTIAGO, Silviano, coord., *Intérpretes do Brasil,* 3v. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. v. I, p. 3-167. I. ed.: Londres: Tip. Abraham Kingdom.

_____. 1885. *Campanha abolicionista no Recife. Eleições 1884. Discursos de Joaquim Nabuco.* Recife: Massangana, 1988. Primeira edição: Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos [Estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa; prefácio de Anníbal Falcão].

_____. 1900. *Minha formação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957 [Documentos brasileiros, 90]. I. ed. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1900.

_____. 2005. *Joaquim Nabuco diários, 1873-1910.* Rio de Janeiro, Bem-te-vi/Massangana, 2 v. [Prefácio e notas de Evaldo Cabral de Mello].

SANTIAGO, Silviano. Intérpretes do Brasil: prefácio. *In*: SANTIAGO, Silviano, coord. *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. 3 v. V. I.

SETTE, Mario. "Como eu vi Nabuco". *In*: *Jornal do Recife*, 14.11.1937.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Escravidão "suave" no Brasil: Gilberto Freyre tinha razão? *Revista de Economia* Política, v. 27, n. 2 (106), p. 163-83, abr.-jun. de 2007.

VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Martins Editora/INL, 2. ed., 1973.

Massangana: uma glosa*

Evaldo Cabral de Mello

Historiador e escritor. Autor de dez livros, considerado um dos mais importantes pesquisadores do período da dominação neerlandesa em Pernambuco no século XVII. Dentre suas obras destacam-se: *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste*, 1630-1654 (1975); *O Norte agrário e o Império*, 1871-1889 (1984); *A outra Independência* (2004).

Ao narrar os primeiros anos de vida de Joaquim Nabuco, seus biógrafos invariavelmente apelam às recordações do próprio biografado no capítulo vigésimo de *Minha formação*, intitulado "Massangana", do nome do engenho de açúcar em que decorreram seus primeiros sete anos. Essas páginas deviam originalmente fazer parte de outra obra, redigida em francês, também nos anos 90 do século XIX (o decênio de ostracismo político que foi também o de sua maior produtividade intelectual), obra intitulada *Foi voulue*, em que Nabuco descreveu o que chamou "minha reversão religiosa", sua volta às raízes católicas. Reduzidos às páginas de "Massangana", os biógrafos têm naturalmente pouco a dizer sobre o assunto. Por que demorar-se sobre um período se o próprio Nabuco já o fizera de maneira incomparável?

Acontece que há mais de 60 anos, um advogado pernambucano, Luís Cedro Carneiro Leão, descobriu num cartório do Cabo o

* Texto apresentado no Ciclo "Centenário de Morte de Joaquim Nabuco II", dia 16 de novembro de 2010, no Teatro R. Magalhães Jr. (ABL).

testamento e o inventário de D. Ana Rosa Falcão de Carvalho, a madrinha que criou Nabuco até sua morte em 1856 e senhora do engenho Massangana, que pertencera ao marido, Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho, falecido três anos antes e proprietário influente no distrito. Quando da revolução de 1817, Joaquim Aurélio, natural do Recife, era ajudante reformado de milícias e morador no engenho Pindoba de Cima, próximo do Massangana. Passado o primeiro momento da surpresa causada pelo movimento de 6 de março, ele, como fizeram tantos senhores rurais, veio à capital prestar obediência ao que parecia ser a nova ordem de coisas. A perspectiva de reação monárquica fê-lo, porém, como a tantos outros, recuar; e, em breve, ele se associou ao núcleo realista organizado no engenho Utinga para resistir aos republicanos e à ofensiva militar do coronel Suassuna.

Posteriormente, Joaquim Aurélio foi testemunha da alçada, denunciando vários revolucionários, o que se teria devido, segundo o advogado do coronel Suassuna, ao objetivo de isentar-se do gesto inicial de apoio ao movimento. Donde haver prestado depoimento "adornado e falso", como ao arrogar-se a direção das operações bélicas em Utinga. Da relação dos donativos feitos à contrarrevolução, consta que Joaquim Aurélio contribuiu com a soma de 600.000 réis. Jamais poderia supor que o afilhado de quatro anos, que no fim da vida ele via engatinhando pela casa-grande de Massangana, seria o autor, quase meio século depois, das páginas mais simpáticas da nossa historiografia acerca da revolução que ele, Joaquim Aurélio, combatera.

Joaquim Aurélio ajudara politicamente o jovem advogado José Tomás Nabuco de Araújo no começo de sua carreira política em Pernambuco. O prenome de Joaquim Nabuco e o convite a Joaquim Aurélio para ser seu padrinho são demonstrações evidentes de compadrio da parte do conservador *enragé* que foi Nabuco de Araújo na província, antes de sua conversão da maturidade ao liberalismo. Aliás, como alertou Luís Cedro, a madrinha designava oficialmente o afilhado por Joaquim Aurélio Nabuco de Carvalho.

A leitura do testamento e do inventário de D. Ana Rosa permite reler o capítulo de *Minha formação* dedicado por Nabuco à sua infância não tanto sob uma nova luz, mas dando às recordações de uma criança o choque de realidade

que sempre lança a natureza prosaica deste gênero de documento. Quem, por exemplo, relê as recordações de Marcel Proust sobre suas férias de colegial transcorridas na casa de Illiers, cidadezinha da Beauce, e depois tem a ocasião de visitá-la, não escapa à decepção resultante do fato de que a imaginação infantil opera como uma lente que aumenta desproporcionalmente as dimensões do que vê.

Detenhamo-nos no inventário de D. Ana Rosa. Quando um dos herdeiros levantou questão de natureza processual sobre suas últimas vontades, o redator do testamento, o padre Antônio da Cunha Figueiredo, foi solicitado pelo juiz do Cabo a esclarecer se D. Ana Rosa tivera a intenção de beneficiar apenas seus afilhados ou se desejara favorecer também a terceiros. Recordou então o sacerdote uma cena da vida privada de nossas antigas classes proprietárias:

> "As disposições testamentárias contidas no testamento da falecida D. Ana Rosa Falcão de Carvalho me foram dadas por esta em um apontamento escrito que, tendo ela me repetido o mesmo verbalmente, copiei com toda a exatidão e fielmente em sua presença, pois que nesta ocasião a tinha a meu lado, e na presença do falecido Vitor, a quem ela, impondo o dever de guardar segredo, ordenou que dali se não retirasse (...) depois de feito o testamento, ela o viu ler duas vezes e o levou para seu gabinete, dizendo que ia ler de novo e meditar sobre suas disposições. E somente depois do jantar foi que o entregou ao tabelião para aprová-lo perante as testemunhas, dizendo que aquele era seu testamento e a sua verdadeira e última vontade".

Ao documento D. Ana Rosa apusera (é ela agora quem declara) "o meu sinal do costume". Detalhe que aponta para algo de muito comum nas senhoras brasileiras e portuguesas do seu tempo e de tempos passados: quando elas sabiam ler não sabiam necessariamente escrever, de modo que sua assinatura era, na realidade, uma rubrica. O mesmo atesta Nabuco, ao assinalar que a madrinha redigia "pela mão de outros".

Já se viu nisto manifestação cultural de machismo: a leitura reduz-se a uma operação passiva, mas a escrita é eminentemente ativa, seu exercício capacitando a mulher a tomar a iniciativa da comunicação escrita com estranhos. Na realidade, a questão é um pouco mais complicada: a dissociação da leitura e da escrita, que para nós parece algo de insólito, foi tão comum que se ensinava separadamente uma e outra. Assim é que na Inglaterra elizabetana o pai de Shakespeare, que foi uma das autoridades municipais de Stratford-on-Avon, sabia ler, mas não escrever, limitando-se nos anos notariais a traçar, como D. Ana Rosa, no Pernambuco de 300 anos depois, um sinal de sua mão.

No testamento, rubricado na casa-grande de Massangana a 27 de setembro de 1856, menos de um ano antes do seu falecimento, D. Ana Rosa declarava-se natural da freguesia do Cabo, filha de José Félix da Rocha Falcão e Bernarda Joaquina Pereira de Gusmão e viúva de Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho, "sem filhos nem herdeiro necessário algum". Após as fórmulas tabelioas de estar "em perfeito estado de saúde, em meu perfeito juízo, com toda a liberdade e sossego de espírito; não sabendo o dia e a hora em que Deus me quererá chamar desta para a outra vida", ela nomeava como testamenteiros em primeiro lugar seu sobrinho Paulino Pires Falcão, em segundo lugar, Manuel Joaquim do Rego e Albuquerque, e, por último, o Dr. José Tomás Nabuco de Araújo, ministro da Justiça do Império. Em seguida, dispunha que se dissesse uma missa por todos os padres da freguesia, distribuindo-se 100.000 réis pelos pobres e celebrando-se "mais quatro capelas", uma pela alma do seu marido, duas pela sua própria alma e a última pela alma de seus escravos. Capela era como se designava a obrigação de celebrar ofícios religiosos pela salvação dos mortos.

Por fim, o testamento previa a partilha dos bens. A uma sobrinha e afilhada, deixava "o meu par de pulseiras e o meu colar de brilhantes". Ao sobrinho e testamenteiro Paulino Pires Falcão, o engenho Massangana. Ao afilhado, Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, um sobrado na rua Estreita do Rosário no bairro de Santo Antônio no Recife; o engenho Serraria, vizinho do Massangana; e "outros objetos que ficam mencionados em uma escritura de doação que passei em favor deste". Previa ainda D. Ana Rosa que os bens legados a Nabuco

"não poderão a pretexto algum ser vendidos por seu pai nem serão sujeitos às dívidas deste, quaisquer que sejam, mas deverão ser administrados e conservados para que com os seus réditos sejam entregues ao meu dito afilhado quando se achar maior de vinte e um anos, podendo todavia dos seus réditos gastar-se, somente tanto quanto for necessário para sua educação primária e superior, a qual quero e é minha vontade que seja ampla e completa".

Outros beneficiados foram o irmão de D. Ana Rosa, José Félix da Rocha Falcão, que recebeu a percepção dos foros dos moradores de Nazaré, propriedade vizinha; Matilde, mulher de sua confiança, a quem deixou uma cativa ou o equivalente em numerário que lhe permitisse "comprar uma escrava moça, robusta e apta para o seu serviço". Certa "crioulinha liberta", Catarina de nome, ganhou 100 mil réis. Outros 400 mil réis seriam divididos pelos seus afilhados que "provarem pobreza e honestidade". A outras doações segue-se a recomendação para que seu testamenteiro passe cartas de alforria a vários escravos, que "serão considerados libertos desde logo, por que de fato pelo presente testamento deixo livres e no gozo de suas plenas liberdades, como se de ventre livre tivessem nascido": dois deles africanos, os restantes crioulos, inclusive "meu canoeiro, Francisco da Silva". O inventário menciona outros bens do casal: um correntão de ouro, um relógio de ouro com diamantes, uma cruz para o hábito de Cristo, um diadema, com diamantes, um anel, e um par de atacas, isto é, de abotoaduras, de brilhante. Alguns destes bens eram de grande valor: o diadema, 400 mil réis, o par de atacas, 1 conto de réis.

Em "Massangana", Nabuco rememorará o entorno de Massangana e o Cabo de Santo Agostinho, que certo poeta local, aliás pouco dado a excessos literários, chamou a "terra de mais luz da terra". O Cabo constituíra durante os primeiros séculos de colonização o núcleo de povoamento mais importante da mata sul da capitania de Pernambuco. Os geógrafos costumam caracterizar a mata sul em função não só da sua constituição geológica, mas também da maior pluviosidade, condições extremamente favoráveis à cultura da cana:

"Na planície (recorda Nabuco) estendiam-se os canaviais cortados pela alameda tortuosa de antigos ingás carregados de musgos e cipós, que sombreavam lado a lado o pequeno rio Ipojuca. Era por essa água quase dormente sobre seus largos bancos de areia que se embarcava o açúcar para o Recife; ela alimentava perto da casa um grande viveiro, rondado pelos jacarés, a que os negros davam caça, e nomeado pelas suas pescarias. Mais longe começavam os mangues que chegavam até a costa de Nazaré".

O Ipojuca e outros três rios deságuam na barra de Suape, por detrás do "imponente lanço de arrecife", a que se reportava Vital de Oliveira em seu roteiro náutico. Junto à costa despovoada, as margens do Ipojuca estavam cobertas de manguezais, mas em breve se povoavam de grandes arvoredos, as ingazeiras referidas por Nabuco. À distância de três quartos de légua da foz, já se encontrava água doce. As embarcações de pequena cabotagem transportavam grande quantidade de açúcar para o Recife, embora o rio já sentisse os efeitos do açoreamento. "A costa de Nazaré" mencionada por Nabuco espraiava-se em torno do pontal do mesmo nome, uma língua de areia protegida pelo arrecife e localizada ao sul do cabo de Santo Agostinho.

Na infância de Nabuco, o Massangava confrontava outros oito engenhos, além do sítio ou propriedade de Nazaré: Mercês, Pindorama, do Meio, Tabatinga, Serraria, Algodoais, Tiriri e Boto. Desses engenhos, o Algodoais datava de finais do século XVI ou começos do XVII, quando fora fundado por João Pais Barreto, o Velho, da pequena nobreza de Viana da foz do Lima, o qual chegara a Pernambuco por volta de 1567; e de quem descendia, por via materna, o próprio Joaquim Nabuco. Pais Barreto foi provavelmente o mais rico proprietário rural, recordando que, no Brasil de então, as fortunas individuais limitavam-se à Bahia e a Pernambuco. Ele possuiu nada menos de dez engenhos, que legou aos filhos. Durante a ocupação holandesa, o Algodoais pertenceu ao capitão de cavalaria Gaspar van der Ley, tronco da conhecida família brasileira, o qual se casara em família de origem portuguesa.

Originalmente, as terras de Massangana haviam feito parte do engenho Algodoais. A primeira menção que se encontra à existência do Massangana data

de uma relação de 1761 dos engenhos da capitania, época em que pertencia ao padre Manuel de Mesquita e Silva. Àquela altura, já se encetara o processo de expansão da fronteira canavieira sob a forma quer do avanço sobre o bolsão interior da mata sul de Pernambuco, seja sob a forma da utilização mais intensiva das terras de que dispunha cada engenho, levando no decurso do seu tempo a seu fracionamento em novas unidades produtivas. Na relação de 1761, o nome do engenho é grafado como Massangan**o**, no masculino, região de que procedia boa parte da escravaria oriunda de Angola. Consoante Alberto da Costa e Silva, Massangano é africanismo que significa boca de rio.

No inventário de D. Ana Rosa, o engenho é mais frequentemente referido no masculino, embora também seja designado por Massangan**a**, no feminino, da mesma maneira pela qual a citada relação de 1761 denominava outro engenho, este existente na comarca de Alagoas. Uma corografia de começos do século XX ainda utiliza as duas grafias. O próprio Nabuco escreve Massangano numa passagem do Diário de 1884. Massangano chama-se também o riacho que passa pelo engenho e que, mais adiante, reunido ao Algodoais, desemboca em Suape. Provavelmente, Massangana tomou o nome do riacho e não vice-versa, de acordo com o costume pelo qual, desde cedo, utilizou-se a toponímia local na designação dos engenhos.

O inventário de D. Ana Rosa permite vislumbrar apenas a escravaria do Massangana, discriminando-a escravo a escravo para efeito de avaliação da herança. Dos trabalhadores livres, fossem os lavradores de partido, que também possuíam seus escravos, fossem os oficiais e artífices que se dedicavam à fabricação do açúcar, apenas se alude ao mestre-de-açúcar, que se declarou crioulo de 30 anos, casado e nascido no engenho. Na verdade, havia toda uma escala de gradações que a dicotomia senhores e escravos escamoteia e que a retina infantil de Nabuco borrou sob o efeito da mestiçagem que a quase todos nivelava fisicamente. Sem evidentemente aspirar à complexidade do regime de estima social do coevo *faubourg* Saint Germain, o de um antigo engenho de açúcar também tinha suas sutilezas discriminatórias, como recordou Newton Sucupira nas suas reminiscências. Basta reler a memorialística de José Lins do Rego ou o diário do barão de Goicana.

O plantel de escravos de D. Ana Rosa compreendia cerca de 50 pessoas, das quais 40 homens e 10 mulheres, gerando acentuada desproporção sexual e a decorrente maioria de celibatários. O provável é que as escravas compusessem exclusivamente a equipe de serviço da casa-grande. Dos escravos do sexo masculino, 23 eram nascidos no Brasil, e 17, africanos, dos quais 14 originários de Angola. Entre as mulheres, metade crioulas, metade angolas. Enquanto o valor médio do escravo era de 554 mil réis, o da escrava era de 460 mil réis. O valor total da escravaria chegava a 26.765 contos, pouco mais de 22 contos para os escravos, e apenas 4.600 para as escravas. Infelizmente, o inventário não discrimina entre os escravos do eito e os da fábrica.

O valor da escravaria masculina era também díspar. Dois deles foram declarados "sem valor", em função da idade e da doença. Na outra extremidade, apenas seis escravos foram avaliados em mais de um conto de réis, basicamente em função da idade, entre 25 e 35 anos, ou seja, da perspectiva de vida útil, que era o critério fundamental de avaliação. A grande maioria dos homens situava-se na faixa etária entre 40 e 60 anos. Os de 40 (1/4 da força de trabalho masculina) são geralmente estimados entre 800 e 900 mil réis, exceto se "quebrado da virilha" ou "doente dos pés", quando o preço podia cair a 600 mil réis. Aos de 50 anos (igualmente ¼ da escravaria masculina), atribui-se entre 600 e 800 mil réis, a menos que doente de erisipela, dos joelhos, dos pés ou da gota. O valor dos maiores de 60 anos oscilava entre 500 mil réis e 25 mil réis. O preço das escravas podia chegar a 1 conto de réis na faixa de 30 anos; e a 400 a 500 mil réis na faixa dos 45 anos em se tratando de mulheres sadias. E a uma criança de mais de quatro anos foram atribuídos 400 mil réis.

Repare-se que a senzala é referida por Nabuco como formada de cubículos, donde o costume, trazido da ilha da Madeira, este plano-piloto do Nordeste açucareiro, de designá-los por "casas dos negros", casa no português do século XVII designando ainda não o conjunto habitacional, mas seus vários compartimentos. O africanismo "senzala" parece só ter sido adotado no século XVIII. Em 1663, João Fernandes Vieira recomendava a seu feitor-mor "ir todas as manhãs pelas casas dos negros para ver os que estiverem doentes

e o que faltar procurá-lo logo; e fazer-lhes ter as suas casas varridas, com seus jiraus e esteiras de agasalho para dormirem". Um mapa holandês registrara anos antes os *neggershuizen* de um engenho de Itamaracá.

"No centro do pequeno cantão de escravos (rememora Nabuco), levantava-se a residência do senhor, olhando para os edifícios da moagem e tendo por trás, em uma ondulação do terreno, a capela sob a invocação de São Mateus". Ainda hoje a disposição é a mesma, de vez que ela corresponde ao chamado "triângulo rural do Nordeste": casa-grande, engenho e capela. O inventário de D. Ana Rosa não se refere à "moita", que era como se designava o conjunto dos edifícios destinados à casa de moagem, casa de caldeiras e casa de purgar. E Nabuco alude à almanjarra, isto é, a moenda que podia ser acionada por bois ou cavalos, o que de passagem indicaria a incapacidade do riacho Massangano para sustentar engenho d'água.

A moenda de Massangana era de cavalos, como indica a menção do inventário a "46 cavalos e mais animais de roda", além de "dez poltros". Os bovinos seriam utilizados no transporte da cana, como sugere a alusão a "41 bois mansos de carro" e "50 cabeças de garrote", para não mencionar "25 vacas com cria e 25 vacas solteiras". Eram os "grupos de gado sonolento" que Nabuco espreitava, "pelo declive do pasto", abrigados pela "umbrela impenetrável" de "árvores isoladas". Quando ele visitou Massangana em 1869, "a almanjarra desaparecera no passado", substituída pelo engenho a vapor. Aliás, a moenda de cavalos só parece ter sido introduzida em Pernambuco após a ocupação holandesa, pois os minuciosos documentos deste período só discriminam engenhos d'água e engenhos de bois.

Na infância de Nabuco, dizia-se missa na capela de São Mateus aos domingos, dias santos e sábados de Nossa Senhora, celebradas por frei Joaquim do Amor Divino Lins, que recebia 200 mil réis por ano para este fim. Frei Joaquim pertencia provavelmente ao convento franciscano de Ipojuca. O testamento revela o zelo particular de D. Ana Rosa pela capela, onde então se achava enterrado o marido, ao lado de quem será sepultada. Ao sobrinho que herdou Massangana, D. Ana Rosa recomendava que o pequeno templo continuasse a ser regularmente desservido após sua morte, "tendo também o

cuidado e obrigação de reedificá-lo e conservá-lo com decência e asseio, condição esta que passará também a seus herdeiros ou a qualquer que o houver de possuir por compra".

Numa fase da vida especialmente perceptiva, foi este cenário rural que deixou em Nabuco as impressões mais profundas, como aquela da "primeira vaga que se levantou diante de mim, verde e transparente como um biombo de esmeralda, um dia em que, atravessando por um extenso coqueiral atrás das palhoças dos jangadeiros; me achei à beira da praia e tive a revelação súbita, fulminante, da terra líquida e movente". O inventário de D. Ana Rosa permite datar essa primeira visão do mar. Em novembro de 1856, quando Nabuco completara, portanto, sete anos, sua madrinha arrendou por três anos um sítio em Barra das Jangadas pela quantia de 1:250 $000. Por então, os banhos de mar, recomendados desde 1842 pela Sociedade de Medicina de Pernambuco, começavam a substituir os de rio nas prescrições dos médicos da terra para as pessoas de posse.

Barra das Jangadas é atualmente um arrabalde do Grande Recife, ao sul da praia da Piedade, mas em 1856 não passava de uma pequena povoação, como eram geralmente as da costa meridional de Pernambuco, constando de poucas casas e de uma igreja situadas na margem leste da camboa de Santo Antônio. Em Barra das Jangadas, desaguam os rios Jaboatão e Pirapama. A igreja era provavelmente a capela do sítio que D. Ana Rosa arrendou e que um jornal recifense, "A quotidiana fidedigna", anunciara anos antes com a descrição aliciante de seus coqueirais, pastos, camboas e alagados e de seus dois grandes viveiros.

A recordação de Barra das Jangadas ficou em Nabuco para o resto da vida. Anos depois, reavivou-a Paquetá, a cujo respeito escreveu que

> "para mim, ela tinha a sedução especial de ser uma paisagem do norte do Brasil desenhada na baía do Rio. Enquanto por toda a parte à entrada do Rio de Janeiro o que se vê são granitos escuros, cobertos de florestas contínuas guardando a costa, em Paquetá o quadro é outro: são praias de coqueiros, campos de cajueiros, e à beira mar as hastes flexíveis das canas selvagens alternando com as velhas mangueiras e os tamarindos solitários".

Em 1906, a bordo do navio que o levava de volta a Washington após a Conferência Interamericana do Rio, Nabuco reavistou o litoral da sua infância, anotando no diário: "Acompanhamos a costa, ao longe Maceió, depois de horas o cabo de Santo Agostinho, toda a paisagem familiar da costa pernambucana, a orla branca da praia, os coqueirais, as colinas verdes". Na escala do Recife, "depois que se vão os amigos, os moços da Academia, fico a olhar para o ocaso que flameja como um Turner sobre Olinda. À noite, a lua forma um navio, uma caravela de ouro, sobre uma nuvem negra. E assim me despeço do Recife, talvez para sempre". Pressentimento que se confirmou.

Menos de um ano antes do seu falecimento em Washington, Palm Beach lhe trouxe de volta a lembrança de Barra das Jangadas. Em começos de 1909, Nabuco representou o Brasil na posse do primeiro governo constitucional de Cuba após a guerra entre os Estados Unidos e a Espanha. No regresso pela Flórida, ele descansou uns dias em hotel de Palm Beach. A 5 de fevereiro, informava à esposa, D. Evelina Nabuco, que permanecera na capital norte-americana: "Ao lado do meu salão, há um terraço dando para o mar, uma praia como as belas praias do norte do Brasil e se não houvesse tanto vento, a hora que passei nele teria sido perfeita".

Noutra entrada do diário, ele registrou a visão que se descortinava da varanda: "um círculo de pequenos coqueiros, a praia, a água tranquila da baía, as pequenas embarcações brancas, algumas velas distantes, a costa chata ao longe. Uma brisa fresca, muita luz, muito brilho das folhas verdes e douradas dos coqueiros". Algo mais lhe traria de volta a infância: uma visita a um criadouro de crocodilos e caimãs, que lhe terão lembrado os que outrora rondavam ameaçadores o viveiro do engenho. Nabuco também experimentou, com o filho Maurício, andar "na cadeira de rodas daqui, empurrada por um preto sentado atrás, que faz girar as rodas como num velocípede com os pés. É um modo de transporte delicioso". Ao pé da fotografia que mandou fazer, após do próprio punho a inscrição: "Nos coqueirais da Barra das Jangadas, 1855-1909. Palm Beach (Flórida), 6 de fevereiro 1909". Até parecia que estava em Pernambuco.

O retrato do D. Ana Rosa traçado pelo afilhado é reminiscente de uma matrona romana:

> "De grande corpulência, inválida, caminhando com dificuldade, constantemente assentada – em um largo banco de couro que transportavam de peça em peça da casa – ao lado da janela que deitava para a praça do engenho e onde ficava a estribaria, o curral e a pequena casa edificada para o meu mestre e que me servia de escola".

Viuvez nem ociosa nem solitária:

> "minha madrinha ocupava sempre a cabeceira de uma grande mesa de trabalho, onde jogava cartas, dava a tarefa para a costura e para as rendas a um numeroso pessoal, provava o ponto dos doces, examinava as tisanas para a enfermaria defronte, distribuía as peças de prata a seus afilhados e protegidos, recebia os amigos que vinham todas as semanas atraídos pelos regalos de sua mesa e de sua hospitalidade, sempre rodeada, adorada por toda sua gente, fingindo um ar severo, que não enganava a ninguém, quando era preciso repreender alguma mucama que deixava a miúdo os bilros e a almofada para chalacear no gineceu; ou algum morador perdulário que recorria demasiado à sua bolsa".

Dos "regalos de sua mesa", pode-se ter alguma ideia graças às contas que, segundo o inventário, ficaram por pagar dos artigos estrangeiros comprados no Recife: queijo flamengo e queijo londrino, vinho do Porto, manteiga inglesa, azeite doce, chá Lipton, bolachinha soda, macarrão, azeitonas, passas, figos. Das iguarias feitas de produtos da terra, que compunham o principal de uma farta mesa de casa-grande, o inventário não tinha obviamente o que registrar, embora refira formas para a confecção de bolos. As compras no Recife também incluíam tecidos, como "24 côvados de seda da Índia", "2 peças de madapolão", "um par de luvas de seda", um "chapéu de palha enfeitado para senhora"; e as fazendas rudes destinadas à escravaria, como aqueles "15 côvados de ganga mesclada".

Registre-se também a assinatura do *Diário de Pernambuco*, que, no isolamento do engenho, dava a conhecer o que se passava na província, no Império e no resto do mundo. O inventário também identifica o professor de primeiras letras de Nabuco, Caetano da Rocha Pereira Júnior, natural do Recife, casado, de 25 anos. Quanto aos moradores que abusavam da sua bolsa, o testamento de D. Ana Rosa recomenda expressamente que não fossem cobradas as dívidas daqueles que não tivessem condições de pagar.

Outra vez na evocação de Nabuco:

> "Estou vendo, através de tantos anos, a mobília da entrada, onde ela costumava passar o dia. Nas paredes, algumas gravuras coloridas representando o episódio de Inês de Castro, entre as gaiolas dos curiós afamados, pelos quais seu marido costumava dar o preço que lhe pedissem... ao lado, em um armário envidraçado, as pequenas edições portuguesas dos livros de devoção e das novelas do tempo".

No inventário, as gravuras de Inês de Castro eram 11, arbitrando-se-lhes o total de 15 mil réis; e os volumes do armário envidraçado são descritos como "uma porção de livros de pouco valor, sendo novelas e obras truncadas", isto é, mutiladas, avaliados em 10 mil réis.

Homem feito, já no Rio ou em Portugal, Nabuco adquiriu o que chamava, num registro particular, "os quadros de Inês de Castro", pois "havia uma série deles em Massangana. Por isso comprei-os". É possível que na contemplação da história de Inês de Castro se tenha originado o interesse que ao longo de toda sua vida Nabuco demonstrou por *Os lusíadas*. Numa das conferências camonianas que pronunciou nos Estados Unidos no fim da vida, ele reproduziu o episódio célebre, traduzindo para o inglês os versos de Camões, de vez que embora se conheçam "várias traduções (...) em todas elas, existe forte colaboração do tradutor, e eu prefiro o poeta sem mistura". Entre o que chamou "Quadros que são recordações da minha vida", Nabuco possuía também uma vista da capela de São Mateus e duas do engenho.

O inventário enumera outros objetos da casa grande de Massangana, como o "espelho com moldura dourada", um binóculo, o aparato do serviço doméstico, com o seu "aparelho de louça de porcelana dourada para jantar", outro de "chá da mesma louça, outro "aparelho de chá de porcelana verde". A mobília, a que se deu o valor de 657 mil réis, não está discriminada, mas há referências a duas redes, "uma cadeirinha da Bahia em mau estado (...) uma cama de vento de armação, um canapé velho, uma mesa e uma cadeira velha". A roupa de uso da casa (lençóis, toalhas e guardanapos) foi estimada em 100 mil réis. Os talheres estão itemizados: "doze cabos de facas, doze garfos, doze colheres para sopa, doze colheres para chá, uma colher de tirar açúcar, mais dezoito de chá, mais vinte e uma para sopa, um talher de trinchar", etc., etc.

Com intuição sociológica, Nabuco assinalou que "os engenhos do norte eram pela maior parte pobres explorações industriais, existiam apenas para a conservação do estado do senhor, cuja importância e posição avaliava-se pelo número de escravos". Este era certamente o caso de Massangana. Como indicou Luís Cedro Carneiro Leão, era boa a situação financeira de D. Ana Rosa. Sua fortuna não ia muito além de 100 contos de réis e sua receita anual provavelmente rondaria os 5 contos de réis: Massangana valia 75 contos, o engenho Serraria (então moente e corrente, mas que já estava de fogo morto quando da maioridade de Nabuco, que o herdou), 22 contos. O sítio de Nazaré foi calculado em dois contos, mas não consta o rendimento dos seus foros, que D. Ana Rosa legou ao irmão. Cabe acrescentar ainda o valor dos roçados (300 mil réis) e o da safra futura, que alcançava os 10 contos de réis, mas que deviam ainda ser divididos com os lavradores do engenho, fornecedores de grande parte da cana. E como a safra 1856-1857 já estivesse encerrada e o açúcar já embarcado no Recife, restavam 19 pães de açúcar na casa de purgar.

A noção da existência no Pernambuco do Segundo Reinado de uma casta de barões do açúcar não passa de uma idealização de historiadores locais, tão fictícia quanto a outra ideia, cultivada pela historiografia marxista, de que eles teriam constituído a classe dominante. No interior das suas terras

e no âmbito dos seus distritos, sem dúvida. Mas dominante, na acepção de politicamente dirigente à escala nacional, quase nunca, como indica a adoção das políticas imperiais que tratavam de questões que lhes eram vitais, como a criação de engenhos centrais pelo gabinete Rio Branco, uma especulação de financistas da Corte e de capitalistas ingleses, hostilizada pelos senhores de engenho, temerosos da perda de *status*, consequente à sua transformação em meros fornecedores da matéria-prima. Os indivíduos verdadeiramente acaudalados da província eram há muito os comerciantes recifenses.

Voltando ao retrato de D. Ana Rosa por Nabuco, "seu maior prazer era trocar uma parte das suas sobras em moedas de ouro que ela guardava sem que ninguém o soubesse senão o seu liberto confidente, para me entregar quando eu tivesse idade. Era a isso que ela chamava o seu *invisível*". Este "liberto confidente" era o Dias, o ex-escravo que lhe servia de gestor do patrimônio depois do falecimento do marido. Ocorreu, porém, que em setembro de 1856, oito meses antes do passamento de D. Ana Rosa, morreu Elias – com direito a avulso do *Diário de Pernambuco*, que o louvou nestes termos: "Nascido no cativeiro, Elias tornou-se em pouco tempo digno de ser tido num apreço a ponto de a sua firma, pelos padecimentos do chefe da casa Massangana, ser tão respeitada e avaliada, que deixou alguma fortuna".

Na queixa de D. Ana Rosa, Elias fazia "uma falta excessiva aos meus negócios", pois graças a que "de tudo tomou conta (...) ficou a minha casa com ele no mesmo pé em que era no tempo do meu marido". Em outra carta ao casal Nabuco de Araújo no Rio de Janeiro, ela manifestava a esperança de ver o afilhado homem feito "para lhe dar alguma coisa invisível, como dizia o defunto seu compadre, pois só fiava isso do Elias, apesar de ter ficado o Vítor, mano dele, que faço também toda a fiança nele".

Vítor, aliás, foi a única testemunha da mencionada conversa de D. Ana Rosa com o padre Antônio da Cunha Figueiredo quando da redação do testamento. As palavras de D. Ana Rosa prestam-se a interpretações opostas, tanto podendo significar que só a Elias ela confiara a existência das moedas de ouro quanto que também Vítor teria sido posto a par do segredo. O fato é que Nabuco não viu um tostão do *invisível* que lhe destinara a madrinha.

Teria Vítor desmerecido a confiança da senhora? O testamento lhe fez, aliás, a mais substancial das doações em dinheiro: dois contos de réis em moeda corrente.

O documento também alude a "outros objetos que ficam mencionados em uma escritura de doação" passada em favor do afilhado. Não se conhece tal escritura nem o inventário o menciona. Que "outros objetos" seriam esses? As moedas de ouro estariam entre eles? Em todo caso, elas não se achavam entre os que vieram ter às mãos de Nabuco. Em janeiro de 1900, por exemplo, ele registra no diário haver mandado "consertar o espadim que me deixou minha madrinha", lamentando "quão pouco me resta dela". O espadim pertencera a Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho na sua qualidade de oficial da guarda nacional. Quanto ao retrato a óleo de Nabuco aos quatro ou cinco anos, atualmente propriedade dos seus descendentes, ele o trouxe consigo para o Rio em 1857, pois ao final da vida o incluiu numa relação de fotografias e de quadros.

Não é plausível, contudo, que D. Ana Rosa mandasse redigir uma escritura de doação limitada a tais *souvenirs*; tal iniciativa só é compreensível em termos de bens substanciais.O inventário indica, aliás, que ela deixara cédulas, patacões e certa quantia em poder do seu agente comercial no Recife, totalizando quase 2 contos de réis. Mas os patacões eram moeda de cobre, não de ouro.

Segundo Nabuco,

> "a noite da morte da minha madrinha é a cortina preta que separa do resto da minha vida a cena de minha infância. Eu não imaginava nada, dormia no meu quarto com a minha velha ama, quando ladainhas entrecortadas de soluços me acordaram e me comunicaram o terror de toda a casa. No corredor, moradores, libertos, os escravos, ajoelhados, rezavam, choravam, lastimavam-se em gritos; era a consternação mais sincera que se pudesse ver, uma cena de naufrágio; todo esse pequeno mundo, tal qual se havia formado durante duas ou três gerações em torno daquele centro, não existia mais depois dela; seu último suspiro o tinha feito quebrar-se em pedaços".

Em 1906, Nabuco reviveria a noite de 1857 através do falecimento do sogro, José Antônio Soares Ribeiro, barão de Inoã e fazendeiro em Maricá. A D. Evelina, ele escreveu:

> "Estou assistindo no declínio à cena que tanto me impressionou na infância, da morte, do desaparecimento de uma vida-centro, à qual muitas outras existências haviam aderido, formando colônia. E a sepultura do teu pai na capela da Saúde é o *pendant* fiel da de minha madrinha na capelinha de São Mateus em Massangana. (...) Hoje, procuro esquecer a impressão dessa terrível semana no Pilar, porque ela me abateu muito".

Com o falecimento de D. Ana Rosa, Nabuco deveria deixar Massangana e partir para o Rio de Janeiro a fim de reunir-se aos pais e aos irmãos:

> "Ainda hoje vejo chegar, quase no dia seguinte à morte, os carros de boi do novo proprietário. Era a minha deposição. Eu tinha oito anos (...) Distribuí entre a gente da casa tudo que possuía, meu cavalo, os animais que me tinham sido dados, os objetos do meu uso. 'O menino está mais satisfeito, escrevia a meu pai o amigo que devia levar-me, depois que eu lhe disse que a sua ama o acompanharia'. (...) Mês e meio depois da morte de minha madrinha, eu deixava assim o meu paraíso perdido, mas pertencendo-lhe para sempre (...) Massangana ficou sendo a sede do meu oráculo íntimo".

Quatro pessoas o acompanharam no desterro para o Rio; o primeiro deles, Julião Jorge Gonçalves, secretário do pai, que o viera buscar. No *Diário*, Nabuco o apresenta como "o laço de união para mim entre a minha primeira mãe, minha madrinha (...) a quem até a idade de oito anos dei aquele nome, não conhecendo minha mãe (...) Meu pai mandou o Julião buscar-me a Massangano e foi ele que me levou para o Rio. Era o amigo da casa por excelência". Com Nabuco, seguiu também sua ama seca, que sobreviverá a ele: a preta Maria Luiza, a quem ele chamava mãe Rosa e cuja fotografia encontra-se na coleção

da família Nabuco. Por fim, dois jovens escravos, Marcos e Vicente, o primeiro designado pela madrinha para vigiar-lhe os passos em Massangana; o segundo, consoante nota íntima de Nabuco transcrita por Luís Viana Filho, o mesmo que, fugindo ao senhor rigoroso, viera abraçar-se às pernas do menino no patamar da escada da casa-grande – "o traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição com a qual eu vivera até então familiarmente, sem suspeitar a dor que ela ocultava".

Joaquim Nabuco e as fronteiras do Brasil*

Rubens Ricupero

Diplomata aposentado, tendo sido embaixador em Washington, Genebra e Roma. Foi também ministro do Meio Ambiente e da Amazônia e ministro da Fazenda, tendo sido responsável pelo lançamento do real em 1994. Ocupou igualmente o cargo de Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em Genebra de 1995 a 2004. Atualmente é diretor da Faculdade de Economia da FAAP em São Paulo. Escreveu diversos estudos sobre a diplomacia do barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco.

A diplomacia de Joaquim Nabuco sofre de má reputação. Comparadas à luta pelo abolicionismo na juventude e aos grandes livros da maturidade, a defesa do Brasil no arbitramento sobre a fronteira com a Guiana Inglesa, a legação em Londres, a embaixada em Washington deixam a impressão de suave descida de colina, um doce crepúsculo. Antonio Candido cristalizou a avaliação da maioria ao assimilar a fase diplomática ao envelhecimento e à decadência. Dando expressão a um dos motivos frequentes do julgamento, Salvador de Mendonça acusava-o, apesar da inteligência brilhante, de tudo enxergar "por uns vidros de aumento", de ter uma visão "privada do bom senso que assinala o centro da gravidade das coisas reais e da gente sensata" (Luiz Viana Filho, *A vida de Joaquim Nabuco,* p. 369).

* Texto apresentado no Ciclo "Centenário de Morte de Joaquim Nabuco II", dia 07 de dezembro de 2010, no Teatro R. Magalhães Jr. (ABL).

A fim de apreciar na justa medida opinião que se converteu em lugar comum, é preciso introduzir algumas qualificações e matizes. Após as duas primeiras fases da vida de Nabuco, a de principal líder parlamentar do abolicionismo e a do "luto da Monarquia", dedicada à criação da obra histórica e ensaística, os últimos anos, de 1899 até o começo de 1910, correspondem basicamente ao do diplomata a serviço não do regime, mas do país.

No momento em que, aos 40 anos, dois terços de sua existência, se encontrava no apogeu do prestígio, afirmado pouco antes na lei de 13 de maio de 1888, a proclamação da República foi para Nabuco catástrofe irremediável. O golpe militar de 1889 representou o fim definitivo da carreira política de uma vocação exclusiva de parlamentar sem inclinação para o poder executivo, do líder inconteste das ideias liberais após o desaparecimento de José Bonifácio, o Moço.

Arrastará os 20 anos que lhe sobrarão de vida num interminável exílio da política interna, exílio interior, em Paquetá ou na casa de Botafogo, compondo sua análise histórica da vida parlamentar e social do Império, ouvindo as histórias pitorescas do velho regime nos saraus monarquistas em casa de João Alfredo; exílio dourado, em seguida, na legação em Londres, na embaixada em Washington, lendo em francês à sobremesa, para pequena plateia de diplomatas estrangeiros, seu drama em versos sobre a perda da Alsácia. Indiscutivelmente o primeiro no combate parlamentar contra a escravatura ou na qualidade analítica da obra histórica, na diplomacia não passou de um brilhante segundo, sem o poder de iniciar e decidir.

Contrasta nisso com a trajetória do Barão do Rio Branco, filho, como ele, de um grande político da monarquia. Enquanto Nabuco se destacava muito moço nas lutas da Abolição e nos círculos literários, Paranhos Junior, depois de começo frouxo de deputado sem distinção, mergulhava aos 30 anos de idade em duas décadas de semiobscuridade no Consulado Geral em Liverpool. Dele só emergiu em 1895, ao ganhar para o Brasil a causa do território de Palmas, tão completamente esquecido que precisou ser apresentado ao público brasileiro em editorial no *Jornal do Commercio* pelo amigo Nabuco, que observava certeiramente: "O Barão do Rio Branco, pode-se dizer, era até

ontem muito mais conhecido em nosso país pelo reflexo do nome paterno do que pelo que ele mesmo já tinha feito".

Desde então, a carreira de Paranhos prosseguirá em linha invariavelmente ascendente até se tornar, em 1902, ministro das Relações Exteriores, cargo em que atravessou quatro governos, só o deixando ao morrer em fevereiro de 1912. Esses mais de nove anos de comando do Itamaraty deram-lhe o tempo e o poder necessários para imprimir forte marca pessoal em políticas variadas sobre temas numerosos: o Acre e as negociações com a Bolívia, a solução das últimas questões fronteiriças, as tensões e a aproximação com a Argentina, a aliança com os EUA etc.

Na posição subordinada de agente diplomático e executor de instruções, Joaquim Nabuco foi obrigado a contentar-se com horizonte de oportunidades bastante mais limitado. Seus papéis, menos centrais, foram desempenhados longe da opinião pública nacional, com exceção das curtas semanas em que veio ao Rio de Janeiro a fim de presidir a 3.ª Conferência Internacional Americana em 1906. Tinham-se invertido as situações e é significativo que o embaixador em Washington deveria morrer longe da pátria, enquanto o chanceler faleceria dois anos depois no gabinete de trabalho no Itamaraty.

A desvalorização crítica da fase internacional de Nabuco explica-se também pela ingrata sorte póstuma da política de estreitamento de relações com os Estados Unidos, sua principal contribuição diplomática. Ninguém sonharia em contestar a validade perene da abolição, o acerto profético das páginas que escreveu a respeito da escravatura como a explicação central e "orgânica" do Brasil ou sobre a necessidade de que a extinção do trabalho servil viesse acompanhada de acesso à terra.

O mesmo, contudo, não se pode dizer da sua diplomacia. A maioria dos brasileiros provavelmente estranharia hoje sua adesão à linha diplomática norte-americana. O que nos choca a sensibilidade é a identificação que ora fazemos entre essa linha e o uso e abuso do *Big Stick*, o *Cacetão* (na tradução de Oliveira Lima), as repetidas intervenções ianques em Cuba, na República Dominicana, no Haiti, na América Central, na secessão do Panamá. Nabuco não aprovava tais desmandos, mas esses aspectos negativos eram compensados,

no seu espírito, pela vantagem pragmática da proteção potencial dos EUA à integridade do Brasil.

Os discursos e as conferências abolicionistas continuam a ser citados naquilo que se ajustam às questões brasileiras atuais. Guardam inteira contemporaneidade e a nenhum dos leitores ocorreria censurá-los por haverem promovido abolição "prematura" ou ruinosa, conforme na época opinaram Sílvio Romero ou Oliveira Lima. Nesse sentido, são mais "contemporâneos", mais unânimes agora do que quando foram proferidos.

Já no caso dos escritos diplomáticos, até o vocabulário, a nomenclatura, o estilo soam como a retórica declamatória, o vocabulário anacrônico de passado irremediavelmente perdido. Não se trata apenas do estilo, mas da substância. A abolição da escravatura, as preocupações sociais se incorporaram ao acervo permanente das conquistas da história brasileira, ao passo que a opção preferencial pelos Estados Unidos revelou-se transitória e ver-se-ia no futuro crescentemente contestada até ser abandonada nas últimas décadas.

Quase tanto como Paranhos, Nabuco contribuiu para fazer da *Aliança Não-Escrita* com Washington o paradigma que dominaria a política exterior do Brasil de 1905 a 1961 e voltaria a predominar no breve governo de Castelo Branco, após o golpe de 1964. Desde Jânio Quadros, Afonso Arinos e San Tiago Dantas, no entanto, vai-se esboçar reação, que se imporá finalmente com Geisel e Azeredo da Silveira, fazendo prevalecer um novo paradigma em substituição ao das "relações especiais" com os EUA, pejorativamente designado, a partir de então, como "alinhamento automático". Era impossível que não sofresse com isso a reputação de Nabuco, que se orgulhava de não haver no serviço diplomático quem o superasse no favorecimento à mais íntima aproximação com o governo americano ou no monroísmo, um desses vocábulos arcaicos que temos dificuldade de entender.

A chave da explicação dessas convicções se encontra no chocante desenlace da arbitragem sobre a fronteira com a Guiana Inglesa. Justifica-se, assim, que a questão fronteiriça figure no título desta tentativa de reavaliação da contribuição de Nabuco à história da diplomacia brasileira. Essa última fase de 11 anos coincide com os dois golpes debilitadores do seu vigor físico: a surdez

súbita e, logo depois, a doença que lhe acarretaria a morte, a policetemia vera, o excesso de glóbulos vermelhos.

Iniciado em março de 1899 com a aceitação do convite para defender o Brasil no arbitramento sobre a Guiana Britânica, a maior parte do período, quase oito anos, vai transcorrer sob a sombra dominadora do ministério de Rio Branco.

A primeira metade, até inícios de 1905, é problemática e frustrante. Ser ministro em Londres era para os contemporâneos o ápice da carreira diplomática, o posto prestigioso e brilhante ilustrado pelo Barão de Penedo e por Sousa Correia. Do ponto de vista da substância do trabalho, entretanto, oferecia muito pouco, uma vez que, para a poderosa Inglaterra do crepúsculo vitoriano, tanto o Brasil quanto os latino-americanos despertavam interesse apenas periférico. A legação em Londres serviu, sobretudo, de base conveniente para a preparação da defesa brasileira. Assessorado por pequeno grupo, Nabuco redigiu quase sozinho os 18 tomos em francês da memória entregue ao árbitro em 1903, mais tarde publicada sob o título de *O direito do Brasil.*

A divergência era mais complicada do que os dois arbitramentos anteriores nos quais a defesa estivera a cargo do Barão do Rio Branco: o de Palmas, com a Argentina (laudo em 1895) e o do Amapá com a França (1900). As dificuldades adicionais provinham não apenas de termos agora como adversária a potência hegemônica mundial, mas por serem mais duvidosos e controversos os títulos invocados pelo Brasil. Por estarem conscientes do risco, muitos estadistas brasileiros, inclusive Paranhos, teriam preferido resolver a pendência por negociação direta, solução que se frustrou quando Campos Sales rejeitou proposta inglesa de compromisso julgada aceitável por Rio Branco e Nabuco.

Escolhera-se como árbitro o jovem Rei da Itália, Vitor Emanuel III, que iniciava sob auspícios favoráveis um reinado de mais de 45 anos que se apagaria, sob a sombra desonrosa do fascismo, na terrível tragédia da Segunda Guerra Mundial. Emitido em junho de 1904, o laudo julgava que nenhuma das partes havia demonstrado os direitos alegados de forma completa, resolvendo dividir entre elas o objeto do litígio. O critério geográfico adotado na

partilha terminou por favorecer o Reino Unido com algo mais de 19.000 km² e um pé na bacia amazônica, contra 13.000 km² para o Brasil.

Não chegava a ser uma catástrofe; cotejado, todavia, com as vitórias cabais e completas de Rio Branco, o desfecho possuía sabor de derrota e assim foi sentido pelos contemporâneos e pelo próprio advogado, que exclamaria dramaticamente: "Será a causa de minha morte!"

Nenhum país gosta de derrotas e possivelmente por isso, a questão mereceu pouco estudo dos nossos historiadores diplomáticos, que tampouco revelaram até hoje apetite exagerado por outro de nossos históricos revezes, a Guerra da Cisplatina. Teve-se de esperar até o século XXI para dispormos da primeira análise mais imparcial e pormenorizada, a tese de José Theodoro Mascarenhas Menck, na Universidade de Brasília, construída sobre documentos britânicos e italianos, alguns inéditos e que levou o nome de *Brasil* versus *Inglaterra nos trópicos amazônicos: A questão do Rio Pirara (1829-1904),* (Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de História, tese de 2001).

Ressalta Menck em suas conclusões que o litígio do Pirara, como era então conhecido, diferia fundamentalmente das arbitragens precedentes. Estas consistiam principalmente em "identificar, com precisão, os acidentes geográficos que haviam sido escolhidos em tratados coloniais como limites (...) enquanto o litígio do rio Pirara versou sobre quem havia legitimamente ocupado o território contestado". Em outras palavras, as questões de Rio Branco se limitavam a um problema histórico-geográfico, ao passo que a de Nabuco era, sobretudo, jurídica, sendo assim tratada pelo advogado brasileiro.

Afirma o estudioso não haver encontrado nos arquivos italianos e britânicos nenhuma indicação de que tenha existido parcialidade em favor dos ingleses por motivos estratégicos e políticos, conforme se acreditou longamente no Brasil. Contudo, o árbitro teria cometido um erro jurídico ao fundamentar a solução nos princípios definidos a propósito do Congo pela Conferência de Berlim em 1885. Reafirmados em 1888 pelo Instituto de Direito Internacional, esses princípios pretendiam ter valor universal, mas jamais haviam sido aplicados nas Américas, não tinham sido subscritos pelo Brasil nem poderiam ser invocados em controvérsia anterior à Conferência. De acordo com a tese

de Berlim, o único meio reconhecido de adquirir e conservar a soberania territorial era a exigência de posse atual baseada na ocupação efetiva, ininterrupta e permanente de todo o território em litígio e não só de parcela dele.

Em carta a Tobias Monteiro, de 18 de junho de 1904, o ex-advogado do Brasil aludia às consequências nefastas que os princípios embutidos na sentença do Rei da Itália poderiam produzir caso aplicados à boa parte do território brasileiro: "Se lhe sujeitássemos a nossa soberania sobre dois terços do Brasil, ele diria que não temos direito algum" (*Cartas a amigos*, t.II, p169). Dizia em outro escrito: "Com os princípios modernos quanto à soberania de territórios não ocupados, haveria somente no vale do Amazonas campo vastíssimo para o estrangeiro, sem tocar a orla efetivamente apropriada por nós e outras nações".

Menck conclui que

> "o Brasil perdeu a demanda porque o árbitro aplicou ao caso princípios jurídicos que não haviam sido cogitados pelas partes litigantes (...) não se pode(ndo) concluir que o advogado brasileiro errou na condução jurídica da lide, pois muitas eram as razões para afastar os princípios invocados pelo laudo arbitral" (tese citada, p. 397).

Se erro houve, teria sido na escolha do árbitro. Retardatários na disputa por colônias devido ao atraso da unificação nacional, Alemanha e Itália naturalmente tinham interesse em promover a mudança do Direito Internacional em favor de doutrinas que minimizassem a importância da primazia histórica. Quatro anos antes da sentença, Nabuco não só percebeu a evolução adversa que se delineava, mas sua motivação profunda, ao prevenir o ministro do Exterior, Olinto de Magalhães de que

> "... nenhuma confiança mais me inspira em uma causa como esta nenhum juiz europeu; as ideias europeias são fundamentalmente diversas das americanas em questões dessa natureza. Os juízes com quem poderíamos contar seriam os homens da antiga escola, mas estes nenhuma influência exercem na

transformação do direito, que se tem de adaptar aos fatos da nova formação dos impérios coloniais..." (ofício ao Ministro O. de Magalhães, 19/5/1900, História do Arbitramento por Joaquim Nabuco, AHI, p. 22).

Aliás, foi do Ministro a decisão de recusar o nome do grão-duque de Baden, preferido por Rio Branco e Nabuco, o que levaria à opção pelo Rei da Itália. Paranhos esperava que o grão-duque confiasse o exame do litígio "aos sábios da universidade de Heidelberg", os "homens da antiga escola" a que se referia o malogrado advogado brasileiro, mas tampouco há garantias de que, em plena era da expansão do imperialismo alemão, essa solução tivesse realmente se revelado mais propícia.

João Frank da Costa, autor do melhor estudo sobre a diplomacia de Nabuco, analisa longamente a questão, lembrando que, do ponto de vista jurídico, os princípios de Berlim "colocavam em situação precária [...] os imensos territórios despovoados da América do Sul", vistos como *res nullius*, terra sem dono, nessa época de ambições coloniais exacerbadas. O único meio de tornar seguros dois terços do território brasileiro seria, para o nosso defensor, a Doutrina de Monroe: "*Não vejo nenhuma outra intuição da qual dependa tanto a conservação do nosso grande todo nacional*".

Dessa forma, a principal consequência do insucesso de Nabuco no pleito da Guiana Inglesa teria sido sua conversão definitiva ao monroísmo e à Aliança Não-Escrita com os Estados Unidos, que propunha como "uma espécie de aliança tácita, subentendida entre nossos dois países". Recomendava, antes mesmo de tornar-se embaixador, que "a nossa diplomacia deve ser principalmente feita em Washington". Concluía: "Uma política assim valeria o maior dos exércitos, a maior das marinhas, exército e marinha que nunca poderíamos ter" (João Frank da Costa, *Joaquim Nabuco e a política exterior do brasil*, Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968, p. 48-49).

Era, como se vê, programa basicamente defensivo, moderado e exequível por coincidir com o interesse e a posição notória dos Estados Unidos. Não visava a objetivos fantasiosos e irrealistas como o de instrumentalizar o apoio de Washington para a supremacia brasileira na América do Sul, como ocorreria

mais tarde. Observa João Frank que "a obra de aproximação com os Estados Unidos e de plena realização do continentalismo passou a ter [...] para Nabuco, a mesma importância que outrora a questão capital da abolição", como ele mesmo admitiria mais tarde no banquete no Cassino Fluminense em sua homenagem durante a 3.ª Conferência Interamericana no Rio de Janeiro, (discurso transcrito na *Gazeta de Notícias* de 24 de julho de 1906):

> "O destino queria que este resto de vida (...) pudesse ser empregado em uma causa, um serviço, que (...) encheu completamente na minha alma o vazio que aquela grande ideia tinha deixado. Eu me refiro à aproximação entre as duas grandes Repúblicas do Norte e do Sul" (João Frank da Costa, *op. cit.*, p. 92-93).

O iniciador dessa obra de aproximação, transformada por Nabuco na causa a que dedicou o final da existência, foi o Barão do Rio Branco, que a descreveu como o deslocamento, de Londres para Washington, do eixo da diplomacia brasileira. O primeiro ato desse movimento foi, em 13 de janeiro de 1905, o anúncio de que o Brasil e os Estados Unidos haviam decidido elevar ao nível de embaixadas suas missões diplomáticas em Washington e no Rio de Janeiro, iniciativa com a qual nada teve a ver Nabuco, que chegou a expressar dúvidas quanto à conveniência ou oportunidade do que, na época, era visto como "luxo injustificável", "megalomania condenável", "grave erro de política internacional", segundo fulminou o *Jornal do Brasil*, de 14 de janeiro de 1905.

Hoje em dia é difícil entender porque se considerava insólito um ato de utilidade óbvia. Um século atrás, todavia, as embaixadas eram espécie raríssima, apanágio exclusivo das grandes potências. Em Washington, existiam só sete, todas, com exceção do vizinho México, representações das potências de primeira ordem que constituíam o Concerto Europeu. No Rio de Janeiro, não havia nenhuma e o Brasil, mesmo em Londres, era representado por um ministro. A elevação ao nível de embaixada, que não podia ser decisão unilateral, era considerada como mudança qualitativa das relações entre dois países. Do ponto de vista dos Estados Unidos, o ato expressava, pela linguagem do formalismo

protocolar, que o Brasil se tornava o principal parceiro na América do Sul. Para o Brasil, além do aspecto central salientado por Rio Branco – o deslocamento do eixo da diplomacia — a escolha para Washington da mais alta expressão do serviço diplomático, de alguém que deixara marca de destaque na história e na cultura do país, sublinhava e realçava a importância do gesto.

A fim de entender a motivação de personalidades como Paranhos e Nabuco é preciso não perder de vista que viveram seus anos de maturidade durante o apogeu do imperialismo europeu. Aproximavam-se dos 40 anos quando a Conferência de Berlim, sob a presidência do chanceler Otto von Bismarck, promoveu o desmembramento do Congo e da África, como se estivesse trinchando um peru.

Assistiram à imposição à China dos tratados desiguais e dos portos exclusivos, à abertura forçada do comércio e da navegação do Japão, à amputação, fatia a fatia, do Império Otomano, à conquista da Indochina, ao bombardeio de Valparaíso. Como todos os contemporâneos, indignaram-se com o esmagamento da resistência dos Boers da África do Sul. Vinte anos antes, haviam sido testemunhas da tentativa de Napoleão III de conquistar o México para Maximiliano, no momento em que a Guerra de Secessão distraía a atenção dos EUA.

A rivalidade por colônias e protetorados, que por pouco não provoca um choque entre a França e a Grã-Bretanha no incidente de Fachoda ou entre a Alemanha e a França em Agadir; a disputa pelo espólio otomano entre a Áustria e a Rússia nos Bálcãs; a corrida armamentista desenfreada; a emulação naval entre alemães e britânicos; a exacerbação dos nacionalismos eram a face oculta da lua, o lado sombrio e ameaçador da *belle époque*.

Nenhum dos dois protagonistas da virada da política externa brasileira, a partir de 1905, teve a desventura de sobreviver ao naufrágio do seu mundo e do seu tempo. Morreram ambos, Nabuco no início de 1910, Rio Branco, de 1912, na véspera da catástrofe anunciada pelos canhões de agosto de 1914, o estrondoso *finale* wagneriano do último e prolongado ato do século XIX. Tudo isso nos dificulta compreender às vezes a sensibilidade e as reações dos dois últimos grandes estadistas do século XIX brasileiro.

Representativos do que esse século teve de melhor, fiéis ao seu espírito, foram, no entanto, capazes de perceber, com maior argúcia do que a maioria dos contemporâneos, que, por baixo do aparente brilho, o período de hegemonia da Europa se aproximava do fim. Foi por terem detectado os primeiros sinais de realidade nova – a de que o eixo do poder e da diplomacia mundiais derivava em direção aos Estados Unidos – que agiram da forma que sabemos. Tal ação denota realismo, não visão idealizada do mundo, como quiseram crer muitos dos críticos, esses sim retardatários na compreensão da direção em que se movia a História.

O embaixador em Washington, em particular, sempre mais capaz de teorização e conceituação que o chanceler, deu cedo expressão a um pensamento surpreendentemente original e moderno na apreensão da realidade internacional como cenário de oposição e disputa de sistemas de forças rivais, movidas pela luta de poder definido em termos de interesses. Mais do que a qualquer outro deve-se a ele a criativa elaboração do conceito de um sistema internacional separado das Américas, distinto do europeu, reservado para ser idealmente espaço de paz e colaboração, em contraste com a essência agressiva e beligerante do sistema europeu de então.

Percebia que o mundo não constituía ainda um sistema global unificado como em nossos dias. O que existia era o sistema europeu tradicional da Balança ou Equilíbrio do Poder, dominado pelas potências que controlavam a África e a Ásia, dirimindo suas disputas por concertação entre elas ou pelo recurso frequente à força. Diante disso, a massa amorfa da América do Sul confrontava-se ao dilema que descreveu como sendo a escolha "entre o monroísmo ou a recolonização europeia".

A "zona neutra de paz" seria, por conseguinte, uma espécie de segundo bloco ou polo, que contrastaria com o do Velho Continente, conforme descreve com essas palavras:

> "A América, graças à Doutrina Monroe, é o Continente da Paz, e essa colossal unidade pacificadora, interessando fundamentalmente outras regiões da Terra – todo Pacífico a bem dizer – forma um Hemisfério Neutro e

contrabalança o outro Hemisfério, que bem poderíamos chamar o Hemisfério Beligerante" (Joaquim Nabuco, *Discursos e Conferências*, Rio de Janeiro: B. Aguilar, sd, p. 146-147).

Diante das ameaças de um mundo que estivera sempre à mercê do monopólio do poder dos europeus, o que ele buscava era um equilíbrio bipolar, uma relativa desconcentração do poder que servisse de proteção a nações desarmadas como o Brasil.

O que havia criado as condições de possibilidade para a diplomacia de Rio Branco e Nabuco fora a conquista efetiva da condição de grande potência pelos Estados Unidos, não a Doutrina de Monroe. Remontam, de fato, aos primeiros anos da embaixada de Nabuco os dois acontecimentos que simbolizam para os historiadores da política externa americana a emergência dos Estados Unidos como potência de primeira grandeza em âmbito planetário. O primeiro, em 1905, foi a mediação de Roosevelt para pôr fim à guerra russo-japonesa no Extremo Oriente; o segundo, no ano seguinte, decorreu da participação dos EUA, pela primeira vez em assunto puramente europeu, extra-hemisférico, na Conferência de Algeciras, após o incidente de Agadir a respeito do Marrocos, entre a França e a Alemanha.

Vinda logo depois da guerra hispano-americana, da incorporação de Porto Rico e das Filipinas, da imposição de virtual protetorado sobre Cuba, a presidência de Theodore Roosevelt marca a vigorosa afirmação do poderio ianque, não só nas imediações do território americano, mas em toda a parte.

O Barão e Nabuco julgaram cedo e corretamente o caráter irreversível dessa transformação, passando a agir sem demora para que a diplomacia brasileira tirasse proveito da oportunidade que estava em vias de se abrir. É o que Paranhos declarava explicitamente neste despacho de 1905 a Washington:

"A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com quem contar [...]. As definições da política externa norte-americanas são feitas [...] sem ambiguidades, com arrogante franqueza, sobretudo

quando visam os mais poderosos governos da Europa, e o que acontece é que estes não protestam nem reagem, antes acolhem bem as intervenções americanas...".

No banquete (citado acima) do Cassino Fluminense, o Embaixador novamente defendeu a recém-adotada orientação com argumentos de realismo. Suas palavras eram como um desafio aos críticos:

"a nossa aproximação com os Estados Unidos é uma política que tem (...) a maior de todas as vantagens que possa ter qualquer política — a de não ter alternativas, a de não haver nada que se possa dar em lugar dela, nada que se lhe possa substituir porque a política de isolamento não é uma alternativa e não bastaria para os imensos problemas que espera o futuro deste país" (*apud* Carolina Nabuco, *A vida de Joaquim Nabuco*, 4.ª ed., Rio de Janeiro: Livr. José Olympio Ed., 1958, p. 424).

Olhando para trás, é difícil discordar. Não existia a alternativa europeia já que a proteção buscada visava justamente à ameaça do imperialismo europeu. Os que favoreciam a opção da Europa idealizavam e esqueciam o passado diplomático brasileiro. Durante as primeiras décadas depois da Independência, a energia diplomática do Brasil foi gasta, acima de tudo, em sacudir a tutela britânica imposta com os tratados desiguais firmados por D. João VI em 1810 e confirmados em 1825 como preço da mediação da Inglaterra no reconhecimento do país independente. Essas décadas seriam dominadas pelo conflito cada vez mais violento com Londres a propósito da supressão do tráfico. Por muito tempo havia sido a preocupação primordial dos estadistas do Império acabar com os tratados que perpetuavam a inferioridade do Brasil perante as potências europeias e lhe impossibilitavam elevar as tarifas de importação e assim aumentar a receita do Tesouro.

Nossas relações com a Grã-Bretanha haviam sido frequentemente tormentosas e sempre assimétricas, culminando com o brutal bloqueio naval do Rio de Janeiro e a ruptura diplomática na questão Christie, em 1863. Ao contrário

de quase todos os demais sul-americanos, o Brasil tinha na região das Guianas fronteiras terrestres com três países europeus. Aproveitando-se da confusão dos primeiros anos da República, os ingleses haviam ocupado a ilha da Trindade, em 1895, e com os franceses tínhamos tido incidentes sangrentos nos garimpos do Calçoene.

Em dezembro de 1905, a violação da soberania brasileira pela canhoneira Panther por pouco não ocasiona um choque de incalculáveis consequências com a arrogante Alemanha do Kaiser. A gravidade do episódio pode ser medida pelo telegrama enviado na ocasião por Rio Branco a Nabuco: "Trate de provocar artigos enérgicos dos monroístas contra esse insulto. Vou reclamar [...] condenação formal do ato [...] Se inatendidos, empregaremos a força para liberar o preso ou meteremos a pique a Panther. Depois, aconteça o que acontecer" (*apud* J. F. da Costa, *op.cit.*, p. 232). O conflito acabou desmontado pela atitude conciliatória alemã, para a qual contribuiu o apoio unânime ao Brasil da imprensa americana e a consciência que tinha o governo de Berlim da mobilização diplomática efetuada por Nabuco em Washington.

Além da ameaça potencial do imperialismo europeu, outro aspecto que levava a descartar essa opção era a falta de qualquer moeda de contrapartida em troca de eventual apoio da Europa. Tal situação contrastava com o que ocorria em relação aos Estados Unidos, aos quais podíamos oferecer nosso concurso junto aos demais latino-americanos em favor da política hemisférica ianque.

Se não havia verdadeira alternativa europeia, com mais razão pode-se dizer o mesmo no que tange aos países latino-americanos, desprovidos de poder e, naquele tempo, incomparavelmente mais divididos e problemáticos do que hoje em termos de estabilidade ou capacidade diplomática. O Brasil mantinha então contenciosos de fronteiras com a maioria deles ou acabara apenas de sair de episódios traumáticos como a questão do Acre com a Bolívia, cujos desdobramentos com o Peru continuavam pendentes e provocariam crises de sérias proporções.

A rivalidade com a Argentina, tenaz e intensa, tendia a agudizar-se devido ao problema da modernização da Marinha brasileira e provocaria o grave

incidente do telegrama n.º 9, entre Rio Branco e o chanceler argentino Estanislao Zeballos. Se a aspiração brasileira ao Conselho de Segurança da ONU ainda aguça ciúmes argentinos e mexicanos, imagine-se o que seria quando eram muito mais vivos os preconceitos e ressentimentos herdados de passado de conflitos e intervenções!

Nabuco esforçou-se sempre por evitar situações em que o Brasil tivesse de escolher entre os Estados Unidos e a América Latina. Na teoria e na prática, buscou as melhores relações com uns e outros. Pouco antes de morrer, sua última contribuição diplomática foi o papel decisivo que desempenhou para afastar a ruptura americano-chilena no caso Alsop. Se fosse vivo, compreenderia melhor que ninguém a insensatez de querer fazer a América Latina escolher entre o Brasil e os Estados Unidos.

Desses últimos não nos separava nenhum conflito de interesses. Não tínhamos problemas territoriais nem de outra natureza, as relações econômicas eram florescentes, contáramos com a ativa simpatia norte-americana nos diversos incidentes com europeus. Na arbitragem sobre Palmas, o presidente Cleveland dera completo ganho de causa ao Brasil e a seu advogado, o Barão do Rio Branco. As ações truculentas dos ianques se exerciam de preferência no Caribe e na América Central — Cuba, Haiti, República Dominicana, Panamá — ou no contíguo México. Estávamos longe, não precisávamos temer os americanos já que não eram eles, e sim os franceses e ingleses os que poderiam ameaçar-nos no Amapá, em Roraima e no Amazonas. É de surpreender, nessas condições, que a opção norte-americana parecesse óbvia a Rio Branco e a Nabuco?

Um dos ingredientes constantes dessa convicção foi a importância das relações econômicas, de início concentradas no comércio. Com os anos elas se expandiram a outros domínios, à medida que os capitais americanos substituíram nos empréstimos e nos investimentos na indústria os ingleses voltados de preferência às estradas, aos portos e serviços públicos.

Para ficar apenas no comércio, pouca gente hoje se dá conta de que, em 1905-1906, o Brasil era o sexto maior parceiro no intercâmbio total dos EUA com o mundo, vindo logo após a Grã-Bretanha, a Alemanha, a França,

o Canadá e Cuba. Em termos de fornecedores, já fomos os terceiros maiores, nos bons tempos em que não se sonhava com a China, o Japão e demais asiáticos que viriam a dominar o mercado americano... Já em 1870, os EUA importavam do Brasil quatro vezes mais do que nos vendiam.

Perto do final de sua missão, nosso primeiro Embaixador empregaria a fundo sua considerável influência no Congresso e nos círculos políticos americanos a fim de evitar a criação sobre o café de imposto em represália à taxa de exportação cobrada pelos estados cafeeiros no Brasil. O comércio e a economia não deixam dúvidas sobre a existência de sólida base material que precedeu de décadas o deslocamento do eixo diplomático.

Na defesa dessa opção, se destacam nitidamente as diferenças de temperamento e caráter entre as duas figuras dominantes do lado brasileiro. A personalidade de Nabuco era mais fortemente impregnada de poesia e sentimento religioso que a do Barão. Sua natureza generosa e romântica transbordava em eventuais excessos de ênfase ou de confiança. Esse "defeito de suas qualidades" não lhe diminuía, entretanto, o agudo senso das realidades, inclusive das comerciais, tampouco lhe embotando a sensibilidade para os aspectos reprováveis da diplomacia e da sociedade americanas.

A lucidez de suas observações críticas coexistia, porém, com o realismo, que o levava a anotar, em 4 de setembro de 1907, a propósito da reação anti-ianque despertada no Brasil pela conferência da Haia:

> "Derrotar os Estados Unidos é uma glória néscia para qualquer nação. Deus queira que haja prudência na nossa imprensa, clarividência entre os nossos homens públicos. Há muita coisa que nos irrita, melindra e aborrece por parte dos Estados Unidos, mas devemos compreender que a nossa única política externa é conquistar-lhes a amizade. Não há nenhum país ao qual seja mais perigoso dar alfinetadas, mesmo as de imprensa" (*Diários*, Vol.2, p. 409).

É perfeitamente admissível criticar a timidez ou excessiva prudência desses juízos; o que não se pode é atribuir a idealismo romântico o que era ditado pelo realismo do cálculo.

Em matéria de calculismo ou, se quiserem, de realismo pragmático, o Barão não lhe ficava atrás, como expressam, quase com brutalidade, trechos como este:

> "A tão falada liga das Repúblicas hispano-americanas para fazer frente aos Estados Unidos é pensamento irrealizável, pela impossibilidade de acordo entre povos em geral separados uns dos outros, e é até ridículo, dada a conhecida fraqueza e falta de recursos de quase todos eles. Não há de ser com uma política de alfinetadas, tornando-nos desagradáveis aos Estados Unidos como desejariam os impotentes inimigos que eles contam aqui e em quase toda a América Espanhola que poderemos inutilizar em Washington os esforços dos nossos contendores".

Apesar de diferenças ocasionais, vê-se que, no fundamental, Rio Branco e Nabuco estavam em perfeita sintonia. O arrebatamento e entusiasmo de Nabuco, a natural tendência de quase todo embaixador de valorizar exclusivamente seu posto generalizaram a percepção de que, em contraste com o realismo do Barão, ele foi exagerado e ingênuo na defesa da aproximação com os Estados Unidos.

A impressão se deve, ao menos em parte, à diferença das posições ocupadas pelo chanceler, com responsabilidades mais universais e o embaixador, sujeito à limitação de sua área de visão. No episódio da Conferência da Haia, primeira decepção brasileira com a falta de reciprocidade de Washington à ilusão das *relações especiais*, Rio Branco dividiu com Rui Barbosa os aplausos do público brasileiro como coautor da postura de resistência na conferência, enquanto Nabuco teve de limitar sua reação ao segredo dos *Diários*.

A política americana, como a chamava Nabuco, foi, portanto, quase tanto obra sua quanto de Rio Branco. Tudo indica que o primeiro enxergou certos aspectos e deu expressão a determinadas consequências dessa política de forma mais consciente e nítida até que o último. Decorridos mais de 100 anos da sua introdução, ela perdeu o viço original e passou a ser gradualmente superada pelas mudanças do tempo, não sendo este o lugar para descrever as vicissitudes pelas quais haveria de passar, no futuro, o paradigma que se

encontrava em estado de elaboração entre 1905 e 1910. Resta dizer apenas que, no essencial, ele deu certo e acabou por ser vítima de excesso de êxito, posto que os sucessores tenderam a tomar como perene e imutável o que pertencia ao domínio da historicidade. Essa, porém, é outra história.

A nossa começa e termina com Joaquim Nabuco embaixador. Além de conceituador, de pensador capaz de fundar uma diplomacia nova, ele foi dos raros, raríssimos, que soube aliar à força do pensamento as qualidades de execução e desempenho inseparáveis do agente diplomático. Dos seus sucessores, só Oswaldo Aranha chegou perto na capacidade de somar à influência em alto nível na capital americana a força política própria junto aos meios dirigentes brasileiros.

Homem completo até na beleza e na prestança físicas, na perfeição, elegância e encanto com que se distinguia mesmo nas futilidades da vida diplomática, o incomparável Nabuco foi não só o primeiro, mas o maior de todos os nossos embaixadores. Dele se poderia dizer o que escreveu Federico Garcia Lorca a respeito de Ignacio Sanchez Mejia: "Tardará mucho tiempo en nacer, si es que nace / un andaluz tan claro, tan rico de aventura".

Na homenagem do Cassino Fluminense, Nabuco deixa transparecer como ele mesmo se dava conta de que a obra diplomática não se situava no mesmo patamar das causas transformadoras de que foi promotor. Reconhecia, como mencionado antes, que a aproximação com os Estados Unidos e o Pan-Americanismo tinham vindo preencher um vácuo na sua existência. Afirmava, porém, logo em seguida: "Posso dizer que a minha vida, dentro da esfera que me tracei, está concluída. Ao entrar na vida pública, propus-me como programa a Abolição, a Federação, e tudo isso está realizado".

Concluía com uma nota profética sobre o futuro: "Não me resta hoje mais do que acompanhar com a maior sinceridade, com o maior interesse, com a maior paixão, posso dizer, os novos destinos do país [...] destinado a alcançar proporções de que talvez os que hoje vivem não podem ter a última ideia".

Vozes indígenas e sua reverberação*

Alberto Mussa

Nasceu no Rio de Janeiro, em 1961. Escreveu os contos de *Elegbara*, e os romances *O trono da rainha Jinga*, *O enigma de Qaf*, *O movimento pendular* e *O senhor do lado esquerdo*. Recriou a mitologia dos antigos tupinambá em *Meu destino é ser onça* e traduziu diretamente do árabe a coletânea de poesia pré-islâmica denominada *Os poemas suspensos*. Além de publicada em Portugal, sua obra está traduzida em inglês, francês, espanhol, italiano, romeno, árabe e turco. Entre outras distinções, ganhou os prêmios Casa de Las Américas, Machado de Assis, da Biblioteca Nacional, e, por duas vezes, o da APCA.

Falar dos indígenas, ou da representação do índio, das vozes indígenas na literatura brasileira poderia corresponder a falar da literatura brasileira inteira, uma vez que, como disse Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo conhecido, no Brasil, todo mundo é índio. Existe uma tendência, talvez, de se considerar ou de se partir do princípio de que a cultura brasileira tem por base a língua portuguesa. É claro que o português é a língua hegemônica do Brasil, é a língua que a maioria da população brasileira fala, mas ela não é a única. No Brasil, falam-se hoje quase 200 línguas indígenas. O português também não foi, historicamente, uma língua que sempre predominou. Se se observar a toponímia brasileira, toda a nomenclatura de acidente geográfico, rios, montanhas está repleta de nomes de origem tupi, e em lugares em que os tupis não viveram.

* Transcrição da conferência proferida em 4 de maio de 2010, como parte do Ciclo "Uma Literatura Polifônica", realizado na ABL.

Isso porque quem batizou esses lugares com os nomes tupis foram naturalmente os bandeirantes, dos quais muitos não falavam português. Conta-se até que Domingos Jorge Velho, o famoso destruidor do Quilombo de Palmares, não falava português. Tinha um nome muito português, mas não falava português... Há documentos históricos, cartas, por exemplo, do Felipe Camarão, escritas em tupi, nós temos uma documentação muito grande em nheengatu, que é um dos raríssimos casos do mundo, de um crioulo, a língua que resulta, não diria exatamente a fusão de duas línguas, mas de uma língua estrangeira, aprendida muito rapidamente, por um grupo que não a conhece, e que a modifica de tal forma, que ela fica diferente da sua origem. Nós temos o crioulo, por exemplo, de Cabo Verde, nós temos crioulos portugueses em várias partes do mundo, e o nheengatu é, curiosamente, um dos poucos crioulos do mundo cuja língua-matriz não é europeia, não é uma língua da colonização. É uma língua do colonizado.

Existe também uma vasta documentação escrita em nheengatu no Brasil. Então, para se compreender o fenômeno da cultura brasileira, nós não podemos ter essa restrição à ideia de uma única língua, apesar de ser a língua hegemônica, de ser a língua fundamental, a língua da unificação, mas essa unificação não precisa ser excludente. Então, é interessante entender a cultura brasileira com essa capacidade de somar uma série de línguas e inclusive até algumas línguas africanas que são o iorubá, por exemplo, que é muito importante, porque ele traz um cancioneiro relacionado ao candomblé, uma mitologia também relacionada ao candomblé, que é uma manifestação hoje em dia até autônoma, brasileira, porque já não tem mais uma vinculação com a África e esses mitos, eles se desenvolveram aqui de uma forma autônoma. Então hoje há, por exemplo, uma mitologia de origem africana, mas que na verdade é brasileira, porque até ela já é modificada. Ela já não é idêntica a sua matriz. Então isso é uma primeira consideração.

Uma coisa importante também é pensar que a literatura, e eu pelo menos penso dessa forma, eu não sei se muitas pessoas pensam assim, mas me parece que eu gosto de ampliar um pouco essa ideia de literatura para as manifestações que ainda não receberam a forma escrita. Quando se pensa, por exemplo,

num poema como a *Ilíada*, e quem fala em *Ilíada* fala em literatura, às vezes se esquece de que esse poema foi, durante muitos séculos, apenas memorizado. E até, provavelmente, o texto da *Ilíada* que se conhece hoje, não é, não foi composto por uma pessoa só. Provavelmente Homero, talvez não tenha existido concretamente. Há um debate acadêmico muito profundo a respeito disso, porque há trechos da *Ilíada* que parecem compostos em dialetos diferentes do grego antigo. Então, mas antes de ser reduzido à escrita, antes de ser transcrito, ele foi conhecido de memória. Então, isso pode acontecer com qualquer texto oral. A partir do momento em que se fixa numa língua o texto, ele passa a ser literatura, pela definição tradicional. Então eu acho importante, para ampliar e compreender todo esse processo da cultura brasileira, também tratar a literatura como uma arte da palavra, principalmente.

Tentei fazer um amplo panorama do que seria a representação das vozes indígenas, na sua reverberação, ou seja, na sua permanência, e achei que, na verdade, existem três linhas históricas em que se pode pensar esse assunto. A primeira delas seria uma linha mediata, uma linha de textos em que a imagem do índio recebe uma interpretação, um primeiro tratamento fundamentado numa ideologia, numa crença do europeu, daquele que escreve. E isso se vê, por exemplo, no epistolário do século XVI, nos tratados sobre o Brasil, em todas as cartas jesuítas, e há coisas muito curiosas, porque esse índio que surge dessa tendência não é o índio em sua verdadeira, digamos assim, representação menos comprometida com a ideologia daquele que escreve. Evidentemente aquele que escreve não se identifica, não tem a identidade. E há situações muito interessantes. Por exemplo, a ideia de que Tupã é a tradução do conceito de Deus, é uma criação do Padre Nóbrega. Há uma carta, acho que de 1549, em que ele diz que, como os indígenas não têm um nome para Deus, porque na verdade eles não cultuam nenhum espírito, a única possibilidade para que ele traduzisse, no processo de catequese, a ideia de Deus, era chamá-lo de Tupã, o mais temido dos espíritos. Não era o espírito criador do mundo, nem o criador do homem, como se verifica depois em outros textos.

E isso se difundiu de uma maneira impressionante, porque hoje em dia, até certos povos que já perderam a tradição com as suas culturas ancestrais dão a

Deus o nome de Tupã. Isso acontece, por exemplo, lá com os pataxós da região de Porto Seguro e que chamavam Deus de Tupã e, primeiro que eles não são nem de língua tupi, já esqueceram a língua deles. Mas o interessante é a força como essas coisas dominaram. Uma outra história interessantíssima é a comprovação pelos jesuítas de uma lenda de que São Tomé teria ido às Índias (falava-se, provavelmente, na Índia Oriental), e aí como nós também éramos uma espécie de Índia, a presença de uma personagem mitológica, Sumé, pela proximidade sonora, foi associada a São Tomé e aquilo provava efetivamente a lenda da vinda de São Tomé ao Brasil. E é interessante que esses padres tinham uma crença profunda na fé, na própria fé, e evidentemente tinham uma noção de verdade muito forte. Então, toda história indígena que pudesse comprovar ou que tivesse algum paralelo com uma história bíblica, ou uma lenda cristã qualquer, era imediatamente tomada como comprovação. As histórias indígenas do dilúvio, por exemplo, eram a prova de que ele realmente existiu e de que houve alguém que passou por aqui e trouxe a palavra de Deus. Eles estavam apenas perdidos, ou perderam a memória, não tinham vivido uma conversão adequada, à qual, no entanto, estariam aptos.

Então, toda uma literatura que se produziu sobre o índio começou com esse movimento de compreender a cultura indígena através da cultura europeia. O *Diálogo sobre a conversão do gentio*, que é um texto importantíssimo, pouco conhecido, dá esse fundamento. Discutia-se se o índio tinha alma ou não; concluiu-se que sim, que ele é um ser humano. É interessante, por exemplo, o *Auto de São Lourenço*, em que Anchieta nomeia os demônios com nomes dos chefes indígenas que perderam a guerra na Confederação dos Tamoios, que foi a contenda que acabou originando a fundação da nossa cidade. Curioso é também o caso de um texto de Anchieta escrito em latim (e eu não costumo vê-lo estudado na literatura brasileira, talvez porque as pessoas a estudem pensando apenas na língua portuguesa), *De gestis Mendi de Saa*: vê-se a descrição estereotipada do índio como luxurioso, preguiçoso, bárbaro, selvagem. Então, essa interpretação começa nesse século XVI e daí se espalha. Quando se estudam as epopeias, nota-se como elas resumem o tratamento que historicamente a personagem recebeu.

Depois da gesta do Anchieta, aparece a *Prosopopeia*, de expressão mais modesta. Em seguida, *O Uraguai*, que é um poema muito bonito, do Basílio da Gama, que era, eu acho que ele não chegou a ser um jesuíta no sentido estrito do texto, mas ele esteve, na resistência, na época da expulsão dos jesuítas, ele esteve no colégio, resistiu alguns meses, depois ele não entrou, não foi expulso junto com os outros que foram expulsos do Brasil em 1759, 1760, mas ele tinha, naturalmente estudou, e tinha um conhecimento muito grande da literatura jesuíta. E *O Uraguai* é o primeiro poema em que um índio aparece com sentimento. Os indígenas ali amam. Trata-se um privilégio muito grande, porque se se pensar nos negros, se não me engano, eles só vão aparecer amando em Castro Alves. Quase 100 anos depois. Os índios, por exemplo, têm uma nobreza muito grande. Os discursos dos índios Sepé e Cacambo são cheios de nobreza e de sentimentos viris. Em *Vila Rica*, de Cláudio Manoel da Costa, o índio aparece também amando. Existem cenas de uma índia matando a outra por conta de uma disputa amorosa. Há ainda o *Caramuru*, de Santa Rita Durão, em que essas características aparecem novamente: há uma passagem muito bonita também, muito esquecida na literatura brasileira, que é a cena da índia Moema. Havia uma série de índias apaixonadas pelo Caramuru, a personagem do Diogo Álvares Correa. Caramuru significa Moreia. Tanto é que os descendentes passaram a usar até esse nome, em português. Moreia, no sobrenome. Então não se sabe exatamente a autenticidade, se houve ou não houve isso, mas o importante para a literatura é que existe o mito... é melhor respeitar o que é inventado do que é estritamente real. Então, Caramuru, várias índias e vários chefes indígenas, em função das vitórias que ele tinha nas guerras, queriam entregar as suas filhas como esposas, mas ele se manteve fiel à Paraguaçu, à Catarina, que depois foi batizada Catarina, na França, e ela se joga. Há um momento em que ele entra na nau com a Paraguaçu, para ir para Europa, e essa índia sai nadando atrás do navio, da nau, e acaba morrendo afogada. Como se vê, o indígena aparece associado a sentimentos nobres e puros, coisa que nessa altura, por exemplo, não havia em relação a personagens negras.

Destaquem-se ainda a *Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, e, sobretudo, Gonçalves Dias, que eu estava inclusive relendo, quando vinha

para cá, e cada vez mais convencido de ele é o primeiro escritor brasileiro que, ainda que indiretamente, se declara índio. Ele é um índio falando. E eu estava relendo justamente uma dos exórdios de *Os timbiras*, que infelizmente é um poema inacabado, e que ele diz coisas, por exemplo, como, uns versos interessantíssimos: "Chame-lhe progresso quem do extermínio secular se ufana." Ele fala aqui da destruição dos povos, e não só da floresta, das matas. E ele chora, lamenta esse mundo dos antepassados, Gonçalves Dias era um descendente de índios, como quase todos nós somos, eu inclusive. Era filho de, se não uma índia pura, pelo menos de uma cabocla, e teve problemas. Não pôde se casar em função do preconceito de cor, a família de uma das moças que ele amou não permitiu que eles se casassem; ou seja, o poeta viveu a experiência de rejeição em decorrência de sua origem americana, como ele gostava de chamar. E é interessante que essa saudade que ele tem da América, do paraíso destruído, ele chama, por exemplo, que "antes que o mar e os ventos não trouxessem a nós o ferro e os cascavéis da Europa." É interessante, porque eu já tinha lido *Os timbiras* há muitos anos, e, relendo esses fragmentos para poder falar aqui, eu me deparei com essa forma de expressão, e que é uma forma forte. Pelo menos "cascavéis da Europa" me pareceu bastante forte, para uma pessoa escrevendo na época em que ele escreveu. Então, Gonçalves Dias, além dele ser um poeta espetacular, talvez seja o primeiro índio a falar na sua própria voz na literatura brasileira, escrevendo em português. Mas ele conhecia também tupi, de que chegou a fazer um pequeno vocabulário, não chega a ser um dicionário e, apesar de cometer alguns pequenos equívocos etnográficos, por exemplo, ele leu, naturalmente, os textos antigos e reproduz toda a cultura tupi, numa tribo timbira. Só que a tribo timbira não é tupi. É uma tribo de língua jê, que, por exemplo, não é canibal. Mas ali, tanto no "I-Juca Pirama" quanto em *Os timbiras*, ele reproduz. Não acho isso inválido, do ponto de vista literário, mas ele se filia a essa linhagem de que, de certa maneira, está distante. É a linhagem imediata. Ele está distante do indígena. Ele não conhece profundamente aquela realidade, ele não conhece precisamente, então todas as representações literárias desses indígenas são na verdade puramente ficcionais. Muito literárias até.

Há também o *Macunaíma*, que se filia exatamente a essa mesma linhagem. É um texto diante do qual, às vezes, sinto certo incômodo, porque, infelizmente, apesar de Mário de Andrade ter modificado um pouco a forma de olhar os indígenas, per estereótipos indígenas que aparecem ali são muito parecidos com aqueles do século XVI. O índio continua a ser luxurioso, continua sendo preguiçoso. É claro que existe toda uma mudança ideológica no fundo do texto, mas ele perpetua, de certa forma, alguns desses estereótipos.

Antes de Mário, era preciso falar de José de Alencar, uma figura espetacular. Seus dois primeiros romances, *O Guarani* e *Iracema*, que são até os mais conhecidos, e são belíssimos, eu me lembro de ler o Alencar desde jovem. Eu sempre fui apaixonado pelas *Minas de Prata*, em que aparecem também personagens indígenas maravilhosos, que é um índio que escuta tudo, um outro que enxerga tudo e um outro que cheira tudo. Então eles percebem. Então, esse livro é fascinante. Mas os dois livros mais fascinantes do José de Alencar são *O Guarani* e *Iracema*, num deles é um português e uma índia, o outro é um índio e uma europeia, eles são belíssimos, são muito conhecidos, são muito bonitos, apesar de todas as questões também da falta de conhecimento específico, que não é nenhum demérito, mas é da circunstância, são índios que têm sentimentos nobres. Há índios ruins e há índios bons, como são as pessoas em geral. Como em qualquer romance, encontram-se às vezes personagens bem caracterizados, outros não, porque isso é da humanidade. Mas o livro mais impressionante do Alencar é justamente *Ubirajara*, que é o último desse ciclo indigenista. *Ubirajara* talvez seja a primeira ficção brasileira totalmente ambientada na pré-história do Brasil. Isso é um feito. E é um feito tão impressionante porque também o Alencar, escrevendo na época e, que escreveu, já tendo toda a sua bagagem literária construída a essa altura mais ou menos, eu acho que as grandes obras ele já tinha escrito, ou estava escrevendo. Naquele momento, na década de 1870 e pouco, ele faz uma novela, um romance, que incorpora aspectos das culturas indígenas sem se preocupar em não chocar o público. Então, por exemplo, o personagem principal que é o Ubirajara, que tem duas mulheres. Ele chega ao final tendo duas mulheres. Quer dizer, as duas eram apaixonadas por ele, ele gostava

de uma, depois passou a gostar de outra, houve uma confusão em função dessa mudança de amor, mas depois, ele, para unir, justamente as duas, os dois polos, o Araguai e o Tocantim, para formar essa nação Ubirajara, que é um povo conhecido na historiografia, que muita gente associa hoje aos caiapó, em função de uma particularidade de lutarem com uma lança, preferentemente ao arco e flecha. Então Ubirajara significa "o senhor da lança", também em tupi, apesar de não ser um povo tupi. Mas ele faz então o personagem principal ter duas mulheres. Existe todo um tratamento da cena de canibalismo, antropofagia, uma série de costumes para ele conquistar a noiva, que são, que foram tirados de outros livros. Eu acho que sobre os maués, sobre os próprios timbira, que depois foram conhecidos um pouco mais, um pouco melhor. Então ele passa por provas, como por exemplo, resistir à dor de saúvas, que ele coloca a mão dentro de uma luva cheia de saúvas, e a pessoa tem que aguentar aquelas mordidas, e suportar aquelas mordidas, para se tornar, para passar, no caso para passar de um simples adolescente para ser um homem. Então ele coloca, ele reproduz dentro da ficção dele, uma série de informações, que nessa época já eram mais bem conhecidas, etnográficas, e que enriquece muito o livro. Eu não entendo certas coisas na literatura brasileira, como certas obras, elas ficam esquecidas e sendo tão diferentes, tão originais, tão fascinantes. Então, o Alencar, por esse livro, só, bastaria para que ele ficasse no mesmo patamar do Gonçalves Dias.

Nessa primeira linhagem de ficção em que o índio não tem, não é conhecido profundamente. Ele é o que eu chamei de mediata. Nós temos ainda o Martim Cererê, de Cassiano Ricardo, que é também, um poema muito interessante, é fundado, inspirado numa história indígena, amazônica, que eu acho que inclusive pertence a uma série de culturas, a respeito da origem da noite. Só que ele transfigura isso. Ele não reproduz o mito, ele traz, ele dá um tratamento simbólico com a história do Brasil. Então o índio, essa noite seria, teria sido trazida pelos portugueses da África. É o negro que traz a noite, e aí o Brasil surge da fusão desse habitante original com esses dois elementos. É o conhecido mito das três raças, que, do ponto de vista biológico, é muito verdadeiro, inclusive. O que não existe talvez seja a

democracia racial. Mas o mito das três raças, dessa formação inaugural do brasileiro, ela é comprovadíssima.

Então nós temos essa linhagem de livros, e poderia estender, eu não vou conseguir falar de todos, evidentemente, cuja característica principal é essa. É aquele que, ao observar o indígena, dá um tratamento literário não realista, não etnográfico, e procura, reinterpreta, segundo uma ideologia, uma crença, uma forma, ou até poeticamente, como é o caso do Cassiano Ricardo que simplesmente reelaborou conscientemente a mitologia à vontade, livremente. O que é um processo, também, literariamente legítimo e até desejável.

Existe uma outra forma de abordar o índio, a segunda, que seria a forma imediata, que seria aquela que justamente se começa a observar esse indígena no seu dia a dia, na sua intimidade. É uma forma mais íntima. E isso se dá através de um conhecimento maior, normalmente do autor, do escritor com o seu objeto. Nós vamos ter aí uma linhagem grande, que começa também no século XVI. Eu voltando, pedindo a licença para considerar a literatura brasileira uma literatura plurilíngue, eu acho que há livros que não foram escritos em português, no início, principalmente no século XVI, mas que são muito brasileiros e que deveriam ser estudados como parte da literatura brasileira. Um livro desses é o Hans Staden, a história verdadeira dos selvagens, nus e ferozes, devoradores de homens, etc.; é um livro engraçado, porque eu já ouvi um historiador negando autenticidade ao documento do Hans Staden, dizendo que era uma invenção. Eu não sei. Não posso afirmar nada sobre isso. Mas etnograficamente ele não é. Comparando com outras fontes e comparando com dados científicos contemporâneos, percebe-se que o que ele descreve ali é perfeitamente plausível. Então, eu não sei exatamente porque se duvida da autenticidade do livro, pode ser em função de alguma, de um outro dado histórico que eu não conheça, mas do ponto de vista do que ele escreve, quer dizer, a sociedade indígena que ele retrata no livro dele, ela é verossímil, pelo menos isso. Se não é verdadeira, pelo menos é muito verossímil. E é um livro fantástico de aventuras. Seria um livro fascinante, por exemplo, para jovens. Eu acho que Monteiro Lobato falou isso e esse livro traz um indígena muito, daquele indígena que se costuma ver, observar, nesse outro conjunto de textos que eu falei antes. Ele é um índio

real, porque apesar do Hans Staden ter também uma série de preconceitos, é natural, todo mundo tem os seus preconceitos e isso, é impossível se desfazer deles, a presença, a permanência hipotética, que fosse, dele, aqui, no meio desses índios trouxe uma realidade diferente. Então já se vê a personalidade de índios aparecendo, índios que têm um jeito de ser diferente de outros, o que é normal em qualquer sociedade. Há uma história, por exemplo, interessantíssima que ele retrata do Cunhambebe, falando... Ele estava lá, recriminando os indígenas por estarem comendo um dos inimigos, e aí ele chega pro Cunhambebe, que era o principal da aldeia, um dos índios mais fortes, que tinha matado mais de 80 pessoas, tinha cicatrizes no corpo inteiro, tinha mais de 80 nomes, porque tinha matado mais de 80 pessoas, então o Cunhambebe estava comendo, parece que a mão de um inimigo e ele chega, dizendo que aquilo era uma abominação. O Cunhambebe olha para ele e diz: "Olha, os seres humanos são os únicos que não comem os seus semelhantes." Isso era a doutrinação do Hans Staden. E aí Cunhambebe diz: "Jaguar ixé", quer dizer, eu sou uma onça, e está muito gostoso. Então, são cenas assim que são, que é uma representação muito realista. E o Cunhambebe devia ser um grande gozador também. E é interessantíssimo ver essas coisas aparecendo nos textos. E isso é um texto do Hans Staden de 1500 e pouco, 1550, aproximadamente, e nós vamos ver, principalmente no século XIX se desenvolver então uma série de textos em que esse indígena, ele é, ele já é quase... o fato dele ser índio já não é tão importante para a caracterização do personagem. Então, por exemplo, o Visconde de Taunay, que escreveu a *Retirada da Laguna*, também outro livro que foi escrito em francês, mas eu acho que é totalmente brasileiro, a *Retirada da Laguna*, o Taunay, inclusive conheceu uma série de indígenas que participaram da luta contra o Paraguay, na Guerra do Paraguai, os terenos, uma série de índios chané, de vários grupos dos índios chané, daquela região dos cadiuéu, que também são outros indígenas famosíssimos, e ele representa essas personagens no livro de uma forma, digamos assim, muito próxima. Há índios que são bem vistos, outros que são mal vistos, sem nenhum tipo de estereótipo, a não ser aqueles que são inerentes, digamos assim, a uma visão subjetiva, que a literatura tem que ter e que qualquer um de nós temos quando nos manifestamos. Então, existe um conto do José Veríssimo, também

interessantíssimo, "O crime do tapuio", em que o índio tem uma atitude extremamente nobre, porque ele se acusa, se auto-acusa para proteger, inclusive a ponto de ser condenado até a morte, para proteger uma criança. Existe um conto do Bernardo de Guimarães, tem um conto fantástico, aliás é um romance. É *O índio Afonso*, que é a história de um índio, que ele tem uma parente, se não me engano a irmã, ou a sobrinha, eu não sei agora, eu não vou me lembrar, que morre. E ele vai e se vinga, e morre porque fugiu ao assédio, da violência sexual de um outro, de uma outra pessoa, de um outro índio ou de um outro caboclo. E aí ele vai e se vinga desse homem, de uma forma cruel até, e é perseguido pela polícia. Ele foge fantasticamente, várias vezes, mas o interessante, no final desse romance, é a defesa que o Bernardo Guimarães faz. Ele diz que ele agiu de acordo com a circunstância dele. Toda aquela atitude que seria condenável, e do ponto de vista até legal, porque ele foi perseguido pela polícia, era justificável em função da circunstância. Ele era um índio, ele era um caboclo, ele estava no meio do mato, e ali existia uma outra ética, um outro código. Então essa compreensão, é que marca essa segunda forma do tratamento do indígena na literatura brasileira.

Há ainda alguns nomes também conhecidíssimos, ilustres, que representam essa linhagem do tratamento do índio, que, por exemplo, Antonio Calado, não só com *Quarup*. Existe uma peça também, Franquel, que eu adoro. É uma peça maravilhosa, que é o mesmo ambiente, é o mesmo ambiente lá do, de antropólogos, etnólogos, trabalhando em um aldeamento indígena e existe toda uma representação daquela realidade, muito bem conhecida, pelo Calado. O Darci Ribeiro, da mesma forma, com *Maíra*, que é um romance espetacular. O *Maíra* é um romance de difícil classificação, porque não se consegue identificar exatamente que indígena está ali representado. Eu tenho a sensação de que ele criou uma etnografia. Uma tribo imaginária. E fundiu uma série de elementos, tanto de indígenas jê, que seriam aquelas metades tribais, clãs, coisas que os tupis não têm, normalmente não têm, porque é uma outra etnia, mas com costumes também com características etnográficas dos índios tupi. Então parece uma grande criação. É uma criação de um mundo antropológico diferente. Então *Maíra* também é um desses romances que fascinam por esta questão.

Eu não poderia deixar de falar do Guimarães Rosa, que também merece estudos assim profundíssimos, para avaliarmos quanto de elementos e de culturas indígenas ele aproveitou nos seus romances, novelas e contos. "O meu tio Iauaretê" é fascinante porque; para quem conhece um pouquinho de cultura indígena, vai observar que essa transformação da personagem onça, ela é exatamente aquilo que os feiticeiros antigos, os caraíbas eram. Eles eram onças. Eles podiam se transformar em onças. Os cadiuéu, por exemplo, que são uma etnia dos chaco, muito interessante porque se consideram descendentes da onça, e contam um mito de origem muito engraçado, que o criador, o ser que criou os homens, foi distribuindo para cada nação a sua habilidade. Então, ensinou. Uns eram responsáveis pela cerâmica, outros eram responsáveis pelo arco e flecha, uns fizeram a canoa etc. E aí esqueceram do cadiuéu. E aí quando o cadiuéu apareceu, o criador disse: "Bom, já que não sobrou nada para vocês, vocês vão ficar com o mando, e podem roubar o que é dos outros". E eles não criaram nada, mas se consideram descendentes diretos da onça. Há uma série de etnias que pensam da mesma forma, de que os grandes feiticeiros se transformam em onça. Então, o Guimarães Rosa certamente não criou essa personagem por acaso. Então toda a construção que é fascinante, não só do ponto de vista da linguagem, eu acho até que o Guimarães Rosa é muito injustiçado porque as pessoas valorizam, eu pelo menos, na época em que estudei na Faculdade de Letras, eu tenho essa memória. De que as pessoas valorizavam muito o Guimarães Rosa pela monumental criação linguística. Mas a história, as histórias também são espetaculares. São monumentais. E eu sempre gosto mais da história do que da linguagem. Então, eu acho que ele não seria, se ele tivesse só linguagem, eu acho que ele não seria o Guimarães Rosa, não teria essa... e eu acho que tem que haver uma coisa no fundo. E esse fundo é que é fascinante. Esse conto, essa pequena novela, que é do livro *Estas histórias*, póstumo, é espetacular.

Chegamos então à terceira linha: eu me referi antes aos textos mediatos, depois aos imediatos, e a terceira linhagem são os textos dos próprios índios, ou são aqueles textos em que, ainda de uma forma indireta, o indígena vai se manifestar.

Há muitos exemplos já na literatura do século XVI, numa série de manifestações indígenas, de pequenos fragmentos, em que o índio aparece. Então, por exemplo, há uma cena muito engraçada, numa das cartas do Anchieta: houve uma terrível tempestade tropical e eles estavam apavorados, o Anchieta e os outros padres, as pessoas, com o furor da tempestade, e muito admirados, porque os índios cantavam, dançavam, e não interromperam as atividades que eles estavam desenvolvendo lá naquele momento. Estavam bebendo, brincando e aquela coisa toda. E aí, quando acabou, chegou um dos índios que não gostava dos padres, que não gostava da catequese, ele chegou e veio desafiando o Anchieta e falando que ele não só conhecia Deus, mas conhecia também o filho de Deus. E que ele tinha chamado o filho de Deus, tinha falado com o filho de Deus que o cachorro dele, do índio, tinha morrido. E aí o filho de Deus veio, ficou furioso com o cachorro, porque o cachorro morreu, e aí mandou aquela tempestade. Então aquela tempestade terrível que o Anchieta sofreu e temeu tinha sido na verdade trazida pelo filho de Deus, convocado por aquele indígena que conversou com ele.

Mas nós temos a primeira manifestação que não é direta, evidentemente, não é direta, mas ela é de literatura indígena, no sentido que eu quis dar no início, que aparece na cosmografia universal do André Thevet, que é um texto muito importante, que foi até o que eu me baseei mais fundamentalmente para escrever o *Meu destino é ser onça*, e que não era traduzido. Nós não tínhamos versão em português desse texto, o que é uma pena. E eu só, até no livro que eu escrevi, eu só publiquei um pedaço dele. Era o pedaço que interessava para a reconstituição que eu fiz. Mas ele é muito maior e tem muito mais informação. Nele, ainda que julgada, que considerada inferior e errada, com todos os julgamentos do Thevet, aparece a mitologia americana mais antiga de que nós temos conhecimento. A dos índios tupi do Rio de Janeiro. Então, é um livro de uma importância histórica fundamental. E que se pode, inclusive, usar, e é usado para isso, para comparar com outros grupos hoje em dia, contemporâneos, de língua tupi, e perceber a permanência ou não de todo esse *corpus* mitológico. Então, isso começa, eu não tenho conhecimento, é claro que se vê, tanto no Anchieta, Nóbrega, Cardin, todos os escritores brasileiros, eles vão falar e reproduzir alguma coisa

de mitologia indígena. Mas esse livro, ele é quase completo, no sentido de que ele abarca toda uma história, desde o princípio do mundo até a eminência da sua destruição. Então ele é muito importante. E um trabalho como esse, ele só voltou a ser feito no final do século XIX.

Então aí vem o Barbosa Rodrigues, com o *Poranduba amazonense*. Há um caso muito interessante também, nós temos um texto brasileiro, *As lendas de Jurupari*, que foi publicado primeiramente em italiano, pelo Conde Hermano De Stradelli, que dizia tratar-se de uma tradução feita por ele de uma obra escrita em nheengatu, que é o tupi amazônico, esse crioulo tupi, escrito por um índio, chamado Maximiano José Roberto, que escreveu em nheengatu. Esse índio tinha aprendido a escrever, escreveu em nheengatu, esse manuscrito foi disputado pelo Barbosa Rodrigues, o Barbosa Rodrigues queria esse texto em nheengatu, não conseguiu, o De Stradelli, que se naturalizou brasileiro depois, viveu muitos anos aqui, publicou a tradução em italiano, e o texto original, ou o suposto texto original, nós não achamos. Não existe. Então é a história de um livro interessante, e recentemente ganhou uma edição organizada pelo Sergio Medeiros, que é um professor da Universidade de Santa Catarina, se não me engano. Esse texto também é maravilhoso, porque apesar dele ter um tratamento ocidental, o que facilita para nós a leitura, torna a leitura muito mais agradável, o fundo, a historia, ela é autêntica e isso se pode comprovar através de exames comparativos com outros textos mitológicos. Então, é um texto fundamental. Ele tem a mesma importância, por exemplo, que tem o Popol Vuh dos maia. É muito importante, e também muito pouco conhecido. É um texto que se pode dizer, que mesmo que ele tenha sido, a não ser que essa história seja totalmente fantasiosa, mas o conteúdo não nos autoriza pensar assim. O texto é um monumento também da literatura indígena brasileira, feita por índios. Então isso é muito importante. E ultimamente tem havido uma série de antropólogos, a Beth Mindlin tem uma obra enorme com índios de Rondônia. Nós temos casos curiosíssimos. Por exemplo, existe um livro importante, de Zeneida Lima, intitulado *O mundo místico dos caruanas e a revolta da sua ave*. Ela é uma pajé marajoara, uma cabocla, escreveu o livro em português, conta o processo dela de iniciação como pajé. Então, ela narra

também uma mitologia muito interessante sobre a origem do mundo, não se conhecem mais os indígenas que teriam sido, de cuja tradição ela herdou esse conhecimento, ou não existem mais. Talvez fossem os aruãs, que já desapareceram, não existem mais em Marajó, foram transferidos de lá, e esse livro inclusive serviu de enredo à Beija-Flor. A Beija-Flor fez um carnaval em 1998 com esse enredo, o mundo místico dos caruanas, e é muito bonito. E é uma cabocla, já trazendo então essa presença do indígena na cultura brasileira. Se ampliarmos esse conceito para falar, nós temos índios escrevendo, e até alguns textos bilíngues. Tem o Cacá Werá Jecupé, que escreveu *Tupã tenondé*, que é uma epopeia da criação do mundo, escreveu em guarani, e com a tradução que ele mesmo fez ao português, que também é interessantíssima, e é muito similar a esse mito do Thevet, que eu acabei me aproveitando no meu livro. Então, são cosmogonias da formação do mundo, muito similares e que justifica, que se vê que são reais, que são legítimas. E um dos casos que eu acho mais fascinantes dessa coisa da manifestação do indígena, a sua própria voz aparecendo, é o cancioneiro da Umbanda. A Umbanda é uma religião muito engraçada, muito interessante, porque ela tem uma data, ela surgiu em 1908, com o primeiro caboclo que baixou em São Gonçalo, eu esqueci o nome do médium, era o Caboclo das 7 Encruzilhadas. E ele dizia que era o Caboclo das 7 Encruzilhadas porque para ele não havia caminhos fechados. Então só essa história já é literatura. E começou uma série de personagens, de espíritos, independe de crença ou não crença, mas o importante é que isso é um *corpus* literário fascinante, porque tem uma poética, já não diretamente daqueles que se consideram caboclos, ou pelo menos se assumem como caboclos. Então há cada vez mais talvez, um crescimento, principalmente desses dois aspectos. Utilizar o material indígena, que é riquíssimo, para fazer literatura, transformá-lo, e disso nós temos exemplos assim espetaculares, e também, cada vez mais, se isso for possível, admitindo a diversidade linguística do Brasil, incorporar o patrimônio de todos esses povos, que ainda estão aí e que têm historias sensacionais para consolidar essa visão da cultura brasileira como plural e que nós temos o privilégio de ter contato direto porque são poucos os lugares do mundo em que se vê tanta diversidade assim.

A. Gonçalves Dias

O negro na literatura brasileira: autor e personagem*

Nei Lopes

Carioca de 1942, é compositor popular e escritor. É autor, entre outros, de *Bantos, Malês e identidade negra* (ensaio, 1988; 2006); *Incursões sobre a pele* (poesia, 1996); *Novo dicionário Banto do Brasil* (2003); *Enciclopédia Brasileira da diáspora africana* (2004; 2011); *Mandingas da mulata velha na Cidade Nova* (romance, 2009) e *Oiobomé, a epopeia de uma nação* (romance, 2010). Em 2005 recebeu, do MinC, a Ordem do Mérito Cultural.

Introdução

Em 2007, publicávamos, pela Pallas Editora, o nosso *Dicionário literário afrobrasileiro*, cuja 2.ª edição, revista e ampliada, está a caminho. O ensejo para a criação desse livro veio de uma mesa redonda sobre a presença do negro na cultura brasileira, da qual participamos uns dois anos antes. Nela, incumbido de falar sobre a literatura afro-brasileira, um dos palestrantes gastou todo o seu precioso tempo discorrendo sobre grandes escritores brasileiros que usaram o negro como tema de seus escritos; mas entre todos, de origens étnicas diversas, não destacou nenhum por sua afrodescendência, alegada ou autoadmitida. Não mencionou, entre eles, nenhum comprovada ou supostamente afrodescendente.

Diante desse lamentável erro de enfoque, tomamos a nós a tarefa de reunir, em um dicionário, a importância da – digamos agora

* Texto apresentado no Ciclo "Uma Literatura Polifônica", dia 11 de maio de 2010, no Teatro R. Magalhães Jr. (ABL).

– "impregnação das vozes afro-originadas" na literatura brasileira. Mas não ficamos aí. Resolvemos também mostrar como, através dos tempos, a literatura brasileira tem observado e registrado a presença do elemento de origem africana no concerto da sociedade brasileira. E esta é também a diretriz do que pretendemos aqui utilizar, tirando da invisibilidade africanidades veladas, comumente apenas insinuadas por referências a "origens modestas". Assim, nossa fala tem o título "O negro na literatura brasileira: autor e personagem".

Os literatos afrodescendentes

No Brasil do século XVII, o período em que se desenvolve e propaga, na escultura e na pintura, o estilo conhecido como barroco, foi o que efetivamente viu nascer a literatura brasileira. Nele, destacam-se os sermões do luso-brasileiro Padre Antônio Vieira (1608–1697), mencionado em algumas fontes como neto de uma mulata, serviçal, em Lisboa, da família do Conde de Unhão.

No século seguinte ao de Vieira, o movimento de destaque, em nossa literatura, é o arcadismo, no qual se incluem os afrodescendentes Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749–1814), refinado poeta, criador tanto de versos laudatórios quanto eróticos, à moda de sua época, e José Basílio da Gama (1741–1795), autor do célebre poema *O Uraguay*, de 1769, e referido por Arthur Ramos, em *O negro na civilização brasileira* (1956, p. 155) como "trigueirão', portanto mulato claro". O início do século seguinte consagra o talento do poeta pernambucano Natividade Saldanha (1796–1830), filho de um padre com uma "mulher de cor"[1].

Prosseguindo, observemos que na primeira metade dos oitocentos, o ideal romântico do nacionalismo é expresso pelo indianismo, no qual reluz a poesia de Gonçalves Dias, o célebre autor do "I-Juca Pirama", mestiço de português com uma escrava cafuza; e pelo condoreirismo abolicionista, com Castro Alves, que teria recebido da mãe, bastante "morena", a porção africana de seu sangue.

Na segunda metade do século, Machado de Assis consolida sua fama como um dos maiores nomes da literatura em língua portuguesa. Na carreira de Machado, teve grande importância Paula Brito (1809–1861), importante

[1] Cf. Raimundo de Menezes. *Dicionário literário brasileiro*. Rio de Janeiro: Livro técnico e Cientifico, 1978.

editor, livreiro e também escritor, antes também impulsionador da carreira de Teixeira e Souza (1812–1861), cabo-friense pioneiro do romance nacional. No período do apogeu de Machado de Assis, os poetas Olavo Bilac, muitas vezes também referido como afrodescendente, e o preto Cruz e Sonsa, sob cuja africanidade não resta nenhuma dúvida, destacam-se, respectivamente, como o maior parnasiano e o maior simbolista entre os literatos brasileiros.

Nesse momento experimentam também algum destaque, entre outros afrodescendentes, as escritora nordestinas Maria Firmina dos Reis (1825–1917) e Auta de Souza (1876–1901), reconhecidas, respectivamente, como primeira romancista brasileira publicada e primeira poetisa negra da literatura brasileira; o baiano Pedro Kilkerry (1885–1917), poeta precursor do surrealismo e do modernismo; e os poetas nordestinos Galdino de Castro, Henrique Castriciano e Astério de Campos.

Vejamos agora que, do fim do século XIX até a década de 1930, desenvolve-se no Brasil uma literatura marcada tanto pelo regionalismo, quanto pelos ventos do modernismo. Nesse ambiente, destacam-se os afrodescendentes Lindolfo Rocha (1862–1911), mineiro, autor dos romances *Iacina: dispersão dos maiacaiaras* e *Maria Dusá*; João do Rio (1881–1921), neto de Gabriela Amália Caldeira, referida em sua biografia como uma negra nascida no Rio Grande do Sul[2]; e o sempre carioca Lima Barreto (1881–1922), romancista que, fiel às suas origens étnicas e de classe, e rejeitando o colonialismo cultural, só após a morte foi reconhecido como um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos.

Chegado o modernismo, Mário de Andrade (1893–1945), cujas características fenotípicas fazem crer tratar-se, também, de um afrodescendente, destacou-se como o maior nome do movimento. Autor do célebre *Macunaíma*, entre outros textos de ficção, além de poeta e ensaísta, foi um dos maiores impulsionadores e renovadores da vida cultural e do pensamento brasileiros na primeira metade do século. Pelo mesmo tempo histórico, em Minas, Rosário Fusco (1910–77) destacava-se no grupo reunido em tomo da revista *Verde*.

Lembremos agora que, nas décadas de 1930 e 40, se desenvolve no Brasil uma literatura basicamente centrada em temas de cunho social, na qual

[2] Cf. João Carlos Rodrigues: *João do Rio, uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

o elemento negro é muitas vezes personagem de destaque. Na poesia desse momento, destaca-se, entre outros, o alagoano Jorge de Lima (1895–1953), autor de belos poemas de inspiração afro-brasileira e assinalado como "mulato" por Artur Ramos e outros autores.

A literatura negrista

O modernismo, movimento artístico-literário iniciado no Brasil em 1922, propunha uma nova estética, integrando várias tendências já existentes, com vistas a uma maior valorização da realidade nacional.

Observe-se que já na década de 1910 era corrente nos círculos intelectuais europeus o termo *négrophilie* (negrofilia), que designava o sentimento de admiração pela arte africana então em voga na França. No Brasil, a voga teria chegado em 1924, quando o escritor francês Blaise Cendrars, em visita ao país, chamou a atenção dos intelectuais modernistas para a importância da cultura produzida pelo povo afro-brasileiro.

Influenciado, certamente, por esse destaque então dado pelos círculos parisienses à arte africana, e fazendo eco à publicação da *Anthologie nègre*, coletânea de poemas organizada por Blaise Cendrars e publicada em 1921, o nosso modernismo, em sua feição literária, incorporou valores afro-brasileiros na forma e na temática de suas criações. E isso se expressa principalmente em poetas como Raul Bopp (Negro, África, Diamba, Mãe-preta, Monjolo, Favela, Urucungo etc.), Jorge de Lima e Ascenso Ferreira, em geral pertencentes à segunda geração modernista, florescida a partir de 1930.

Segundo Cassiano Nunes, citado por Benedita Gouveia Damasceno[3], o modernismo teria revalorizado "os elementos étnicos primitivos que constituem a verdade brasileira". Daí, segundo Nunes, essa vertente estética teria descoberto e reabilitado as qualidades do negro, com receptividade e estímulo, afirmação que achamos discutível.

Sobre Jorge de Lima, um dos mais bem sucedidos dentre os poetas "negristas" brasileiros, digamos o seguinte: nascido em 1895, em União dos

[3] *La sombra del látigo*: poesia negra en Brasil. Madrid: Kokoro Libros, 2004.

Palmares, Alagoas, no ambiente dos engenhos de cana, fez-se autor de alentada obra poética, na qual se incluem inúmeros poemas de inspiração afro-brasileira, como o famoso "Essa negra fulô". Descrito como "mulato" por Artur Ramos em *O negro na civilização brasileira*[4], segundo o Acadêmico Domício Proença Filho[5], embora sua biografia não sinalize sua afrodescendência, eram evidentes, como atestam os que o conheceram pessoalmente, em seus traços físicos, características de mestiçagem. Entretanto, segundo Abdias Nascimento[6], em determinada oportunidade, teria solicitado a um editor argentino (provavelmente Emílio Ballagas, organizador de *Mapa de la poesia negra americana*, 1946, antologia na qual figura com o poema "Essa negra fulô") que não o qualificasse como "poeta negro".

Sobre o contexto histórico e étnico do nascimento e da infância de Jorge de Lima, o crítico Léo Schlaflnan, no posfácio à edição de relançamento do romance *Guerra dentro do beco*[7], assim escreveu:

> "O mulato Jorge de Lima era católico, cantor da negritude, poeta, prosador, crítico, pintor, escultor, médico e político. Foi educado (...) no clima multirracial do Nordeste, entre mães negras, feitiçaria (...). A poucos quilômetros do sobrado onde nasceu (...) fica a serra da Barriga, onde Zumbi fundou o histórico quilombo. Jorge de Lima admirava e temia a serra, tantas as lendas, assombrações, histórias terrificantes que a respeito se contavam".

Falecido no Rio de Janeiro em 1953, o poeta deixou obra em que a temática negra é abundantemente expressa em textos permeados de africanismos, como em *Serra da Barriga, Comidas, Madorna de Iaiá*, e nos *Poemas negros* (*Quichímbi, sereia negra; Benedito calunga; Passarinho cantando; Exu comeu tarubá; Ancila negra; Obambá é batizado; Quando ele vem; Xangô*) etc., sem entretanto fazer literatura negra, como tentaremos mostrar adiante.

---

[4] Rio de Janeiro: Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1956, p. 156.

[5] "A trajetória do negro na literatura brasileira". *In*: *Revista do Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, n.º 25, 1997 (Especial "O negro brasileiro"; Joel Rufino dos Santos, org.).

[6] *O quilombismo*: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

[7] Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1998.

O personagem negro

Passemos agora a considerar um outro aspecto de "impregnação" na literatura brasileira. Essa penetração é a da visão estereotipada com que, ao longo do tempo, da poesia satírica do século XVII até a moderna dramaturgia televisiva, se constroem os personagens negros.

Em sociologia, todos sabemos, "estereótipo" é a opinião ou o preconceito resultante não de uma avaliação espontânea, mas de julgamentos repetidos rotineiramente; resultado da atribuição, por suposição, de invariáveis características pessoais e de comportamento a todos os membros de determinado grupo étnico, nacional, religioso etc., como o "italiano romântico", o "alemão inteligente", o "chinês paciente", o "japonês trabalhador".

Sobre os negros, através dos tempos, cunharam-se várias impressões estereotipadas, positivas e negativas. O estereótipo do negro horrendo e animalesco começa a ser cunhado no século XVI, pelos primeiros cronistas dos descobrimentos portugueses, Gomes Eanes de Azurara e João de Barros. Mesmo depois de Rousseau, o negro africano não vai ter, como o ameríndio, esse estereótipo atenuado com a imagem do "bom selvagem". Exemplo eloquente é o Caliban, de Shakespeare, monstruoso e feroz.

No Brasil, a partir de personagens popularizadas pela literatura, o escritor João Carlos Rodrigues[8] elaborou uma galeria de tipos, entre os quais sobressaem a "mãe preta" – sofredora, bondosa, abnegada; o "negão" – violento, bandido, estuprador; o "crioulo malandro" – sagaz; esperto, vigarista, simpático; a "mulata boa" – sensual, equivalente feminino do malandro; o "crioulo doido" — cachaceiro, engraçado, meio infantil; o "preto de alma branca" – subserviente, dócil, conformado etc. Alguns dos focos "favoráveis" sob os quais os negros são vistos se revestem de uma positividade falsa, porque estereotipada. É o caso daquela visão que generaliza nos africanos e em seus descendentes traços como afetividade, doçura, fidelidade, imaginação fantasiosa, resistência física, resignação etc.

[8] *In: O negro brasileiro e o cinema*, 2.ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

Na imensa galeria de personagens negros da literatura brasileira, chamamos atenção para os seguintes. Bertoleza, a negra embrutecida e ingênua, e Rita Baiana, a mulata sensual, de Aluísio Azevedo em *O cortiço*; de Monteiro Lobato, Tia Nastácia, a mãe-preta; de Coelho Neto, *Rei negro*, o nobre herói; de Graciliano Ramos, em *Infância*, o moleque José, mentiroso, fingido, falso; de Guimarães Rosa, o Lalino Salãthiel do conto "A volta do marido pródigo"[9], capadócio, tocador de violão, avesso ao trabalho; de Jorge Amado, o Castor Abduim de Assunção, de *Tocaia grande* (1984), "negro chegado a francesias", "enxerido e abelhudo" etc. São muitos. Entre todos, entretanto, destacam-se os do romance *Os tambores de São Luís*, de Josué Montelo, um dos poucos textos, segundo Alberto Mussa[10], que fogem aos estereótipos com que se retratam os africanos e descendentes na literatura brasileira.

Esses clichês nasceram no teatro, massificaram-se no cinema e expandiram-se através da televisão, pois a dramaturgia popular da TV brasileira, hoje situada entre as melhores do mundo, ainda atua no registro do estereótipo. Bem verdade que esse tipo de literatura carece de autonomia, já que muitas vezes ocorrências inexistentes no texto autoral são inseridas por gosto da direção da montagem. Mesmo assim, esse subgênero é muito importante como literatura de massas, principalmente pelo efeito que tem no imaginário popular, tanto no Brasil quanto no exterior, onde as produções da televisão brasileira são cada vez mais consumidas como produto de exportação.

Em 1984, com a telenovela *Corpo a corpo*, transmitida nacionalmente pela Rede Globo no horário principal, o dramaturgo Gilberto Braga, num texto calcado no binômio ascensão social-vingança, abordava a discriminação sofrida por uma mulher negra de classe média ao se envolver sentimentalmente com um homem branco e rico. A relação é rompida, mas depois a moça doa seu sangue para salvar a vida do amado.

Dois anos depois, em *Roda de fogo*, o texto de Lauro César Muniz contava a história de um empresário rico em sua luta pelo poder. A montagem acabou

[9] *In*: Sagarana. Rio de Janeiro: Record, 1984.

[10] "Estereótipos de negros na literatura brasileira: sistema de motivação histórica". In: *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 16, pp. 70-88, 1989.

por motivar protestos do movimento negro, pela representação desfavorável dos personagens afrodescendentes, não sabemos se por rubricas do texto. Observe-se que, paralelamente à exibição dessa novela, em horário nobre, a Rede Globo exibia, no horário vespertino, a produção *Sinhá Moça*, texto de Benedito Ruy Barbosa, inspirado no romance homônimo de Maria Dezonne Pacheco Femandes, ambientado no contexto abolicionista e incorporando, em trama secundária, os principais estereótipos do negro, como repetido em outras produções como *Pacto de sangue* (1989) e *Força de um desejo* (1999).

A primeira abordagem de impacto, sobre a questão racial no Brasil, feita pela teledramaturgia, veio com o texto *Pátria minha*, do já mencionado Gilberto Braga, encenado entre 1994 e 1995. Nele, enfocando a conjuntura político-social do Brasil, o autor escreveu uma cena em que o personagem principal, um rico e arrogante empresário branco, esbofeteia seu motorista negro. O episódio ficcional, informa o *Dicionário da TV Globo*[11], "foi interpretada por integrantes dos movimentos negros como uma tentativa de divulgar uma imagem de submissão, embora a intenção de Gilberto Braga fosse denunciar o racismo". Concluída em março de 1995, a exibição dessa novela foi sucedida, dias depois, pela de *A próxima vítima*, de Silvio de Abreu, na qual, conforme enfatiza o dicionário mencionado, o autor, através de tramas paralelas, "abordou o preconceito racial (não só de brancos com negros, mas também o inverso)..."[12]. Ressalte-se que, nessa obra, o autor, certamente pressionado pelos recorrentes protestos do movimento negro, criou um núcleo dramático composto por uma família de classe media bem sucedida, na qual, inclusive um dos filhos mantinha uma relação homossexual tolerada pela família.

De qualquer forma, *A próxima vítima* foi um marco. Apesar de, dez anos depois, uma outra obra, encenada no horário vespertino, ter representado uma espécie de retrocesso. Foi *A lua me disse*, de 2005. Nela, em tom de comédia escrachada, o texto trata de duas irmãs, negras e rivais, que tentam, esquizofrenicamente, livrar-se das características físicas que as identificam como negras e recusam relacionar-se com os outros personagens negros da trama. Buscando ascensão

[11] Vol. I: Programas de dramaturgia e entretenimento. Rio de Janeiro. Zahar, 2003, pp. 223-224.
[12] *Op.cit.*, p. 232

social, servem-se de vários expedientes, inclusive usando nomes norte-americanos em substituição aos seus nomes reais. Um terceira irmã, boa e educada, vive um relacionamento com um homem branco, vítima de um casamento infeliz. No *grand finale*, em que todos são felizes, a irmã que teima em permanecer má vai trabalhar num circo, como a mulher que se transforma em gorila.

Vemos assim que os textos da dramaturgia televisiva são, em geral, veículo de divulgação e perpetuação de estereótipos, embora, nos últimos tempos, talvez por pressão dos movimentos sociais, eles se preocupem mais em veicular imagens de harmonia, inclusive com casamentos interétnicos, nos quais os conflitos entre os "diferentes" são sempre solucionados no final feliz.

A literatura negra no Brasil

Uma das acepções do termo "literatura" é aquela que o define como "conjunto de obras literárias de reconhecido valor estético pertencentes a um gênero, uma época, um país etc". Na literatura de um país ou de um continente, podemos encontrar subconjuntos consagrados, como, por exemplo, a literatura africana de expressão francesa, e a rica literatura escrita, florescida no Haiti, a partir da década de 1920, e escrita em *kriol*, língua que divide com o francês a condição de idioma oficial dos haitianos.

Do ponto de vista linguístico nenhuma literatura produzida por afrodescendentes no Brasil constitui um conjunto específico, já que todos os escritores do país utilizam o mesmo veículo de expressão, a língua portuguesa.

Da mesma forma, do ponto de vista social, já que a nossa é, por preceitos constitucionais, uma sociedade igualitária, indivisa, não segregada, por que pretender-se a existência de uma literatura negra no Brasil?

Mais ainda: se o povo brasileiro constitui uma nação mestiça, feito da contribuição de diversos segmentos étnicos, como determinar quem é negro no país?

Deixemos a resposta a essas questões para o *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2007–2008*, publicação organizada pelos pesquisadores sociais Marcelo Paixão e Luiz M. Carvano e editada, em conjunto, pelo Laboratório de Análises Estatísticas Econômicas e Sociais das Relações Raciais, LAESER, e o Instituto de Economia da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No Brasil – diz essa publicação, em sua p. 15 –

> "o fato de os brasileiros dos diversos grupos de cor ou raça e étnicos assumirem, de forma efetiva e inquestionável, a identidade brasileira, não impediu a incessante discriminação contra negros, indígenas e mestiços de nítida tez africana e ameríndia. Suas aparências físicas e aportes culturais ancestrais foram e ainda são considerados menos desejáveis e mais primitivos que os do contingente de peles claras e ascendência europeia. Portanto, na sociedade nacional, os brasileiros portadores de diferentes aparências físicas e origens étnicas infelizmente são submetidos a diferentes modos de inserção".

"Inserção". Esta é a palavra. Talvez melhor, neste momento, que "impregnação". É a partir dela que agora construímos nosso raciocínio. Mostrando que, para eliminar antagonismos do tipo "eu sou mestiço, não tenho nada com isso", o movimento social dos negros cunhou o termo "afrodescendente", nele reunindo numa única adjetivação, a de "negro", pretos, mulatos e outras classificações de base étnica com que se distinguem as pessoas outrora chamadas "de cor". E assim nós, para evitar dúvida, definimos como "negro" todo descendente de negro-africano, em qualquer grau de mestiçagem, desde que essa origem possa ser identificada historicamente e, no caso de personalidade contemporânea viva, seja por ela reconhecida.

Mas, antes que alguém nos chame atenção para o axioma segundo o qual "raça não existe", evoquemos Cheikh Anta Diop.

Segundo esse grande sábio senegalês[13] "raça é uma construção fenotípica e sociocultural, não uma condição biomolecular". Assim,

> "é possível um sueco e um banto sul africano serem geneticamente mais próximos entre si do que cada um deles a outras pessoas de sua própria raça. Mas, na África do Sul de 1980, o sueco seria um homem livre, enquanto o banto seria mais um integrante da maioria oprimida e violentada pelo *apartheid*. Conclusão: raça não existe; mas o racismo existe e opera".

[13] Citação de Charles S. Finch III, transcrita em *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora* / Elisa Larkin Nascimento (org.). São Paulo: Selo.Negro, 2009, p. 7.

Dito isto, vejamos que a literatura produzida no Brasil é criada tanto por escritores negros quanto negros escritores. Assim, temos aqueles que construíram ou constroem obra literária reconhecida mas divorciada de suas origens ancestrais; aqueles cujas referências às origens se escondem nos símbolos ou no eruditismo que utilizam; e aqueles que (mesmo, porque alijados do mercado, editando por conta própria ou reunidos em cooperativas ou pequenas editoras "étnicas") utilizaram e utilizam a literatura como arma ou instrumento na luta contra o racismo e a exclusão. Estes são aqueles escritores cujo discurso, no dizer da escritora negra Conceição Evaristo[14], "fratura o sistema literário nacional em seu conjunto"; ou penetra nas brechas e fissuras desse sistema, como quer Joel Rufino dos Santos[15].

No Brasil, essa literatura que fratura o sistema e penetra em suas brechas é, de um modo geral, marginalizada dentro daqueles mesmos parâmetros que, outrora, elegiam a arte clássica como o ponto mais alto da escala estética, recalcando a arte negra como "primitiva", infantil. Para os que assim pensam, será preciso que os escritores negros passem por um processo de depuração e aprendizado até atingirem os cânones em que se baseia a escritura dos escritores consagrados e de prestígio. Aí, sim, ocorreria a inserção, pela assimilação, da voz africana na literatura canônica.

Mas o caminho da inserção, para nós, já está em curso há muito tempo. Vejamos, pois.

Do ponto de vista histórico, os dois primeiros marcos dessa trajetória seriam a carta escrita em 1650 por Henrique Dias ao rei de Portugal, reivindicando melhor tratamento do que aquele que recebia dos brancos no Brasil, depois de ter-se consagrado como herói; e os lundus com os quais Caldas Barbosa levou a poesia popular afro-brasileira aos salões portugueses, no século XVIII. Mas o grande pioneiro da literatura produzida por autores negros e explicitamente comprometidos com os anseios do seu povo foi Luiz Gama, com seu célebre poema "A bodarrada (quem sou eu?)" em 1859.

---

[14] "Vozes quilombolas: literatura afrobrasileira". *In*: GARCIA, Januário (org.) *25 anos, 1980-2005: movimento negro no Brasil.* Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

[15] Cf. Texto na orelha de *A lei do Santo*, de Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2000.

No século XX, a revolução modernista de 1922, como já vimos, ocorreu no ambiente criativo brasileiro, mas recebeu também influência externa, principalmente do negrismo vigente na Europa. Entretanto, a exemplo da censura que fez Machado de Assis, em 1873, segundo Thomas Skidmore[16], àqueles poetas que, por inserirem nomes de flores ou aves do país em seus textos, pensavam estar fazendo poesia "nacional", não seria apenas com o uso de africanismos linguísticos ou outras referências africanas, como fizeram os poetas negristas, que se construiria uma literatura afro-brasileira.

Essa construção só começa a se fazer nos anos de 1930, com a emergência dos movimentos negros, a partir da Frente Negra Brasileira, e a consequente emergência de uma literatura com poder de instigação e vivência da negritude. E a década de 1970, com o recrudescimento da luta negra nas grandes cidades brasileiras, inspirada no movimento norte-americano pelos direitos civis, assiste ao fortalecimento dessa literatura.

Voltando ao abolicionista Luiz Gama (1830–1882), repetimos que ele foi o grande pioneiro dessa literatura explicitamente engajada na luta contra o racismo. Depois dele, alguns romances do já mencionado Lima Barreto – principalmente *Clara dos Anjos*, de 1922 – também podem ser vistos dentro dessa perspectiva. No século 20, contudo, o primeiro posicionamento realmente enfrentador do racismo por um autor negro deu-se com a publicação em 1926 de *O canto do cisne preto*, primeiro livro do poeta paulista Lino Guedes (1897–1951).

E é também nesse momento que se eleva a voz do pernambucano Solano Trindade (1908–1974), poeta e ativista negro, um dos maiores nomes da lírica negrista no Brasil, a qual, a partir dele e de Lino Guedes, ecoa em dimensão nacional e até internacionalmente.

A partir daí, paralelamente aos textos sobretudo teatrais produzidos por Abdias Nascimento e pelos autores ligados ao Teatro Experimental do Negro, surgiram Solano Trindade (*Poemas de uma vida simples*, 1944), o ator Oswaldo de Camargo (*Um homem tenta ser anjo*, 1959) e Eduardo de Oliveira (*Além do pó*, 1958). Além desses nomes, Oliveira Silveira, Adão Ventura, Geni Guimarães, Paulo Colina, Cuti, José Carlos Limeira, Éle Semog, Arnaldo Xavier, Lepê

[16] *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Correia e Elisa Lucinda, assim como os escritores ligados aos movimentos Quilombhoje, em São Paulo, Negrícia, no Rio de Janeiro, e Gens, em Salvador, entre outros, compõem parte do grande painel da literatura afro-brasileira no início do século XXI. Neste quadro, destacamos, para efeitos meramente demonstrativos, as trajetórias dos poetas Salgado Maranhão (Caxias, MA, 1953) e Ricardo Aleixo (Belo Horizonte, MG, 1960).

Reconhecida em sua especificidade, a literatura produzida por escritores afrodescendentes tem merecido a atenção de pesquisadores e editores estrangeiros. Assim, desde a década de 1950, editaram-se no exterior, entre possíveis outras publicações, as seguintes antologias, contemplando, no todo ou em parte, essa produção: *Antología de la poesia negra americana*, org. Ildefonso Pereda Valdés (Montevidéu, B.U.D.A., 1953 *Nouvelle somme de poesie du monde noir* (Paris, Présence africaine n.° 57, 1966); *Contemporary Afro-Brazilian Protest Poetry*, in: Caribe, New York, 6-10, apr. 1980; *Schwarze poesie – Poesia negra*, org. Moema Parente Augel, (Editions Dia, St. Gallen, Kõln, Alemanha, 1988); *Ad libitum Sammlung Zerstreeng nr. 17* (poemas, Ed. Volk und Welt, Berlin, 1990); *Crosswinds: an anthology of african diaspora drama*, ed. William B. Branch, Bloomington, EUA, Indiana University Press, 1991; *Finally us*: *contemporary black brazilian women writers*, antologia bilíngue português-inglês, organização de Miriam Alves, tradução de R. Durham, (Cobrado, EUA, Three Continent Press, 1995); *Schwaarze prosa/Prosa negra – Afrobrasilianische Erzablungen der Gerenwart* (contos, org. Moema Parente Augel, Berlim: São Paulo, Edtion Diá, 1993); *African braziian literature*. (Callaloo, vol. 18, # 4: a special issue, Baltimore, Maryland, EUA, John Hopkins University Press, 1995; vol. 19, # 3: short stories); *Moving beyond boundaries*: *international dimension of black women's writing*, organização de Carole Boyce Davies e Molara Ogundipe-Leslie (London, Pluto Press, 1995).

Além disso, falemos dos *Cadernos Negros*, conjunto de antologias anuais de poesia e prosa publicadas desde 1978, em São Paulo, e que em 2009, com um volume de contos, chegava ao numero 32. Iniciativa única no gênero em nosso país, os *Cadernos* são um importante veículo de visibilização da literatura afro-brasileira, já que o material publicado tem sido fonte para ensaios, teses e estudos diversos, no Brasil e no exterior.

Não exatamente nesse contexto de militância, vale destacar a presença na literatura brasileira, a partir da década de 1970, de importantes nomes

contemporâneos, como os dos professores Joel Rufino dos Santos e Muniz Sodré, com vasta obra ensaística e ficcional publicada, além de Marilene Felinto, jornalista e romancista, autora do premiado *Mulheres de Tijucopapo*.

Após este breve destaque, observemos que uma das principais instâncias de legitimação do saber letrado e do fazer literário no Brasil é esta egrégia Academia Brasileira de Letras, em cujos quadros a presença de afrodescendentes é levantada por algumas fontes. Segundo estas, ao longo da história da instituição, teriam sido confirmados ou supostamente afrodescendentes os patronos Alcindo Guanabara, A.J. Pereira da Silva, Castro Alves, Evaristo da Veiga, Francisco Otaviano, Franklin Dória, Gonçalves Dias, Laurindo Rabelo e Tobias Barreto. Além desses, entre os membros efetivos, contar-se-iam: Pedro Lessa, Dom Silvério Gomes Pimenta, Paulo Barreto (João do Rio), Cassiano Ricardo, Evaristo de Moraes Filho e Viriato Correia. Polêmicas à parte, este texto saúda o ingresso na Academia, em 2006, do escritor e professor Domício Proença Filho, carioca de 1936, o qual é, na atualidade deste texto, o primeiro afrodescendente, assim autodeclarado, a ingressar em tão importante congregação.

Conclusão

Do ponto de vista dos padrões vigentes, a literatura tem a nacionalidade da língua em que é escrita. Mas os defensores dessa visão hão de convir que entre a língua literariamente escrita e aquela que falamos há sempre uma grande diferença. Diferença ditada por nosso psiquismo e nossa emocionalidade, fatores esses determinados por nosso vitalismo e pela experiência histórica de cada um de nós. Convenhamos também que povos, como os judeus e os negros, submetidos a experiências históricas relativamente semelhantes e muito peculiares, são naturalmente dotados para se expressarem através de formas de comunicação peculiares, dentro das sociedades em que se desenvolveram. Então, a nosso entender, o seu lavor literário pode e deve ser entendido como uma literatura específica. Ou não?

Deixamos esta pergunta no ar, com nossos agradecimentos à Academia Brasileira pelo honroso convite, e nossas desculpas àqueles nomes que, porventura, involuntariamente deixamos de citar.

Vozes da imigração europeia*

Regina Zilberman

Professora do Instituto de Letras, da UFRGS, pesquisadora do CNPq e autora de "Fim do livro, fim dos leitores?", *Das tábuas da lei à tela do computador: a leitura em seus discursos* e *A leitura e o ensino da literatura*, entre outras obras.

Gosto de lembrar que temos essa boa mescla. Como família e como povo.

Ana Maria Machado, *Palavra de honra.*

Como ponto de partida, caracterizemos a imigração, diferenciando-a do processo de colonização. Ainda que o conceito de colônia pressuponha um "grupo de migrantes que se estabelecem em terra estranha", segundo o dicionário *Aurélio – Século XXI*, ele representou, no caso do Brasil, a transferência de uma população destinada a ocupar e povoar uma região onde não se constatava a presença de indivíduos pertencentes aos segmentos étnicos de origem caucasiana. O projeto de colonização do solo americano, a que

* Texto apresentado no Ciclo "Uma Literatura Polifônica", dia 25 de maio de 2010, no Teatro R. Magalhães Jr. (ABL).

Pedro Álvares Cabral (1467/1468-1520/1526) chegou em abril de 1500, iniciou nas primeiras décadas do século XVI, intensificando-se por ocasião dos ciclos econômicos que marcaram a história do Brasil. Assim, se durante o quinhentos e o seiscentos deu-se sobretudo o povoamento das capitanias nordestinas, o setecentos presenciou a expansão populacional nas regiões abundantes em riquezas minerais, como o ouro e o diamante, que facultaram o aparecimento das cidades de Vila Rica e Diamantina.

O período colonial, que se estende até as primeiras décadas do século XIX, toma essa denominação em decorrência do processo de ocupação e povoamento da possessão americana. Esse processo foi controlado pela administração metropolitana, que escolhia cuidadosamente as áreas que requeriam habitantes leais à coroa portuguesa, como foram os açorianos, importados, na segunda metade do setecentos, para os territórios meridionais, hoje Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e aquelas que deviam ser mantidas dentro de limites estritos, como Diamantina, a fim de que garantir a ordem pública e política.

A passagem do processo de colonização para o de imigração dá-se na sequência da autonomia política, ao longo do século XIX. A importação dos primeiros grupos de alemães, orientados sobretudo para a região Sul, tinha em vista não apenas abrigar populações que, em seu lugar de origem, viviam em condições bastante precárias, mas também garantir a soberania sobre terras onde a ingerência política brasileira era matéria de litígio, haja vista os conflitos de fronteira entre Brasil e Uruguai durante a década do reinado de D. Pedro I (1798-1834).

Alemães

Desembarcados no Brasil em julho de 1824, os grupos pioneiros de alemães podem ser englobados pelo processo de colonização. Ações induzidas como essas ainda se verificam em outras décadas do século XIX, sendo que, entre 1848 e 1900, o Brasil recebe aproximadamente 70 mil pessoas de procedência germânica, instaladas sobretudo em zonas rurais. É, contudo, no século XX, especialmente entre 1920 e 1930, que nosso país acolhe a maioria

dos alemães, que se dirigem para os centros urbanos, onde podem desempenhar as atividades profissionais para as quais estavam habilitados, na qualidade de artesãos, professores, artistas, médicos e engenheiros. Apanhados pelas crises políticas e econômicas que assolavam sua nação de origem ao final da primeira grande guerra, os indivíduos que elegiam o Brasil como nova pátria correspondiam não mais aos colonizadores, mas aos imigrantes em busca de melhor sorte e mais liberdade.

A passagem, pelas pessoas oriundas da Alemanha, da condição de colono para a de imigrante ilustra a diferença conceitual de que se fala. Políticas de indução, motivadas pelo poder público imperial ou pela iniciativa privada, atravessam o século XIX, facultando, de uma parte, novo mapa da distribuição populacional em nosso país e nova cartografia étnica. Diferenças culturais resultam igualmente dos processos variados que motivaram os deslocamentos dos grupos humanos, pois, como se observou, dos colonos esperava-se a dedicação à lavoura, dos imigrantes, o foco no comércio, na indústria, nas profissões liberais e no magistério. Também a importação de soldados – mercenários, por ocasião das guerras da independência, na década de 20 do século XIX, ou os *brummers*, por ocasião dos conflitos do Brasil com os governos do uruguaio Manuel Oribe (1792-1857) ou o argentino Juan Manuel de Rosa (1793-1877) – caracterizou o processo migratório, gerando um núcleo específico de pessoas.

Em 1851, o governo brasileiro contratou aproximadamente 1800 soldados de origem germânica para lutar contra Oribe e Rosas, na fronteira com a Argentina. Desse conjunto, boa parte permaneceu no Rio Grande do Sul. Os oficiais tinham boa formação educacional, de modo que se dirigiram a atividades ligadas ao comércio, ao ensino ou ao jornalismo, como ocorreu a dois importantes nomes da cultura sulina e, depois, carioca: Karl von Koseritz (1830-1890) e Carl Jansen (1829-1889).

Em Koseritz e Jansen identificam-se as primeiras "vozes da imigração europeia". O primeiro é autor dos dramas *Nini*, de 1859, e *Inês*, de 1860, além do romance *Laura, também perfil de mulher*, de 1875, este, a julgar pelo título, provavelmente devedor das narrativas protagonizadas por personagens femininas, escritas por José de Alencar (1829-1877), como *Lucíola*, de 1862, e

Diva, de 1864. O segundo foi editor, em 1856, ao lado de João Vespúcio de Abreu e Silva (1830-1861), Félix da Cunha (1833-1865), Rita Barém de Melo (1840-1868) e João Capistrano Filho (1834-1864), de *O Guaíba*, a primeira revista literária da província sulina. Como o conterrâneo Koseritz, organizou almanaques em língua alemã, além de ter redigido *A filha da cigana*, romance-folhetim que o *Jornal do Commercio*, de Porto Alegre, imprimiu entre 1877 e 1878.[1] Mais tarde transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde escreveu o romance *O patuá*, publicado na *Revista Brasileira* em 1879, além de providenciar a tradução de obras clássicas, adaptadas e dirigidas ao emergente público infantil carioca, como *Dom Quixote* e *Robinson Crusoé*, ação que lhe rendeu elogio de Machado de Assis (1839-1908).[2]

Koseritz e Jansen posicionam-se na origem da literatura teuto-brasileira, que se expressava ora em alemão, ora em português, atendendo a um público que se fortalecia em centros urbanos localizados sobretudo na região Sul. Ao mesmo tempo, projetaram-se no imaginário brasileiro na condição do imigrante que, procedente da Europa e culto, busca no país que o acolheu não apenas uma nova pátria, mas a concretização de ideais e de princípios éticos.

Possibilitaram, assim, a criação de personagens variados, que, desde Graça Aranha (1868-1931) até Luís Antônio de Assis Brasil (1945), em *Videiras de cristal*, de 1990, tendo Erico Verissimo (1905-1975) no meio do trajeto, povoam a literatura nacional.

Graça Aranha ocupa, nessa trajetória, papel fundamental, ao colocar o imigrante alemão Milkau na posição de protagonista de seu romance *Canaã*, de 1902. A ação passa-se no Espírito Santo, região colonizada por grupos que, provenientes sobretudo da Prússia e da Pomerânia, chegaram ao Brasil entre as décadas de 40 e de 70, do século XIX. Milkau não é propriamente um agricultor, ainda que busque na nova terra um contato mais íntimo com o mundo rural: sua formação intelectual – provém de Heidelberg, renomada

[1] Cf. HOHLFELDT, Antonio. *Deus escreve direito por linhas tortas*. O romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

[2] Cf. ASSIS, Machado de. Prefácio a *Contos seletos das "Mil e uma noites"*. In: ___. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959. V. 3, p. 917.

cidade universitária – coloca-o na posição de observador mais consciente dos fatos sociais, assim como seus princípios éticos impelem-no a participar no curso dos eventos, procurando melhorar a sorte das pessoas.

Dessa maneira, Milkau tem uma concepção sobre a nação que o recebe, que interpreta enquanto terra prometida – antecipada pelo título do romance –, bem como sobre os indivíduos que o habitam, procurando superar as diferenças sociais e os preconceitos raciais. Quando decide ajudar Maria Perutz, o protagonista objetiva colocar em prática seus ideais, fracassando, contudo, diante dos compatriotas. Opta por abandonar o local, fugindo com sua protegida na direção de um mundo ainda mais primitivo, talvez a Terra Prometida da América, pressagiada aos imigrantes europeus.

O dezenove conferiu aos alemães sutil perfil romântico, originário da identificação dos intelectuais das primeiras décadas daquele século com as novas balizas estéticas que marcaram a arte e a filosofia – assinalada, a maioria delas, pelas noções de rebeldia, individualismo, inspiração e quebra de regras. Nação sem um Estado unificado, antes de 1870, a Alemanha correspondia no imaginário europeu – e também brasileiro – a um lugar onde a natureza predominava, conforme seus poetas principais, como Friedrich Hölderlin (1770-1843) e Novalis (1772-1801), a expressavam. Não por outra razão românticos brasileiros como Gonçalves Dias (1823-1864) e Álvares de Azevedo (1831-1852) recorriam a figuras históricas da cultura germânica ou a criaturas imaginárias para avalizar suas manifestações literárias.

Por outro lado, a segunda metade do século XX deu vazão a teorias que hierarquizavam as raças conforme sua pigmentação e seu espaço de circulação. A exploração da África pelas novos e velhos Estados europeus, a repartição da Ásia entre as grandes potências, com ênfase do poderio britânico, o anseio por dominar os mercados latino-americanos encontravam no racismo uma justificativa científica, pois explicava e racionalizava a submissão exercida sobre povos etnicamente distintos, atribuindo ao biótipo acontecimentos de ordem unicamente econômica e social.

Graça Aranha constrói seu romance, tendo como horizonte as duas questões: de uma parte, Milkau traz para a ficção o posicionamento ético adequado à sua

formação, pautada pelos precedentes românticos e filosóficos da Europa pré-imperialista das primeiras décadas do século XIX; de outra, e por consequência, ele recusa os paradigmas racistas de seus conterrâneos, o que acaba por marginalizá-lo perante o grupo, pois esse recorre àqueles valores condenáveis não apenas para se afirmar perante a população local, como também para encontrar algum tipo de liga social em meio à situação precária de penúria e desamparo.

Isolado, Milkau parte, ainda no encalço de seus ideais, agora, porém, de modo desarticulado e voluntarista, como se pudesse se desprender dos vínculos sociais que, no começo, presidiram sua atuação.

Publicado em 1902, *Canaã* compartilha com *Os sertões*, de Euclides da Cunha (1866-1909), o ano de publicação. As duas obras narram, de certo modo, a desconstrução de uma comunidade que deveria ser ordeira, mas que se depara com vícios de origem e preconceitos da época. Tanto Canudos quanto Santa Teresa, onde Milkau reside, são coletividades primitivas, imantadas por um desejo comum de sobrevivência apesar das relações conflituadas que mantêm com o lugar onde se instalaram. Porém, o que as corrói não são os problemas internos que experimentam, mas o contraste entre seu comportamento e as expectativas colocadas nele. Canudos, segundo Euclides da Cunha, traria os germes de sua destruição, por não se adequar à sociedade moderna; da mesma maneira, a sociedade descrita por Graça Aranha não progride, porque carrega no seu interior preceitos inadequados, que provocam conflitos irresolvíveis.

Por isso, Milkau precisa partir, iniciativa que o aproxima de outro livro da mesma época, relativo, tal como o de Euclides da Cunha, à epopeia de Canudos. Trata-se de *Os jagunços*, que Afonso Arinos (1868-1916) lançou em 1898 e que tão pouca repercussão alcançou por ocasião de seu aparecimento. Também naquele romance a solução das personagens sobreviventes ao massacre é buscar uma Terra Prometida, situada a oeste. Sob esse aspecto, Aranha e Arinos irmanam-se: para encontrar o Brasil dos sonhos, cabia viajar para o interior, na busca de um mundo ainda não contaminado pela cobiça e pelo preconceito.

A importância de *Canaã* na literatura brasileira pode ser medida também por suas repercussões, já que a figura de Milkau, como corporificação ficcional de intelectuais germânicos como os históricos Karl von Koseritz e Carl

Jansen, fertiliza a imaginação literária e faculta a criação de personagens como o Dr. Winter, de *O continente*, de Erico Verissimo, de 1949.

O Dr. Winter, que também é Carl, em homenagem a seus inspiradores, aparece na cidade de Santa Fé em 1851 (e o ano é igualmente sintomático do paralelismo buscado pelo romancista sulino) e, em *O continente*, no episódio denominado "A Teiniaguá", protagonizado por Bolívar e Luzia, o casal que dará sequência à trajetória da família Terra Cambará. O médico não ocupa papel central no desenvolvimento da narrativa, mas sua importância não é desdenhável: diplomado em medicina pela Universidade de Heidelberg, a cidade natal do Milkau de *Canaã*, representa a ciência e a cultura em meio a um ambiente em que a barbárie ainda predomina. Além disso, faz questão de manifestar sua permanente autonomia, seja no modo como se veste, seja na maneira como interpreta os acontecimentos transcorridos em Santa Fé, especialmente os que dão conta das ações das personagens de "A Teiniaguá" e do episódio subsequente, "A guerra", relativo às relações conflituosas entre Luzia Silva e sua sogra, a onipresente Bibiana Terra Cambará.

Por efeito de sua inteligência e cultura, Winter é incumbido também de ocupar a posição de um segundo narrador, matizando a posição onisciente do narrador principal. Assim, Erico Verissimo foi bastante hábil, ao introduzir, no decurso da ação, uma personagem que pode apresentar os eventos segundo uma ótica interna e interpretá-los, sem que o narrador principal se mostre invasivo ou autoritário.

O Dr. Winter não representa, porém, a participação dos imigrantes alemães no processo de colonização do Rio Grande do Sul. Tal como Koseritz, que, no plano ficcional, se corresponde com o médico oriundo de Eberbach, Winter deslocou-se para a América por razões pessoais, aliás, bem mais particulares que as de seus conterrâneos históricos: a desilusão amorosa trouxe-o ao Brasil, justificativa bastante prática para o andamento da narrativa, já que o desobriga a envolver-se emocionalmente nos embates sentimentais que movem parte da ação em *O continente*.

Os imigrantes alemães são introduzidos por Erico Verissimo no episódio "Um certo capitão Rodrigo", mas, ao longo do primeiro volume da trilogia,

não desempenham papel substancial no enredo, exceto quando o marido de Bibiana Terra seduz Helga Kunz, pertencente a uma das famílias que chegam a Santa Fé por volta de 1830. É a partir dos anos 1970, quando os sul-rio-grandenses Josué Guimarães (1921-1986), Lya Luft (1938) e Charles Kiefer (1958) constroem sua obra ficcional, que a trajetória dos descendentes dos primeiros imigrantes será matéria da intriga romanesca.

Antes disso, o confronto cultural fomentou a criação de nossos escritores, segundo se verifica em *Um rio imita o Reno*, de Clodomir Vianna Moog (1906-1988). Como em *Canaã*, retratam-se o comportamento de uma comunidade de origem germânica e suas formas de socialização. Mas, ao contrário da obra de Graça Aranha, o olhar do ficcionista coincide com o da personagem brasileira, o sintomaticamente amazonense Geraldo Torres, a quem é vedado o ingresso no grupo de procedência alemã. Retomando o tópico das diferenças culturais, Moog chama a atenção para o que está incubado e é discutido no livro de Graça Aranha – o racismo –, tanto mais agudizado, quanto mais o grupo teuto-brasileiro se fecha sobre si mesmo. Frise-se que, publicado em 1938, à época em que as teorias raciais transformavam-se em política de Estado, por força da tomada do poder pelos nazistas em parte da Europa, a obra constitui um importante libelo em prol do hibridismo étnico, desgostando os adversários dessa ideia, mas alcançando grande sucesso entre o público leitor daquela década e depois.

Na ficção dos anos 70, a imigração torna-se assunto predominante da ficção do Rio Grande do Sul, trabalhada de modo singular por cada escritor. Gladstone Osório Mársico (1927-1876), em *Cogumelos de outono* (1972), adota perspectiva cômica, para denunciar os preconceitos dos grupos paranazistas ou parafascistas associados aos imigrantes alemães e italianos, à época da segunda guerra mundial. Josué Guimarães, por sua vez, narra a saga dos colonos alemães no Rio Grande do Sul nos volumes de *A ferro e fogo: tempo de solidão* (1972) e *Tempo de guerra* (1974). A ação, situada no século XIX, concentra-se nos episódios de chegada e instalação das famílias oriundas da Europa. E salienta a imagem do imigrante alemão enquanto agricultor e homem da terra, procurando adaptar-se ao novo mundo, aceitando seus valores,

adotando suas lutas, como a guerra dos farrapos, e recebendo muitas vezes a rejeição do meio.

Perspectiva similar ocorre nas novelas *A face do abismo* (1988) e *Valsa para Bruno Stein* (1986), de Charles Kiefer. Seus protagonistas são lavradores que descendem dos imigrantes germânicos e procuram se manter fiéis ao cultivo do solo. Mas, incapazes de se habituar aos novos tempos, tornam-se muitas vezes vítimas do processo de modernização resultante do capitalismo agindo no meio rural. Da sua parte, Luiz Antônio de Assis Brasil narra um dos episódios mais controversos da história dos alemães no Brasil, a guerra dos Muckers, em *Videiras de cristal*, assunto antes dramatizado por Ivo Bender (1936), em *1874, ou As núpcias de Teodora*, um dos textos de sua *Trilogia perversa*, de 1988.

Os efeitos da educação germânica sobre os descendentes dos primeiros imigrantes constituem a matéria dos romances *As parceiras* (1980), *A asa esquerda do anjo* (1981), *Reunião de família* (1982) e *O quarto fechado* (1984), de Lya Luft. A morte de um ente querido, o esgotamento de uma relação amorosa, a retomada de laços familiares por muito tempo relaxados são o pretexto para as personagens passarem por situações-limite, cujos resultados são também radicais: a revisão da própria história e a descoberta do eu profundo, até então encoberto pela máscara social e por uma formação rígida e despótica.

As personagens em crise são, na maioria, mulheres, vítimas de uma educação seguidora de moldes autoritários e antiquados, por esta razão simbolizados pelos parentes idosos (avós, tias, pais) relembrados pelas narradoras. Como consequência, elas adotam comportamento submisso e introspectivo, concebido, muitas vezes, como deformação. Eis por que são infelizes: não correspondem ao que os outros esperam delas, nem ao que planejam para si mesmas, até o momento em que a crise irrompe, o passado é posto a nu, e uma decisão é tomada. Mesmo lidando com a composição individual e íntima de cada personagem, Lya Luft não perde de vista suas relações com o meio cultural e étnico, de onde provêm seguidamente as idiossincrasias das figuras ficcionais.

Os acontecimentos vinculados à chegada dos primeiros alemães ao Brasil, os efeitos da cultura e da visão de mundo que trouxeram consigo, o imaginário que suscitaram entre as outras etnias fecundam até hoje a literatura

produzida em nosso país, razão por que o veio mostra-se produtivo. Se modernistas de ascendência germânica como Augusto Meyer (1902-1970) e Raul Bopp (1898-1984) não exploraram o tema, o mesmo ocorrendo recentemente como Aldyr Garcia Schlee (1934), autores contemporâneos como Salim Miguel (1924), ainda que não compartilhe a procedência teutônica, mantêm viva a corrente em *Jornada com Rupert*, de 2009, em uma de suas tantas manifestações criativas na primeira década do século XXI.

Italianos

As primeiras levas de imigrantes provenientes da Itália chegaram na década de 70 do século XIX. Ao contrário dos alemães, que se depararam com uma nação ainda em processo de consolidação da autonomia política, ameaçada por conflitos de fronteiras e fraturas internas, os italianos encontraram um país unificado e coeso, acossado, porém, pela necessidade de substituição do braço escravo, em decorrência da proibição da importação de africanos, vigente desde 1851.

As culturas do café, bem como as lavouras no Sul e no Sudeste, requeriam trabalhadores livres; do outro lado do Atlântico, a Itália, agora unificada, optava pela industrialização, o que deixava contingentes de agricultores e artesãos sem serviço e sem mercado de trabalho. O governo italiano, as agências de imigração e a administração brasileira se congregaram, facilitando o transporte principalmente dos residentes da região do Vêneto, uma das áreas mais atingidas pelas transformações políticas e econômicas experimentadas no Norte do país. As estatísticas mostram que, entre aproximadamente 1880 e 1900, um milhão de pessoas oriundas da Itália deslocaram-se para o Brasil, dirigindo-se sobretudo para o campo e, em especial, para as áreas de plantação de café.

Menos de uma geração depois, boa parte dos imigrantes italianos e seus descendentes mudou-se para os centros urbanos, particularmente para a cidade de São Paulo, que, afluente, centralizava o surto de industrialização que modernizava o país. Robusteciam-se as atividades comerciais e os bancos, a vida urbana requeria profissionais competentes, de modo que os ítalo-brasileiros

encontram novos mercados para sua ação empreendedora. A literatura brasileira dos primeiros anos do modernismo registra as diferentes reações à presença dos italianos na vida paulista das décadas iniciais do século XX.

La divina increnca, de 1915, talvez possa ser considerado o marco inaugural da representação dos italianos na vida brasileira. Seu autor, Alexandre Marcondes Machado (1892-1933), contudo, não tem ascendência italiana, tendo adotado o pseudônimo de Juó Bananère para compensar a diferença étnica. O livro compõe-se de paródias de obras consagradas da literatura brasileira – a mais conhecida sendo a versão da "Canção do exílio", de Gonçalves Dias – para recuperar o cotidiano urbano dos grupos ítalo-brasileiros, com ênfase na sua fala híbrida, que, reproduzida de modo exacerbado no texto, particulariza a criação de Bananère.

Na mesma direção, vale lembrar *Vita e storia de Nanetto Pipetta*, de Aquiles Bernardi (1891-1973), folhetim publicado, entre 1924 e 1925, em *Stafetta Riograndense*, de Garibaldi, no Rio Grande do Sul. Segundo Cleodes Maria Piazza Ribeiro, compõe o texto um "magma linguístico, formado por dialetos do tipo vêneto, expressões dialetais lombardas e outras da língua portuguesa", constituindo "o primeiro texto literário publicado na região colonial italiana do Rio Grande do Sul." A pesquisadora completa:

> "Ao tomar por base o modelo da narrativa oral, relata as aventuras e desventuras de um jovem emigrante italiano que parte para a América em busca do País da Cocanha, uma variante do paraíso terrestre, segundo o imaginário popular. Nanetto Pipetta é, por todos os seus traços, o anti-herói. Movendo-se num cenário onde ainda não há ganhadores nem perdedores, o grande herói que se opõe ao simplório Nanetto é o coletivo: os colonos imigrantes no processo de construção da sociedade colonial. Pela via cômica e caricatural, Nanetto Pipetta vai desmitificando a 'Mèrica' como um lugar edênico, ao mesmo tempo em que deixa entrever comportamentos e preconceitos gestados no interior da colônia."[3]

[3] RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza . "Vita e storia de Nanetto Pipetta". In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice; BRASIL, Luís Antonio de (Org.). *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Novo Século, 1999. p. 186.

Os primeiros escritores identificados com o universo ítalo-brasileiro optaram pelo tom cômico e pelo registro da oralidade característica do grupo. Alcântara Machado (1901-1935), em *Brás, Bexiga e Barra Funda*, de 1928, acompanhou essa tendência, expressando a visão do mundo, o falar e os comportamentos dos grupos pertencentes às camadas empobrecidas da população paulista que habitava os bairros designados pelo título da obra.

Os objetivos da obra manifestam-se no "Artigo de fundo", que substitui o prefácio, pois Alcântara Machado não a considera um livro, mas um "jornal", sendo *Brás, Bexiga e Barra Funda* "o órgão dos ítalo-brasileiros de São Paulo". Para configurar a especificidade do grupo humano de que dá notícia, recupera a história da imigração no Brasil, que arremata com os desembarque dos italianos:

> "Então os transatlânticos trouxeram da Europa outras raças aventureiras. Entre elas uma alegre que pisou na terra paulista cantando e na terra brotou e se alastrou como aquela planta também imigrante que há duzentos anos veio fundar a riqueza brasileira.
>
> Do consórcio da gente imigrante com o ambiente, do consórcio da gente imigrante com a indígena nasceram os novos mamalucos.
>
> Nasceram os intalianinhos".[4]

Na conclusão do "Artigo de fundo", o autor explicita sua atitude perante as histórias que formam seu livro: "*Brás, Bexiga e Barra Funda,* como membro da livre imprensa que é, tenta fixar tão-somente alguns aspectos da vida trabalhadeira, íntima e quotidiana desses novos mestiços nacionais e nacionalistas".

Nem sempre, porém, os ítalo-brasileiros serão encarados de modo simpático e solidário. Em *Macunaíma*, de 1928, Mário de Andrade (1893-1945) transforma o gigante Piaimã no ítalo-paulista, nas palavras do texto, "de

[4] MACHADO, Alcântara. Artigo de fundo. In: *Novelas paulistanas*: Brás, Bexiga e Barra Funda, Laranja da China, Mana Maria, Contos avulsos. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. p. 8.

origem francamente florentina, como os Cavalcântis de Pernambuco",[5] Venceslau Pietro Pietra, que se apossa da muiraquitã, o amuleto mágico pertencente ao herói da narrativa. Em *Música ao longe* (1936), de Erico Verissimo, é a família Gamba que acaba por se adonar das propriedades dos até então poderosos Albuquerques, obrigando-os, no romance subsequente, *Um lugar ao sol* (1936), a migrar de Jacareacanga para Porto Alegre.

Foi a partir da década de 70, do século XX, que a saga italiana da imigração inspirou a prosa e a poesia de seus descendentes, como exemplificam os escritores sulinos. Ary Trentin (1944-2002), José Clemente Pozenato (1938), Jayme Paviani (1940) e Oscar Bertholdo (1935-1991) traduziram primeiramente em versos a trajetória épica de seus antepassados. Ary Trentin, no livro *Barcas e arcas*, de 1981, não perde de vista o que a travessia oceânica na direção do Brasil e a instalação na nova terra tinha de epopeia; mas reveste o tema da conotação lírica que o faz original. Publicado em 1985, *O quatrilho*, de José Clemente Pozenato, por sua vez, dá ao assunto o tratamento romanesco que ainda faltava, narrando os primeiros anos da vida dos italianos, as origens agrícolas de suas atividades e a paulatina transferência para o comércio, fato que estimula o crescimento urbano e as mudanças nas relações humanas. Nas obras subsequentes da trilogia, *A cocanha*, de 2000, e *A babilônia*, de 2006, o ficcionista refina o tratamento histórico do tema, retroagindo, no primeiro, aos episódios da transferência da Itália para o Brasil, e avançando cronologicamente no segundo, ao examinar o percurso das personagens principais de *O quatrilho* no Brasil do século XX.

O imigrante ainda lealmente atado à terra de onde retira seu sustento está presente na poesia de Jayme Paviani, que expõe em versos o cotidiano marcado pelo lirismo, significando, para ele, a autenticidade a preservar:

> Domingo, após a missa,
> a venda cheia
> e as mãos colhendo
> das prateleiras.

[5] ANDRADE, Mário de. *Macunaíma* (O herói sem nenhum caráter). 6.ª ed. São Paulo: Martins, 1970. p. 96.

.....
O pó fino do celeiro
ainda sobre os queijos
por dois ou três metros
de casimira e brim.
As mãos rudes
os rostos são graves
mas todos os gestos
têm calma e calor.[6]

Se nem toda a personagem de procedência italiana é matéria de obras de autores ítalo-brasileiros, já que algumas delas, como o Loredano, de *O guarani*, de José de Alencar, precedem em muito o processo migratório, nem todo o ficcionista ou poeta de ascendência italiana lida com temas vinculados à etnia de seus ancestrais. Menotti del Picchia (1892-1988), por exemplo, comprometeu-se com o movimento modernista, expressando sobretudo o pendor nativista daquele movimento. Mesmo assim, a vertente de que aqui se fala mantém-se viva e promissora, de que é sintoma *Anarquistas graças a Deus* (1979), de Zélia Gattai (1916-2008), evidenciando a fertilidade do tema e dos indivíduos que o representam.

Portugueses

Primeiros povoadores do território brasileiro durante o período colonial, os portugueses transformaram-se em imigrantes depois da independência de nosso país. A mudança não se deveu apenas ao novo *status* político da nação brasileira, já que, se os colonizadores deslocavam-se para a América por decorrências de políticas governamentais, os imigrantes escolhiam o Brasil por iniciativa própria, procurando encontrar no Novo Mundo estabilidade financeira, mercado de trabalho, tranquilidade emocional, condições para o desenvolvimento intelectual.

[6] PAVIANI, Jayme. *Águas de colônia*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979. p. 32.

Alguns desses imigrantes particularizam-se na história da literatura brasileira do século XIX, como o poeta Faustino Xavier de Novais (1820-1869) e sua irmã, Carolina Xavier de Novais (1835-1904), que, em 1869, desposou Machado de Assis. Também é o caso de Francisco Alves (1848-1916), que assumiu a Livraria Clássica e, com o tempo, tornou-se um de nossos mais importantes editores.

Muitos provinham da zona rural; outros, de importantes centros urbanos, como a cidade do Porto, berço dos dois irmãos Xavier de Novais. De todo modo, o Portugal do século XIX não podia comportar toda a população que o habitava, pois a crise econômica decorrente da emancipação brasileira levou à diminuição dos postos de trabalho e a circulação de capitais. Antes buscá-los no exterior, fosse na América ou na África, retornando depois à pátria europeia em condições financeiras invejáveis. A ficção de Camilo Castelo Branco (1825-1890) povoou-se de "brasileiros", nome que tomaram os retornados enriquecidos e personagens de peças de teatro, como *Poesia ou dinheiro?*, de 1855, ou de romances como *Eusébio Macário*, de 1879.

Camilo não manifesta simpatia para com essas personagens que utilizam a riqueza recentemente conquistada no Brasil para obter posições sociais e políticas de destaque em Portugal. Muitos escritores brasileiros, do século XIX, também não apreciam a presença lusitana, que, no campo artístico e intelectual, lhes rouba o espaço de trabalho e divulgação. José Veríssimo (1857-1916), por exemplo, é candente, quando rejeita a presença de autores portugueses nos livros escolares destinados aos estudantes de nosso país;[7] da

[7] Cf. as palavras de José Veríssimo em *A educação nacional*: "Os nossos livros de excertos é aos autores portugueses que os vão buscar, e a autores cuja clássica e hoje quase obsoleta linguagem o nosso mal amanhado preparatoriano de português mal percebe. São os Fr. Luís de Sousas, os Lucenas, os Bernardes, os Fernão Mendes e todo o classicismo português que lemos nas nossas classes da língua, que aliás começa a tomar nos programas o nome de língua nacional. Pois, se pretende, a meu ver erradamente, começar o estudo da língua pelos clássicos, autores brasileiros, tratando coisas brasileiras, não poderão fornecer relevantes passagens? E Santa Rita Durão, e Caldas, e Basílio da Gama, e os poetas da gloriosa escola mineira, e entre os modernos João Lisboa, Gonçalves Dias, Sotero dos Reis, Machado de Assis e Franklin Távora, e ainda outros, não têm páginas que, sem serem clássicas, resistiriam à crítica do mais meticuloso purista?" (VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 2. ed. aumentada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906. p. 4-8).

sua parte, o lisboeta Pinheiro Chagas (1842-1895) revolta-se contra o fato de peças suas estarem sendo encenadas no Rio de Janeiro, sem que ele receba a remuneração pela propriedade literária a que tem direito,[8] sintoma de que nossos promotores culturais preferiam investir em nomes renomados provenientes de Portugal, deixando para segundo plano o dramaturgo nacional.[9]

É em *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo (1857-1913), que se encontra provavelmente a expressão mais completa de repúdio local aos imigrantes que se instalam no Rio de Janeiro em busca de fortuna e sucesso. Três personagens constroem a representação do imigrante presente naquele romance: João Romão, Miranda e Jerônimo.

João Romão encarna a cobiça que não mede limites: explora os moradores do cortiço, que são consumidores de seu armazém, utiliza-se da escrava Bertoleza enquanto pode se valer de sua força de trabalho, recorre à chantagem para elevar-se socialmente, alcançando, ao final, o matrimônio com Zulmira, representante da falida, mas ainda representativa, aristocracia carioca. Romão é repulsivo desde a aparência física, mas seu êxito profissional e financeiro é indiscutível, o que o torna ainda mais execrável.

Miranda ocupa posição intermediária: é ambicioso, mas não revela a fibra de João Romão, acabando por acomodar-se à situação incômoda de marido traído, ainda que inabalado em sua posição de classe. No outro extremo, situa-se Jerônimo, que chega ao Rio de Janeiro acompanhado da esposa, Piedade de Jesus, e cheio de virtudes, como a honestidade, a disposição para o trabalho e a capacidade física. É, contudo, derrotado pelo meio, encarnado pela irresistível mulata Rita Baiana, sintoma, ao mesmo tempo, do fracasso de seu projeto e de seu abrasileiramento.

Na versão de Aluísio Azevedo, a presença dos portugueses na vida carioca não faz bem ao Brasil: de uma parte, reforça a classe dominante, que ganha uma sobrevida graças ao aporte de homens como João Romão e Miranda,

[8] Cf. LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura*. São Paulo: Ática, 2001.

[9] Ferreira de Castro (1898-1974) retoma a questão da emigração portuguesa para o Brasil em registro mais realista e menos ácido que Camilo Castelo Branco em romances como *Emigrantes* (1928) e *A selva* (1930).

aos quais o que sobra em ambição falta em ética; de outra, acrescenta às classes populares um contingente de desempregados, malandros e criminosos, situações a que Jerônimo aos poucos se enquadra, não colaborando para o progresso nacional.

Ao retrato negativo proposto pelo escritor maranhense podem-se opor seja a perspectiva épica desenhada por Moacyr Scliar (1937) em *Os voluntários* (1979), seja a visão polifônica proposta por Ana Maria Machado (1942), em *Palavra de honra*, de 2005.

O romance *Palavra de honra* é conduzido por várias vozes, destacando-se, primeiro, a do narrador em terceira pessoa que acompanha a trajetória do português José, a fundador da dinastia Almada no Brasil, e a de Letícia, sua trineta, que procura não apenas reconstituir o percurso da família, como, e principalmente, entender os princípios que nortearam a ação do antepassado. Por sua vez, no interior do relato, interpõem-se depoimentos, lembranças, resíduos do passado, que multiplicam as perspectivas narrativas. Além disso, outros modos de escrita participam da construção da história familiar, como o caderno de Dora, a filha rebelde de José, que, materialmente, ata os dois pontos do tempo, o mais remoto, representado pelo pai, e o mais contemporâneo, sinalizado por Letícia. Porém, Dora não se dobra a nenhum dos dois tempos: não idealiza o pai, nem recorda nostalgicamente o passado; não reconhece a ação generosa de Letícia, que deseja reintegrar a tia às próprias memórias, nem busca a leniência ou a piedade dos parentes ou dos pacientes na clínica onde recupera a saúde.

Também os resíduos do passado falam, seja a caixa de música, de Maria da Glória, neta de Almada, que o avô lega à menina como sua mais preciosa relíquia, seja o piano, que se apresenta na forma de teclado, quando Letícia, por meio de sua tia, Angela, descobre um meio de despertar e libertar as lembranças, mesmo as mais traumáticas, de Dora. Seja a voz, seja a música, todos os meios se prestam ao testemunho de um percurso cronológico, que dá conta da história de uma família e de um povo.

Como toda a história de uma dinastia, a dos Almada revela um caminho de altos e baixos, de ascensões e de quedas. Mas – e nesse aspecto o romance

Palavra de honra se particulariza notavelmente – nem a ascensão se deve à ambição desenfreada e à falta de escrúpulos, nem a queda é percebida como dissipação e decadência. O enriquecimento de José deve-se à sua personalidade inteligente e empreendedora, que o habilitou a transformar sua loja, a Casa do Almada, na principal referência comercial de Petrópolis, sem que tivesse de apelar a negociações escusas, exploração de seres humanos ou alinhamento ao poder. Honesto e trabalhador, ao mesmo tempo um visionário, José construiu um patrimônio e educou filhos e netos segundo princípios éticos rigorosos, transmitidos à descendência como seu principal legado. Interpretando, porém, equivocadamente alguns sinais, acaba por perder, ele mesmo, a fortuna acumulada: sua credulidade leva-o a acreditar que faleceria aos 60 anos, como ocorrera a seus ascendentes, quando sobrevive até os 94 anos, lúcido até perto da morte; é a mesma qualidade, a boa-fé, que o leva a crer na probidade do genro endividado, provocando a venda de seus terras por um preço ínfimo e privando os futuros herdeiros de um dos tesouros da família.

Assim, Almada contradiz medularmente os clichês cristalizados por figuras como João Romão, em *O cortiço*, ou José, o pai do protagonista de *O mulato*, de 1881, também de Aluísio Azevedo, colocando a honra – apalavrada no título e na última linha do romance – em primeiro lugar. Seu desempenho, ao longo da narrativa, não apenas resgata a figura do imigrante, mas também confere significado ao princípio civilizatório que fundamenta o povoamento de novos territórios, qual seja, o primado da ética que, se preside o comportamento das pessoas, pode não conduzir ao enriquecimento infinito, mas certamente garante uma sociedade mais justa.

No século XIX, os espanhóis constituíram um dos principais grupos de imigrantes europeus direcionados ao Brasil, para onde se deslocavam a caminho das fazendas de café. A canarina Ângela, de *O Ateneu* (1888), de Raul Pompeia (1863-1895), sugere que a presença de outras etnias ibéricas em uma obra literária não surpreendia o público leitor. Operários de origem espanhola aparecem igualmente em "A volta do marido pródigo", uma das novelas de *Sagarana* (1946), de João Guimarães Rosa (1908-1967). Representação mais completa do processo de imigração, adaptação e descoberta identitária

mostra-se em *A república dos sonhos* (1984), de Nélida Piñon (1937), que, elegendo uma família de procedência galega como fio condutor do enredo, traça amplo e complexo panorama da sociedade brasileira ao longo do século XX. Da sua parte, João Anzanello Carrascoza (1962) homenageia seus ancestrais ibéricos em *Meu avô espanhol*, de 2009.

Etnias eslavas igualmente participaram da formação étnica brasileira, de que são exemplo poloneses e tchecos instalados sobretudo na região Sul e que encontram em Paulo Leminiski (1944-1989) um de seus herdeiros no campo literário. Britânicos e franceses podem não ter preferido o Brasil quando deixaram suas pátrias de origem sobretudo no século XIX, já que ex-colônias como os Estados Unidos e possessões na América do Norte ou no Caribe poderiam abrigá-los. Porém, não é possível esquecer a importância de Baptiste Louis Garnier (1823-1893) para a consolidação da literatura brasileira no século XIX, nem a obra de Alice Dayrell (1890-1970) que, com o pseudônimo de Helena Morley, escreveu *Minha vida de menina*, de 1942.

Todas essas vozes fazem a nação multiétnica que é o Brasil, de que a literatura se beneficia, ao constituir um de seus principais veículos de expressão.

Fazenda "Não Me Deixes", Quixadá, CE

Evocação de Rachel de Queiroz*

Arnaldo Niskier

Ocupante da Cadeira 18 na Academia Brasileira de Letras.

Rachel de Queiroz nasceu em Fortaleza, Ceará. Quatro semanas depois de nascer, foi com a família para o sertão de Quixadá, onde seu pai, Daniel, era juiz. Foi a sua primeira viagem, uma viagem a cavalo, ao encontro do seu destino, ao encontro do sertão, ao encontro do cenário geográfico e humano que viria a ser o cenário da sua obra literária.

A literatura fez parte da vida de Rachel de Queiroz como uma realidade primordial, absorvente, viva. Pela sua própria ascendência, que vem, pelo lado materno, da estirpe dos Alencares, parente, portanto, do autor ilustre de *O guarani*, e pelo lado paterno, dos Queiroz, família de raízes profundamente fincadas no Quixadá e no Beberibe.

Em 1917 viajou ao Rio de Janeiro, com a família, que procurava, nessa migração, esquecer os horrores da terrível seca de 1915. A permanência na então capital foi curta, porque alguns meses

* Texto apresentado no Ciclo "Presenças Acadêmicas: A Memória Reverenciada", em 22 de junho de 2010, no Teatro R. Magalhães Jr. (ABL).

depois a família emigrava novamente, desta vez para Belém do Pará. Em 1919, regressou ao Ceará. Rachel fez o curso normal em Fortaleza, no Colégio Imaculada Conceição, diplomando-se aos 18 anos. Foi professora e iniciou-se no jornalismo, como colaboradora da "Folha Modernista do Ceará", denominada *Maracajá*. Em 1930, publicou o romance *O quinze*, que teve grande repercussão, projetando o seu nome, situando-a como pioneira no ciclo do romance nordestino. Coube àquela professora de 20 anos dar ao romance brasileiro uma de suas obras definitivas.

As qualidades humanas de Rachel acresceram-se às literárias para fazer dela a grande dama da literatura brasileira e a primeira mulher a ingressar nesta Academia. Sabemos que foi Dinah Silveira de Queiroz que se bateu, com a cumplicidade de vários imortais, para que a Academia se abrisse para as mulheres. Mas Dinah ouviu o sábio conselho de que esperasse Rachel candidatar-se, pois então seria certa a primeira eleição feminina. Rachel é toda uma época da literatura brasileira.

Em 1990, aqui comemoramos os 80 anos da nossa querida Rachel de Queiroz. Os acadêmicos foram unânimes em proclamá-la a companheira perfeita, a acadêmica exemplar, em quem não se via velhice alguma, porque os anos passavam, e ela continuava a mesma Rachel, assim como continuava jovem e dinâmico o seu estilo. Antonio Houaiss, por exemplo, confessou-se "um enamorado dela. Não apenas o espírito dela, o que é uma confissão algo imprudente nesta casa, mas é verdade. Vejo-lhe beleza em tudo: no falar, no olhar, no sorrir, na gesticulação, no andar, em tudo há beleza em Rachel de Queiroz".

Os romances de Rachel sempre foram escritos com longos intervalos entre si. Como se não levasse a sério a sua prosa consagrada, Rachel de Queiroz sempre que pôde declarava que "nunca levou esse negócio de carreira literária muito a sério" e que a sua profissão era mesmo o jornalismo:

> "... nunca tive propriamente uma 'carreira literária' no sentido em que se entende a expressão. E se isso que tenho feito durante mais de quarenta anos – escrever alguns livros e muitos milhares de artigos e crônicas – pode-se chamar de 'carreira literária', nunca lhe dei importância como tal.

> Tenho vivido no meio de livros e outras coisas, convivido com literatos quando eles são também meus amigos e não porque sejam literatos. Para mim o importante mesmo é a vida, ela é que marca e deixa recordações." (depoimento a Haroldo Bruno / 1974)

Rachel de Queiroz confessava ser "preguiçosa", mas escreveu obras das mais importantes da literatura brasileira. No *Memorial de Maria Moura*, um pouco autobiográfico, sobretudo no enfoque da garra nordestina, que Rachel tinha de sobra, foi concluído aos 83 anos de idade. Ela permanecia na ativa, dona de uma prodigiosa memória e de uma alegria inesgotável, com a energia da jovem professorinha de Quixadá.

No livro *Tantos anos*, que escreveu em parceria com a irmã Maria Luíza, publicado em 1999, deixou recordações, mais que memórias, lembrando sua militância política ("fui comunista por 24 horas; quando o Partido quis interferir na minha obra, caí fora"), a conspiração de 64 ("Castelo Branco tinha horror à palavra ditadura") e algumas peripécias da carreira literária, como a tremenda surra que deu num crítico do Ceará quando foi injusto com *O quinze*: "O desgraçado chegou a dizer que o livro tinha sido escrito pelo meu pai. Bati nele até quebrar a sombrinha. Nunca mais escreveu uma linha a meu respeito".

Inúmeras vezes lemos ou ouvimos Rachel dizer que escrever para ela era um ofício, um meio de ganhar a vida: "A verdade é que continuo detestando escrever. Só vou para a frente da minha velha Olivetti quando estou devendo algo a alguém." Sem dúvida, esse "dever algo a alguém" era a maneira de Rachel entender a sua obra literária, fosse romance, crônica, teatro ou literatura infanto-juvenil. Ela sempre concebeu o seu fazer literário como uma forma de participar, de denunciar, de registrar o cotidiano, de entreter e comover seus leitores, de saldar o seu débito para com a humanidade.

A glória de *O quinze*

Se viva fosse, a escritora Rachel de Queiroz, a primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras, faria 97 anos em 17 de novembro. Faleceu no Rio aos 93 anos de idade, em 4 de novembro de 2003.

Tive o privilégio de ser seu amigo, nos últimos 20 anos da sua vida, e a glória de ter sido por ela recebido, na posse, em 17 de setembro de 1984, quando passamos a conviver mais frequentemente, na Casa de Machado de Assis. Foi uma figura humana de inigualáveis qualidades.

O romance inaugural de Rachel, *O quinze*, foi escrito quando ela nem havia completado 20 anos de idade – e ainda presumia que poderia seguir a carreira do magistério. Formou-se em Humanidades, mas lecionou pouco menos de um ano. Mereceu desde logo o comentário de Gilberto Amado: "Numa garota de 20 anos, abrolha uma produção tão perfeita e tão pura que continua, sozinha, inigualada, tempos afora."

Para o poeta Augusto Frederico Schmidt, ela escreveu o romance da seca de 1915 com imenso fervor: "Era a voz do Nordeste que se ouvia, dramática, pungente." Logo se tornaria um nome nacional. Veio para o Rio de Janeiro, em 1939, quando encontrou o grande amor da sua vida, o médico Oyama de Macedo. Desenvolveu toda a sua obra tendo por base o princípio da liberdade humana, o que lhe valeu o galardão de uma das principais figuras da moderna literatura brasileira.

O quinze não foi só um livro sobre a seca. Ali puderam ser mais conhecidos aspectos da vida no interior cearense, sobretudo num dos períodos mais dramáticos vividos pelo estado. Pode-se recorrer mais uma vez a Augusto Frederico Schmidt:

> "O livro surpreende pela experiência, pelo repouso, pelo domínio da emoção e isto a tal ponto que estive inclinado a supor que D. Rachel de Queiroz fosse apenas um nome escondendo outro nome. Tudo o que se passa em *O quinze*, dentro de um ambiente de absoluta realidade, tudo acontece com a mais perfeita naturalidade, que é mantida em todo o livro, sem nenhuma queda."

Trechos selecionados podem elucidar melhor o espírito dessa obra notável. Vejamos alguns deles, com a sua marcante característica de fuga ao sentimentalismo:

"Encostado a uma jurema seca, defronte ao juazeiro que a foice dos cabras ia pouco a pouco mutilando, Vicente dirigia a distribuição de rama verde ao gado. Reses magras, com grandes ossos agudos furando o couro das ancas..."

"Saída a última rês, Chico Bento bateu os paus na porteira e foi caminhando devagar, atrás do lento caminhar do gado, que marchava à toa, parando às vezes, e pondo no pasto seco os olhos tristes, como uma agudeza de desesperança."

"Conceição passava agora quase o dia inteiro no Campo de Concentração, ajudando a tratar, vendo morrer às centenas as criancinhas lazarentas e trôpegas que as retirantes atiravam no chão, entre montes de trapos, como um lixo humano que aos poucos se integrava de todo no imundo ambiente onde jazia..."

Louvação

A escritora Rachel de Queiroz já foi homenageada de todas as maneiras. Só faltou mesmo o Prêmio Nobel de Literatura. Ao completar os seus primeiros 90 anos, em novembro de 2000, essa omissão foi ressaltada.

Rachel foi a primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras; foi membro do Conselho Federal de Cultura; ganhou o Prêmio Camões de Literatura (93); é autora de diversas obras-primas do romance brasileiro. E bota *et cetera* nisso, inclusive um bosque com o seu nome em Israel.

Ao ser homenageada na ABL, como sempre a contragosto, explicou de forma original porque se disse adoentada, nos últimos tempos: "É para me livrar dos chatos!" Porque doença, mesmo, ela não tem nenhuma. Está cheia de planos, como me contou num domingo à tarde, iluminada pelo entardecer do Leblon.

Considerada a primeira dama da literatura brasileira, Rachel não ligava pra essas coisas. "Vou levar comigo?", perguntava me olhando com curiosidade. E depois quis saber se estou escrevendo. Quando lhe conto a ideia de um novo

ensaio, dessa vez sobre o Talmud, que ela conhece bem, fica entusiasmada, como se fosse coautora. Só faz uma recomendação: "Não se afobe. Escreva devagar. Boas obras não são escritas com pressa."

Comentamos o lindo artigo de Joel Silveira na Revista Nacional: "Rachel é Rachel":

> "Adulta e moça ao mesmo tempo, Rachel sempre se deu muito bem com o tempo, e o tempo dá a ela o que ela pede. Pensando bem, não é Rachel que vê o tempo passar, é o tempo que vê Rachel passar. Existe entre os dois uma espécie de comunhão, de acordo secreto, só conhecido dos dois."

Em seguida, o grande romancista sergipano reclama que o Governo não se lembrou de homenagear a autora de *O quinze*, nem as Casas do Congresso tiveram qualquer pausa nas suas às vezes embaraçosas discussões, para lembrar que a representação do povo inclui também esse tipo de homenagem. Foi falha da bancada do Ceará? É claro que Rachel pouco se importou com isso.

Mas há compensações. Como o título de doutor *honoris causa*, concedido pela Universidade do Rio de Janeiro, que o faz muito raramente.

No dia 27 de novembro, Rachel de Queiroz faria 100 anos. Quis o destino que tivesse ela a sua existência interrompida no dia 4 de novembro de 2003, cercada do carinho de todos os acadêmicos e dos seus incontáveis leitores e amigos. Estava cansada, queria ir ao encontro do seu Oyama Macedo, o grande amor que a vida lhe havia reservado.

Fiz-lhe muitas visitas. Era um prazer indizível. Ríamos muito dos causos que surgiam sem parar, na conversa de amigos. Dona de uma ironia tipicamente judaica (ela se considerava uma velha senhora sionista), usávamos o tempo a nosso favor, vivendo momentos de intensa alegria. E sempre com um gostoso sorvete de manga, que ela mesma ia buscar na cozinha, "para o meu querido afilhado".

Quando a visita coincidia com a vinda de Austregésilo de Athayde, seu quase irmão, éramos obrigados a devorar também algumas bananas deliciosas do sítio de Athayde, em Itacuruçá. Ele trazia cachos e mais cachos para a sua amiga e confidente, que morava num confortável apartamento no Leblon, no Edifício Rachel de Queiroz.

Foi a trama dos dois que me levou à Casa de Machado de Assis. Fui por eles orientado o tempo todo, até que tivesse a alegria de ser eleito. Na posse, em 1984, somente Rachel de Queiroz poderia ser a oradora. A princípio, negou, alegando dificuldades de leitura (os olhos estavam cansados). Mas não resistiu, sobretudo quando eu sugeri que poderia falar bem do Vasco da Gama, seu clube do coração. Ela o fez, não sem antes desdenhar do meu amor pelo América Futebol Club.

Rachel, amiga, solidária, conselheira, de caráter firmíssimo. Não quis ser ministra da República, quando recebeu o convite do seu primo, Humberto de Alencar Castelo Branco. "Não nasci para isso. Sou escritora, e olhe lá!". E como tal, exibia uma falsa preguiça. "Escrever me cansa muito." O que não a impediu de produzir algumas obras-primas da literatura brasileira, além de ter marcado, com o seu estilo personalíssimo, o caminho seguido por outros escritores do seu tempo, como cronista incomparável da última página de *O Cruzeiro*.

Vou-lhes contar um segredo. Eu a conheci num almoço em *Manchete*, a convite de Adolpho Bloch. Era uma cantada daquelas, para que se transferisse da revista que diminuía de importância, para a outra que subia os degraus da glória. A conversa foi cercada de respeito e simpatia. Mas os ponteiros, sabe-se lá a razão, não se ajustaram. Penso, hoje, que a própria Rachel não se sentia à vontade para abandonar o barco que a acolhera (mesmo procedimento que teve com a Editora José Olympio).

Sempre votamos juntos, com exceção de uma única vez. Ela queria acolher Roberto Campos. Eu tinha um compromisso anterior. Na vaga seguinte, presidente da Casa de Machado de Assis, tomei a iniciativa de propor a candidatura de Roberto Campos. Ele titubeou, temia outra derrota, mas garanti que isso não sucederia. Corri sério risco. Ele foi eleito com 20 votos. Foi uma emoção!

Rachel, amada irmã de Maria Luíza, com a fibra de boa cearense, sempre teve uma exemplar determinação.

Vou-me situar como leitor apaixonado dos romances de Rachel de Queiroz. Não sou romancista, nem crítico literário; como ensaísta pedagógico me posiciono para melhor analisar o relevo da obra da grande escritora.

No dia 4 de novembro de 1977, Rachel foi a primeira mulher a tomar posse na Casa de Machado de Assis. Só isso já é indicativo da importância da sua obra romanesca, se ela mesma não tivesse conquistado, desde a sua estreia literária, em 1930, uma colocação histórica na moderna ficção brasileira.

A literatura faz parte da vida de Rachel de Queiroz como uma realidade primordial, viva, pela sua própria ascendência. O parentesco com José de Alencar não é apenas de sangue, mas também de espírito, uma vez que, mudadas as condições históricas, o romance de Rachel de Queiroz é também um chamado à realidade brasileira. E também transcende ao geográfico o vínculo com o Quixadá, de tantas reminiscências para a escritora. Após sua fixação definitiva no Rio, foram incontáveis as visitas a "Não Me Deixes", a bucólica fazenda herdada pela escritora em Quixadá, no sertão cearense.

Pode-se considerar, a distância, em alma imaginativa, em inteligência criadora, o que foi este meio no qual cresceu e se formou a escritora. Naquela casa onde se lia muito, seu pai gostava de ler Camões, Castro Alves, Guerra Junqueiro e, como era de se esperar, páginas de José de Alencar, enquanto sua mãe, contou-nos Rachel no seu discurso de posse na ABL, "sofria de uma incompreensível falta de ouvido para os poetas", e preferia a prosa, de Machado de Assis e, naturalmente, de José de Alencar. "No oitão branco, batido de luar, da velha casa de fazenda", Rachel, ainda menina, debruça-se ao peitoril da janela e procura a lua com os olhos. "E a menina fitava a lua, fitava, esperando o transe, o rapto, o santo. Encandeava-se de lua, fechava os olhos, sentia sob as pálpebras o disco branco." Argênteo, refulgência, plenilúnio... A menina procurava diligentemente as palavras no dicionário e incorporava-as à sua posse da língua. "Foi essa a minha primeira e mais grave intoxicação poética. Tive outras depois, mais amenas, já vacinada pela leitura e pela experiência que aumentava."

Em 1923, Gilberto Freyre, de volta do estrangeiro, encabeçava um movimento de valorização das forças regionais. Havia nesse "regionalismo tradicionalista" uma certa reação contra o modernismo do Sul e do Centro. Mas sentia-se o mesmo clima renovador e nacionalista. O movimento regionalista difundiu-se por toda a região nordestina, da Bahia ao Ceará e mais ao Norte. Seu principal resultado é a sequência de obras que, na história da literatura brasileira, constituem o "romance de 30". Ao primeiro livro de Rachel de Queiroz seguiram-se: *Menino de engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *O moleque Ricardo* (1935) e *Usina* (1936), de José Lins do Rego; *O país do carnaval* (1932), *Cacau* (1933), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935), *Mar morto* (1936), *Capitães da areia* (1937), *Terras do sem fim* (1944), de Jorge Amado; *Caetés* (1933), *São Bernardo* (1934), *Angústia* (1936), *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos; *Os corumbas* (1933) e *Rua do siri* (1937), de Armando Fontes; *Safra* (1937), de Abguar Bastos; e muitas outras, que a história da literatura brasileira registra.

A fórmula do romance do "ciclo nordestino" era buscar no ambiente social, cultural e geográfico os elementos temáticos, os tipos de problemas, os episódios, que seriam transformados em matéria de ficção. *O quinze* é um romance de fundo social, em que a autora aproveita observações da seca de 1915, que ela viu com os seus olhos de cinco anos. É o documentário enxuto e realista, que nasce para espelhar uma região de sofrimento.

O ensaísta Haroldo Bruno, no seu livro *Rachel de Queiroz: crítica, bibliografia, depoimento, seleção de textos* (Clássicos brasileiros de hoje, I), registra que o aparecimento de *O quinze* foi saudado com entusiasmo pelos maiores críticos da época, como Alceu Amoroso Lima. Já convertido ao catolicismo, assim começa Tristão de Athayde a sua resenha crítica:

> "O romance é obra, ao que diz a autora, dos seus dezenove anos. E por um retrato publicado aqui na imprensa, e de cuja autenticidade não há motivo a duvidar, se confirma a afirmação. Sendo assim, é realmente notável a estreia. O livro possui qualidades literárias fora do comum."

A crítica

Já na opinião do poeta Augusto Frederico Schmidt, comentarista de *As Novidades Literárias, Artísticas e Científicas*, a obra se ressentiria de "alguma coisa mais para que se o possa chamar precisamente de romance". Mas esse reparo serve antes para indicar os elementos de sóbria modernidade ou de permanência, de equilíbrio entre a herança e a ruptura, a percepção do novo que o livro trazia para os quadros da ficção brasileira, então mais ou menos estáticos, como aliás quase tudo na vida brasileira anterior à década de 30. O primeiro romance de Rachel de Queiroz representava um progresso até com relação a alguns aspectos de *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, marco dessa literatura, hoje com importância mais histórica que literária, que antecedia a *O quinze* apenas de dois anos. Seria uma síntese de tradicionalismo e modernidade, acima das escolas, o que daria forma à proposta estética da escritora.

O crítico português Adolfo Casais Monteiro, no seu estudo "Um romance que não envelheceu" (acrescentado à edição de *O quinze*), foi "levado a pensar que a mestria de Rachel de Queiroz se deve à sua 'inocência': a de ter posto no papel a sua emoção sem a condicionar a uma tese, ou, sequer, à preocupação de procurar inocentes e culpados". Ele supõe que o milagre está em que "Rachel não quis fazer literatura; e por isso o seu primeiro romance resultou na grande obra literária que ela podia fazer, posta ante a experiência que vivera fundamente no mais íntimo do seu coração". *O quinze* não envelheceu porque a matéria da qual é feito está isenta do peso da idade: a simplicidade, a sobriedade da construção, a nitidez das formas, a emoção sem grandiloquência.

Na sua contribuição à moderna ficção brasileira, destaca-se o acervo estilístico, na linha da expressão direta e da incorporação da fala regional; o acervo temático, referente a problemas sociais como a seca, o cangaço e o êxodo sertanejo; e o acervo técnico, no sentido do processo narrativo moderno, em que a narrativa se faz pela fragmentação dos episódios.

O romance *O quinze* é uma ação conduzida em dois planos, ligados pela figura central de Conceição, que pertence aos dois. É através da sua experiência, através do que ela sente, que os ricos e pobres confluem. Conceição é a

fusão da personagem com a autora, é ela que dá autenticidade a cada um dos mundos e, tornando-os próximos, evitando a conhecida divisão entre "bons pobres" e "maus ricos", nos faz sentir, num plano muito superior, a igual inevitabilidade do drama. As classes não existem em fórmulas sublinhadas pela romancista, mas no irremediável das coisas, na espontaneidade dos próprios fatos, quer eles sejam exteriores ou interiores, quer se passem à escala dos grupos ou à de cada indivíduo.

Desde cedo também Rachel deixou-se levar para a crônica, gênero em que ela conciliou "a literatura e o jornalismo profissional, a arte e o meio de vida". A cronista, aliás, nascida estava em alguns dos quadros e em inúmeras situações de *O quinze*. O poder de observação, a linguagem direta, a capacidade de testemunhar, de participar. A crônica – inspirada no acontecimento imediato, e por isso mesmo jornalístico – não contraria as constantes literárias da sua ficção. A preocupação social está sempre presente. A personagem da crônica dispõe de caracterização como no romance e na peça de teatro – a que Rachel também se dedicou.

A crônica

Em relação à crônica, Rachel mostrou-se de uma constância a toda prova. Há mesmo quem diga que a cronista talvez tenha sido "a inimiga da romancista", e que o romance brasileiro só teria a ganhar se ela lhe tivesse consagrado exclusividade. A verdade é que a literatura brasileira enriqueceu-se com as milhares de crônicas de Rachel, ao longo de quase 70 anos, cuja seleta propiciou a edição dos seguintes livros: *A donzela e a moura torta* (1948); *100 crônicas escolhidas* (1958); *O brasileiro perplexo* (1964); *O caçador de tatu* (1967); *As meninas e outras crônicas* (1976); *O jogador de sinuca e outras historinhas* (1980); *As terras ásperas* (1993).

Dois anos depois de sua estreia literária, Rachel publicou *João Miguel*. É também um romance regionalista, embora com aspectos de universalidade. Com ele, há uma mudança de perspectiva na visão de mundo da escritora, que passa a enfocar experiência psicológica mais densa. Mas podemos admiti-lo

como uma extensão de *O quinze*, porque a sua grande preocupação, humana e social, é ainda a fixação do mundo nordestino. O drama da seca rural, em sua agressividade, tem nesse romance a complementação da pobreza urbana. Sobre ele escreveu, em 1958, Alceu Amoroso Lima:

> "É a mais simples das narrativas: um crime e uma absolvição, e entre eles uma traição de amor. Mas o que se passa na alma simples de João Miguel, criminoso sem querer, arrastado por simples impulso de momento sob a ação do álcool, é que mostra a mão da autêntica escritora."

Os personagens vivem o seu próprio destino, sem que a autora se faça presente. Simplesmente narra e, mais uma vez, denuncia a tragédia da prisão e da justiça para os pobres do Ceará.

O romance *Caminho de pedras* apareceu em 1937. A temática é mais ampla, de cunho social, de luta por uma sociedade melhor, com melhor qualidade de vida para todos. Sem ser feminista, no sentido estreito da palavra, Rachel denunciava também a inferioridade social em que é tida a mulher.

Fechando o círculo, em 1939, saiu o romance *As três Marias*, em que surgiu a pequena sociedade burguesa na comunidade provinciana. Como os anteriores, é um romance de vida, de pessoas que lutam e sofrem, como que presas a um destino inexorável. Traz reminiscências dos anos de formação no Colégio Imaculada Conceição, onde

> "Rachel de Queiroz se integra, cria laços de amizade, inclusive com as irmãs, estuda, mas igualmente se dedica aos divertimentos com as colegas e dá-nos, com *As três Marias*, um depoimento e uma criação em que qualquer ressentimento ou denúncia se dissolve no impulso de confiança, na capacidade de se afirmar do personagem-narrador." (Haroldo Bruno, *op. cit.*, p. 101.)

Excluindo *O galo de ouro*, romance aparecido sob forma de folhetim em *O Cruzeiro*, Rachel voltou ao romance bem mais tarde, no início da década

de 70, com *Dôra, Doralina*, após longa interrupção. Também este romance tem na criatura humana de todos os dias a própria razão de ser da ficção. Nele predomina a veracidade, a descrição física de cenários e ambientes, além da caracterização das personagens como se fossem gente de registro civil. O exemplo maior é a própria Dôra, ou Doralina, vivendo, amando, sofrendo, como personagem e como símbolo e imagem da própria condição humana.

Segundo o ensaísta Haroldo Bruno,

> "esse romance contém, por baixo do seu elevado nível de realização, tais premissas criadoras, tal leque de possibilidades inesperadas, força tão grande para inventar e dizer, que ao escrevê-lo Rachel de Queiroz se confirma e se inaugura novamente, ficcionista que ocupa um espaço imenso em nossa literatura, cujo material é o homem com suas paixões, seus gestos de grandeza e de miséria dentro da vida. É a realidade humanizada e tocante, pois, como dissemos, a criação literária jamais será, para a autora de *Dôra, Doralina*, um exercício de retórica. Seu discurso é o reflexo da problemática que ela descobre e vive e de que nos fornece agora uma prova de rara vitalidade artística". (Haroldo Bruno, *op. cit.*, p. 86.)

O romance foi lançado em 1975, com imenso êxito, que a levaria a se tornar, dois anos depois, a primeira mulher a assumir uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Rachel seria, então, consagrada como a primeira-dama da literatura nacional.

No discurso de saudação a Rachel de Queiroz na Academia, em 4 de novembro de 1977, Adonias Filho, que além de romancista da mesma seara de Rachel era um crítico literário competente, sobretudo do romance de 30, mostrou em palavras indeléveis a relevância de Rachel de Queiroz na literatura brasileira a partir do romance *O quinze*:

> "Os grandes recursos, responsáveis pela continuidade da atmosfera ficcional em todos os romances e todas as peças, têm aí sua origem.

Concentra-se o drama da seca, e a estória de alguns, convertendo-se em estória de todos, expõe o sofrimento e a piedade em sua projeção maior, que é a dos dias comuns. No fundo da desolação, há vida nos corpos e nas almas. Articulam-se os quadros, e a realidade literária torna-se um mundo animado."

A lembrança do nome de Adonias Filho vem a propósito também porque ele foi um dos mais diletos amigos de Rachel. Durante muitos anos, formavam, juntamente com Octavio de Faria, uma espécie de trindade. Diariamente encontravam-se na cidade. Conversavam de tudo. Adonias era o crítico de plantão, de quem os outros esperavam o julgamento dos livros e artigos que saíam, porque era o mais sensato e eclético nas leituras, além de ser o crítico profissional do *Diário de Notícias*.

Após o romance de 30, o sertão renasceu nos anos 50, na obra de Guimarães Rosa. E renasceu outra vez em 1992, em *Memorial de Maria Moura*, que o apresenta na sua geografia nordestina e o capta no seu momento mítico por excelência.

Nele, Rachel traz de volta certas constantes de sua ficção. Há de novo uma heroína sentimental e sexualmente reprimida, insatisfeita com a situação de inferioridade da mulher; a personagem vai se revelando aos poucos pela ação e pela introspecção; a gradativa exposição dos problemas sociais se opera pelas circunstâncias da narrativa, e não pelas observações do narrador, ou narradores.

Tantos anos

Rachel de Queiroz, dona de uma prodigiosa memória e de uma alegria inesgotável, acabou cedendo à pressão da sua irmã Maria Luíza e de alguns amigos. Escreveu, em parceria com a mana, o livro *Tantos anos*, que saiu em setembro de 1999, pela Editora Siciliano.

Padre Cícero, Jânio Quadros, Graciliano Ramos, Dom Hélder Câmara, Adonias Filho, José Olympio, Gilberto Freyre e o grande amigo Austregésilo

de Athayde são citados em *Tantos anos*, como personagens que fizeram parte da sua vida.

Seus romances foram escritos sob o signo da perseguição à liberdade, ou antes, da sua carência. Por isso, suas criaturas romanescas cedem a esse apelo permanente, constante, do romance de Rachel de Queiroz, que lhe dá uma unidade intrínseca, sugere um problema ao mesmo tempo social e existencial, e a esperança de sua superação.

Louvação a Rachel de Queiroz

Manuel Bandeira

Louvo o Padre, louvo o Filho,
o Espírito Santo louvo.
Louvo Rachel, minha amiga
nata e flor do nosso povo.
Ninguém tão Brasil quanto ela,
pois que, com ser do Ceará,
tem de todos os Estados,
do Rio Grande ao Pará.
Tão Brasil: quero dizer
Brasil de toda maneira
– brasílica, brasiliense,
brasiliana, brasileira.
Louvo o Padre, louvo o Filho,
o Espírito Santo louvo.
Louvo Rachel e, louvada
uma vez, louvo-a de novo.
Louvo a sua inteligência,
e louvo o seu coração.
Qual maior? Sinceramente,
meus amigos, não sei não.

Louvo os seus olhos bonitos,
louvo a sua simpatia.
Louvo a sua voz nortista,
louvo o seu amor de tia.
Louvo o Padre, louvo o Filho,
o Espírito Santo louvo.
Louvo Rachel, duas vezes
louvada, e louvo-a de novo.
Louvo o seu romance: O Quinze
e os outros três; louvo As Três
Marias especialmente,
mais minhas que de vocês.
Louvo a cronista gostosa.
Louvo o seu teatro: Lampião
e a nossa Beata Maria.
Mas chega de louvação,
porque, por mais que a louvemos,
nunca a louvaremos bem.
Em nome do Pai, do Filho e
do Espírito Santo, amém.

Aurélio Buarque de Holanda*

Evanildo Bechara

Ocupante da Cadeira 33 na Academia Brasileira de Letras.

Senhor Presidente, Senhor Secretário de Cultura do Estado de Alagoas, Senhora Marina Baird Ferreira, Senhores Acadêmicos, meus Senhores e minhas Senhoras, cedo afloraram em Aurélio Buarque de Holanda os dois caminhos que iria percorrer, a literatura e a filologia, para cumprir missão vitoriosa que, hoje, estamos aqui reunidos para relembrar, admirar e enaltecer. Nascido na pequena cidade alagoana de Passo de Camaragibe, aos 3 de maio de 1910, teve como sua primeira escola o lar paterno, alfabetizado pela mãe. Já em 1920, graças ao estímulo de seu professor José Paulino, inicia-se no magistério, a dar aula de análise lógica e de francês. Com seu primeiro salário de professor particular, em 1926, adquiriu a *Gramática Descritiva*, de Maximino Maciel, e as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. Estavam lançadas as linhas mestras

* Texto apresentado no Ciclo "Presenças Acadêmicas: A Memória Reverenciada", em 13 de julho de 2010, no Teatro R. Magalhães Jr. (ABL).

de sua marca de professor: o largo conhecimento da língua e a sensibilidade aguda para trabalhar o texto literário. Maximino Maciel, natural de Sergipe, mas cedo radicado no Rio de Janeiro, pertenceu ao extraordinário grupo de filólogos nacionais que, a partir de 1887, depois da estreia vitoriosa de Júlio Ribeiro em 1881, inaugurou entre nós as modernas doutrinas linguísticas, vindas da Europa e da América, na elaboração de suas gramáticas escolares com vista a romper com a velha tradição reinante à época. Maximino era um dos arautos desse grupo, e na leitura de sua obra se podem rastrear muitas das características que marcaram a orientação doutrinária de Aurélio no exercício da atividade de professor de português, cioso da correção idiomática haurida na boa lição dos gramáticos e na dicção harmoniosa de seus mais corretos escritores. Percebe-se a doutrina que pautou a orientação do jovem professor alagoano na seguinte lição do gramático sergipano; nas páginas de sua *Gramática descritiva* (pág. 421, da ed. de 1922): "Como nota característica da personalidade literária, o estilo é inato ao indivíduo; mas aperfeiçoa-se e corrige-se, à proporção que o indivíduo se exercita no conhecimento da língua e no cultivo de seus principais escritores."

Outra particularidade que ao jovem professor alagoano não passou despercebida na *Gramática* de Maximino foi o procedimento de se servir do testemunho de modernos autores brasileiros e portugueses dos séculos XIX e XX, para documentar fatos vernáculos, ao lado da autoridade dos chamados clássicos portugueses dos séculos XVI e XVII, quase fontes exclusivas de documentação dos gramáticos seus contemporâneos. Assim, é que são chamados como autoridades da língua Alberto Rangel (*Inferno verde*), Barão do Pará (*Liberdade de cultos*), Gonçalves Dias (*Poesias*), Cândido Jucá pai (*Centenário de H. Herculano*), Oliveira Martins (*O Brasil e as colônias portuguesas*), Guerra Junqueira, Júlio Ribeiro (*A carne*), Tomás Ribeiro (*D. Jaime*), João Francisco Lisboa (*Vida do padre Antônio Vieira*), Gomes Leal (*Claridades do sul*), Castro Alves (*Espumas flutuantes*), Fábio Luz (*Sérgio*), Homem de Melo (*Escritos históricos*), Carlos de Laet (*Antologia nacional*), Pereira da Silva (*História da fundação do Império do Brasil*), Ernesto Carneiro Ribeiro (*Gramática portuguesa*), Rui Barbosa (*Estado de sítio*), Augusto Freire da Silva (*Gramática portuguesa*), Padre Caldas (*Poesias*),

Tobias Barreto (*Dias e noites*), Casimiro de Abreu (*Primaveras*), Caldas Aulete (*Dicionário contemporâneo*), Alberto de Oliveira (*Poesias*), Alves Mendes (*Orações e discursos*), Gonçalves Magalhães (*Suspiros poéticos*), Machado de Assis (*Carta a José de Alencar*), Artur Azevedo (*Contos efêmeros*), Francisco de Castro (*Propedêutica*), Visconde de Porto Seguro (*História do Brasil*), Barão de Paranapiacaba (*Fábulas*), Fagundes Varela (*Lenda do Amazonas*), José Norberto (*Seleta literária*), José de Alencar (*Iracema*), Mont'Alverve (*Sermões*), Daltro Santos (*Taça partida*), Goulart de Andrade (*Poesias*), A. Porto Alegre (*Colombo*), Bitencourt Sampaio (*Divina epopeia*), Ramalho Ortigão (*Prefácio aos Lusíadas*), José Bonifácio (*Ode aos baianos*), Antero de Quental (*Sonetos*), João de Deus (*C. e flores*), Martins Pena (*Comédias*), Alvares de Azevedo (*Obra poética*), Padre Júlio Maria (*Livro do centenário*), Coelho Neto (*Seleta*), Mucio Teixeira (*História da Revolução do Sul*), José Veríssimo (*Estudos brasileiros*) e o próprio Maximino, antecipando-se à lição do linguista dinamarquês Otto Jespersen, pela qual um falante culto é um clássico da sua língua materna.

Se a leitura atenta da *Gramática* de Maximino Maciel lhe abria os horizontes da teoria da linguagem tão necessários a seu desempenho como professor particular e, a partir de 1927, com apenas 17 anos, na condição de professor do curso primário do Ginásio de Maceió, o cultivo da literatura se aperfeiçoou na sua participação como membro do Grêmio Literário Guimarães Passos, presidido por Manuel Diegues Júnior, e aí tendo por companheiros Valdemar Cavalcanti e Raul Lima. Já por essa época se aproximara do conhecimento mais aprofundado do léxico da língua materna, pois vemos, em 1928, adquirindo o *Novo dicionário,* de Cândido de Figueiredo, que, naquele tempo, era o lexicógrafo de maior divulgação e prestígio entre portugueses e brasileiros. Para definitivamente coroar seu projeto profissional e artístico no campo da literatura deve-lhe ter sido de fundamental importância o convívio com José Lins do Rego, Rachel de Queirós e Santa Rosa que, em 1932, moravam em Maceió, convivência que durou para sempre. Depois de uma malograda tentativa de transferência para o Rio de Janeiro, em 1933, o propósito se concretizaria cinco anos depois. No Rio, alargaram-se definitivamente os horizontes de Aurélio não só para as atividades profissionais de professor,

bem como para sua produção no campo da literatura. Começa por exercer, em 1934, a secretaria da *Revista do Brasil*, que atravessava sua 3.ª fase, aceitando convite formulado pelo diretor Otávio Tarquínio de Sousa, cargo de que se desincumbiu até 1943.

Em 1940 é contratado como professor do Colégio Pedro II, oportunidade que lhe ofereceu maior aprofundamento na atividade didático-pedagógico pelo convívio com uma equipe de indiscutível competência que atuava nas duas casas do estabelecimento, em que se sobressaíam as figuras de Antenor Nascentes, José Oiticica e Clóvis Monteiro.

Sua atividade maior ligada à lexicografia pode ser datada de 1941, ao aceitar convite que lhe formulou Manuel Bandeira para participar da equipe de professores e literatos que iniciaram o mais bem elaborado produto dicionarístico de médio porte entre nós, que foi o *Pequeno dicionário brasileiro da Língua Portuguesa*, editado pela Civilização Brasileira, em 1939, e com sucessivas enormes tiragens anuais. Além do valor intrínseco de uma equipe de profissionais especializados nos variados campos das ciências e das artes a garantir bem nutridos verbetes, o PDBLP, sigla por que passou a ser conhecido, foi beneficiado pela necessidade de conhecimento e implementação de uma nova reforma ortográfica aprovada em 1943. Aurélio inaugurou sua participação na 3.ª edição da obra, saída em 1942, ficando-lhe confiada a parte relativa aos brasileirismos e o controle redacional dos verbetes. À medida que se renovavam as edições do PDBLP, mais se estendiam as responsabilidades de Aurélio na confecção melhorada e atualizada da obra. No Prefácio da 10.ª edição, repetido na 11.ª de 1969, nosso homenageado discorre sobre as melhorias que trouxe à 6.ª e, principalmente, à 9.ª edições, corrigindo informações erradas ou incompletas tanto na área lexical, quanto na gramatical, bem como ampliando lições de flexão nominal e verbal que viriam orientar o consulente do PDBLP. Acresce, ainda, uma diferente estrutura lexicográfica mais moderna dos verbetes, tornando, em algumas dessas novas decisões, o modelo do *Dicionário da Academia Espanhola*. Cremos que nessa tarefa de modernização Aurélio introduziu pela primeira vez novos princípios metodológicos na lematização dos verbetes entre nós.

Em toda esta faina, que, mais acentuadamente, ocorre a partir da 6.ª edição (1946), Aurélio tem oportunidade de corrigir várias informações correntes em dicionários portugueses e brasileiros, que as repetiam sem atenção, bem como errôneas e incoerentes grafias agasalhadas pelos vocabulários ortográficos da Academia das Ciências de Lisboa (1940) e da Academia Brasileira de Letras. Nesta hercúlea tarefa contou com uma equipe operosa e com um verdadeiro exército de amigos literatos e cientistas, cujos nomes vêm devidamente enumerados no final do *Prefácio* da 10.ª ed. do PDBLP. Toda essa experiência alimentou em Aurélio a confiança de estar preparado para a realização de uma empresa lexicográfica de maior vulto, sonho que se concretizou em 1975, como a publicação da 1.ª edição do seu *Novo dicionário da Língua Portuguesa*, editado pela Nova Fronteira. Todos assistimos ao sucesso editorial da obra, rica de número de verbetes e com significados quase sempre ratificados por exemplos extraídos de autores literários. Não foi sem razão que em pouco tempo se tornou "o dicionário" não só no Brasil, quanto em Portugal, suplantando aí o favoritismo da obra homônima de Cândido de Figueiredo.

Ainda na área de produção dicionarística cabe lembrar o *Minidicionário da Língua Portuguesa*, também editado pela Nova Fronteira, cuja 1.ª edição data de 1977. Faço referência aqui a uma obra aparentemente despretensiosa, *Enriqueça o seu vocabulário*, começado em 1950, como colaboração à revista *Seleções* do Reader's Digest, escrito em livro em 1959, com aspecto meio lúdico, mas em que Aurélio explora quase sempre uma das características vocabulares dos falsos amigos semânticos com base na ilusória e mágica relação simbólica dos fonemas, matéria que sempre mereceu a atenção de bons e experientes linguistas e psicolinguistas, entre os quais devo lembrar o nome de Edward Sapir. Este traço do simbolismo fonético em Aurélio não só advinha das leituras técnicas, mas da compreensão muito própria do sentimento estético-musical dos sons da fala e de seus efeitos na construção das palavras na frase. Na prosa e no verso, buscava a musicalidade, a harmonia, razão por que estava sempre atento aos efeitos sonoros, tanto nos seus textos, quanto naqueles que corrigia por exigência do trabalho como revisor e copidesque de textos de estranhos e de amigos, naquela tarefa a que a ironia jocosa de Drummond chamou de

Hércules-Pitanguy. Paulo Ronai, neste particular, já nos chamara a atenção para a obsessão revelada aos treze anos, quando se preocupou com a escolha de seu futuro nome de guerra. Deram-lhe os pais na pia batismal e no registro civil o nome Aurélio Buarque Cavalcanti Ferreira, que, para evitar o cacófato, naquela tenra idade, abrevia para Aurélio Buarque Ferreira, forma que, depois de um período de hesitação, talvez graças à sonoridade e à composição de um hendecassílabo nos quatro elementos chega à fórmula *Aurélio Buarque de Holanda Ferreira*.

Paralelamente a este homem visto pela sua atuação de lexicógrafo, temos muito que dizer de sua atuação como escritor e tradutor de francês e espanhol, além de sua participação como revisor e colaborador de livros de escritores amigos e de confrades que lhe atribuíram com justiça o título de "Mestre Aurélio". Ou como disse Drummond numa crônica que lhe dedicou à passagem do seu quinquagésimo aniversário: "para obstar novas ofensas à literatura e à gramática". Nesta vertente de amigos, desejamos destacar, pela sua fecundidade, o fraterno convívio com o imigrante húngaro que o procurou na secretaria da *Revista do Brasil*, em 1941. Talvez o primeiro fruto desta amizade tenha sido o convite para redigir o Apêndice inaugurado na 5.ª edição, datada de 1945, em que registram as principais palavras e locuções estrangeiras usadas em nosso país, uma como que contrapartida aos brasileirismos levantados por Aurélio. A sua atividade de escritor inaugura-a em 1942, com a saída de *Dois mundos*, coleção de contos, premiada pela Academia Brasileira de Letras em 1945, onde está inserida uma bela página de nossa narrativa, reminiscência do pai, falecido em junho de 1935. Em 1947, inicia no Suplemento Literário do *Diário de Notícias* a seção "O Conto da Semana", que se vai prolongar até 1960. Ao falar de sua amizade com Paulo Ronai, referi-me à fecundidade dessa parceria. Pois ela se revela na parceria desse Suplemento iniciada a partir de 1954, num prolongamento dos vários volumes da antologia do conto mundial intitulada *Mar de histórias*, desde 1945.

Entre muitos frutos de sua atividade como tradutor, cumpre citar os *Poemas em prosa*, de Baudelaire, saídos em 1950.

Por fim, para não cansar o meu paciente auditório, cabem considerações finais à sua atividade como mestre da linguagem, em cujo rol, pelo permanente

comentário à tessitura formal das obras analisadas, incluo o livro *Território lírico*, saído em 1959, que enfeixa sua atividade como ensaísta. Mas o campo do filólogo se preenche com os seguintes três estudos: *Linguagem e estilo de Machado de Assis*, que saiu em 1945, *Linguagem e estilo de Eça de Queiroz*, saído em 1949, e *Linguagem e estilo em Simões Lopes Neto*, aposto à edição dos *Contos gauchescos* e *lendas do Sul*, do mesmo autor, saída em 1949, pela Editora Globo, de Porto Alegre. Fazendo-se estudo das duas primeiras obras, percebe-se que, na investigação sobre Machado, evidencia-se o gramático para mostrar, apesar de alguns momentos em contrário, a excelência da linguagem e do estilo machadiano. Já na investigação de Eça, ressalta o filólogo, não se preocupando apenas com o aspecto material da linguagem e estilo do criador de *Os Maias*, percebe-se a preocupação de Aurélio em não perder a oportunidade de mostrar que, em sua análise, pode tirar partido da contribuição dos novos métodos trazidos pela investigação da corrente estilística alemã de Karl Vossler, desde alguns anos divulgada entre nós graças à tradução espanhola de *Filosofía del lenguaje*, feita por Amado Alonso e Raimundo Lida, saída em 1943, em Buenos Aires, pela Editorial Losada. Aí Aurélio procura justificar certos traços de linguagem como motivadores estilísticos de aspectos psicológicos do escritor. Foram estes ensaios não levados adiante pelo peso dos fatores impressionistas que, com certeza, não satisfaziam as exigências do rigor científico num investigador como nosso homenageado. A edição das obras de Simões Lopes Neto aprofundou em Aurélio suas pesquisas sobre brasileirismos e sobre a influência platina no dia a dia da vida cultural gaúcha.

Toda esta aventura pelo campo largo da vida maravilhosa das palavras Aurélio viveu acompanhado de Marina Baird, com quem se casou em 1945, e dos filhos Aurélio e Maria Luísa. E é neste trabalho que Aurélio Buarque de Holanda Ferreira soube tão bem legar às gerações futuras que a Academia Brasileira de Letras vai podendo continuar cumprindo a promessa dos seus fundadores do permanente cultivo da língua e da literatura nacional.

Muito obrigado!

Carlos Chagas Filho

A memória reverenciada – Carlos Chagas Filho*

Moacyr Scliar

Ocupante da Cadeira 31 na Academia Brasileira de Letras.

A saúde pública, especialmente no Brasil, representa um desafio fantástico, pelos problemas que deve enfrentar, mas, sobretudo, pelas realizações, que são um orgulho para este país, iniciativa de uma plêiade de pessoas notáveis sobre todos os pontos de vista, inclusive pela originalidade e pelo humor. Estou lembrando um sanitarista famoso, que morou no Rio de Janeiro, Noel Nutels, com quem cheguei a conviver, inclusive porque tínhamos coisas em comum: Noel era um imigrante judeu russo vindo da mesma região dos meus pais. E era um homem muito bem-humorado. Recordo-me de um congresso de tuberculose, realizado no Rio, e presidido pelo professor Hélio Fraga, um homem elegante, refinado. Ele já estava na tribuna, diante do auditório lotado, e começaria seu discurso, quando entra o Noel, com o casaco ao ombro, passa pela

* Texto apresentado no Ciclo "Presenças Acadêmicas: A Memória Reverenciada", em 22 de julho de 2010, no Teatro R. Magalhães Jr. (ABL).

frente da tribuna e diz: "Hélio, curto e grosso porque está muito calor". Hoje, tentarei ser "curto e grosso", ainda que não faça muito calor, mas é que, para homenagear a memória de Carlos Chagas Filho, felizmente não é necessário estender-se muito. Para isso consultei livros, artigos, e a Internet, mas gostaria de recomendar a obra do próprio Carlos Chagas Filho, *Um aprendiz da ciência*, publicada em coedição pela Nova Fronteira e pela Fundação Oswaldo Cruz. Notem este título: *Um aprendiz da ciência*, evidência da modéstia do autor. Aliás, a foto que está no livro é a de uma pessoa amável, de uma pessoa que sorri para a vida, o que não é muito comum entre aqueles que detêm o poder. Mas isto é o resultado de uma extraordinária personalidade e de uma notável trajetória. Vamos relembrá-la rapidamente.

Carlos Chagas Filho nasceu no dia 12 de setembro de 1910, há exatamente 100 anos, portanto. Era filho do cientista e médico Carlos Justiniano Ribeiro Chagas e de Íris Lobo. Formou, junto com Oswaldo Cruz (que o introduziu à prática sanitária), a grande dupla da saúde pública brasileira. A propósito, Oswaldo Cruz foi membro da ABL. Entrou num momento muito difícil de sua vida, em que caíra em desgraça, depois da famosa Revolta da Vacina, que transformou o Rio de Janeiro num verdadeiro campo de batalhas no qual dezenas de pessoas morreram. A partir daí a posição de Oswaldo Cruz ficou muito desconfortável: ele saiu do cargo de diretor de Saúde Pública, que corresponderia hoje ao de Ministro da Saúde, dedicou-se ao que hoje é a Fundação Oswaldo Cruz. E a candidatura à Academia Brasileira de Letras provavelmente entrou nesse contexto, numa espécie de reparação. Que funcionou: ele se candidatou e foi eleito.

Carlos Chagas Filho cursou o Colégio Resende e diplomou-se pelo Colégio Pedro II, que era o estabelecimento de ensino talvez mais importante do país. Filho de médico, foi para a Medicina. Isso é quase uma regra: a quantidade de "dinastias médicas" entre nós é muito grande. O pai do Oswaldo Cruz também era médico e também trabalhou na Saúde Pública. E era um homem autoritário, inclusive em relação ao filho. Exigia que o menino arrumasse a própria cama todos os dias e uma vez, quando Oswaldo não o fez, mandou que voltasse do colégio para cumprir a obrigação. O autoritarismo era parte do "kit de sobrevivência" dos primeiros sanitaristas deste país. Entre parênteses, não é recomendável

empregar o termo "sanitarista" para quem é de Saúde Pública, pois, dizem os profissionais, a palavra lembra vaso sanitário, água sanitária, ou coisas assim, além de evocar o antigo autoritarismo. Se se trata de alguém formado em medicina trabalhando na área, o melhor é dizer "médico de saúde pública".

No começo de sua carreira, queria ser um médico clássico, atendendo pacientes. Aos poucos, porém, sua atenção foi-se voltando para as doenças de massa, sobretudo as epidêmicas. Deste ponto de vista, a situação do Brasil, no começo do século XX, era um desastre. O Rio de Janeiro, capital federal, era um reduto de pestilências: febre amarela, malária, tuberculose, peste bubônica. À certa altura, os navios estrangeiros recusavam-se a aportar aqui, depois que a maioria dos tripulantes de um navio-escola italiano morreram de febre amarela. Carlos Chagas, inevitavelmente, acabou trabalhando nessa área. Jovem ainda, com 27 anos, seguiu para a cidade de Lassance, no interior de Minas Gerais, onde a construção de uma ferrovia fora interrompida por causa do surto de uma doença que acometia os trabalhadores e que ninguém sabia o que era. Alguns médicos achavam que se tratava de sífilis; a doença era tão comum no Brasil que se recomendava "pensar sifiliticamente". Mas Lassance era uma cidade pequena, conservadora, e Carlos Chagas se perguntou a si próprio: "Como é que uma cidade dessas vai ter tanta sífilis?" Não fazia muito sentido. Ficou então sabendo, através do chefe dos engenheiros da obra da estrada de ferro, o Dr. Cantarino Mota, da existência, no lugar, de um inseto conhecido como barbeiro ou chupão, que picava o rosto das pessoas, à noite, enquanto dormiam. Chagas examinou alguns desses barbeiros num pequeno laboratório instalado em um vagão e descobriu protozoários no intestino. Enviou os barbeiros a Oswaldo Cruz, que os fez picar macacos no Instituto, descobrindo os micro-organismos no sangue de um macaco que adoecera. A esse protozoário Chagas deu o nome de *Trypanosoma cruzi*, em homenagem ao seu mestre, Oswaldo Cruz.

Chagas identificou uma doença, seu agente causador, a maneira como se transmitia e descreveu o quadro clínico. Façanha extraordinária, coisa para Prêmio Nobel, que ele infelizmente não ganhou...

Carlos Chagas Filho tinha uma grande ternura pelo pai, que aparentemente não era um autoritário como o de Oswaldo Cruz. Ao contrário, era um

homem meio desligado, distraído. Uma vez, na Argentina, ele esteve com um colega e, na hora de ir embora, levou o sobretudo do amigo. Acontece que o casaco do outro era duas vezes o tamanho dele, que era um homem baixinho; mas mesmo assim ele não se deu conta.

No entanto, sua fama era um problema para o filho. Diz Carlos Chagas Filho no livro mencionado:

> "Eu acho que meu nome foi uma faca de dois gumes. Quando eu fazia exame na faculdade, ainda estudante, se me saísse bem, com distinção, é porque era filho do Carlos Chagas. Quando não fazia um exame bom, era o cúmulo que o filho de Carlos Chagas não se distinguisse. Minha posição em Manguinhos era muito difícil até a morte do meu pai. Muita gente me considerava excessivamente protegido por ele. Quando, depois de 7 ou 8 anos de trabalho cotidiano e regular, no Instituto Oswaldo Cruz, já formado em Medicina, eu fui contratado como Auxiliar de Laboratório, houve críticas terríveis ao meu pai. Quer dizer, acusações de empreguismo".

Carlos Chagas Filho não chegou a atender pacientes, pelo menos não que eu saiba. Ele se encaminhou para as ciências básicas, o que é uma coisa muito curiosa, pois a minha geração teve o mesmo currículo, e nós começávamos na Medicina pelas chamadas cadeiras básicas, algumas das quais eram, ou assim nos pareciam, muito chatas. Mas Carlos Chagas Filho interessava-se por esta área fundamental; especializou-se em Física Médica, foi nomeado assistente da Cadeira de Física Biológica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Especializou-se na área de Biofísica, introduziu técnicas novas de radiobiologia, farmacologia, fisiologia e bioquímica: era um grande inovador. E introduziu técnicas como a ultracentrifugação, cromatografia, a eletroforese. Tudo isso, hoje, é comum em Medicina, em grande parte, graças a ele.

Uma de suas contribuições científicas originais foi o estudo do poraquê, o peixe-elétrico brasileiro. À época havia um milionário americano muito interessado nesse peixe; ele achava, diz-se, que o poraquê curava a impotência sexual masculina e financiou pesquisas sobre o animal. A Fundação Rockefeller

interessou-se também. Carlos Chagas Filho pesquisou os mecanismos neurológicos pelos quais o poraquê libera descargas elétricas.

Em 1977 tornou-se professor titular da Cadeira de Biofísica da Faculdade Nacional de Medicina da então Universidade do Brasil. A ele deve-se a criação do Laboratório de Biofísica dessa instituição, depois Instituto de Biofísica. Batalhou pelo regime de dedicação exclusiva, para que os professores pudessem se dedicar ao ensino e à pesquisa. Trata-se de iniciativa rara numa época em que os médicos e professores tinham vários empregos, mas ele dizia que eles deveriam trabalhar num único lugar e trabalhar direito.

Casou com a Annah, teve quatro filhas, Maria da Glória, Sílvia Amélia, Ana Margarida e Cristina Isabel. Tinha um irmão, cinco anos mais velho, também médico, que admirava muito e que era visto como o sucessor do Carlos Chagas. O irmão veio a falecer, e Carlos Chagas Filho assumiu a chefia do Serviço Especial de Grandes Endemias do Instituto Oswaldo Cruz.

Participou do Comitê de Criação do CNPq, tornou-se diretor da Divisão de Pesquisas Biológicas. Sua carreira teve dimensão internacional. Tornou-se presidente do Comitê de Estudos sobre Efeitos das Radiações Ionizantes, da ONU, e foi coautor de um documento muito importante sobre a posição da ONU em relação aos testes nucleares, assunto hoje na ordem do dia. Foi secretário-geral da Conferência sobre Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento, diretor da Faculdade de Medicina da UFRJ, presidente da Academia Brasileira de Ciências, e membro de várias outras academias.

Em 1966 foi designado Embaixador do Brasil junto à UNESCO. O convite partiu do general Castelo Branco, o primeiro presidente do regime autoritário, extremamente mal recebido na área de Saúde Pública, onde muita gente era de esquerda. Mas Carlos Chagas Filho desempenhou um papel de mediador, conseguindo que o governo proporcionasse condições para a prática de saúde pública, sobretudo na Fundação Oswaldo Cruz.

Na UNESCO participou de comitês internacionais, um deles o grupo da salvaguarda de Veneza, que se ocupava em buscar meios para recuperar a cidade em decadência. Trabalhou de novo na ONU, voltou para o Brasil, tornou a ocupar a direção do Instituto de Biofísica, tornou-se decano do Centro de

Ciências da Saúde da UFRJ, e aposentou-se compulsoriamente, em 1980. Mas, além disso, tinha outras atividades. Por exemplo, presidiu a Comissão de Temporadas Musicais do Conselho de Cultura do Estado da Guanabara. E tornou-se presidente da Academia Pontifícia de Ciências. Isso foi uma surpresa para ele. Foi convidado pelo Papa para presidir a Academia Pontifícia de Ciências e ficou lá 17 anos.

Acumulou uma enorme quantidade de títulos, foi Doutor *Honoris Causa* de várias instituições, recebeu prêmios, condecorações. Escreveu mais de 200 artigos científicos, apesar de sua enorme atividade na área de administração. Diz a respeito:

> "Eu acho que a atividade administrativa prejudicou a atividade científica. Mas em compensação impediu que meus colaboradores e colegas fossem obrigados a um trabalho que é muito ingrato e difícil e que eu fiz, sempre que possível, pelo telefone. Também aí o nome foi importante. 'Aqui está falando Carlos Chagas' é, infelizmente, muito mais ouvido do que 'Aqui está falando José de Souza'. Meu perdão para os José de Souza desse país. É horrível dizer isso, mas é verdade. Fazendo um cálculo aproximado, eu diria que, nos primeiros tempos do Instituto, a proporção do Instituto era 80% para a ciência e 20% para a administração. Nos últimos anos, antes da minha ida para a UNESCO, era 20% para a ciência e 80% para a administração".

Também pude constatar que muitas pessoas começam em saúde pública, na área técnica. Lá pelas tantas são convidadas a ocupar um cargo administrativo. Em alguns casos, enveredam pela política. Porque a fronteira entre saúde pública e a política é muito tênue. E a trajetória é irreversível. Tive muitos colegas que começaram como médicos e depois se tornaram administradores e chefes e acabaram se elegendo deputados ou sendo nomeados como Secretário de Saúde. E eu perdi a conta de quantos deles me disseram: "Um dia eu vou voltar a trabalhar em Saúde Pública". Mas nunca voltaram...

Na trajetória de Carlos Chagas Filho há uma interessante relação entre ciência e religião. Ele era um homem católico. E entrou na Academia Pontifícia

de Ciências, claro que por ser um cientista, por ter uma experiência administrativa, mas também, obviamente, por ter essa vinculação religiosa. E ele diz uma coisa muito curiosa:

> "Não vejo porque se deva eliminar uma pessoa do círculo científico por ser ela religiosa ou um religioso deixe de levar em consideração o agnosticismo de outro. Estou procurando mostrar que não há incompatibilidade entre a verdade científica e a revelação. São duas coisas que tratam de espaços diferentes".

Falemos, finalmente, de seu ingresso na Academia Brasileira de Letras. Em 1974, foi eleito para a Cadeira 9, na sucessão de Marques Rebelo, sendo recebido pelo Acadêmico Francisco de Assis Barbosa. Sua obra não era propriamente literária, mas científica, o que explica sua declaração no discurso de posse: "Creio ter sido uma ousadia minha pretensão de entrar para a ABL. Dois motivos me levaram a tanto. Primeiramente a vaidade". Agora, vejam: quantas pessoas teriam essa franqueza? A franqueza de admitir a própria vaidade? Mas ele continua:

> "O segundo foi de querer ocupar um lugar que meu pai desejou e nunca conseguiu. Carlos Chagas, ao contrário de Oswaldo Cruz, nunca entrou na Academia Brasileira de Letras. Assistir a uma sessão da ABL é algo de extremo interesse. Os acadêmicos estão sempre alertas a todos os movimentos intelectuais que se passam no país".

Isso é verdade. Foi uma coisa que eu, quando entrei para a Academia, também fiquei surpreso como os acadêmicos conhecem o Brasil, conhecem a história e a cultura de nosso país. Quanto às restrições que ele próprio se fazia, diz o acadêmico Alberto da Costa e Silva, que o sucedeu: "O ensaísta da cultura e da ciência que foi Carlos Chagas Filho não acreditava na oposição entre humanidades e ciências da natureza, entre invenção e descobrimento, entre ciência e fé. O que ele escreveu escreveu bem".

Walter Benjamim

Caçadores de almas: biógrafos, biografias e história*

Mary del Priore

Sócia-honorária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e do P.E.N Club do Brasil.

Ilustres acadêmicos, Srs. e Sras. do distinto público.

Agradeço ao generoso convite do Embaixador Afonso Arinos de Mello Franco, para além do grande diplomata e escritor, um especialista em história das civilizações, memorialista e intelectual ligado, por múltiplos laços à nossa história e por isso benevolente com essa modesta historiadora que vai vos falar.

Nessa tarde, nosso tema será a biografia histórica. Convido-os a examinar as conexões que o gênero biográfico suscita entre história e literatura. Como nas cidades descritas por Baudelaire ou por Walter Benjamim, vamos tentar analisar as conexões entre uma forma narrativa e outra como passagens. Passagens percorridas pelo *flâneur* de Baudelaire, passagem entendida como mediação entre um espaço e outro, como deambulação, por vezes poética nas influências que

* Texto apresentado no Ciclo "Contar a Vida Alheia", em 31 de agosto de 2010, no Teatro R. Magalhães Jr. (ABL).

se colhem. Passagem que contém o termo "passos": os que se dão para aproximar o texto de ficção do texto histórico e vice-versa.

O assunto é complexo. Essa conexão nem sempre é bem recebida pela crítica, que vê nesta deambulação, por vezes poética, nas passagens de um texto ao outro, a possibilidade de macular ou manchar a "pureza" da história – como se ainda houvesse virgens.

A questão que se coloca é: quando o historiador faz uma biografia, sua narrativa pode aproximar-se da do escritor? Onde, os limites? E quem os define: o autor, o leitor, a academia, todos acima, nenhum acima?

A pertinência de tais "passagens" sempre foram discutidas. Sabemos que história e literatura estiveram ligadas e que a biografia constituiu-se numa passarela entre as duas formas narrativas. O filólogo francês Marcel Schwob, no seu *Vidas imaginárias*, queixou-se sobre as lacunas da "ciência histórica", que nessa época, fins do século XIX, se queria "exata". Ciência histórica que se queria higienizada de informações sobre pontos sensíveis que ligariam personagens históricos às suas ações. Exemplos: Estaria Napoleão sofrendo de algum mal durante a batalha de Waterloo? E Alexandre estaria bêbado quando matou Clito? Quanto à fístula de Luís XIV, poderia ela ter interferido, para o bem ou para o mal, em algumas de resoluções? Schowb reclamava biografias que, extirpadas ao texto árido dos historiadores oitocentistas, dessem carne e sangue aos personagens históricos. Que em última instância, "contar vidas" – função da biografia – permitisse reconstituir o que Marcel Proust, nas últimas páginas de *Em busca do tempo perdido*, chama de "vidas descobertas e iluminadas, vidas vividas".

A biografia é uma das primeiras formas de contar a história de tais "vidas vividas". Todavia, a moda da biografia histórica é recente. Com efeito, até a metade do século XX, sem ser de todo abandonada, ela era vista como um gênero velhusco por uma geração devotada a abordagens marxistas.

Mas vejamos como se deu essa transformação. Nas suas origens, a biografia histórica tinha muito mais de literatura do que de história. Nossos primeiros historiadores, Heródoto e Tucídides, tinham mais preocupação com os efeitos literários do seu texto do que em transmitir informações exatas. Tucídides,

por exemplo, recheou de ficção a sua história da guerra do Peloponeso, dando a palavra a generais e soldados para que falassem sobre suas próprias ações.

O modelo grego, por sua vez, inspirou os historiadores romanos: Tito Lívio destacou a forma pela qual seus personagens "pensavam". Da mesma forma, Tácito pintou os imperadores do primeiro século, tentando penetrar sua mentalidade. Todos esses historiadores *avant la lettre* pertencem à história das literaturas grega e latina, e seu esforço de interpretação dos fatos históricos não obstruiu jamais o desenvolvimento da narrativa. O discurso, nesses casos, não tinha função de prova explicativa. Era, sim, um procedimento retórico ligado a um acontecimento – ou seja, era uma forma de "contar vidas vividas".

Na Idade Média, a hagiografia encarregou-se de demonstrar a exemplaridade humana. A vida dos santos incentivava modelos aos seus leitores. O papel do sagrado se tornava modelar no percurso realizado por mártires, doutores da Igreja e confessores. A partir do século XII e XIII, os santos deixaram o mundo fechado dos monastérios, e a santidade passou a ser imitada no cotidiano. A narrativa sobre a vida de cavaleiros protegidos por criaturas celestes multiplicou-se. Era o início de um período de heróis. Heróis, ao mesmo tempo, objetos de transferência do sagrado, sempre e portadores de valores positivos. A vida dos santos incentivava exemplos a ser seguidos.

Com o Renascimento emergiu uma nova maneira de viver e de conceber o destino do homem no mundo. O indivíduo começou a se liberar de tutelas tradicionais. Ele ousou dizer "eu". Na pintura, sobretudo no Norte da Europa, retratos pintados por Van Eick e Dürer, entre outros, confirmaram a valorização de sua existência. O mundo social mudou de núcleo de gravidade. Das leis superiores impostas por Deus, pelo Estado ou pela Igreja, o homem voltou-se para o culto de si. O indivíduo tornou-se meta e norma de todas as coisas[1].

[1] Vários autores trataram deste momento charneira na história ocidental. Vejam-se, por exemplo, Norbert Elias, *La société des individus*, Paris, Fayard, 1991, Michel Foucault, *Le souci de soi*, terceiro volume de *Histoire de la sexualité*, Paris Gallimard, 1987, Charles Taylor, *Sources du moi. La formation de l´identité moderne*, Paris, Cerf, 1979, Tzvetan Todorov, *Éloge de l´individu – essai sur la peinture flamande de la rennaissance*, Bruxelas, Adam Biro, 2001, Jean-Claude Kaufmann, *Ego. Pour une sociologie de l´individu*, Paris, Nathan, 2001.

Nos séculos seguintes, o individualismo não cessou de se afirmar. Por isso mesmo, "escrever sua vida" tornou-se moda: Marguerite de Valois, Saint-Simon, o cardeal de Retz entre outros memorialistas do Antigo Regime, construíam a memória do mundo e a memória de si[2]. No século XVIII, o herói medieval foi substituído pelos *grands hommes* dos quais Voltaire diria: "são aqueles que se destacaram no útil ou no agradável". Contrariamente ao herói medieval, um quase santo, o "grande homem" tinha uma função: ser proveitoso à sociedade. Uma das formas de contar seus feitos, ou de estudá-los, era a biografia.

A palavra foi dicionarizada apenas em 1721, na França, mais tarde no mundo anglo-saxão, designando um gênero que tinha por objeto a vida dos indivíduos. Antes, as biografias apareciam na forma de "memórias", ou seja, de relações escritas nas quais o indivíduo narrava fatos dos quais participara ou fora testemunha.

No século XIX, as biografias terão importante papel na construção da ideia de "nação", imortalizando heróis e monarcas, ajudando a consolidar um patrimônio de símbolos feito de ancestrais fundadores – os "bandeirantes", por exemplo. Esta concepção foi usada pela corrente positivista empenhada com agendas patrióticas. A biografia assimilou-se à exaltação das glórias nacionais, no cenário de uma história que embelezava o acontecimento, o fato. O grito "Independência ou morte", pastiche do "*Give me liberty, or give me death!*", de Patrick Henry na convenção de Virgínia, que antecedeu a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, em 1776 ou os mitos em torno da pobreza dos inconfidentes mineiros são exemplares. Nesta mesma época, o gênero biográfico teve, entre nós, um de seus melhores realizadores, Joaquim Nabuco (*Um estadista do Império*, 1899).

Ao final do século XIX, história e literatura se divorciaram. A história tornou-se uma disciplina universitária e monopólio de acadêmicos. Primeiro,

[2] Sobre o tema ver Frédéric Briot, *Usage du monde, Usage de soi – enquêtes sur les mémorialistes d´ancien regime*, Paris, Seuils, 1994. Marc Fumaroli, *"Les mémoires du XVIIe siècle au carrefour des genres en prose"*, XVII Siècle, 1971, nos. 94-95. Georges Gusdorf, *Lignes de vie 1 Les écritues du moi* e *Lignes de vie 2, Auto-Bio-Graphie*, Paris Odile Jacob, 1991.

sob as bordoadas dos positivistas da *Neue Historishe Schule*, de Leopold Von Ranke, obcecados em torná-la uma ciência exata!

Já nos anos 20, do século passado, sob a influência da chamada escola dos *Annales*, animada pelos franceses Lucien Fébvre e Marc Bloch, a narrativa eclipsou-se. Ao minimizar a história política, diplomática, militar ou eclesiástica que evidenciava o "herói" das biografias oitocentistas, os *Annales* optaram por privilegiar o "fato social total". Mas o que era esse fato total que escorraçou o indivíduo? Era a ambição de uma história que levasse em conta todas as dimensões econômicas, sociais, culturais, demográficas e espirituais. Ou seja, a tentativa de uma história impossível. (Levavam-se dez anos para fazer uma tese de doutorado e escreviam-se milhares de páginas, sem resultados satisfatórios. Sempre faltava alguma coisa!)

Vale sublinhar que a Escola dos *Annales* renovou de alto a baixo os métodos de trabalho do historiador, fazendo desse um especialista escrevendo para outros especialistas e inaugurando uma forma narrativa específica: com notas abundantes, citações, linguagem teórica, na maior parte das vezes, pedregosa. No que deveria ser uma ciência, *não havia espaço para a arte*. Narrativas secas, despossuídas de adjetivação ou descrição, gráficos e curvas numéricas deveriam explicar mais do que as palavras. Menos espaço para a arte, portanto, pois a nova abordagem excluía a biografia, que é narrativa por excelência.

Talvez não tenha sido um acaso o fato de, na mesma época, escritores como Stefan Zweig investirem com entusiasmo nas biografias históricas (Zweig, em particular escreveu sobre Maria-Antonieta, Fouché, Erasmo) com a preocupação em recuperar "carne e sangue", o "drama da vida" e usando os mesmos princípios do historiador romântico Michelet[3], enterrado pelo marxismo e os *Annalles.*

Em meados do século XX, historiadores continuavam a rejeitar os ídolos individuais e os recortes cronológicos dados pelo tempo de uma única existência. Os escritores se tornaram, então, os grandes biógrafos: Guy

[3] Em entrevista à revista *Nouvelles litteréires*, Zweig dizia que, para ele, a literatura "era um meio de exaltação da existência, um meio de tornar mais claro e inteligível o drama da vida".

de Pourtalés, Gide, Michel de Leiris, André Maurois, no mundo literário francês. Lytton Strachey e Antonia Fraser, no anglo-saxão, entre outros. Convite à viagem artificial no passado, fortemente ligada aos fatos, a maior parte das biografias era acrítica e lançava suas raízes no terreno das paixões coletivas. Elas correspondiam a um público ávido de fatos históricos, de acontecimentos sensacionais ou de enigmas insolúveis: na França, por exemplo, o caso do Colar da Rainha ou o desaparecimento do tesouro dos templários entravam na lista dos "mais vendidos". No Brasil, destacaram-se Lúcia Miguel-Pereira (*Machado de Assis, estudo crítico e biográfico*, 1936; *A vida de Gonçalves Dias*, 1943); Raimundo Magalhães Júnior (*Machado de Assis desconhecido*, 1955; *Rui, o homem e o mito*, 1965); Viana Moog (*Eça de Queirós e o século XX*, 1938).

A paixão pela biografia cresceu e, recentemente, fez nascer o romance genealógico de Claude Simon e Georges Perec. Ou ainda a autobiografia psíquica de um Hermann Broch[4]. Havia sede do gênero e entre literatos tem início uma reflexão sobre o dito e o não dito ao "contar sua vida". Sobre a ilusão da transparência no texto autobiográfico. Sobre a possibilidade das certezas virem juncadas de enganos (Kostas Axelos, *Notices autobiographiques*).

Seria injusto não dizer do pequeno esforço feito, entretempos, por historiadores. O francês Lucien Fébvre foi pioneiro em colocar as bases de uma biografia histórica renovada: "os homens, [...] sempre capturados no quadro das sociedades a que pertencem – justificava-se. Ao fazer as biografias de Lutero[5] e Rabelais[6], Lucien Fébvre deu vida a personagens tributários de uma "forma de pensar", o que permitia situá-los numa dada época e sociedade. Abriam-se as passagens que levariam historiadores às novas formas narrativas.[7]

[4] Sobre as autobiografias do século XX, ver Claire de Ribaupierre, *Le roman généalogique – Claude Simon et Georges Perec*, Bruxelles, Editions de la Part de l'oeil, 2002 e Dominique Viard (org.), *Paradoxes du biographique*, Revue des Sciences Humaines, n. 263, 2002. O clássico livro de Jean Starobinski, *La transparence et l'obstacle*, analisa do ponto de vista da história da literatura as relações entre Rousseau e suas memórias como uma autobiografia.

[5] *Un destin, Martin Luther*, paris, PUF, 1928, reedição 1988.

[6] *Le problème de l'incroyance au XVIIe Siècle. La religion de Rabelais*, Paris, Albin Michel, 1942.

[7] Ver seu *Combats pour l'histoire*, Paris, Armand Collin, 1953.

Resultado do esforço em fazer a "história total" e da influência marxista, os meados do século XX continuaram a manter a história biográfica em segundo plano. Foi preciso esperar os anos 80 para assistir ao fim de sua rejeição. O fenecimento das análises deterministas que engessaram por décadas a produção historiográfica permitiu dar espaço aos homens e suas vidas. Foi uma verdadeira mudança de paradigmas. A explicação histórica cessava de se interessar por estruturas políticas ou econômicas, para centrar suas análises sobre os indivíduos, suas paixões, seus constrangimentos e seu universo mental. O historiador passava a focar naquilo que condicionava os indivíduos, a fim de fazer reviver um mundo perdido e longínquo.[8]

A reabilitação da biografia histórica ofereceu aos diferentes atores históricos, homens e mulheres, velhos e crianças, príncipes ou plebeus, uma importância diferenciada, distinta, individual. Mas não se tratava mais de fazer, simplesmente a história dos grandes nomes, em formato hagiográfico, quase uma vida de santo, sem problemas, nem máculas. Mas de examinar os atores célebres ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época. Não se fazia a biografia de um indivíduo isolado, mas a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos: homens e mulheres como janelas para seu tempo.[9] "O singular abria-se para o geral"[10]. E não é esta a preocupação da grande literatura: partir do local e atingir o universal? (Balzac, Machado, Dostoyevski)

Mais. Da mesma forma que escritores e romancistas debatiam o limite entre verdade e imaginação, na biografia literária, os historiadores se davam conta que não existia verdade absoluta e que fazer "história total" era impossível. Enterrou-se, definitivamente, a utopia de uma "verdade histórica" e única. Com novas técnicas e documentos, a história revelava que uma vida não se escrevia definitivamente. Que um rosto nunca se fixava numa imagem, que uma personalidade não podia ficar restrita a um retrato. Ninguém mais tentaria

[8] Ver seu excelente *Le pari biographique. écrire une vie*, Paris, La Découverte, 2005.

[9] Le Goff, Jacques "Comment écrire une biographie historique aujourd'hui", *Le Débat* 54 (1989) 48-53

[10] Wachtel, Nathan, *La foi du souvenir: labyrinthes marranes,* Paris, Seuil, 2001.

contar a "verdadeira história de...". Cada documento histórico revelaria uma faceta diferente do personagem, faceta essa construída por quem a estudasse.

Segundo o medievalista Jacques Le Goff, a reintrodução do gênero biográfico na história foi um instrumento útil: uma forma "de continuar a fazer história por outros meios", como explicou quando interpelado sobre suas pesquisas para os estudos de São Francisco de Assis e depois, de São Luís Rei de França. No primeiro, o medievalista relacionou a vida do "*poverello*" com a urbanização e o enriquecimento das cidades-estado italianas. No segundo, problematizou a narrativa histórica, perguntando-se "São Luís existiu?". A resposta foi original: trabalhando com as várias imagens que se sobrepõem a um mesmo indivíduo, demonstrou que uma biografia pode conter várias outras. Enfim, uma vida pode contar outras tantas.

A discussão historiográfica abriu outra frente de trabalho. Desta vez, influenciado pela produção italiana dos anos 80. Nascia, nesta época, uma coleção da editora Einaudi, dirigida por Carlo Guinzburg e Giovanni Levi intitulada *Microestorie.* Ao longo da década, a editora e as obras aí publicadas ajudaram a consolidar os conceitos desta que passou a ser uma abordagem: a Micro-História. Preocupada com os anônimos da história, os "populares", os "de baixo", com os conflitos sociais, a Micro-História trouxe à luz importantes biografias extraídas desta nova prática historiográfica.

Alguns enredos ilustrativos de livros expressivos deste tipo de narrativa seriam o clássico *O queijo e os vermes*, de Carlo Guinzburg, cujo personagem é um moleiro friulano, Domenico Scandella, conhecido por Mennochio; a história de *O retorno de Martin Guerre*, de Natalie Davis e a trajetória de um impostor que se faz passar por marido de uma camponesa do sul da França; Benedetta, a visonária lésbica do livro de Judith Brown, *Atos impuros* ou o exorcista Giovan Battista Chiesa, ator de *A herança imaterial*, escrita por Giovanni Levi.

E quanto à escrita das biografias históricas? Graças às transformações na pesquisa e consequentemente na forma narrativa – agora, sem a preocupação da verdade utópica – o historiador se tornou um escritor que se dirige a um público que aguarda uma narrativa de acontecimentos encadeados e uma intriga sobre fatos reais, porém, interpretados pelo historiador. Só que a narrativa

histórica distingue-se da literária por uma característica essencial: os eventos contados são impostos por documentos, e não nascidos da imaginação.

Imaginação! Essa palavra causa arrepios entre os mais austeros. Mas os historiadores franceses já ensinaram: "Imaginemos – é o medievalista Georges Duby quem fala –. É o que somos obrigados a fazer. As marcas da vida cotidiana são ligeiramente descontinuas; elas são raríssimas [...] é preciso imaginar". De fato, o historiador reconstitui – a palavra é significativa – as coisas do passado. Mas, ao fazê-lo, ele tenta imaginá-las como se as tivesse visto. Ele empresta ao romancista suas habilidades de enxergar além das evidências. Por outro lado, o romancista não se esquiva de misturar personagens e fatos históricos a personagens fictícios e eventos idealizados. Um caso emblemático é o de Marguerite Youcenar com sua *Obra em negro* ou *Memórias de Adriano*[11] (traduzidos pela saudosa Marta Calderaro).

O discurso exposto pelo biógrafo ou pelo romancista tem em comum a *mise en intrigue* da narrativa. Todavia, a intriga da biografia histórica deve se conformar a determinadas leis do ofício, às quais escapam o romancista. Na narrativa de ficção todas as distorções são permitidas. Tempo e espaço podem ser embaralhados. Essa é uma via que o historiador não pode jamais trilhar. Ele deve estar atento à cronologia e às realidades que cercam seu biografado.[12]

Mas, afinal, a história pode contar histórias de vidas com imaginação? Há 30 anos atrás a resposta seria: não! Os historiadores profissionais invocariam o compromisso que assumiram no século XIX de fazer valer a ciência contra a arte. E ciência de observação, ciência de análise, ciência leitora e intérprete de documentos que um dia desembocariam em sínteses, por que não, em leis, ou, ainda na suprema verdade? A narrativa? Uma ingenuidade. A imaginação: o fruto proibido.

Mas seria isso possível? No seu mais importante livro, *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo no tempo de Felipe II*, o próprio Fernand Braudel, adepto da "história total", não teria transformado o declínio deste mar intenso e fechado

[11] Ambas traduzidas no Brasil pela Editora Nova Fronteira e publicadas respectivamente em 1951 e 1968.

[12] Sobre o tema ver Andrée Lévesque, "Réflexion sur la biographie historique em l'an 2000", *Revue d'Histoire de l'Amérique Française*, vol. 54, n.1, 2000, pp.95-102.

numa espécie de herói coletivo na cena mundial?[13] Ele não convida o leitor – palavras suas – a "imaginar" o mar como um marinheiro de outrora?

Nos anos 80, a natureza do discurso histórico – ou "como escrever história"– passou a ser objeto de trabalhos que detonavam as posições tradicionais sobre a narrativa. Na esteira da crítica feita por Michel Foucault[14], Michel de Certeau[15], e, sobretudo, Paul Ricoeur os historiadores foram obrigados a reconhecer que o discurso é sempre narrativa no sentido de "colocar em ação as ações representadas". A história, na sua escrita, não pode se subtrair aos procedimentos literários. *Redigir* é etapa crucial do trabalho científico e maneira eficiente de avaliar as ambições da disciplina. Paul Ricoeur demonstrou que toda a história, inclusive a serial e quantitativa, ainda que à revelia, é sempre construída pelas formas que governam a narrativa. E mais: que ela é autobiográfica, pois nas escolhas que faz o historiador, – de assuntos ou documentos – está sempre o seu próprio "eu".

O que fazer, então, da pretensão científica e do sonho de objetividade, se a produção do historiador se assemelha a uma narrativa de ficção? Os americanos responderam primeiro. O movimento conhecido como *linguistic turn* marcou uma radicalização nas reflexões em andamento na Europa. Agrupando várias escolas de historiadores e de especialistas em ciências sociais, este movimento, que, aliás, não possui unidade teórica, proclama que toda realidade social, passada ou presente, se reduz a um jogo de linguagem, a uma construção discursiva. Ao fim e ao cabo, a história não passaria de um "gênero" literário, abdicando de toda a ambição de ser um discurso de verdade[16].

Neste momento, historiadores acenaram com uma bandeira branca para os escritores de romances históricos ou de biografias históricas. Reconhecendo que não detinham mais a "verdade absoluta", passam a perfilhar também a

[13] Quem discute o assunto é o filósofo Paul Ricoeur em seu *Temps et Récit*, tomo I, Paris, Seuil 1983.,

[14] M. Foucault, *L'archeologie du savoir*. Paris: Galiimard, 1969.

[15] M. de Certeau, *L'ecriture de l'histoire* . Paris: Gallimard, 1975.

[16] Ver sobre o assunto Hayden White, *Metahistory. The historical imagination in nineteenth century Europe*, J. Hoopkins University Press, 1975. *Narrative discourse and historical representation*, J. Hopkins University Press, 1987.

contribuição de romancistas para a cultura contemporânea, tanto na forma de escrever quanto na sugestão de temas. A competição entre ficção e biografia histórica, entre ficção e método histórico levou a resultados inesperados. Os ficcionistas deixavam de ser vistos como vândalos, irresponsáveis, autores de trabalhos sem pertinência, passando a interessar-se pelos mistérios do tempo. Os historiadores lhes trouxeram o gosto da longa duração histórica, como se toma gosto por navegar em alto mar. Tanto uns quanto outros afinaram seus instrumentos de conhecimento. Historiadores afinaram também a inquietude de romancistas sobre o que teria acontecido no mais distante passado, nas terras vagas que nos separam das origens, elas mesmas perdidas na noite. A volatilidade do tempo, tempo que continua incapturável em si, o tempo perdido, solicita tanto a imaginação do historiador quanto a do escritor, jornalista ou romancista. ("Fiz pesquisa histórica" é a justificativa cada vez mais presente em livros de "história" cada vez mais escritos por romancistas).

Mais do que falar em l*ingusitic turn* ou radicalizar tentando engessar formas discursivas, penso que, ao falar de biografias históricas ou romanceadas, o melhor seria falar de encruzilhadas, de pontos de encontro. Mas também de continuidades, numa única estrada: aquela trilhada pelo homem, o indivíduo e a humanidade – objeto preferido da história. Nessa encruzilhada observa-se o que mudou; espera-se, também, o que é sequência, permanência. Não é à toa que, saídos dessa estrada contínua, os personagens vindos da História tornem-se contemporâneos, porque seu destino passado anuncia outro mundo. Aquilo que foi apregoa o que virá. A história é presságio de nosso futuro e escola de sabedoria para o presente. E a literatura não cessa de no-la apresentar num espelho. E nessas trocas de olhares entre história e literatura estão dadas as "passagens", as mediações anunciadas no início de nossa conversa.

Entre nós, brasileiros, a história vem se tornando uma mania. Ela está em toda a parte. Tudo tem história. Vimos surgir, nos últimos dez anos, um público que lê e gosta de história. Revistas de divulgação se multiplicaram, algumas delas atingindo um total aproximado de 300.00 leitores por mês[17].

[17] Caso da revista mensal *Nossa História*, publicada pela Editora Vera Cruz.

Outros produtores culturais, tais como documentaristas, cineastas, produtores de conteúdos para *sites*, procuram cada vez mais desenvolver projetos nos quais a informação tenha conteúdo histórico. Um domínio inteiramente novo, o da educação patrimonial associado ao turismo cultural, potencializou, ilimitadamente, o papel de historiadores regionais e dos institutos de história, antes invisíveis porque às margens dos grandes circuitos. Isto quer dizer que, muito além dos jardins da universidade, dos departamentos de história, existem, hoje, centenas de dezenas de consumidores de história. Consumidores, contudo, para quem a discussão sobre se a história está entre ficção ou ciência pouco importa.

Para estes consumidores de história, o discurso histórico não difere muito do literário. As relações entre as duas disciplinas não são nem hierárquicas, nem diretas. Ou seja, no seu significante, o texto de história é um produto, submetido às condições sociais, culturais e econômicas de sua produção (as dificuldades de publicação de um romance histórico são as mesmas da de uma tese de doutorado, todos submetidos às regras das casas de edição).

Ou seja, como a literatura, a história é, também, um processo vivo de produção, circulação e consumo de discursos[18]. Como o romance, a história conta. E contando, ela descreve ou explica. Como o romance, a história escolhe, seleciona, simplifica, organiza, reduz um século a uma página. A diferença, sublinharia Paul Veyne, é que "a história é um romance; mas um romance de verdade"[19]. E relativizando: daquela verdade construída pelo historiador.

A partir da constatação de tantas passagens, de tantas mediações entre ambas as formas narrativas, historiadores, como eu, meditam sobre os tipos de texto que produzem. Agora, não mais para atender exclusivamente as exigências herméticas da academia, mas, para responder a uma exigência ou demanda social. Mais e mais brasileiros, anônimos como os nossos atores históricos ou personagens, desejam conhecer seu passado. É para eles que escrevo – e tantos outros o fazem também. Não há nada de anedótico, nesta iniciativa, se ela for

[18] *Idem*, p.204.

[19] P. Veyne, *Comment on écrit l'histoire – essay d'epistémologie*. Paris : Seuil, 1971.

realizada no cumprimento das exigências da profissão. Se ninguém contesta o talento de tantos romancistas e jornalistas que se aventuraram a escrever biografias, por que recusar a pertença ao domínio literário aos biógrafos que são historiadores de formação?

Já ensinava Pierre Goubert, ao escrever uma das obras mais importantes da historiografia francesa, "quero escrever um livro para meus amigos e netos lerem sem irritação, nem tédio". E o antídoto contra o tédio seria a capacidade de produzir textos que "dão a ver". Que circulem – ou como o *flanêur* de Baudelaire, flanem – nas "passagens" entre história e literatura. Que "contem vidas", segundo Schwob ou contem "vidas vividas", como diria Proust. Textos que reencontrem o tempo perdido, que chamem à cena os fantasmas da história, que tenham capacidade de conversar com os mortos. Que permitam a magia de entrar na vida de outrem e que façam dos historiadores caçadores de almas capazes de encantar os leitores.

George Orwell

Autobiografia, antibiografia e história*

Alberto da Costa e Silva

Ocupante da Cadeira 9 na Academia Brasileira de Letras.

Não sei o que estou fazendo, aqui, nesta sala, hoje, já que esta série de palestras está dedicada ao falar da vida alheia. E eu não venho falar da vida dos outros. Venho falar de como cada um de nós fala de sua própria vida.

Creio que para muitos parecerá estranho que eu faça uma distinção entre autobiografia e livro de memórias. Pois faço. Para mim são duas coisas diferentes. Autobiografia é uma história que, baseando-se nos documentos, alguém escreve sobre si próprio. Escreve sobre si próprio a olhar-se como se fora um outro, de quem narra a história para justificar-se ou explicar-se. Faz o que muitos políticos, e alguns deles famosos, como De Gaulle e Churchill, sempre fizeram. Escrevem livros em que contam a sua própria vida, antes que outros o façam. Como se deu com H.G. Wells, com *Experiment in autobiography*, um livro

* Texto apresentado no Ciclo "Contar a Vida Alheia", dia 21 de setembro de 2010, no Teatro R. Magalhães Jr. (ABL). Transcrição de gravação.

fascinante, em que descreve sua vida com um abuso de sinceridade que faz com que muitas passagens, ainda que correspondam a experiências verdadeiras, pareçam fantasiosas e até mesmo cômicas. Dando razão, portanto, a George Orwell, quando este afirmou que autobiografia só é credível quando conta coisas desagradáveis sobre o autor-herói. Segundo Orwell, é preciso que o autor-herói desvende fatos desagradáveis de sua vida para que os leitores acreditem no elogio que, em última análise, ele deseja fazer de si próprio. Mas há também aquele tipo de autobiografia que, querendo justificar-se, acaba sendo uma obra-prima. Quero referir-me àquela autobiografia que talvez seja a melhor de todas que li, a *Apologia pro vita sua*, de John Henry Newman, o grande cardeal britânico que se converteu do anglicismo para o catolicismo, e que James Joyce dizia ser o livro mais bem escrito da língua inglesa.

O grande drama da autobiografia é que ela jamais é completa. E não pode ser completa, porque para ser completa teria que descrever todos os anos, todos os meses, todas as semanas, todos os dias, todos os minutos e todos os segundos de quem a escreveu. Teria de ser como aquele mapa perfeito de Jorge Luis Borges —, tão perfeito que era do tamanho dos acidentes que procurava descrever. Sendo isso uma impossibilidade, tanto na autobiografia quanto no livro de memórias, o autor, inescapavelmente, seleciona, distorce e interpreta os fatos que quer narrar. Por mais que queira ser fiel, nunca produzirá um relato idêntico à experiência. Porque uma autobiografia não é uma vida. Uma autobiografia é uma reinvenção do vivido.

Há outra maneira de se refazer, contando, a vida: o livro de memórias. Se a autobiografia se baseia nos documentos, não apenas nas lembranças, mas nas lembranças calcadas nos documentos, se aquele que está escrevendo a sua própria biografia vai aos seus arquivos pessoais e procura ver com precisão a data de cada um dos fatos que quer descrever, o nome completo de cada uma das personagens com as quais conviveu ou com as quais partilhou determinadas situações, o livro de memórias é diferente. No livro de memórias, o autor só se interessa por aquilo que lhe volta naturalmente à lembrança. Ele não tem a ambição de reconstruir a vida da personagem que é ele próprio. A sua ambição é de refazer liricamente o que lhe coube no passado. Isto vale até mesmo

para uma obra que fica entre a autobiografia e o livro de memórias, *Minha formação,* de Joaquim Nabuco. É no capítulo "Massangana" que está o centro e o cerne de todo o livro. E o capítulo "Massangana" é uma reconstituição poética da infância. Não é uma escritura autobiográfica.

Em última análise, o livro de memórias é uma antiautobiografia. Contrapõe-se à autobiografia. E pode aproximar-se de outra forma de antiautobiografia, que é o romancear do passado, como se tivesse sido vivido por uma pessoa inteiramente distinta. Refiro-me àquele tipo de livro em que o autor se projeta na sua personagem e a recria como se fosse ele próprio ou como poderia ter sido mas não foi. É a literatura dos heterônimos, de Fernando Pessoa a inventar um passado para Ricardo Reis, Álvaro de Campos e Alberto Caeiro, de James Joyce a se recriar a si próprio em Stephen Dedalus, em *A Portrait of the Artist as a Young Man*, e – o caso mais importante, maior e mais completo de todos – de Marcel Proust a encarnar-se no narrador em todos os volumes de *A La recherche du temps perdu.* Tudo isso é antibiografia e é memória.

Já vimos porque se escrevem autobiografias. Escrevem-se autobiografias para se justificar, e se explicar, e se autolouvar. Já os livros de memórias se escrevem por muitas outras razões. Para acalmar saudades, como nos poemas memorialísticos de Carlos Drummond de Andrade, em *Boitempo e Esquecer para lembrar.* Para refazer o tempo, como foi o caso de Pedro Nava, na série de livros que começa com *Baú dos ossos.* Para vingar-se, para tirar a forra dos que lhe oprimiram a meninice, como Humberto de Campos, no primeiro volume de suas *Memórias,* Graciliano Ramos, em *Infância,* Antonio Carlos Villaça, em *O Nariz do Morto.* Também se escrevem memórias para abrandar remorsos, para dar um desenho e um sentido à vida. E para dar testemunho de sua época, como as *Memórias* de Raul Brandão, que refazem o Portugal do fim do século XIX e das primeiras décadas do XX.

Um livro de memórias é sempre uma retrovisão emocionada. Alguém olha para trás, para aquele que foi, tem saudades de si próprio e procura compreender os fatos que não se despegaram jamais de sua mente, Porque a memória é um arquivo vivo, mas é um arquivo que não guarda tudo, que só guarda o que pode e o que quer. É um arquivo onde tão importante quanto aquilo que se

lembra é aquilo que se esquece. O esquecimento é muitas vezes mais relevante do que a lembrança. Talvez por isso lemos com especial interesse e emoção as memórias da infância. Porque, nos seus silêncios, nós nos vemos numa dimensão distinta. Tornamo-nos o adulto que se pensa e que se vê menino, a preencher com nossas reminiscências as pausas da lembrança da personagem do livro que, não sendo nós, nos recorda a meninice que foi nossa e as várias outras que imaginamos.

Há outro livro de memórias que me agrada muito. É aquele em que o autor fala pouco de si próprio e muito dos outros, das pessoas com quem privou ou conheceu de perto, e daquelas a que se ligou pelo afeto ou pelo sofrimento. Falo das "memórias dos outros", de que é paradigma o livro de Rodrigo Octavio, um livro interessantíssimo, como interessantíssimo é o quase esquecido volume de *Reminiscências*, de Bastos Tigre, do qual se reerguem as tardes da Confeitaria Colombo e o Rio de Janeiro da *belle époque*. Essa espécie de memorialista não se olha no espelho; quer ser o espelho e ver o mundo a olhar-se nele. Quer compreender as coisas e as pessoas de seu tempo, ou do tempo que já passou e que se foi. Quer descrever e explicar como era um rádio galena, e como era o jeito do aguadeiro, que em seu burrico com barricas presas às cangalhas, vendia água de casa em casa. Quer lembrar como era o bonde que, no Rio de Janeiro, nas noites de ópera ou de concertos, se dirigia ao Teatro Municipal, com os bancos vestidos de pano branco, para as senhoras não sujarem os vestidos longos nem os homens os *smokings.* Trata-se, portanto, de um memorialista muito mais interessado em saber como era o mundo ao seu redor do que em como ele se sentia naquele mundo ou naquele instante.

Nada mais distinto de um outro tipo de memórias, que André Gide precisou muito bem, quando lhe chamou *Souvenirs,* lembranças de determinados momentos que explicam toda uma existência. E dos vários *Souvenirs* que escreveu, dois, *Se le grain ne meurt* e *Et nunc manet in te,* são paradigmáticos. É da essência desse tipo de memorialismo ser fragmentário, confessional, perscrutador, analítico, antiautobiográfico. Mas nele, como de resto em toda a família dos livros de memórias, a lembrança está sempre ligada à imaginação. É a

imaginação o que, em última análise, comanda a escritura. Não é o passado. É o que sonhamos do passado, ou o que ficou como construção emotiva do passado. Em última análise, as nossas memórias são nossas, mas são também dos outros, num sentido diferente do de Rodrigo Octavio, pois, nas conversas em família, com os pais, os tios, os irmãos, os primos, vamos armazenando as memórias deles, que de tal modo se incorporam às nossas, que, às vezes, é difícil distinguir o que pertence a nós próprios e o que pertence aos que viveram e vivem ao nosso lado.

Um livro de memórias é sempre uma reconstrução criativa, na qual se reinventam paisagens antigas, fisionomias que se foram, imagens de um mundo que já acabou. Vou dar um exemplo maior dessa reconstrução criativa: aquela passagem de Proust em que ele descreve o famoso quadro de Vermeer, "Vista de Delft". Ao revelar o deslumbramento diante desse quadro, Proust o incorpora inteiramente ao seu espírito e o torna parte de sua vida mais íntima e de sua memória mais profunda.

Com memórias e autobiografias constrói-se história. E não apenas com aquelas memórias e autobiografias que explicam determinado momento da vida da humanidade. Não apenas, por exemplo, com um livro autobiográfico que considero magistral, *Present at the Creation*, de Dean Acheson, em que rememora os anos em que chefiou o Departamento de Estado dos Estados Unidos, numa época especialmente dramática, que foi a da Guerra da Coreia. Alguém dirá que esse livro e outros da mesma natureza não podem servir de fundamento para escrever-se história porque estão castigados pelo pecado da parcialidade dos testemunhos pessoais. Mas muitos da documentação de arquivo em que se baseia a história, apesar de sua aparente neutralidade, também foi escrita por indivíduos que, ao fazê-lo, não se despiram de suas crenças, de suas posições políticas, de seus interesses, preconceitos e preferências. Além disso, nem todos os documentos sobrevivem, pois os arquivos adoecem de descaso, e se empobrecem por malícia dos que querem alterar o passado, e morrem nos incêndios, nas inundações e nas guerras. Ao serem consultados, estão sujeitos a desvios semelhantes de escolha, soma, subtração e omissão aos das autobiografias e das memórias.

Quer escrevendo memórias, quer escrevendo autobiografias contribuímos para pintar coletivamente os grandes painéis da lembrança. Nesses painéis, há espaço até mesmo o que é pura criação romanesca. Quem poderá, por exemplo, entender o *affaire* Dreyfus sem ler as páginas que sobre ele escreveu Marcel Proust? Quem não vê Waterloo pelos olhos de Stendhal? Em última análise, o que buscamos nas autobiografias, nas memórias, nos romances históricos e nos próprios livros de história, é tentar compreender como o homem se faz de passado e carrega com ele, no presente, o já se foi.

Homenagem a José Saramago*

Cleonice Berardinelli

Ocupante da Cadeira 8 na Academia Brasileira de Letras.

Antes de acercar-me do texto em que centralizarei minha análise, direi algumas rápidas palavras a justificar a minha escolha, até porque o convite para estar hoje aqui chegou-me um pouco tarde, próximo à escrita desta fala; ao ouvir-me queixar da exiguidade do tempo, houve quem me dissesse: "Mas você já leu todo o Saramago", e é verdade. Mas isto não é uma facilidade; é, antes, uma dificuldade: o que escolher, por que caminhos trilhar. E mais uma, de motivação bem diversa: a de falar, em data tão próxima, do falecimento de um amigo muito querido, que brilhou nas letras como ficcionista dos maiores, poeta inspirado e original, dramaturgo – autor de peças da qualidade de "A segunda vida de Francisco de Assis", "Que farei com este livro"?, "*In nomine Dei*" – e que, a par das suas atividades nas letras, chegando a receber o prêmio Nobel de

* Texto apresentado na Mesa-Redonda "Homenagem a José Saramago" do dia 05 de julho de 2010, no Teatro R. Magalhães Jr. (ABL).

Literatura – destacou-se como homem de caráter invulgar, verdadeiro cidadão que, lamentavelmente, se afasta de nós, permanecendo no entanto presente na nossa saudade e na nossa admiração.

De sua invulgar produção literária o que me ocorre com mais espontaneidade é a sua prosa ficcional, da qual me acerco com maior frequência. É nela que deitam raízes as minhas pesquisas, algumas descobertas, o prazer máximo da leitura. Nela ouço sobretudo a voz das personagens dialogando entre si, afastando-me, leitora, da sua mais íntima existência. Mas raramente ouço a voz do narrador intradiegético e, por tal, também personagem.

Que obras deste autor me acorreriam primeiro à memória? Aquela que lhe abriu passagem para o sucesso indiscutível, o tão justamente celebrado *Levantado do chão*, de um neorrealismo maduro, ou o inesquecível *Memorial do Convento*, em que encontrei um misto de realismo e fantasia que me fascina, personagens que nos prendem de forma definitiva, como Blimunda e Baltasar Sete-Sóis, personagens históricos que saltam da história para a estória, como o matemático Bartolomeu Lourenço de Gusmão, criador da passarola, ou o músico Domenico Scarlatti, para só citar os mais notáveis, movendo-se em ambientes vários, num entrecho rico, em momentos de crítica social extremamente severa, mas também de extrema sutileza, de delicado erotismo. Ainda um se apresentaria nessa primeira linha: *Todos os nomes*, que exerceu sobre mim uma atração tão estranhamente singular que, ao terminar-lhe a última página, voltei à primeira, e, a obedecer a este impulso inesperado, recomecei-lhe a leitura, com o mesmo interesse, quase diria com a mesma sofreguidão. Perguntei-me: "O que teria esse livro para fazer-me obedecer a um impulso tão forte como inesperado?" E pus-me a considerar, já agora não só como uma leitora sem maiores compromissos, mas como a professora de Literatura que busca, na linguagem do autor, na escolha dos personagens, no seu relacionamento, na seleção e organização das cenas, nas inovações – se as há –, nos processos retóricos utilizados, uma justificativa para a influência sobre ela exercida.

Analisei o romance.

I.º: o ambiente em que se movem os personagens na maioria do tempo. A Conservatória Geral de Lisboa é um espaço feio, pouco iluminado, cercado

de prateleiras que guardam os documentos fundamentais dos habitantes da cidade – suas certidões de nascimento e de óbito. Diante das paredes, em carteiras que emergem da obscuridade, sentam-se os funcionários. Só a do conservador é encimada por uma luz mais forte.

2.º: os personagens. O Sr. José, um dos oito auxiliares de escrita da Conservatória, presente na história desde o fim do capítulo primeiro, quando recebe ordem do chefe para substituir as capas de documentos que estão nas prateleiras; sete outros auxiliares de escrita, quatro oficiais de escrita, dois subchefes, um chefe ou conservador. Desse grupo de funcionários, cujo número cresce em progressão geométrica ascendente à medida que sua importância decresce, o Sr. José é seu protagonista e principal narrador. A seguir, mas aparecendo bem mais tarde na narrativa, o Chefe. Um dos subchefes terá a palavra momentaneamente. Os outros são mudos.

O Sr. José passará todo o tempo a procurar uma senhora desconhecida cujo nome lera num dos verbetes. O entrecho do romance, que poderia intitular-se "Em busca da mulher desconhecida", é uno, obsessivo, repetitivo, características que poderiam causar cansaço e até mesmo aborrecimento, insciente que estaria o leitor do entrecho em que se iria *embrenhar.* Este é o verbo certo para o que nos acontece ao longo de todo o decorrer da estória. Embrenhámo-nos[I] com o Sr. José pelos ínvios caminhos da Conservatória. Deslizámos na sua penumbra ou mergulhámos na sua escuridão. Subimos e descemos escadas mais ou menos seguras. Saímos à rua inundada de chuva forte. Sentimo-nos encharcados como ele. Chegámos ao prédio onde *ela* deve ter morado. Parámos à porta da vizinha do rés-do-chão da direita que, desconfiada de receber o visitante, acaba por convencer-se de que ele vem em missão oficial para averiguar o que conhece e descobrir o que não sabe sobre a tal mulher, a tal mulher (a vizinha não sabe disso) que povoa dia e noite a sua mente, perturbando esse homem que fora, até então, aos 50 anos, um funcionário impecável, que pela primeira vez entra no local do trabalho às 10 horas, chega atrasado ao expediente diário e é quase apanhado a mexer nas prateleiras vedadas. Toma

[I] Utilizamos aqui a ortografia portuguesa que nos dá a possibilidade de perceber que estamos falando no pretérito e não no presente do indicativo. O mesmo faremos nos espaços seguintes.

um autocarro onde também vai uma mulher que tem uns 35, 36 anos, e ei-lo a soltar "as asas à imaginação", a dizer-se: "É esta a mulher que procuro". Ela, porém, desce logo depois e fica na calçada, olhando para a rua. Ele a acompanha com o olhar, continuando a fitá-la. Seus olhares se encontram e "ficam assim até que o autocarro se põe em andamento. Continuaram assim enquanto puderam ver-se". Instala-se nele um diálogo interior. "É ela." "Não é ela." "Podia ser, mas não era." "Mas tu não queres encontrá-la em pouco tempo." "Talvez nem em muito." "Se realmente o quisesses, terias ido procurar o nome na lista telefônica, que é por aí que se começa." "Não me lembrei." "A lista está lá dentro." "Não me apetece entrar agora na Conservatória." "Tens medo do escuro?" "Não tenho medo nenhum." Procura na lista. O nome não está lá. Encontra o dos pais e o do ex-marido. Até então, o que dela sabia era o colégio em que estudara. Resolve assaltá-lo de noite, para chegar aos verbetes onde estarão os seus dados. Escorrega pela parede, esfola as pernas, escorre-lhe o sangue, mas enfim sai e chega a casa. Conseguira alguns retratinhos dela, de menina, em várias idades. Ao retornar a casa, sob chuva torrencial, pega uma forte gripe com febre alta que o impede de comparecer ao trabalho. Durante este período, recebe do chefe uma atenção inusitada. O subchefe o visita, levando remédio e comida. Recebe a atenção de um médico e de um enfermeiro. Assim que melhora, tenta retornar ao trabalho, mas o chefe concede-lhe licença até seu restabelecimento completo. Nos dias seguintes, intensifica a busca da mulher desconhecida, não conseguindo nada de substancial. Resolve, então, retornar ao trabalho antes do tempo. Logo depois, não encontrando o registro da mulher entre os das pessoas vivas, convencido de que está morta, resolve continuar suas buscas à noite, dentro da Conservatória, no arquivo dos mortos. Munido de uma lanterna, aventura-se na quase total escuridão entre os milhares de arquivos, apanha alguns documentos e resolve voltar ao ponto de partida. Ao lá chegar, tira o processo que trazia de sob a sua roupa e constata ser exatamente o da mulher tão procurada. Nesse momento, decide ir, no sábado, ao cemitério. Dirigindo-se ao balcão, explica a estranheza de estar ali num sábado, dizendo ao funcionário que só queria uma informação: "Quando esta mulher foi enterrada?" O funcionário encontra o verbete da mulher e

diz: "Aqui tem." "Está nos suicidas." O Sr. José sentiu uma contração súbita na boca do estômago; simula, porém, indiferença, pedindo permissão para entrar no cemitério. O funcionário lhe indica o local onde a mulher está enterrada. Pode identificá-la pelo número. "São os números que contam". Alcança, enfim, o departamento dos suicidas. Lá chegando, "quando a lua, quase cheia, quase redonda, estava a sair do horizonte", encontrou a sepultura. "Está aqui.", disse. O Sr. José tinha, afinal, encontrado a mulher desconhecida. Ou melhor, o lugar onde ela jazia. Vai sentar-se debaixo de uma árvore e pensa: "Tinha procurado a mulher desconhecida por toda parte e vinha encontrá-la aqui, debaixo daquele montículo de terra que as ervas bravas não tardarão a tapar". A árvore "é uma oliveira antiga". "Com a muita idade, o tronco foi-se-lhe abrindo todo de um lado, de alto a baixo, como um berço, que tivesse sido posto de pé, para ocupar menos espaço". "E é aí que o Sr. José dormita de vez em quando. E é aí que de súbito desperta assustado por um golpe de vento que lhe bate na cara". Foi, pouco a pouco, "escorregando para uma enorme paz interior". "Perto da madrugada", "adormeceu com notável tranquilidade".

Acordou, já era dia claro; viu, ao seu redor, ovelhas pastando e um homem idoso, com um cajado, vindo em sua direção, acompanhado de um cão vulgar. Cumprimentaram-se. O homem estranhou de encontrar alguém naquele lugar, naquela hora. O Sr. José explicou que tinha adormecido perto da campa de uma pessoa amiga.

Conversaram algum tanto, até que o pastor lhe disse que "Neste lugar nem tudo é o que parece; por exemplo, a pessoa que está aqui neste montículo de terra não é aquela que você julga." O Sr. José sentiu a terra oscilar debaixo de seus pés: a mulher desconhecida, enfim encontrada, tinha acabado de desaparecer. E perguntou ao pastor: "Então este número está enganado?" para ouvir a surpreendente resposta: "Nenhum dos corpos que estão aqui enterrados corresponde aos nomes que se leem nas placas de mármore. Os números estão todos trocados." O pastor estava convicto de que as pessoas que se suicidam não querem ser encontradas e que, portanto, a perda da identidade tornava-as livres de importunações.

No outro dia, decidiu ir a casa dela, entrando com as chaves que lhe dera a mãe da morta.

Chegando ao seu quarto, tenta encontrar o que lá supunha estar – "a carta, o diário, a palavra de despedida, o sinal da última lágrima. Para quê, perguntou." De nada lhe valeria. "O que acabou, acabou. O Sr. José inclinou-se para a frente, deixou descair a fronte sobre as mãos, como se quisesse continuar a pensar. Mas não era assim. Tinham-se-lhe acabado os pensamentos."

Retomo o que chamei de minha análise do romance, repetindo a pergunta que me fiz: por que esse livro me teria atraído tanto, de maneira tão total? Antes, porém, acrescento que estava lendo-o no avião, indo para Lisboa, com escala em Madri – onde almoçamos. Após o almoço, recomecei a ler. Ia no mesmo voo um rapazinho português, jovem, filho de imigrantes, que tinha vindo visitar os pais e voltava para casa. Fazia-me muitas perguntas, a que eu respondia amavelmente, mas desejosa de que ele se calasse e me deixasse entregue à leitura. Ainda bem que fui paciente, porque, de repente, surge-me aquela figurinha, dizendo-me: "Senhora, não vai continuar?" Respondi-lhe: "Continuar o quê?" E ele, todo afobado: "A viagem." "Claro que sim." "Mas estão chamando. É a última chamada." Eu tinha perdido inteiramente a noção do tempo e do espaço. Não sabia mais onde estava, não sabia a que horas estava. Apanhei a minha bagagem com os livros e os papéis e corri, naturalmente, para o avião, onde retomei a leitura. E retomo agora a resposta interrompida: o livro de Saramago se passa sobretudo num espaço feio; seu protagonista é insignificante; cumpre monotonamente uma função burocrática desinteressante, tudo em sua vida é repetição, monotonia, até ao momento em que uma força maior dele se apodera, fazendo-o esquecer os deveres mais comezinhos; os outros personagens, como viram, pouquíssimo falam. Apesar disto tudo, o fato é que, por artes da arte literária de que o Sr. José (Saramago), o nosso, é absolutamente dono – possui todos os segredos sem parecer que os possui –, por essas artes é que um livro que, pelos elementos de que é composto, pareça não prometer um destino de sucesso, tenha-o tido, e tão pleno.

As Espanhas de João Cabral*

Antonio Carlos Secchin

Ocupante da Cadeira 19 na Academia Brasileira de Letras.

A Espanha, em João Cabral, é bem mais do que um país. É ao mesmo tempo paisagem natural, arquitetura, música, urbanismo, religião, tauromaquia e literatura. É um modo de ser, um modo de conviver, e também um modo de vivenciar a plenitude dos sentidos: gostos, cores, ruídos, perfumes – e a força de Eros. A Espanha é também uma linguagem, modelo ético e estético que povoa a poesia de João Cabral. Todos esses territórios são atravessados pelo poeta, e com tal intensidade, que o país se torna plural: várias Espanhas convivem na Espanha ideal do escritor. Proponho-me a falar de algumas delas, e ressaltar a gradativa e sempre crescente importância que a experiência espanhola assumiu na vida e na obra de João Cabral.

No primeiro contato pessoal que tive com o poeta, em novembro de 1980, quando escrevia minha tese de doutorado sobre o

* Texto apresentado na Mesa-Redonda "90 anos de João Cabral de Melo Neto" do dia 14 de outubro de 2010, no Teatro R. Magalhães Jr. (ABL).

conjunto de seus livros, indaguei como lhe havia surgido a ideia de aproximar a Espanha de Pernambuco, seu estado natal, e do Nordeste brasileiro, de um modo geral. Respondeu-me:

> "Saí do Brasil em 1947. Meu primeiro posto foi o vice-consulado em Barcelona. Nos arredores da cidade, vi paisagens áridas como as do Nordeste, era uma espécie de volta a Pernambuco. Se me houvessem designado para um país verdejante, até hoje seria um diplomata inadaptado, queixoso".

Como interpretar essa resposta? De início, ressaltando o componente do reconhecimento e da identidade: a Espanha seria um Pernambuco em outro lugar. Isso afirma o poeta, mas não é bastante. Na passagem de uma a outra paisagem, do Brasil à Espanha, podemos afirmar que, talvez até à revelia do escritor, houve também, ou mesmo principalmente, um aprendizado da diferença. A Espanha foi um "outro" que o poeta incorporou; tal incorporação deixou marcas e foi responsável por mudanças radicais em sua obra. Tentaremos demonstrar que marcas e mudanças são essas, acompanhando a trajetória da poesia cabralina.

Até 1955, João Cabral havia publicado seis livros, e a tênue presença hispânica se resumia a um pequeno poema – "Homenagem a Picasso" – no livro de estreia, *Pedra do sono*, de 1942. Em 1955, com a coletânea *Paisagens com figuras*, a situação transforma-se totalmente. Com efeito, dos 18 poemas do livro, nada menos do que nove se referem à Espanha, e um outro estabelece diálogo entre ela e o Nordeste.

João Cabral, que confessava seu horror à música – por considerá-la sempre anestésica ou entorpecente (talvez por isso ele também não gostasse de conferências) – só conseguiu reconciliar-se com a arte musical por meio do canto gitano. Apaixonou-se também pela tauromaquia, a ponto de sua biblioteca particular conter dezenas de livros sobre o tema. Assistindo às touradas, percebeu, na relação do toureiro com o touro a mesma atitude que ele, poeta, exibia, na relação também tensa e perigosa com a fúria da palavra:

sim, eu vi Manuel Rodríguez,
Manolete, o mais asceta,
não só cultivar sua flor
mas demonstrar aos poetas:

como domar a explosão
com mão serena e contida,
sem deixar que se derrame
a flor que traz escondida,

e como então, trabalhá-la
com mão certa, pouca e extrema:
sem perfumar sua flor,
sem poetizar seu poema.

Manolete resume bastante da poética de João Cabral: a recusa da beleza não funcional; uma arte econômica nos gestos (que denominei de "a poesia do menos"), com a emoção sob controle e o elogio de um distanciamento ou frieza operacional: jamais deixar-se levar ou impressionar-se pelo objeto com o qual se defronta. Não casualmente, elogia Manolete, no mesmo poema, por ser "o toureiro mais agudo/ mais mineral e desperto,/ o de nervos de madeira", que deu "à vertigem, geometria", e ao susto "peso e medida".

É bastante sugestivo o confronto entre Espanha e Pernambuco no poema "Duas paisagens", pois, para além das semelhanças apontadas pelo poeta na entrevista de 1980, o que avultam são as peculiaridades de cada espaço. A seguir, duas estrofes, a segunda se refere ao espaço brasileiro:

D´Ors em termos de mulher
(Teresa, *La Ben Plantada*)
descreveu da Catalunha
a lucidez sábia e clássica.
.....

Lúcido não por cultura,
medido, mas não por ciência:
sua lucidez vem da fome
e a medida, da carência.

Evidencia-se a construção da Espanha por meio de metáfora cultural, literária, e a de Pernambuco através da natureza primária e sofrida, sem a intervenção da cultura. Uma paisagem, diríamos, descrita fora da História, enquanto a paisagem da Espanha se abastece ou se mescla à História. Essa impregnação de um passado, com todas as suas lições, é muito intensa no olhar do poeta, que fará a paisagem espanhola circular continuamente da referência natural à referência cultural, e vice-versa, sem que se possa dizer qual delas predomina. Basta dizer que, dos dez poemas espanhóis do livro, encontramos em seis citações explícitas a obras literárias ou autores (como Eugénio D'Ors) e em dois outros a presença de atividades artísticas ou culturais (o canto cigano e a tourada).

Poemas como "Imagenes en Castilla", "Medinaceli" e "Campo de Tarragona" não se interessam pela natureza em estado bruto: há sempre um elemento mediador que se interpõe para impedir a descrição de uma paisagem "pura". Observem, no primeiro desses poemas:

Se alguém procura a imagem
da paisagem de Castela,
procure no diccionário:
meseta provém de mesa.
.....
/.../palco raso, sem fundo
só horizonte, do teatro
para a ópera que as nuvens
dão ali em espetáculo:
.....
No mais, não é Castela

mesa nem palco, é o pão:
.....
Aquele mesmo equilíbrio,
de seco e úmido, do pão,
.....
E mais: por dentro, Castela
tem aquela dimensão
dos homens de pão escasso,
sua calada condição.

O poema se inicia com a paisagem e se concluiu com a figura humana: paisagens com figuras. Mas, se percebermos bem, o poeta sequer fala da paisagem, e sim das suas metáforas e de sua apreensão como signo linguístico. No verso 1, já adverte: "Se alguém procura a imagem"; e esta imagem será encontrada no dicionário: "meseta provém de mesa". Esta mesa vazia imediatamente será transformada em elemento de um cenário de teatro (transformação do elemento natural em cultural), para o espetáculo-ópera das nuvens. No fim, outra imagem surpreendente (Castela igual a um pão), e, a partir daí, uma leitura política da paisagem: "o homem de pão escasso/ sua calada condição". Maneira de lançar um sutil protesto à época da Espanha de Franco. Toda a poesia social de João Cabral de Melo Neto, aliás, seja dirigida ao Brasil ou à Espanha, será sempre assim: incisiva e sutil, sem demagogia ou grandiloquência. Em "Medinacelli", volta a falar dos homens que não podiam falar, que viviam em "calada condição": "hoje a gente daqui/ diz em silêncio seu *não*". E, no belo "Encontro com um poeta", imagina um contato diferente com a obra de Miguel Hernández, quando então consegue ouvir coisas para as quais é necessário dispor de um ouvido bem atento:

Não era a voz expurgada
de suas obras seletas;
era uma edição do vento,
que não vai às bibliotecas,

era uma edição incômoda,
a que se fecha a janela,
incômoda porque o vento
não censura, mas libera.

Já em "Campo de Tarragona" outra importantíssima lição espanhola é registrada por João Cabral: a lição de formas; não a forma empírica, mas aquela que apresenta uma organização ou sistema subjacente. Assim, afirma que no campo de Tarragona, a terra não se esconde, mas se revela "como planta de engenheiro/ ou sala de cirurgião" – ideal de organização e precisão, sem nada de supérfluo.

Importa registrar que essa "educação pela paisagem", que faz o poeta perceber, por exemplo, que na Catalunha as colinas e montanhas "têm seios medidos", não se restringe ao aspecto exterior ou visível: João Cabral também mergulha, se assim podemos dizer, na paisagem interna ou estrutural da linguagem, apreendendo, no convívio com a Espanha, novos ritmos, novas rimas, novos (e velhos) gêneros poéticos. Passou sistematicamente a utilizar a rima toante, em oposição à rima soante, muito mais tradicional na poesia em língua portuguesa; praticou bastante o verso octossílabo, em vez do habitual heptassílabo (redondilha maior) português. No seu mais famoso poema, *Morte e vida severina* (de 1956), inteiramente localizado no Nordeste brasileiro, valeu-se de modelos do romance castelhano e do folclore catalão. Seu melhor trabalho em prosa é *Joan Miró*, de 1952, uma excelente análise do processo de criação do famoso pintor e que, feitas as devidas adaptações, poderíamos ler como autoanálise de seus próprios processos de criar poesia. Outro importante Joan – Brossa – foi homenageado com um poema em *Paisagens com figuras*. Na entrevista de 1980, depois de afirmar a devoção pela literatura espanhola (o que, aliás, sempre provocou um certo ciúme nos poetas seus contemporâneos do Brasil), comentou:

> "Comecei a estudar a literatura espanhola pelo poema do Cid. Fiquei no ouvido com o ritmo desse poema. A literatura espanhola usa preponderantemente o concreto, e por isto me interessou. As literaturas primitivas me interessam".

Prova disso é que um livro seu de 1954 tem epígrafe de Berceo: "*Quiero que compongamos io e tu una prosa*", a quem dedicará um poema na coletânea *Museu de tudo*, de 1975. Na mesma obra, fará o elogio de Quevedo. Antes, no livro *Serial*, de 1961, escrevera poemas nomeados "*Claros varones*", tomando de empréstimo o título *Libro de claros varones de Castilla*, de Hernando del Pulgar, e "*Generaciones y semblanzas*", aproveitando título homônimo de Fernán Pérez Guzmán.

Homem bastante zeloso de sua privacidade, João Cabral sempre evitou a exposição autobiográfica, e foi um extremado cultor da poesia na terceira, não na primeira pessoa: para ele, o "eu" não deveria exibir-se em espetáculo, mas ocultar-se para que tudo mais que não fosse o sujeito pudesse aparecer no poema, tão liberto quanto possível da sombra ou do peso do criador. Por isso, causou surpresa em *Quaderna*, de 1959, livro seguinte a *Paisagens com figuras*, o surgimento da temática feminina neste poeta tão hostil à tradição lírica. Na entrevista de 1980, indagado a respeito dessa novidade, assim se manifestou:

> "É um tratamento feminino que não é usado para falar de mim, de minha vida. Quase sempre este tema se presta para confissões biográficas, veja o caso de Vinicius de Moraes. Além disso, por que só a mulher deve levar à criação? O poeta deve demonstrar seu estado de espírito até no ato de descrever um açucareiro. Na minha poesia a mulher é um tema como qualquer outro. Não o utilizo para confessar frustrações amorosas. Descrevo uma mulher sem biografia; o que ela representou na minha vida não vem ao caso".

Ora, a frase final revela que alguma (ou muita) importância essa mulher teve, ou essas mulheres tiveram, ainda que expressas sem identificação própria. Se todos os críticos apontam o nascimento de uma vertente não exatamente amorosa, mas erótica, em João Cabral, a partir de *Quaderna*, o que não se observou é que tal tipo de poesia só nasceu a partir da experiência espanhola do poeta. E, mesmo evitando relações imediatas de causa e efeito, é sempre bom lembrar, com alguma malícia, que João Cabral dizia escrever apenas sobre pessoas ou coisas que conhecia. Declarava-se um poeta sem imaginação – mas com muita memória...

Abre o novo livro um de seus mais famosos poemas, "*Estudios para una bailadora andaluza*", em que, depois de associar a mulher ao fogo, a uma amazona que fosse também a égua, a uma estátua ardente, as imagens do poeta vão desnudando inteiramente a bailadora:

porque, terminada a dança,
embora a roupa persista,

a imagem que a memória
conservará em sua vista
é a espiga, nua e espigada,
rompente e esbelta, em espiga.

Assinalemos, porém, que as imagens femininas que somente surgiram em João Cabral após sua estada na Espanha apresentam ao menos duas configurações distintas, uma delas surpreendente. A primeira, já vimos, foi responsável pela manifestação de uma vertente erótica, como se o fascínio diante das bailadoras e cantoras levasse o poeta a uma celebração da mulher isenta de qualquer sentimentalismo e centrada no prazer da pura corporalidade. A outra faceta – de que a cidade de Sevilha será o melhor exemplo – revela o feminino maternal e acolhedor. Espanha sempre mulher, às vezes amante, outras vezes mãe:

Que ao sevilhano Sevilha
tão bem se abraça
que é como se fosse roupa
cortada em malha.
.....
O sevilhano usa Sevilha
com intimidade,
como se só fosse a casa
que ele habitasse.

A esse espaço do aconchego e do conforto se opõe o sertão do Nordeste brasileiro, marcado por João Cabral com os signos da masculinidade, da aspereza, da excessiva luminosidade, do desconforto e da secura. Curiosamente esses atributos, que são caros ao poeta, pois implicam um desafio frente à vida, também se encontram na Espanha, não nas mulheres, decerto, e não muito na paisagem, mas na arte – em particular no cante *a palo seco*, título de uma das mais conhecidas "artes poéticas" de João Cabral. Como fez no ensaio sobre Joan Miró, o poeta fala implicitamente de sua própria poesia ao falar explicitamente da dureza e da força do cante:

Se diz *a palo seco*
o *cante* sem guitarra;
o *cante* sem;o *cante*;
o *cante* sem mais nada.
.....
O *cante a palo seco*
é o *cante* mais só:
é cantar num deserto
devassado de sol;
.....
A palo seco é o cante
de grito mais extremo:
tem de subir mais alto,
que onde sobe o silêncio;
.....
cante que não se enfeita,
que tanto se lhe dá;
é *cante* que não canta,
é *cante* que aí está.

As aproximações e confrontos entre o Nordeste e a Espanha voltam a aparecer no livro *Serial*, de 1961. As estradas do sertão e as da Mancha (que, para o poeta, lembram "a água aberta do oceano") são descritas em

"O automobilista infundioso". Em "Pernambucano em Málaga", João Cabral opõe o aspecto dócil e doméstico da cana de Málaga ao caráter mais indisciplinado da cana nordestina:

A cana doce de Málaga
dá domada, em cão ou gata:
deixam-na perto, sem medo,
quase vai dentro das casas.

"*Lluvias*" compara o mesmo fenômeno climático em três lugares distintos: o Sertão, Sevilha e a Galícia; desta última região, que pouco aparece em sua obra, diz:

Mas na *Galícia* a chuva,
de tanta, se descura:
cai de todos os lados,
inclusive de baixo.
.....
É a chuva feita estado:
nela se está em aquário,
onde ninguém atina
onde é embaixo, em cima.

E, no nunca olvidado nível metalinguístico, João Cabral escreve "O sim contra o sim", quer dizer: exercícios de admiração a poetas e pintores muito diferentes, e que ele comemora em suas características contrastantes mas igualmente válidas; daí, o "sim" contra o "sim". Entre os citados, mais uma vez, Joan Miró, e, pela primeira vez, Juan Gris:

Juan Gris llevaba un anteojo
por debajo del ojo,
una lente de alcance
que usaba al contrario que todos

Las lentes fueron construídas
para aproximar los objetos,
pero el los retraía a la altura
de un avión en vuelo. (Trad. Ángel Crespo)

Em *A educação pela pedra*, de 1966, intensifica-se aquela segunda vertente do feminino, a que já me referi, a do espaço espanhol como repouso, proteção, aconchego. É sugestivo que no poema "*En las cuevas de Baza*", o poeta diga que o cigano

Dormir na entranha da terra, enfiado;
dentro dela, e nela de corpo inteiro,
dentros mais de ventre que de abraço.
Contudo, dorme na terra uterinamente,
dormir de feto, não o dormir de falo.

Na mesma direção caminha "A urbanização do regaço", grande elogio à configuração dos velhos bairros de Sevilha:

Os bairros mais antigos de Sevilha
criaram uma urbanização do regaço,
para quem, em meio a qualquer praça,
sente o olho de alguém a espioná-lo.
.....
Eles têm o aconchego que a um corpo
dá estar noutro, interno ou aninhado,
.....
para quem quer, quando fora de casa,
seus dentros e resguardos de quarto.

Curiosamente, no livro, há um poema, "O regaço urbanizado", com os mesmos 24 versos deste, dispostos em outra ordem. Assim, podemos dizer

que, do mesmo modo como o sevilhano está aninhado em seu bairro, um poema está aninhado no outro, pois cada um já contém dentro de si todas as palavras do seu par poético.

Depois de um longo silêncio, de quase uma década, João Cabral retornou à poesia com *Museu de tudo*, de 1975. Como o nome indica, é um conjunto heterogêneo de textos, mas, ainda uma vez, aparecem as obsessões espanholas de Cabral: a antiga literatura, com "Catecismo de Berceo" e "A Quevedo"; a tourada, com "*El toro de lidia*"; a música cigana, em "*Habitar el flamenco*"; a mulher, em "Outro retrato de andaluza".

Seu livro seguinte, *Agrestes*, de 1985, contém uma seção de 14 poemas intitulada "Ainda, ou sempre Sevilha". Mesmo com um olhar ironicamente antiturístico, conforme se lê em "Por um monumento no Pumarejo" –

Trini Espanha (e de Sevilha)
a dois pés do Pumarejo,
de sua cal branca e poluída,
onde o turista não vai
nem gosta de ir a polícia.

– encanta-se com "A Giralda":

Sevilha de noite: a Giralda,
iluminada, dá a lição
de sua elegância fabulosa,
de incorrigível proporção.

Nesse período, acentua-se em João Cabral uma tendência ao poema narrativo, através de um veio memorialístico que tenta recompor um pouco das muitas histórias que viveu, presenciou ou ouviu falar, todas, portanto, baseadas em "fatos reais". Os melhores exemplos da presença de elementos mais prosaicos sob forma de narrativa são os 24 poemas de *Crime na calle Relator*, de 1987, dos quais oito registram anedotas vividas na Espanha. Destaquemos "O ferrageiro de Carmona", onde, conforme já fizera com os toureiros e com

as cantadoras do flamenco, João Cabral atribui a outra atividade profissional características que são de sua própria poesia. Diz o ferreiro:

Só trabalho em ferro forjado,
que é quando se trabalha ferro;
então, corpo a corpo com ele,
domo-o, dobro-o até o onde quero.

O ferro fundido é sem luta,
é só derramá-lo na fôrma.
Não há nele a queda-de-braço
e o cara-a-cara de uma forja.

Um patamar ainda mais alto da afeição do poeta à terra espanhola encontra-se em seu último livro, *Sevilha andando*, de 1989, dividido em duas partes; a segunda intitula-se "Andando Sevilha". Na primeira, ele enxerga na esposa, a escritora Marly de Oliveira, a síntese de todos os atributos positivos da cidade; daí porque, quando ela se locomove, o poeta afirma ver "Sevilha andando". Na parte final, ele circula pela cidade, "andando [por] Sevilha", e chega a declarar que, na medida em que é difícil civilizar a terra, deveríamos, então, ao menos, "sevilhizar" o mundo.

O poeta retornou definitivamente ao Brasil em 1990, aposentado da carreira diplomática, para morar no Rio de Janeiro, mas continuou, como no título do livro de Pablo Neruda, com *España en el corazón*. Como se tudo que escreveu sobre sua vivência espanhola não bastasse, João Cabral publicou em 1992, no quinto centenário da viagem de Cristóvão Colombo, a antologia *Poemas sevilhanos*, reunindo 91 textos dedicados à cidade e à região, que, ao lado do Recife, ocupa o lugar mais importante de sua geografia afetiva. Uma "Cidade de nervos", que

Tem a tessitura da carne
na matéria de suas paredes,
boa ao corpo que a acaricia:
que é feminina sua epiderme.

E que tem o esqueleto essencial
a um poema ou um corpo elegante,
sem o qual sempre se deforma
tudo o que é só de carne e sangue.

O sonho de unir o Nordeste do Brasil à Espanha foi claramente expresso no poema "Autocrítica", publicado, em 1980, no livro *A escola das facas*:

Só duas coisas conseguiram
(des)feri-lo até a poesia:
o Pernambuco de onde veio
e o aonde foi, a Andaluzia.
Um o vacinou do falar rico
e deu-lhe a outra, fêmea e viva
desafio demente: em verso
dar a ver Sertão e Sevilha.

Este foi o desafio do poeta: dar a ver, exibir, sua irrestrita adesão a espaços geográficos, sociais, culturais, tão distintos, sabendo amá-los em sua complementar diferença. Nascido em Pernambuco, no ano de 1920, veio a falecer no Rio de Janeiro, em 1999. Visitei João Cabral de Melo Neto várias vezes, no seu apartamento em frente à exuberante baía de Guanabara, e ele, um escritor tão solar, mantinha sempre as cortinas fechadas, como se não quisesse ser visitado pela luz do Rio de Janeiro, cidade a que nunca dedicou sequer um poema. Já quase cego, isolava-se do mundo, para que, naquele pequeno e escuro espaço de sua sala, a presença da Espanha, alojada no mais intenso recanto da memória, tomasse conta de seu corpo, como uma luz súbita e feminina, sempre por ele cultivada como um paraíso resguardado contra a corrosão da vida, e para o qual escreveu 129 poemas.

O percurso das amadas na obra de João Cabral de Melo Neto*

Flávia Amparo

Professora Adjunta de Literatura Brasileira da Universidade Federal Fluminense-UFF/Professora do Colégio Pedro II – CPII – RJ

Eu tomo a liberdade de repetir aqui a saudação de Drummond a Manuel Bandeira, com uma pequena modificação, para homenagear esses novent'anos de João Cabral:

> Oi, poeta.
> Do lado de lá do Capibaribe, hein? Fazendo seus novent'anos...
> (...)
> Novent'anos, será? Ou és menino
> também e para sempre e para sempre
> agora que viveste a dor da vida
> e sorris no mais longe Pernambuco?

João Cabral mudou-se para a outra margem há 11 anos, completados no último dia 9 de outubro, mas o canto do poeta, *a palo seco*,

* Texto apresentado na Mesa-Redonda "90 anos de João Cabral de Melo Neto" do dia 14 de outubro de 2010, no Teatro R. Magalhães Jr. (ABL).

ainda ressoa no íntimo de seus leitores. Reconhecemos sua voz inconfundível – dicção de pedra que irrompe do verso – e não deixamos de captá-la e de frequentá-la intensamente. Afora as escolhas reveladas em sua poética, de cantar o seco, de denunciar a miséria social, de descrever a paisagem pernambucana com todas as suas nuances, do agreste ao sertão, há uma vertente da obra que nos revela um outro João Cabral: o cantor das amadas, em sua busca por captar o elemento feminino, líquido e fugidio, que ele intenta represar em seus versos.

O escritor consegue cultivar o erotismo, refutando a vertente confessional da poesia e suspendendo os derramamentos lírico-amorosos. Revela-nos a mulher pelo olhar e pela palavra, seduz-nos através das associações de sentidos (do corpo e da linguagem), para nos conceder um quadro preciso do perfil feminino. Contudo, o poeta não renega de todo a subjetividade, que é manifesta pela "impressão digital" deixada na escrita, marca inconfundível da autoria:

> "Por menos que se queira, se deixa a impressão digital. Nunca fiz poesia confessional, me contemplando, olhando para o meu umbigo. Sempre falei das coisas, do mundo exterior. Eu me pergunto: por que escolhi tal coisa e não outra? Existe, aí, a minha presença. Indireta, mas existe".[1]

Em cada verso, nota-se a presença de Cabral, de tal maneira que é impossível não o reconhecer em sua obra. Como na concepção de Flaubert, "o autor em sua obra deve ser como Deus no universo, presente em toda parte e visível em parte nenhuma."[2] Captando essa presença cabralina, ainda que sutil, tentaremos recompor o percurso das amadas – de *Pedra do sono* a *Paisagens com figuras* – nessa busca do autor pelo completo domínio do feminino em sua poesia, no desafio de conter a fluidez da mulher na rigidez da pedra cabralina.

---

[1] MELO NETO, João Cabral. *Poesia completa e prosa.* Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 2008. p. xxi.
[2] FLAUBERT, Gustave. *Cartas exemplares.* (Trad. Duda Machado). Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 89.

Pedra do sono

Em *Pedra do sono*, João Cabral compõe alguns poemas de temática feminina, como "A mulher no hotel". Neste, já nos versos iniciais, a mulher aparece como uma figura imaterial e etérea:

A mulher que eu não sabia
(rosas nas mãos que eu não via,
olhos, braços, boca, seios),
deita comigo nas nuvens.
Nos seus olhos correm ventos,
crescem ervas no seu leito,[3]

Parece que o poeta está tratando de uma mulher de sonhos, mas há indícios de que não vai apresentar uma imagem feminina romantizada. Ao dizer que esta é "a mulher que eu não sabia", e que há "rosas nas mãos que eu não via", acaba por enfatizar certo distanciamento do objeto ali descrito. Um corte brusco é feito nos versos seguintes, quando o eu-lírico transforma a mulher dos sonhos em pesadelo, morte e, finalmente, inferno:

Terei de engolir a poeira
que seus cabelos levantam
e pousa na minha alma
me dando um gosto de inferno?
Terei de esmagar crianças?
Pisar as flores crescendo?
Terei de arrasar as cidades
sob teu corpo bulindo?

"A mulher no hotel" parece ser o contrário da "mulher de casa". Sua constituição física e o ambiente que a rodeia estão envoltos numa atmosfera de

[3] *Idem*. p. 29.

nuvens, ventos e poeira, o que determina o seu caráter efêmero e, por isso, podemos considerá-la uma metáfora dos relacionamentos passageiros.

Nos últimos versos o poeta tenta exorcizar a mulher de seus pensamentos e a enterra, mas não de todo:

Hei de achar um cemitério
onde um seu pé plantarei.
Vou cuspir nos olhos brancos
dessa mulher que eu não sei.

A construção do segundo verso mostra uma ambiguidade que percorre todo o poema: o eu-lírico se desfaz, ou não, dessa lembrança? A mulher descrita existe de verdade? Quando ele afirma que "um seu pé plantarei" está sugerindo uma necessidade de trazê-la à existência, fixando-a no solo como uma árvore, ou de enterrá-la metaforicamente para, enfim, esquecê-la? Entre o desejo e a falta de desejo, as mulheres dos poemas de *Pedra do sono* são fluidas e transitórias, como sonhos que se desmancham ao simples toque do poeta.

Em outro poema do livro, intitulado "As amadas", a figura feminina torna a fugir do poeta, apesar do seu esforço para contê-la nos versos. Como a onda incontrolável que quebra na praia, as amadas não se deixam aprisionar e "rebentam nas fontes do poema". Não são como as princesas dos contos de fada, as filhas de rei, que esperam imóveis o beijo de amor que as despertará do sono. Ainda que o poeta se aproprie dos elementos mágicos e sublimes para a conquista das amadas, como os peixes da lua, resta apenas a fuga onde deveria haver espera e reencontro.

As amadas rebentam nas fontes do poema,
as amadas não são a filha do rei,
uma delas não sabe onde me encontrar;
no pensamento vizinho ao meu
cresce o desejo das amadas;
vou apanhar os peixes da lua
para a fome das amadas.

Mas meu cotidiano irreparável
perdendo suas formas volantes:
– Por que as nuvens baixas
pesando nos meus olhos?
Onde as amadas para minha espera?[4]

A imagem da nuvem é obsessivamente repetida nos poemas em que o tema principal é a relação homem/mulher. Também aponta para a quebra da união eterna e dos relacionamentos duradouros. O desenlace é inevitável, como o despertar de um sonho que se desejaria prolongar infinitamente.

O espaço da incorrespondência se configura pela ausência dos "amados", ou melhor, dos "bem–amados" na poesia cabralina. O amor aparece como via de mão única: elas são "amadas", eles não. Essa atmosfera de desilusão faz lembrar o famoso poema drummondiano, "Necrológio dos desiludidos do amor", em que as amadas tripudiam diante do túmulo dos apaixonados:

Os desiludidos do amor
estão desfechando tiros no peito.
Do meu quarto ouço a fuzilaria.
As amadas torcem-se de gozo.
Oh, quanta matéria para os jornais.

Desiludidos mas fotografados,
escreveram cartas explicativas,
tomaram todas as providências
para o remorso das amadas.

Pum pum pum adeus, enjoada.
Eu vou, tu ficas, mas nos veremos
seja no claro céu ou turvo inferno.

[4] *Idem.* p. 23.

Os médicos estão fazendo a autópsia
dos desiludidos que se mataram.
Que grandes corações eles possuíam.
Vísceras imensas, tripas sentimentais
E um estômago cheio de poesia...

Agora vamos para o cemitério
levar os corpos dos desiludidos
encaixotados competentemente
(paixões de primeira e de segunda classe).

Os desiludidos seguem iludidos,
sem coração, sem tripas, sem amor.
Única fortuna, os seus dentes de ouro
não servirão de lastro financeiro
e cobertos de terra perderão o brilho
enquanto as amadas dançarão um samba
bravo, violento, sobre a tumba deles.[5]

A fina ironia com que Drummond trata a relação homem/mulher, principalmente em sua crítica às criaturas excessivamente amorosas – de "vísceras imensas" e "tripas sentimentais" – parece influenciar os primeiros versos de João Cabral, assim como serve de ponto de partida para a reflexão acerca do feminino.

Ao contrário do que os românticos fizeram com as amadas em seus sonhos, onde a posse sonhada era a única opção possível, Cabral descreve nos seus poemas a impossibilidade de qualquer encontro. Neste clima de permanência e transitoriedade, o poeta revela unicamente o desencontro entre homem e mulher. Tudo acontece como um reflexo, um tanto inconsciente, que se repete.

[5] ANDRADE, Carlos Drummond. *Antologia poética.* Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. Record, 2005. p. 194.

As amadas só podem existir no espaço da memória, no reflexo do espelho ou no universo sombrio da noite, ocultas pela escuridão. Na verdade, a mulher em *Pedra do sono* ainda não possui um corpo e, mesmo sem tê-lo, já se encontra morta, decapitada nos jardins do sonho.

Os três mal-amados

Em *Os três mal-amados*, revelando mais nitidamente a influência drummondiana, João Cabral cria três monólogos, onde dá voz aos personagens do poema "Quadrilha", de Drummond, que serve de epígrafe ao texto cabralino:

> João amava Teresa que amava Raimundo
> que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili
> que não amava ninguém.
> João foi para os Estados Unidos, Teresa para o convento,
> Raimundo morreu de desastre, Maria ficou para tia,
> Joaquim suicidou-se e Lili casou-se com J. Pinto Fernandes
> que não tinha entrado na história.[6]

Os três mal-amados, retomados no texto cabralino, são, portanto, João, Raimundo e Joaquim. O primeiro realiza um afastamento espacial, o segundo é surpreendido pelo destino, enquanto o último, o suicida, foge da vida por opção própria. No diálogo construído por Cabral, há muitos pontos que convergem para a mesma visão de mulher existente no livro anterior. O olhar volta a ser o ponto inicial e o observador se coloca, mais uma vez, à distância.

A fala de João, homônimo do autor, inicia com: "Olho Teresa". A relação que João estabelece com Teresa está sempre ameaçada pelo distanciamento, tanto espacial (já que ele vai para os Estados Unidos), quanto afetivo, pois não é correspondido em seus sentimentos.

[6] ANDRADE. *Op. cit.* p. 193.

> "Olho Teresa. Vejo-a sentada aqui a meu lado, a poucos centímetros de mim. A poucos centímetros, muitos quilômetros. Por que essa impressão de que precisaria de quilômetros para medir a distância, o afastamento em que a vejo neste momento"?[7]

Em outras ocasiões o distanciamento parece ser temporal: "Vejo-a como se a cobrisse a poeira tenuíssima ou o ar quase azul que envolvem as pessoas afastadas de nós muitos anos ou muitas léguas". Novamente, como em "A mulher no hotel", a figura feminina vem seguida de névoas e poeira, como resquícios de sua desmaterialização. A dúvida, marcada por frases interrogativas, identifica-se com os questionamentos que encontramos no poema de *Pedra do sono*, assim como existe o retorno das imagens que vimos anteriormente neste livro, sendo o sonho a principal delas. Teresa existe de verdade? Ou seria uma projeção do imaginário?

A outra personagem, Raimundo, ao falar sobre Maria, traça paralelos entre a amada e certos objetos e paisagens. A imagem de Maria é construída através de outras imagens, como uma espécie de dispersão de Raimundo, que corporifica Maria em tudo que vê à sua volta. Dentre as paisagens que a identificam, a praia merece destaque tanto pela repetição que veremos dentro do monólogo, quanto pela associação que podemos fazer com alguns poemas de *Pedra do sono*, ou até mesmo com os poemas posteriores, incluindo os de *Quaderna.*

> "Maria era a praia que eu frequentava certas manhãs. Meus gestos indispensáveis que se cumpriam a um ar tão absolutamente livre que ele mesmo determina seus limites, meus gestos simplificados diante das extensões de que uma luz geral aboliu todos os segredos".[8]

Maria parece ser a imagem revelada, só que continua imaterial como veremos mais adiante: "Elementar como as coisas que podem ser mudadas em vapor ou poeira", mesmo quando Raimundo afirma: "Maria não era um corpo

[7] MELO NETO, João Cabral. *Obra completa.* Op. cit. p. 35.
[8] *Idem. Ibidem.*

vago, impreciso". Porém é incorpórea, pois sobrevive na lembrança, podendo ser reconstruída pelo desenho, mas nunca em "carne e osso": "Sua boca, seu riso irregular. Todos esses detalhes não me seria difícil arrumá-los, recompondo-a, como num jogo de armar, ou numa prancha anatômica." Embora ele a corporifique, no fim de tudo, ela se evapora ou se liquefaz.

Por outro lado, na fala de Raimundo, já podemos observar certo esboço do "concreto" na construção da figura feminina, que se perpetua nos poemas posteriores:

> "Maria era também a folha em branco, barreira oposta ao rio impreciso que corre em regiões de alguma parte de nós mesmos. Nessa folha eu construirei um objeto sólido que depois imitarei, o qual depois me definirá. Penso para escolher: um poema, um desenho, um cimento armado – presenças precisas e inalteráveis, opostas à minha fuga".[9]

Como conter no verso uma imagem tão fluida como a da mulher? O feminino ameaça o poeta: de um lado a folha em branco, do outro um rio intenso, irreprimível, que se torna cada vez mais difícil de ser traduzido em palavras. A única maneira de conter Maria é construindo, na prancha anatômica, sua imagem calculada. No entanto, essa necessidade de planificar Maria na folha de papel resulta em fracasso, assim como a tentativa de submeter a vida a uma lógica calculada e precisa. O desfecho trágico de Raimundo, vítima de um "desastre", revela uma morte súbita e não planejada, que nem mesmo os astros puderam prever.

O último mal-amado, o suicida, concebe o seu amor como um desejo destrutivo que o consome totalmente, até reduzi-lo a nada. Joaquim inicia todas as falas afirmando que "o amor comeu...". Como o movimento de um verme, o amor devora Joaquim de dentro para fora. Primeiro come sua identidade e tudo o que o identifica: nome, endereço, cartões de visita. Depois passa a comer suas roupas, seus remédios e exames médicos, sua estante e livros de poesia, seus objetos pessoais, a comida e a bebida.

[9] *Idem.* p. 39.

Após roer o que estava à volta, torna ao corpo de Joaquim: bebe suas lágrimas e passa a roer-lhe a memória e termina por devorar-lhe o passado, o presente e o futuro. Por fim, o amor come o medo da morte:

> "O amor comeu minha paz e minha guerra, meu dia e minha noite. Meu inverno e meu verão. Comeu meu silêncio, minha dor de cabeça, meu medo da morte".[10]

Joaquim é o único que não repete o nome da amada: Lili, igualmente devorado pelo amor. Ele também parece ser o alterego de João Cabral, já que descreve certas paisagens e percursos muito próximos da biografia do escritor:

> "O amor comeu meu Estado e minha cidade. Drenou a água morta dos mangues, aboliu a maré. Comeu os mangues crespos e de folhas duras, comeu o verde ácido das plantas de cana cobrindo os morros regulares, cortados pelas barreiras vermelhas, pelo trenzinho preto, pelas chaminés. Comeu o cheiro de cana cortada e o cheiro de maresia. Comeu até essas coisas de que eu desesperava por não saber falar delas em verso".[11]

Cabral aparece com nitidez na fala de Joaquim. As temáticas que o poeta desenvolveu em seus poemas estão quase todas presentes no trecho transcrito. Quando ele faz referência àquelas "coisas de que eu desesperava por não saber falar delas em verso", retoma o mesmo assunto que Raimundo aborda, ou seja, a dificuldade de traduzir o feminino objetivamente.

O engenheiro e *Psicologia da composição*

Em *O engenheiro*, Cabral começa a delinear seus projetos futuros, fazendo seus esboços a lápis, como rascunhos de um projeto maior. Mas a ideia de construção ainda está submetida ao plano imaterial do desenho.

[10] *Idem*. p. 40.
[11] *Idem*. p. 39.

Há a intensificação das imagens já aqui descritas e associadas à mulher: nuvens, mar, paisagem, árvore. Pela primeira vez, no entanto aparece um objeto concreto nesta árvore, a fruta ou o fruto, só que ainda ligado à maternidade, como produto final e não como meio de se obter prazer. Embora seguida sempre da dúvida, a imagem toma forma nos versos do poema "A árvore":

O frio olhar salta pela janela
para o jardim onde anunciam
a árvore.

A árvore da vida? A árvore
da lua? A maternidade simples
da fruta?

A árvore que vi numa cidade?
o melhor homem? O homem além
e sem palavras?

Ou a árvore que nos homens adivinho?
Em suas veias, seus cabelos
ao vento?

(O frio olhar
volta pela janela
ao cimento frio
do quarto e da alma:

calma perfeita
onde jamais penetrará
o rumor

da oculta fábrica
que cria as coisas,
do oculto impulso
que explode em coisas

como na frágil folha
daquele jardim.)

O poeta coloca uma grande quantidade de versos entre parênteses, que são bem sugestivos, mas que ainda não admitem uma leitura concreta e objetiva dos relacionamentos amorosos. O "oculto impulso/ que explode em coisas" pode ser a metáfora do prazer, que propicia a formação do fruto. Tal como Raimundo faz, o poeta continua construindo pontes de sentido entre a mulher e a paisagem, a mulher e o discurso, mesmo que sejam tênues e difusas.

Em outro poema, dedicado a Drummond, o poeta afirma que "Não há guarda-chuva/ contra o amor/ que mastiga e cospe como qualquer boca,/ que tritura como um desastre." Novamente, das palavras do poeta ressurgem Raimundo, o que caminha para o desastre, e Joaquim, o homem mastigado/ devorado pelo amor.

As imagens fluidas da poesia cabralina começam a se solidificar. Em "Pequena ode mineral" observamos que o poeta aconselha a si mesmo a abandonar as formas passageiras: "Procura a ordem/ que vês na pedra:/ nada se gasta/ mas permanece." e, mais adiante, "pesado sólido/ que ao fluido vence,/ que sempre ao fundo/ das coisas desce."[12] Há uma tentativa de vencer a fluidez do sonho. O corpo aparece como um rascunho de materialidade que se interpõe nos versos. A alternância entre o fluido e o concreto torna-se uma característica marcante em *O engenheiro.*

Embora os temas que vimos em *Pedra do sono* se repitam, Cabral muda de abordagem em *O engenheiro*. A mulher interage no poema. Não é uma figura fixa, pois continua apresentando mobilidade, mas já saiu do nível do sonho para ganhar certa corporalidade.

Contrariamente à tendência apresentada em *Pedra do sono,* João Cabral passa a buscar uma literatura baseada na construção objetiva da imagem poética, privilegiando mais a comparação do que a metáfora. O poeta condensa as palavras em imagens cada vez mais concretas.

[12] *Idem*. pp. 59-60

A arquitetura do discurso passa a cortar toda a espontaneidade subjetiva da inspiração poética e essa nova concepção se manifesta, inclusive, através das escolhas linguísticas, quando o poeta demonstra uma preferência por substantivos concretos no lugar dos abstratos.

A partir de *O engenheiro*, Cabral trava uma luta intensa contra a fluência do verso, contra o ato criador espontâneo, regido pelo fluxo da consciência, que desmaterializa qualquer pensamento racional e construtivo.

O poeta a partir de *Psicologia da composição*: a descoberta da linguagem do deserto e das paisagens femininas

Em *Psicologia da composição*, Cabral exclui o fluente através da predominância de suas antíteses: o seco, o deserto, o sólido do discurso:

Eu me refugio
nesta praia pura
onde nada existe
em que a noite pouse.

Como não há noite
cessa toda fonte;
como não há fonte
cessa toda fuga;

como não há fuga
nada lembra o fluir
de meu tempo, ao vento
que nele sopra o tempo.[13]

[13] MELO NETO. *Op. cit.* p. 69.

A praia representa a claridade refletida em cada grão de areia, o dia claro em contraposição à noite. A praia é um deserto limpo, sem lugar para fugir, sem fonte, nem resíduos do fluente. É o território: "sem a água doce/ de água e de sono;/ sem os grãos do amor/ trazidos na brisa."[14] Só lhe resta agora o deserto de Anfion.

Em "Antiode" o poeta afirma: "O dia? Árido./ Venha, então, a noite,/ o sono. Venha,/ por isso, a flor.", mostrando o vício da poesia, que buscava nos versos algo que entorpecesse os sentidos. Nitidamente, Cabral mostra que irá combater essa "flor no colete da lembrança" e certas tendências líricas que fazem da poesia uma flor delicada.

Depois de um grande período de silêncio em torno do feminino, propriamente dito, e após as obras com ênfase na temática social e nas questões nordestinas, Cabral tenta reproduzir nos seus versos a flor do feminino sem abusar do lirismo.

A imagem da mulher como um artifício comparativo para descrever uma determinada paisagem começa a aparecer em "O vento no canavial", de *Paisagens com figuras*, onde o poeta diz que o canavial é semelhante à "penugem de moça ao sol" ou em "Alto do Trapuá", onde novamente há uma comparação com a cana "de cores claras e ácidas,/ femininas, aristocráticas".

Essa nova fase do poeta inicia-se com a descoberta de um ritmo adequado ao feminino, sem precisar recorrer ao melodioso som do sentimentalismo. Através da observação da paisagem espanhola e das touradas, o poeta vislumbra a forma mais perfeita para cantar a precisão da flor, e não a sua aparência frágil e delicada. Isso fica claro em "Alguns toureiros", quando a figura da flor se desliga da fragilidade própria a que costumam associá-la.

A imagem do toureiro com a rosa entre os dentes, diante de um touro violento, desfaz a delicadeza de rosa e imprime ferocidade à cena. O toureiro transmite à flor a imagem que Cabral buscava para definir o feminino: vigor, potência, força.

[14] *Idem*. p. 64

Sim, eu vi Manuel Rodríguez,
Manolete, o mais asceta,
não só cultivar sua flor
mas demonstrar aos poetas:

como domar a explosão
com mão serena e contida,
sem deixar que se derrame
a flor que traz escondida,

e como, então, trabalhá-la
com mão certa, pouca e extrema:
sem perfumar sua flor,
sem poetizar seu poema.[15]

João Cabral consegue sintetizar em imagens a forma ideal de transcrever em versos o feminino, sem poetizá-lo: conter, entre os dentes, os excessos e deter a explosão indomável do touro do sentimentalismo, deixar intactos a beleza e o vigor da flor, excluindo apenas o perfume, que entorpece os sentidos.

Em *Paisagens com figuras*, pela primeira vez o poeta une as "Duas paisagens": Catalunha e Pernambuco. Há uma tendência de integrar a visão do feminino, e também do masculino, na descrição das paisagens:

D'Ors em termos de mulher
(Teresa, *La Ben Plantada*)
descreveu da Catalunha
a lucidez sábia e clássica
...
aprendida certamente
no ritmo feminino
de colinas e montanhas
que lá têm seios medidos.

[15] *Idem*. p.134.

Em termos de uma mulher
não se conta é Pernambuco:
é um estado masculino
e de ossos à mostra, duro,
...
Lúcido não por cultura,
medido, mas não por ciência:
sua lucidez vem da fome
e a medida da carência,

e se for preciso um mito
para bem representá-lo
em vez de uma *Ben Plantada*
use-se o Mal Adubado.[16]

O mito de "Teresa, *la Ben Plantada*", do escritor catalão Eugenio D'Ors, é retomado e adaptado à paisagem pernambucana por João Cabral. O mito catalão associava a figura feminina de Teresa à arvore bem plantada, de raízes firmes na terra. Cabral identifica o masculino do sertão com a rigidez do solo, que não permite a fixação de nenhuma raiz, que não se oferece facilmente a nenhuma planta ou semente. A dureza do solo pernambucano e de suas paisagens se opõe ao terreno fértil da feminina, e *"Ben Plantada"*, Catalunha, já que "Teresa" é a personificação da pátria.

No entanto, ao traçar paralelos entre as duas paisagens, mais que diferenciá-las, o poeta realiza uma síntese, transpondo uma na outra e retirando de cada solo a substância do feminino e do masculino que lhe apraz. Assim como Eugenio D'Ors queria recuperar no mito feminino de *"La Ben Plantada"* um símbolo idealizante, e não idealizado, Cabral se vale disso para construir a imagem da mulher em seus poemas.

O poeta catalão define Teresa da seguinte forma:

[16] *Idem*. p. 142-143.

> "O símbolo de *La Bien Plantada* é uma árvore. Não dizemos bem plantada de uma árvore que tem raízes na terra? Sim, porém observemos que os ramos são outras raízes, umas raízes superiores. Pelas raízes baixas, a árvore está bem plantada na terra. Pelas raízes altas está bem plantada no ar e no céu. (...) Bem Plantada, Bem Plantada,/ porque tens boa planta, bons frutos darás!" [17]

Essa relação entre mulher e árvore, estabelecida por D'Ors, também seria evocada por Cabral em *Os três mal-amados*, quando Raimundo personifica Maria na figura da árvore, talvez uma associação ao mito de Dafne: "Maria era também uma árvore. Um desses organismos sólidos e práticos, presos à terra com raízes que a exploram e devassam seus segredos. E ao mesmo tempo lançados para o céu, com quem permutam seus gases, seus pássaros, seus movimentos."[18]

Lendo D'Ors e admirando a paisagem catalã, Cabral consegue retirar dessa terra feminina algo mais intenso do que conseguiu extrair da terra severina (Pernambuco): o fruto. Se em terras áridas (masculinas) não foi possível cantar além das pedras, da secura e da vegetação rasteira; em terras femininas o poeta celebra a descoberta da mulher "poetizável", que cabe no poema, amadurecida na linguagem e na imagem. O poeta consegue sintetizá-la, só que desta vez não mais como uma alegoria para a visão ou para o olfato (flor), mas para o tato e o paladar (fruto).

Nas obras subsequentes, principalmente em *Quaderna*, as amadas não mais rebentam na fonte do poema: o olhar do poeta as retém definitivamente, as solidifica no cristal que traz nos olhos. E ainda quando esse cristal se embaça – com a cegueira que acomete João Cabral no final da vida –, mesmo de olhos cerrados, é no núcleo, do núcleo de seu núcleo que o diamante-mulher se encontra plenamente concretizado.

---

[17] D'ORS, Eugenio. *La Bien Plantada de Xenius.* (Trad. Rafael Marquina). Madrid-Barcelona: Ed. Calpe, 1920. p. 69-70

[18] MELO NETO. *Op. cit.* p. 37.

Sísifo, óleo sobre tela,
Tiziano Vecellio, 1548-1549

Camus ou o absurdo*

Roberto Cavalcanti de Albuquerque

Escritor. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Introdução

"Eu não sou um filósofo", disse o escritor franco-argelino Albert Camus (1913-1960) em entrevista de 1945. "Não acredito o bastante na razão para crer em um sistema. O que me interessa é saber como se deve conduzir. E, mais precisamente, como se pode conduzir quando não se acredita em Deus nem na razão".[1]

Nada obstante, em 1936, quando aos 23 anos recebeu o diploma de estudos superiores de filosofia da Universidade de Argel, Camus anotou em seu caderno íntimo um programa de conduta e trabalho que dizia: "Obra filosófica: a absurdidade. Obra literária: força, amor e morte sob o signo da conquista. (...) Misturar os dois gêneros respeitando o tom peculiar."[2] A obra filosófica é *O mito de*

* Texto apresentado na Mesa-Redonda "50 anos de morte de Albert Camus" do dia 28 de outubro de 2010, no Teatro R. Magalhães Jr. (ABL).

[1] Cf. CAMUS, 1945. p. 1427.

[2] Ver CAMUS, 1962, p. 40. E LOUIS FAUCON, 2000a, p. 1410.

Sísifo, de 1942.[3] A ela vai seguir-se *O homem revoltado* (1951)[4]. O primeiro desses dois textos, considerados pela Librairie Gallimard "ensaios filosóficos", constitui o tema básico deste estudo.[5] Ele é o esteio maior da vasta produção do escritor Albert Camus, Prêmio Nobel de Literatura de 1957.

O homem absurdo

É provável que a concepção geral de *O mito de Sísifo* tenha ocorrido mais cedo por ter seu autor vivenciado, em 1936-7, experiência absurda. O mundo como que desabou sobre ele: obrigado a renunciar pela tuberculose a objetivos de vida e trabalho que tinha estabelecido; frustrado na política com o Partido Comunista a que se filiara como soldado; machucado pelo fracasso do casamento com sua primeira mulher, Simone Hié. Alguns acham que Camus teria chegado mesmo a pensar em suicídio.[6] Salvara-o o retorno da confiança na capacidade humana de enfrentar o inevitável. *O mito* foi se estruturando pouco a pouco por sobre o tema do desafio lúcido, que opõe a uma inculpação injusta a recusa de qualquer apoio sobrenatural ou revide póstumo.[7] Em Paris, já em plena segunda grande guerra, depois em Clermont-Ferrand, Lyon e Oran (Argélia), a obra evoluiu. Em 21 de fevereiro de 1941, ele registra em seu caderno, aliviado: "*Sísifo* terminado. Os três *Absurdos* estão concluídos". O tríptico mencionado, ou o "ciclo do absurdo", inclui a peça de teatro *Calígula*, de 1938, somente publicada em 1944, e a narrativa[8] *O estrangeiro*, editada em 1942.[9]

---

[3] Cf. CAMUS, 1942.

[4] Ver CAMUS, 1951.

[5] A qualificação de ensaios filosóficos a esses dois livros que estruturam a obra camusiana é adequada na medida em que ensaio (provindo do grego *egkágion* através do latim *exagium*) significa o ato de pesar, avaliar, logo se desdobrando nas acepções prova, experiência, tentativa. No francês, *essai* conota obra que não trata a fundo um tema, sendo menos exaustiva que uma monografia e menos aprofundada que um tratado. Ver Albuquerque, 2007, p. 11.

[6] Cf. FAUCON, 2000a, p. 1412.

[7] *Ibidem*.

[8] *Récit*.

[9] Ver CAMUS, 1938a e 1951.

Precedida da conhecida epígrafe "Não aspire, ó minha alma, à vida imortal, mas esgote o campo do possível",[10] *O mito de Sísifo*, embora se inicie com meditação sobre o suicídio, impõe como última imagem de Sísifo a de um homem feliz.[11]

Afirmando que o suicídio é o único "problema filosófico verdadeiramente sério", Camus considera que julgar se a vida vale ou não ser vivida é "a questão fundamental da filosofia".[12]

Nunca se viu alguém morrer pelo argumento antológico. Galileu abjurou a ciência tão logo viu sua vida em perigo. Fez bem. Pouco importa que a terra gire em torno do sol ou o sol em torno da terra. No entanto, muitos morrem porque acham que a vida não vale a pena ou se deixam matar por ideias e ilusões que são uma razão de viver (ou de morrer). Em meio a universo que não se pode explicar, subitamente esvaziado de luzes, o homem se sente estrangeiro: em exílio sem remédio, privado das lembranças de uma pátria perdida, da esperança da terra prometida. "Este divórcio entre o homem e sua vida, o ator e seu cenário, é o próprio sentimento de absurdidade. E como todos os homens sãos idearam um dia seu próprio suicídio, pode-se reconhecer, sem mais explicações, que há uma ligação direta entre esse sentimento e a aspiração para o nada".[13]

Matar-se porque não vale viver é truísmo infecundo. Será que esse insulto à existência, esse desmentido que a sufoca decorre do absurdo? Haverá, além do sentimento, uma lógica até a morte? Só se pode saber seguindo sem paixões tumultuosas, sempre à luz da evidência, um raciocínio absurdo. A tenacidade e a clarividência são os espectadores privilegiados de um jogo desumano onde o absurdo, a esperança e a morte trocam figuras.[14]

O tempo nos leva. Mas chega a hora em que é preciso guiá-lo. Vivemos sobre o futuro: "amanhã", "mais tarde", "quando for possível", "com os anos saberás"– essas inconsequências são admiráveis porque, enfim, viver é morrer.[15]

---

[10] Dois versos de Píndaro (da Terceira Pítica, em honra a Hieron de Siracusa), utilizados por Paul Valéry (1930) como mote para o famoso "O Cemitério Marinho". Esses versos explicam-se melhor na obra de Camus do que no poema de Valéry. Cf. FAUCON, 2000b, p. 1430.

[11] Ver CAMUS, 1942, p. 198. E Faucon 2000a, p. 1416.

[12] CAMUS 1942, p. 99.

[13] CAMUS, 1942, p. 99-101.

[14] *Ibidem*, p.103-4.

[15] *Ibidem*, p. 107.

Chega o dia dos 30 anos, afirmação de juventude e também fugaz momento na curva incerta do tempo. O homem pertence ao tempo e, diante do pânico que o invade, reconhece nele seu pior inimigo. A hostilidade primitiva do mundo avança sobre ele. Um mundo espesso, estranho, irredutível, uma natureza, uma paisagem de beleza desumana, que o nega. Os outros homens também segregam o desumano: no aspecto mecânico de seus gestos, na mímica sem sentido que paralisa seu entorno. Esse estranhamento, essa angústia, esse mal-estar, essa náusea (assim o chama um autor de nossos dias[16]), essa revolta da carne são também o absurdo.[17]

Quais são as consequências dessas descobertas absurdas?

Na primeira tarefa do espírito, distinguir o verdadeiro do falso, não se pode ser mais convincente do que Aristóteles. Afirmar que tudo é verdadeiro é atestar a verdade da afirmação oposta de que tudo é falso. E dizer que tudo é falso torna falso esse mesmo dizer. Proclamar com Parmênides a realidade do Uno (o que quer que ele seja) é cair na ridícula contradição de um espírito que, ao asseverar a unidade, comprova a diferença e a diversidade.[18]

Para o homem, compreender o mundo é reduzi-lo ao humano. O universo do gato não é o do formigueiro. E procurar compreender a realidade é transformá-la em pensamento. "Este coração em mim, eu posso senti-lo e julgo que ele existe. "Este mundo, eu posso tocá-lo e julgo que ainda existe. Aí acaba toda minha ciência, o resto é construção. (...) Este coração, que é meu, continuará sempre indefinível. Entre a certeza que tenho de minha existência e o conteúdo que intento dar a essa assertiva, o fosso nunca será preenchido."[19]

Estranho a si mesmo e ao mundo, tendo a socorrer-lhe um pensamento que, quando afirma, se nega a si mesmo, qual é essa condição em que, para ter

[16] Trata-se, evidentemente, de Jean-Paul Sartre, com quem Camus guardava diferenças. O romance desse autor *La Nausée*, de 1938, foi criticada em artigo de Camus por ser um monólogo-tese (Cf. CAMUS 1938b, p.1417-9). Camus rejeitava o que chamou "duas formas do existencialismo": a de Kierkegaard e Jaspers, que "desemboca na divindade pela crítica da razão"; e o existencialismo ateu de Husserl, Heidegger e Sartre, "que também termina por uma divinização, (...) a da história". Cf. CAMUS, 1945, p. 1427.
[17] CAMUS, 1942, p.107-8.
[18] CAMUS, 1942, p. 110.
[19] *Idem*, p. 110-11.

paz, o homem tem de recusar o saber e o viver? Em que o desejo de conquista se choca a muralhas que desafiam todas as investidas?[20]

Querer é suscitar paradoxos. O mundo é indecifrável, é tudo que podemos dizer. E é absurda a confrontação entre esse irracional e o desejo desperdiçado de clareza que ecoa no mais profundo de nós. "O absurdo depende tanto do homem quanto do mundo. É o único elo entre eles".[21] É a razão lúcida constatando seus limites. Ela não sabe se o mundo tem sentido, sabe que é impossível conhecê-lo.[22] No fundo desse conflito, dessa fratura entre o mundo e o espírito, emerge evidente a consciência que se tem dele. Cabe preservá-la, sempre renovada e tensa, para que o absurdo, tão evidente quanto difícil de alcançar, reencontre na vida humana sua pátria.

O árido caminho do espírito desemboca na vida cotidiana, onde o homem comparece com sua revolta e clarividência. Esse desaprender de esperar, esse inferno do presente são enfim seu reino. O esforço lúcido e a busca da evidência abstrata cedem lugar ao lirismo das formas e cores. Os conflitos espirituais se encarnam e encontram o abrigo miserável e magnífico do coração. Nenhum deles está resolvido, mas todos se transfiguram. O corpo, a ternura, a criação, a ação, a nobreza humanas terão seu lugar neste mundo insensato. O homem reencontrará o vinho do absurdo e o pão da indiferença que alimentam sua grandeza.[23]

A questão de saber se a vida deve ter um sentido se inverte agora: ela será vivida tanto melhor quanto menos sentido tenha. A revolta, uma das poucas posturas filosóficas consistentes, é uma confrontação permanente entre o homem e sua obscuridade, imperativo de uma impossível transparência.[24]

Não interessa saber se o homem é livre. Ele somente pode aspirar a sua própria liberdade. Em si, ela não tem sentido, pois está ligada à existência de Deus e do mal. Conhece-se o paradoxo: ou não somos livres e Deus todo poderoso é responsável pelo mal, ou somos livres e Deus não é todo poderoso. Importa é a liberdade de ação, embora privada de esperança e tendo a morte

[20] *Idem*, p.112
[21] *Idem*, p. 112-3.
[22] *Idem*, p. 134-6.
[23] CAMUS, 1942, p. 136-7.
[24] *Idem*, p. 138.

como a única certeza. Pior para o homem é permanecer ligado à ilusão de liberdade que o entrava ao conformá-lo às exigências de uma finalidade da vida. Melhor é aceitar que não há amanhãs para fruir de liberdade profunda.[25]

Nesse contexto, o que significa viver? Significa indiferença quanto ao futuro e paixão para esgotar todo o campo do possível. E viver mais, sentindo a vida, a revolta, a liberdade. A loucura e a morte são os irremediáveis. O grande obstáculo é a morte prematura. O homem não escolhe: viver quarenta ou sessenta anos é uma questão de sorte. Vinte anos mais de vida e experiências nunca serão recuperados. A sucessão de presentes diante de um espírito sempre consciente é o ideal do homem absurdo.[26]

Albert Camus extrai assim do absurdo três consequências: a revolta, a liberdade e a paixão. Transforma pela consciência lúcida em regra de vida o que era convite à morte e recusa o suicídio. Trata-se agora de viver.[27]

O que é para ele o homem absurdo? É aquele que, sem negar o eterno, não faz nada por ele. Embora a nostalgia do eterno não lhe seja estranha, ele prefere a coragem que lhe ensina a viver sem proteção e bastando-se com o que tem. É a razão que lhe aponta os limites. Seguro de sua liberdade limitada, de sua revolta sem futuro, de sua consciência perecível, ele prossegue sua aventura no tempo de sua vida. Esse é seu terreno, essa sua ação, que ele subtrai a todo julgamento, exceto o seu.[28]

A ficção absurda: *Calígula, O estrangeiro*

Com o drama *Calígula* e a narrativa *O Estrangeiro* completa-se o ciclo do absurdo camusiano.

Já se viu no *Calígula* de Camus um desafio nietzschiano, revolta violenta contra o destino e busca desesperada da felicidade.[29] Mais simples será considerá-lo a teatralização do homem absurdo, com toda a carga sobre o sentimento e a razão.

---

[25] *Idem*, p. 139-41.

[26] *Idem*, p. 144-5. Camus morreu aos 46 anos (ver infra).

[27] *Idem*, p. 145-6.

[28] CAMUS, 1942, p. 149.

[29] Veja-se ALBÉRÈS, p. 200. E Albuquerque, 1960, p. 78. Note-se que Camus admirava Nietzsche, vendo em sua lucidez estéril e triunfante e na negação obstinada de todo consolo sobrenatural uma estética do absurdo. Cf. CAMUS, 1942, p. 210.

O absurdo em Calígula, revelado subitamente com a morte de Drusila, invade seu espírito e se torna padrão de conduta, regra de vida.

As atitudes iniciais do imperador são a recusa da realidade, aliada à reivindicação de liberdade sem limite e fuga da condição humana. Diz ele: "Simplesmente, eu senti de repente uma necessidade do impossível. As coisas como elas são não me pareciam satisfatórias. (...) Agora eu sei. Este mundo, tal como é feito, não é suportável. Eu preciso pois da lua, ou da felicidade, ou da imortalidade, de qualquer coisa que talvez seja demente, mas que não seja desse mundo".[30]

Ao constatar, aflito, instalar-se nele a sensação do absurdo, ele descreve-lhe os sintomas: "Eu sinto crescerem em mim seres sem nome. Que farei contra eles? Ó Cesônia, eu sabia que se pode desesperar, mas ignorava o que essa palavra significa. Pensava como todo mundo que era uma doença da alma. Mas não, é o corpo que sofre. Minha pele dói, meu peito, meus membros. Sinto a cabeça oca e pesar no coração. E o pior é esse gosto na boca. Nem sangue, nem morte, nem febre mas tudo ao mesmo tempo. Basta que eu mexa a língua para que tudo volte a escurecer e as pessoas me repugnem. Como é duro, como é amargo tornar-se um homem!"[31]

Eis que Calígula descobrira uma verdade simples e clara, um pouco boba, talvez, mas difícil de suportar: os homens morrem e não são felizes. E enxergara no poder e na liberdade absoluta os meios para, superando a condição humana, igualar-se aos deuses: "Tudo de que hoje se pode me censurar é ter feito um pouco mais de progresso no caminho do poder e da liberdade. Para um homem que ama o poder, a rivalidade dos deuses tem algo de irritante. Eu a suprimi. Provei a esses deuses ilusórios que um homem, tendo vontade, pode exercer sem aprendizado seu ofício ridículo."[32]

Preso a uma evidência de que não pode se livrar, a verdade do absurdo, Calígula conquista, no limite da vida e da lucidez, liberdade terrível. Ela apaga os valores da convivência e, sem explicação ou fundamento, justifica tudo, inclusive o crime. É um mergulho na solidão. Que propicia felicidade insana, de todo alheia à humana condição.

---

[30] CAMUS, 1938a, ato I, cena IV.

[31] *Idem*, ato I, cena XII.

[32] CAMUS, 1938a, ato 2,cena II.

Ao suprimir Cesônia, estrangulando-a aos poucos, Calígula segreda-lhe ao ouvido: "Fica tranquila, Cesônia. Sem ela [essa liberdade assustadora], eu seria um homem satisfeito. Graças a ela, eu conquistei a divina clarividência do solitário. Eu vivo, eu mato, eu exerço o poder delirante do destruidor. Perto dele, o do criador parece uma pantomima. Isto é que é ser feliz. É isto a felicidade, essa insuportável libertação, esse desprezo universal, o sangue, o ódio a meu redor, esse isolamento ímpar do homem que tem toda sua vida sob controle, a alegria desmedida de um assassino impune, a lógica implacável que esmaga vidas humanas, que te esmaga, Cesônia, para alcançar enfim a solidão eterna que eu desejo".[33]

Em *Calígula*, Camus intenta mapear toda a fenomenologia da experiência absurda levada às últimas consequências.[34] O teatro, com sua linguagem da ação, revelou-se gênero literário adequado a essa empreitada. A peça foi escrita em 1938 para um ator e diretor previamente escolhidos – ele mesmo, o autor Albert Camus. Era para ser encenada num pequeno teatro de Argel, o Théâtre de l'Équipe, fundado por ele.[35] Na sua revolta contra o destino, o erro de Calígula foi negar o humano. Não se pode tudo destruir sem se destruir a si próprio.

O estrangeiro abriu para Camus as portas da celebridade. Dessa vez o gênero literário escolhido por ele foi a narrativa. Mersault é burocrata argeliano que mantém um diário pelo qual o leitor entra no cotidiano de uma vida aparentemente comum, porém governada mais pelas sensações do que pela razão e o sentimento. Um anti-herói estrangeiro em seu próprio país, estranho à sociedade cujos valores rejeita, alheio à própria vida. Que leva a existência numa espécie de embotamento lúcido: desinteresse pelo que o cerca, anestesia moral, carência de solidariedade humana. Indiferença pela morte da própria mãe, cujo corpo ele se recusa a ver pela última vez.

Um episódio circunstancial o leva a matar um árabe na incandescência de uma praia mediterrânea. Envolvido numa espécie de semiconsciência, ele descarrega nele o revólver que portava, quebrando o equilíbrio do dia e o silêncio

[33] *Idem*, ato 4, cena XII.

[34] Veja-se ALBUQUERQUE 1960, p. 79.

[35] A peça, reescrita e retocada várias vezes, somente viria a estrear, com grande êxito, no ano de 1945 em Paris, no Théâtre Hébertot, sob a direção de Jaques Hébertot e com Gérard Philipe no papel de Calígula.

excepcional de uma praia onde ele fora feliz e lhe abria agora as portas do infortúnio.

Durante o julgamento que o condenou à morte, em sua inconsciência, Mersault a princípio sequer compreende que ele seja a causa de todo aquele reboliço. "Eu estava também um pouco espantado com toda essa gente naquela sala fechada. Passei os olhos pelo tribunal e não destaquei nenhum rosto. Creio que de início eu não me dei conta de que todos se comprimiam para me ver. Normalmente ninguém dava atenção a minha pessoa. Foi preciso um esforço para entender que era eu a causa de toda aquela agitação".[36]

Na prisão, já sentenciado, as palavras de doçura, esperança e arrependimento que lhe dirigiu o capelão o exasperam. Mersault avança sobre o padre, segura-o pelo pescoço, o insulta. É quando lhe vem a revelação terrível: todos nascemos para morrer, de um ou de outro modo. Ele conquista estranha liberdade, total desinteresse por tudo exceto a chama pura da vida.

"A paz maravilhosa desse verão adormecido entrava em mim como uma maré. Nesse momento e no limite da noite, as sirenes tocaram. Elas anunciavam partidas para um mundo que agora me era para sempre indiferente. Pela primeira vez depois de tanto tempo eu pensei em mamãe. Pareceu-me compreender por que no fim de uma vida ela havia noivado, por que tinha fingido recomeçar. Lá longe, lá longe também, ao redor desse asilo onde as vidas se apagavam, a noite era só escuridão e melancolia. Tão perto da morte, mamãe deve ter se sentido liberada e pronta para reviver tudo. Ninguém, ninguém tinha o direito de chorar sobre ela. E eu também, eu me sentia pronto a tudo reviver. Como se essa grande cólera me tivesse purgado o mal, esvaziado a esperança, diante dessa noite carregada de signos e estrelas eu me abria pela primeira vez à doce indiferença do mundo. Ao percebê-lo tão semelhante a mim, tão fraternal enfim, eu senti que tinha sido feliz e que o era ainda. Para que tudo se complete, para que eu me sinta menos só, resta desejar que haja muitos espectadores no dia de minha execução e que eles me acolham com gritos de ódio."[37]

[36] CAMUS, 1944, p. 123.
[37] Cf. CAMUS, 1944, p. 178-9.

O herói absurdo

Para Camus, Sísifo é o herói absurdo por excelência. Os deuses o haviam condenado a rolar sem descanso um rochedo até o cume de uma montanha, de onde a pedra despencava pelo próprio peso. Seu desprezo pelos deuses, o ódio da morte, a paixão pela vida lhe valeram esse suplício indizível.

Não é o momento da subida – o esforço de um corpo tenso, o olhar crispado, a face colada contra a pedra, um pé que a calça, as mãos sujas de terra – o que mais o interessa. É quando, tendo chegado ao topo, Sísifo vê a pedra resvalar montanha abaixo e começa a descer até a planície para buscá-la. "Eu vejo este homem descer, de passo pesado mas firme, para o tormento sem fim. Esta hora (...) é a da consciência. Ele é superior a seu destino. Ele é mais forte que seu rochedo. Esse mito é trágico porque seu herói é consciente. (...) Sísifo, proletário dos deuses, impotente e revoltado, conhece toda a extensão de sua condição miserável. É nela que ele pensa durante a descida. A clarividência que deveria atormentá-lo confirma sua vitória. Não há destino que não se supere pelo desprezo. (...) Toda sua alegria silenciosa está nisso. Seu destino lhe pertence. Seu rochedo é sua coisa".[38]

Camus deixa Sísifo em baixo da montanha. Ele ensina a fidelidade superior que nega os deuses e remove os rochedos. Como Édipo, também acha que tudo está bem. Este universo doravante sem dono não lhe parece nem estéril, nem fútil. Cada grão de sua pedra, cada reflexo mineral da montanha sombria forma um mundo. "A própria luta em direção ao cume basta para preencher um coração humano. É preciso imaginar Sísifo feliz."[39]

Conclusão

Albert Camus morreu aos 46 anos no início da tarde do dia 4 de janeiro de 1960, em acidente de automóvel nas proximidades de Sens, departamento de Yonne, região da Borgonha, a cerca de 100 km de Paris. Na véspera daquele dia, ele, seu editor Michel Gallimard, a mulher Janine e a filha Anne Gallimard haviam deixado, no carro do editor, um potente Facel-Vega, a casa de campo do escritor

[38] CAMUS, 1942, p. 196-7.
[39] *Idem*, p. 198.

no povoado de Lourmarin, sul da França, adquirida com os recursos do Prêmio Nobel ganho há pouco mais de dois anos. O veículo derrapou, chocou-se a um plátano e se despedaçou de encontro a uma segunda árvore. Michel, que o conduzia, feriu-se gravemente, vindo a falecer cinco dias depois num hospital de Paris.

Camus, que se sentara ao lado dele, morreu num instante.[40]

Em sua pasta foi encontrado, entre outras coisas, o manuscrito do romance no qual ele trabalhava, *O primeiro homem*: 144 páginas de texto cerrado, sem pontuação, a letra miúda muitas vezes ilegível, as margens cheias de adendos e anotações.

A obra inacabada, claramente autobiográfica, é busca por vezes desesperada do escritor por suas raízes paternas (francesas) e maternas (espanholas) e mergulho na infância e adolescência pobres, mas felizes, vividas em Argel.

Por iniciativa de sua filha Catherine Camus, *O primeiro homem* foi publicado em 1994. Nas últimas linhas do texto pode-se ler: "E ele também (ele, Camus, o filho ou o primeiro homem), porque nascido numa terra sem avós e sem memória, onde o desaparecimento dos que o precederam é o mais total (...), ele, como uma lâmina solitária e sempre vibrante destinada a ser quebrada para todo sempre, uma pura paixão de viver confrontada a uma morte total, sentia hoje a vida, a juventude, as pessoas escaparem-lhe sem poder socorrê-las em nada."[41] E abandonado apenas à "esperança cega de que a força obscura que, durante tantos anos, o havia elevado acima dos dias, alimentando-o sem regatear, sempre a mesma nas mais duras circunstâncias, lhe forneça também – e com a mesma generosidade incansável que lhe dera razões de viver – razões de envelhecer e morrer sem revolta."[42]

Para Camus o objeto da sua literatura continuava o mesmo: penetrar nas profundezas do coração. Perguntado, em sua última entrevista, de 20 de dezembro de 1959, o que a crítica francesa mais descurara em sua obra, ele respondeu: "A parte obscura, o que há de cego e de instintivo em mim".[43]

---

[40] Cf. TODD, p. 413.
[41] Ver CAMUS, 1994, p. 261.
[42] *Ibidem*.
[43] Ver CAMUS 1959, p. 1925.

Bibliografia citada

ALBÉRÈS, R.M. *Les hommes traqués*. Paris: Albin Michel, 1953.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de, 1960. "Introdução a Albert Camus". *Symposium*, Recife, ano 2, v. 2, n. 1, p.76-90 (Revista da Universidade Católica de Pernambuco).

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de, 2007. *Antes tempos depois*. Rio de Janeiro: José Olympio.

CAMUS, Albert, 1938a. *Caligula*. Paris: Gallimard, 1944 (Peça em quatro atos).

_____, 1938b. "Na nausée de Jean-Paul Sartre". *In*: CAMUS, Albert. *Essais*. Paris: Gallimard, 2000 (Bibliothèque de la Pléiade), p. 1417-9.

_____, 1942. *Le mythe de Sisyphe*. *In*: CAMUS, Albert. *Essais*. Paris: Gallimard, 2000 (Bibliothèque de la Pléiade), p. 89-211.

_____, 1944, *L'étranger*. Paris: Gallimard, 1957 (Le Livre de Poche).

_____, 1945. *Interview à "servir"*, 20.11.1945. *In*: CAMUS, Albert. *Essais*. Paris: Gallimard, 2000 (Bibliothèque de la Pléiade), p. 1427-9.

_____, 1951. *L'homme revolté*. Em CAMUS, Albert. *Essais*. Paris: Gallimard, 2000 (Bibliothèque de la Pléiade), p. 405-709.

_____, 1959. "Dernière interview d'Albert Camus". *In*: CAMUS, Albert. *Essais*. Paris: Gallimard, 2000 (Bibliothèque de la Pléiade), p. 1925-8.

_____,1962. Car*nets I*, mar. 1935-fev. 1942. Paris: Gallimard.

_____, 1994. *Le premier homme*. Paris: Gallimard.

_____, 2000. *Essais*. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade).

FAUCON, Louis, 2000a. "Le mythe de Sisyphe, I, Commentaires". *In*: CAMUS, Albert. *Essais*. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), p. 1410-6.

_____, 2000b. "Le mythe de Sisyphe, III, Notes et variantes". *In*: CAMUS, Albert. *Essais*. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), p, 1430-55.

SARTRE, Jean-Paul. *La nausée*. Paris: Gallimard, 1938.

TODD, Olivier. *Albert Camus, une vie*. Paris: Gallimard.

2010: o segundo semestre literário

André Seffrin

Crítico e ensaísta, atua em jornais e revistas e escreveu dezenas de apresentações e prefácios para edições de autores brasileiros, entre clássicos e contemporâneos. Organizou cerca de 20 livros, sendo o mais recente deles *Poesia completa* e *Prosa de Manuel Bandeira* (Nova Aguilar, 2009).

Este complemento da matéria anterior (*Revista Brasileira*, n. 64, jul./set. 2010) comprova que a poesia brasileira não decepcionou em 2010, sobretudo no que diz respeito ao cânone. Sim, grandes poetas estão de volta ao cenário, a começar pela *Poesia completa* (Aeroplano), de Odylo Costa, filho, organização de Virgílio Costa, e o póstumo *Bella donna* (7Letras), de Tite de Lemos, autores subavaliados frente à enxurrada de novidades das últimas décadas, ambos notáveis no soneto (e não apenas no soneto) apesar de pouco ou nada apresentarem em comum e *Bella donna* valorizar sobretudo experimentos gráficos distantes da forma-fôrma do soneto.

Poetas menos surpreendentes ou bissextos também foram relembrados, a exemplo de *Augusto Frederico Schmidt: melhores poemas* (Global), organização de Ivan Marques, *Serenata* (Armazém da Cultura) e *Mandacaru* (Instituto Moreira Salles), de Rachel de Queiroz, respectivamente organizados por Ana Miranda e Elvia Bezerra. Alcançamos pontos visivelmente mais altos com a *Obra completa*

(ABL/G. Ermakoff), de Casimiro de Abreu, organização de Mário Alves de Oliveira, *Versos/Vibrações* (ABL), de Júlia Cortines, organização de Gilberto Araújo, *Zoologia bizarra* (Casa da Palavra) e *Ossos e vozes* (Contra Capa), ambos de Ferreira Gullar, com ilustrações do autor, o primeiro, e de Gianguido Bonfanti, o segundo, e, na coleção Roteiro da Poesia Brasileira, direção de Edla van Steen, *Anos 80* (Global), organização de Ricardo Vieira Lima, antologia acompanhada de excelente prefácio que equilibra em alta medida pesquisa e lucidez crítica.

O sistema literário, como qualquer outro, guarda segredos, labirintos, surpresas e escusos modos de fazer e desfazer reputações. *Em alguma parte alguma* (José Olympio), de Ferreira Gullar, *Poema – coral das abelhas* (Expressão Gráfica), de Jorge Tufic, em segunda edição revista e aumentada, e *Campo marcado* (Booklink), de Francisco Marcelo Cabral apontam o vigor de uma geração oriunda dos anos 1940/1950, três poetas octogenários (completados em 2010) cuja qualidade e difusão da obra nem sempre caminharam juntas, ao contrário. O sucesso do primeiro inevitavelmente ofusca e quase afasta do mapa literário um grupo que nunca abandonou a trincheira. Basta lembrar os recentíssimos *Poeta poente* (Perspectiva), nova coletânea de Affonso Ávila, e *Livro de linhagem* (Imprensa Oficial de S. Paulo), de Alberto da Costa e Silva, em edição fac-similar de 1000 exemplares.

Por outro lado, tivemos uma excelente estreia, *Dezembro* (Circuito), de Ana Tereza Salek, sinal de que uma nova geração busca seu espaço e é forte o suficiente para se desvincular de possíveis tributos às anteriores, que ainda e sempre dominam a paisagem. Entre poetas antigos, modernos, novos ou novíssimos, livros se multiplicam como pães: *Poemas reunidos* (Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional), de Geraldo Carneiro, *Até agora: poemas reunidos* (Imprensa Oficial de São Paulo), de Régis Bonvicino, *Viavária* (Nankin/Funalfa), de Iacyr Anderson Freitas, *Alugo palavras* (Edelbra), de Miguel Sanches Neto, *Sete suítes* (Companhia das Letras), de Antonio Fernando De Franceschi, *Brasilíada* (Língua Geral), de Nicolas Behr, *Extravio marinho* (Ateliê), de Simone Homem de Mello, *Memória futura* (Ateliê), de Paulo Franchetti, *Inversão íntima* (Edição do Autor), de Adele Weber, *O caos no corpo* (Ideia), de Carmen Vasconcelos, *Treva alvorada* (Iluminuras), de Mariana Ianelli (que não citei corretamente no levantamento anterior), *O pó das palavras* (Ponteio), de Claufe Rodrigues, *Pétala de lamparina* (Ateliê), de Ricardo

Lima, *Os tigres cravaram as garras no horizonte* (Circuito), de Augusto de Guimaraens Cavalcanti, *Alma gentil: raízes* (Escrituras), de Álvaro Alves de Faria, *A ceia sagrada de Míriam: oferenda lírica* (Imago), de Luís Augusto Cassas, *As linhas do vento* (7Letras), de Dirce de Assis Cavalcanti, *Gullar Gullar* (Lithograf), de Marcus Vinicius Quiroga, *D´Agostinho* (Calibán), de Patricia Tenório, *No tapa* (Scriptum), de Leonardo Araújo, *A chave do mar* (Companhia das Letras), de Fernando Moreira Salles, *Verão em Botafogo* (7Letras), de Thiago Camelo, *ContraBANDOS* (Edith), livro de estréia de Raphael Gancz, *Fina ficção* (Editora da Palavra), de Lou Viana, *Poemas* (Editora da Palavra), de Helena Ortiz, edição bilíngue, tradução para o espanhol de Helena Ferreira, mais a segunda edição de *Safra e entressafra* (FuturArte), de Sergio Luiz Moreira, e as reedição de *Que país é este?* (Rocco), de Affonso Romano de Sant'Anna. Sem esquecer as edições artesanais (ou especiais) de *Proesias* (Tipografia Acaia), de Alice Ruiz, *Autobiografia de um truque* (Nephelibata), "prosa poética" de Floriano Martins, e *Poemóbiles* (Demônio Negro-Annablume), de Augusto de Campos e Julio Plaza, em segunda edição.

Embora orientados mais pela tradição que pelas transformações do mundo contemporâneo, nossos romancistas se mostram bem integrados ao gênero que não empalidece apesar dos prognósticos desalentadores: *Eu vos abraço, milhões* (Companhia das Letras), de Moacyr Scliar, *Um erro emocional* (Record), de Cristóvão Tezza, *Passageiro do fim do dia* (Companhia das Letras), de Rubens Figueiredo, *O homem que vive: uma jornada sentimental* (Iluminuras), de Teixeira Coelho, *Azul-corvo* (Rocco), de Adriana Lisboa, *O assobio da foice* (Global), de Fernando Pessoa Ferreira, *Nada me faltará* (Companhia das Letras), de Lourenço Mutarelli, *A outra ponta do fio* (Scortecci), de Hilda Gouveia de Oliveira, *O sonho de Matilde* (Record), de Livia Garcia-Roza, *Três traidores e uns outros* (Record), de Marcelo Backes, *No buraco* (Companhia das Letras), de Tony Bellotto, *Selva Brasil* (Draco), de Roberto de Sousa Causo, *Minha mãe se matou sem dizer adeus* (Record), de Evandro Affonso Ferreira, *Búfalo* (Língua Geral), de Botika (pseudônimo de Bernardo Botkay), *As cores do crime* (Global), de Pedro Cavalcanti, *Bichos da terra tão pequenos* (Rocco), de Joel Rufino dos Santos, *Pássaros grandes não cantam* (Global), de Luíz Horácio, *A galeria Wilson* (Gryphus), de Maicon Tenfen, *Distopia* (Ateliê), de Hélio Franchini Neto, *O evangelho de*

Barrabás (Objetiva), de José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta, *Fora de mim* (Objetiva), de Martha Medeiros, *Com esse ódio e esse amor* (Global), de Maria José Silveira, *Método prático da guerrilha* (Companhia das Letras), de Marcelo Ferroni, *Perácio: relato psicótico* (Leya), de Bráulio Mantovani, *Bolero de Ravel* (Global), de Menalton Braff, *Os Getka* (Record), de Letícia Wierzchowski, *A mulher sem palavras* (Vieira & Lent), de Marcelo Barbão, *Hotel Brasil* (Rocco), de Frei Betto, *O amanhã aconteceu* (Topbooks), de Ary Albuquerque, *1930: águas da revolução* (Record), de Juremir Machado da Silva, narrativa mais histórica que propriamente literária, *O dom do crime* (Record), enredo parabólico de Marco Lucchesi, evocação de Machado de Assis à margem do poema em prosa, *O punho e a renda* (Record), romance catártico de Edgard Telles Ribeiro, e *Primavera nos ossos* (Casarão do Verbo), a boa prosa espontânea com um quê de *naif* de Állex Leilla, aos quais se somam a edição comemorativa, ampliada e revista, de *Zero* (Global), de Ignácio de Loyola Brandão, e *A noite de mil olhos* (Nova Fronteira), de Flávio Moreira da Costa, um dos poucos que cada vez escreve melhor com esta reedição, revista, de um livro de 1984, *Os mortos estão vivos*.

Entre as reedições, *Memórias de um sargento de milícias* (Cidade Viva), de Manuel Antonio de Almeida, versão bilíngue (português/inglês) com ilustrações de Luiz Aquila, *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (Penguin/Companhia das Letras), de Lima Barreto, *Usina* (José Olympio), *Pedra bonita* (José Olympio) e *Cangaceiros* (José Olympio), de José Lins do Rego, *Cacau* (Companhia das Letras), de Jorge Amado, *O sal da terra* (Letra Selvagem), de Caio Porfírio Carneiro, *Matéria de memória* (Alfaguara) e *A tarde da sua ausência* (Alfaguara), de Carlos Heitor Cony, *Videiras de cristal* (L&PM), de Luiz Antonio de Assis Brasil, *A sensação de setembro: opereta tropical* (Global) e *Entre sem bater* (Global), de Marcos Rey, *Avante, soldados: para trás* (Leya), de Deonísio da Silva, *Verão no aquário* (Companhia das Letras), de Lygia Fagundes Telles, em edição revista, *Cascalho* (Assembleia Legislativa do Estado da Bahia), de Herberto Sales (este, em 2009), *Catatau* (Iluminuras), de Paulo Leminski, em terceira edição, e os três quase-romances de Manoel Carlos Karam, ficcionista ainda bem pouco lido e estudado frente a sua inequívoca importância: *Cebola*, prêmio Cruz e Sousa em 1995, *Fontes murmurantes* e *O impostor no baile de máscaras* (todos pelas Edições Kafka).

No conto, em sentido decrescente de exposição na mídia, *O mau vidraceiro* (Globo), de Nuno Ramos, *Anônimos* (Rocco), de Silviano Santiago, *Linguagem de sinais* (Companhia das Letras), de Luiz Schwarcz, *Amanhã. Com sorvete!* (7Letras), de Assionara Souza, *Aconselho-te crueldade* (Nankin/Funalfa), de Fernando Fiorese, *Minda-Au* (Record), de Marcio Renato dos Santos, *Rasteira no campo de caniços: o delírio dos galos enforcados* (7Letras), de Narjara Medeiros, *Uma fome* (Record), de Leandro Sarmatz, *Um bater surdo de monjolo ao longe* (Calibán), de Ronaldo Menegaz, *Cada dia sobre a terra* (EPP Publicações e Publicidade), de Marcus Vinícius Rodrigues, *O professor de piano* (7Letras), de Rinaldo de Fernandes, *Alguém para amar no fim de semana* (Annablume), de Luiz Roberto Guedes, *O portão dourado* (Nephelibata), de Jacob Klintowitz, *Diálogos* (Calibán), de Patricia Tenório, *Jacarandás em flor* (José Olympio), de Maria Christina Lins do Rego Veras, *Dicionário de silêncios* (Língua Geral), de Luiz Arraes. Mais as reedições de *O desterro dos mortos* (Via Litterarum), de Aleilton Fonseca, *Ela e outras mulheres* (Nova Fronteira), de Rubem Fonseca, *A disciplina do amor* (Companhia das Letras), de Lygia Fagundes Telles, misto de ficção e memórias, *Papéis avulsos* (Penguin/Companhia das Letras), de Machado de Assis, e *Os limites do impossível: contos gardelianos* (Ardotempo), de Aldyr Garcia Schlee, do final de 2009 e não registrado nos levantamentos anteriores.

E várias antologias, sempre as antologias – *Ary Quintella: melhores contos* (Global), organização de Monica Rector, *Contos completos* (Companhia das Letras), de Lima Barreto, organização de Lilia Moritz Schwarcz, *Um míope no zoo e outros contos* (UFMG), de Ildeu Brandão, organização de Jaime Prado Gouvêa, *Metamorfoses* (Companhia das Letras), de Ana Miranda, Ricardo Azevedo, Angela Lago e Heloisa Seixas, organização de Heloisa Prieto, *Contos de amor e desamor* (Agir), organização de Flávio Moreira da Costa, *Tapete: trama de sentidos* (Território das Artes), organização de Gelson Balbueno, coordenação de Liana Timm, reunião de contistas de vários calibres e origens, a exemplo de Cintia Moscovich, Jacob Klintowitz, Martha Medeiros, Renato Rosa e Ruy Carlos Ostermann, entre outros, *Novela e contos* (Confraria dos Bibliófilos do Brasil), de Otto Lara Resende, e *Crime mais que perfeito e outros contos* (Confraria dos Bibliófilos do Brasil), de Luiz Lopes Coelho, jóias gráficas, a primeira ilustrada por Luiz Ventura, a segunda, por Mozart Couto, e, por fim, *Além do ponto e outros contos* (Ática), de Caio

Fernando Abreu, organização de Luís Augusto Fischer, coletânea publicada em 2009 e reimpressa em 2010.

A crônica não raro liga-se estreitamente ao conto, todavia, neste momento, menos do que se espera: *Caminhos de bicicleta* (Miró Editorial), de Raquel Naveira, *Cala a boca e me beija* (Record), de Alcione Araújo, *Crônicas para ler na escola* (Objetiva), de Ruy Castro, *Velórios inusitados* (Sá), de Mário Marinho, *O jeitinho americano* (Realejo), do brasilianista Matthew Shirts, *Meio intelectual, meio de esquerda* (Editora 34), de Antonio Prata, *Cápsulas dos dias* (Kelps), de Edmar Guimarães (datado de 2009), *Política: quem manda, por que manda, como manda* (Objetiva), de João Ubaldo Ribeiro, em edição revista e ampliada, e alguns clássicos do gênero, tais como *O Rio de Joaquim Manuel de Macedo: jornalismo e literatura no século XIX – antologia de crônicas* (Casa da Palavra), organização de Michelle Strzoda, *Lima Barreto versus Coelho Netto: um Fla-Flu literário* (Difel), organização de Mauro Rosso, *Álvaro Moreyra: melhores crônicas* (Global), organização de Mario Moreyra, *Marcos Rey: melhores crônicas* (Global), organização de Anna Maria Martins, e a reedição de *O não me deixes: suas histórias e sua cozinha* (José Olympio), de Rachel de Queiroz.

Com isso, podemos avançar no território da crônica autobiográfica, com *Memórias de um historiador de domingo* (Companhia das Letras), de Boris Fausto, *Uma história à margem* (7Letras), de Chacal, *Minha guerra alheia* (Record), de Marina Colasanti, *O pai, a mãe e a filha* (Ouro Sobre Azul), de Ana Luisa Escorel, *Além do feijão com arroz* (Civilização Brasileira), de Maílson da Nóbrega com a colaboração de Louise Z. Sottomaior e Josué Leonel, *De menino a homem: de mais de trinta e de quarenta, de sessenta e mais anos* (Global), de Gilberto Freyre, e às novas edições de *Diário do hospício e cemitério dos vivos* (Cosac Naify), de Lima Barreto, organização de Augusto Massi e Murilo Marcondes de Moura, e *Tantos anos* (José Olympio), de Rachel de Queiroz e Maria Luiza de Queiroz. Este parágrafo pode ainda comportar *As Melhores entrevistas do* Rascunho (Arquipélago), organização de Luís Henrique Pellanda, *Câmara Cascudo e Mário de Andrade: cartas, 1924-1944* (Global), organização de Marcos Antonio de Moraes, bem como a segunda edição de *Aí vai meu coração: as cartas de Tarsila do Amaral e Anna Maria Martins para Luís Martins* (Global), organização de Ana Luísa Martins, e os perfis biográficos de Flausino Vale em *Uma extraordinária revelação de arte* (Annablume), de Camila Frésca, *João Tarcísio Bueno:*

o herói de Abetaia (G. Ermakoff), de Alexei Bueno, *Ruth Cardoso: fragmentos de uma vida* (Globo), de Ignácio de Loyola Brandão, *Theodoro Sampaio: nos sertões e nas cidades* (Odebrecht/Versal), de Ademir Pereira dos Santos, *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro* (Companhia das Letras), de João José Reis, Flávio dos Santos Gomes, Marcus J. M. de Carvalho, *Cego Aderaldo* (Edições Demócrito Rocha), de Cláudio Portella, *Rachel de Queiroz: a senhora do Não Me Deixes* (ABL), de Edmílson Caminha, *Cruz e Sousa, o poeta alforriado* (Garamond), de Godofredo de Oliveira Neto, *Nássara passado a limpo* (José Olympio), de Carlos Didier, crônica de vida e obra do músico e caricaturista, enredo constelado em pequenos *flashes* que por vezes tocam (sobretudo ao final do livro) as fímbrias de uma narrativa de memórias, *João do Rio: vida, paixão e obra* (Civilização Brasileira), de João Carlos Rodrigues, segundo o autor, nova edição reescrita "em mais da metade", e *Jacinta Passos: coração militante – poesia, prosa, biografia, fortuna crítica* (Edufba/Corrupio), organização de Janaína Amado, misto de ensaio crítico-biográfico e reunião de obra, ânimo que preside também a coleção Ciranda da Poesia, dirigida por Ítalo Moriconi na Eduerj, com *Antonio Cicero* por Alberto Pucheu, *Carlito Azevedo* por Susana Scramim, *Chacal* por Fernanda Medeiros, *Claudia Roquette-Pinto* por Paulo Henriques Britto, *Guilherme Zarvos* por Renato Rezende, *Leonardo Fróes* por Angela Melim, e *Sebastião Uchoa Leite* por Franklin Alves Dassie.

E aqui o território já é outro – o da crítica literária propriamente dita, com *Memórias de um leitor de poesia & outros ensaios* (Topbooks/ABL), de Antonio Carlos Secchin que, depois de Fausto Cunha, sem dúvida é nosso melhor crítico de poesia, *Entre reescritas e esboços* (Topbooks), de Júlio Castañon Guimarães, *Navette literária França-Brasil: a crítica de Roger Bastide* (Edusp), de Gloria Carneiro do Amaral, em dois volumes, *Esta poesia e mais outra: crítica literária* (Topbooks), de Felipe Fortuna, *Luiz Costa Lima: uma obra em questão* (Garamond), organização de Dau Bastos, *Signâncias: reflexões sobre Haroldo de Campos* (Risco Editorial), organização de André Dick, *Graciliano Ramos e a novidade* (Hedra), de Ieda Lebensztayn, *Favor e melancolia: estudo sobre* A Menina Morta *de Cornélio Penna* (Nankin/Edusp), de Simone Rossinetti Rufinoni, *Estátuas invisíveis: experiências do espaço público na ficção de Clarice Lispector* (Nankin/Edusp), de Gilberto Figueiredo Martins, *Cores de Rosa: ensaios sobre Guimarães Rosa* (Ateliê), de Adélia Bezerra de Meneses, *Rimas de ouro*

e sândalo: a presença de Victor Hugo nas crônicas de Machado de Assis (Unesp), de Daniela Mantarro Callipo, *Machado e Rosa: leituras críticas* (Ateliê), de Marli Fantini Scarpelli, *O altar & o trono: dinâmica do poder em* O Alienista (Ateliê), de Ivan Teixeira, *A reinvenção do escritor: literatura e* Mass Media (UFMG), de Sérgio de Sá, *Poética do romantismo: Novalis e o fragmento literário* (Unesp), de Márcio Scheel, *Mímesis e a reflexão contemporânea* (Eduerj), organização de Luiz Costa Lima, *A ética na obra de Eça de Queiroz* (edição do autor), de Pedro Franco, *Antologia da Revista da Academia Brasileira* (ABL), organização de Ubiratan Machado, *José de Alencar: bibliografia dos patronos* (ABL), de Israel Souza Lima, *Itinerário urbano na vida e obra de Samuel Rawet* (Editora da Universidade de Passo Fundo), de Natalia Klidzio, dos mais importantes estudos sobre o autor de *Os sete sonhos*, e *O artifício obsceno* (UEPG), de Miguel Sanches Neto, em segunda edição revista, ensaio sobre o romance *A polaquinha* de Dalton Trevisan, de quem o referido crítico é o intérprete por excelência.

Entre os clássicos, a edição fac-similar – a original é de 1722 – de *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar* (Fundação Biblioteca Nacional), de Manuel de Andrade de Figueiredo, prefácio de Arno Wehling, e as novas edições de *Uma pedra no meio do caminho: biografia de um poema* (Instituto Moreira Salles), de Carlos Drummond de Andrade, ampliação de Eucanaã Ferraz, *História da inteligência brasileira* (UEPG), de Wilson Martins, no conhecido formato em sete volumes, *Gilberto Freyre* (Funarte), orgs. Clarissa Diniz e Gleyce Heitor, coletânea de artigos do autor de *Casa-grande & senzala*, *A desejada fé: mysterium fidei* (ABL) e *Balmaceda* (ABL/Cosac Naify), de Joaquim Nabuco, *Selecta clássica* (ABL), de João Ribeiro, e os cinco livros de Antonio Candido, *O albatroz e o chinês* (ABL/Ouro Sobre Azul), em edição ampliada, *Iniciação à literatura brasileira* (ABL/Ouro Sobre Azul), *Literatura e sociedade* (ABL/Ouro Sobre Azul), *O Discurso e a cidade* (ABL/Ouro Sobre Azul), e *Os parceiros do Rio Bonito* (Ouro Sobre Azul), com o qual avançamos no vasto território dos estudos brasileiros.

São de fato numerosos os estudos de sociologia, história, música, cinema e alguns de ânimo filosófico e até político: *Ensaios filosóficos* (WMF Martins Fontes), de Benedito Nunes, organização de Victor Sales Pinheiro, *Livro ou livro-me – os escritos babilônicos de Hélio Oiticica: 1971-1978* (Eduerj), de Frederico Coelho, *E livre seja este infortúnio* (Azougue), de Francisco Bosco, *A aventura surrealista: cronologia do*

surrealismo (primeira parte, tomo 2) (Edusp), de Sergio Lima, *Em torno de Marx* (Boitempo), de Leandro Konder, *Giorgio Agamben: poesia, filosofia, crítica* (Azougue/Faperj), de Alberto Pucheu, *Benjaminianas: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo* (Unesp), de Olgária Chain Féres Matos, *Introdução à história da filosofia 2: as escolas helenísticas* (Companhia das Letras), de Marilena Chauí, *Os Jesuítas e a música no Brasil colonial* (Unicamp), de Marcos Holler, *Canção popular no Brasil* (Civilização Brasileira), de Santuza Cambraia Naves, *O círculo Veloso-Guerra e Darius Milhaud no Brasil* (Reler), de Manoel Corrêa do Lago, *Inácio Araújo: cinema de boca em boca* (Imprensa Oficial de São Paulo), organização de Juliano Tosi, *No cinema* (Nova Fronteira), de Mário de Andrade, organização de Paulo José da Silva Cunha, *Negros no estúdio do fotógrafo* (Unicamp), de Sandra Sofia Machado Koutsoukos, *Eu, brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado: cultura marginal no Brasil nos anos 60 e 70* (Civilização Brasileira), de Frederico Coelho, *A dona das chaves: uma mulher no comando das cadeias do Rio de Janeiro* (Record), de Julita Lemgruber com Anabela Paiva, *Vultos da República: os melhores perfis políticos da Revista Piauí* (Companhia das Letras), organização de Humberto Werneck, *O lulismo no poder* (Record), de Merval Pereira, *As aventuras da virtude: as ideias republicanas na França do século XVIII* (Companhia das Letras), de Newton Bignotto, *Haskalá – o iluminismo judaico* (Altadena), de Arnaldo Niskier, *Colonos e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre* (Nova Letra Gráfica), de Cidinha da Silva, Dorvalina Elvira P. Fialho, Vera Dayse Barcellos, Zorávia Bettiol e Irene Santos, que coordenou o livro, *Descobrimentos de Capistrano: a história do Brasil "a grandes traços e largas malhas"* (Apicuri/PUC-Rio), de Daniel Mesquita, *A antiguidade da América e a raça primogênita* (UFC), de José de Alencar, organização de Marcelo Peloggio, *Uma breve história do Brasil* (Planeta), de Mary del Priori e Renato Venancio, *Brasil: de Getúlio a Castello 1930-64* (Companhia das Letras), de Thomas E. Skidmore, *História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras – ou como se produzem os imaginários* (L&PM), de Juremir Machado da Silva, *A batalha de Porto Alegre: 3 de outubro de 1930* (Martins Livreiro), de Sinval Medina, *Jerusalém colonial* (Civilização Brasileira), de Ronaldo Vainfas, *1822* (Nova Fronteira), de Laurentino Gomes, *De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do Império* (Edusp), de André Rosemberg, *Algaravia: discursos de nação* (Ufsc), de Raúl Antelo, já em segunda edição, e a reedição de *Brasil: é muita história* (Leya), de Eduardo Bueno.

Em estantes tangenciais às seções anteriormente indicadas, *Tratado de versificação* (Annablume), de Glauco Mattoso, a nova edição de *Tradições clássicas da Língua Portuguesa* (ABL), de Pe. Pedro Adrião, e *Dicionário de expressões populares da Língua Portuguesa* (Martins Fontes), de João Gomes da Silveira, bem como em campo específico de jornalismo, as coletâneas *Rato de redação: homenagem a Tarso de Castro, um jornalista brasileiro* (Imed/Passografic), organização de Mauro Gaglietti, Aline do Carmo, Olmiro Schaeffer, e *Blogosfera* (Calibán), de Homero Fonseca. Em teatro, são miúdas as edições, a exemplo de *Mônica Scopetta: comédia canibal, A cooperativa do manicômio, Ulisses no país das maravilhas* e *Milkshakespeare* (edição do autor), quatro peças de Júlio Zanotta Vieira, mas há o tão esperado *Teatro infantil completo* (Nova Aguilar), de Maria Clara Machado, organização de Luiz Raul Machado, e a primeira edição em livro da opereta *A noiva do condutor* (Terceiro Nome), de Noel Rosa.

Meio editorialmente forte é o das edições sobre arte e arquitetura, difícil porém acompanhar o ritmo acelerado de lançamentos com tantas novas editoras cujo padrão gráfico se consolidou na última década, produção que, por motivos diversos, nem sempre alcança seu público: *Arquivo Brasília* (Cosac Naify), de Lina Kim e Michael Wesely, *Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira* (Romano Guerra), organização de Abílio Guerra, *Crítica reunida* (Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro), de Reynaldo Roels Jr., organização de Rosana de Freitas, *A talha ornamental barroca na igreja conventual franciscana de Salvador* (Edusp), de Mozart Alberto Bonazzi da Costa, *Athos Bulcão, Burle Marx, Lucio Costa, Oscar Niemeyer: os criadores* (Multicultural Arte e Criação), de Carlos Marcelo, Graça Ramos, Ligia Cademartori e Sérgio de Sá, *Lixo extraordinário* (G. Ermakoff), de Vik Muniz e Alexei Bueno, *Boris Kossoy fotógrafo* (Imprensa Oficial/Pinacoteca/Cosac Naify), *Anos 80: embates de uma geração* (Francisco Alves), de Ligia Canongia, *Maria com Marcel: Duchamp nos trópicos* (UFMG), de Raúl Antelo, *O corpo da liberdade: reflexões sobre a pintura do século 19* (Cosac Naify), de Jorge Coli, uma lista que não termina assim tão breve mas que podemos fechar com uma das publicações mais importantes do ano, *Preciosas coisas vãs fundamentais* (Bei/IAC), de Sergio Camargo, organização de Maria Camargo e Iole de Freitas, miscelânea de anotações de um dos maiores escultores brasileiros do século XX.

Poesia

Sergio Luiz Moreira

Carioca, engenheiro elétrico. Publicou os seguintes livros de poesia: *Escape* (1984); *A árvore amorosa* (1996); *Trilhas urbanas* (1998); *Quintal do tempo* (2009); *Safra e entressafra* (2010) – prêmio Jorge de Lima da UBE. No mesmo gênero, estão no prelo *Costurando nuvens* e *West Side*.

Rumores de asas

Sob o foco de luz de um verso antigo,
palavras são insetos cintilantes
fugindo ao comodismo das estantes,
fingindo abandonar o próprio livro.

Vejo as palavras livres, ao abrigo
desses remotos brilhos viajantes.
O passado tem lá os seus rompantes
de poeta a um só tempo amargo e amigo.

Onde irá a poesia, quando forem
as palavras pousando já cansadas
e foco algum de luz, memória ou nada

puder reavivar os seus fulgores?
Onde está a poesia, além de estar
esvoaçando aqui em meu olhar?

Porta chuva

Esta chuva caindo, não se sabe
se é para envelhecer a pitangueira
com o branco das flores, não se sabe
se é para entristecer a sexta-feira.

Esta chuva, esta porta que não abre
e a manhã de si mesma prisioneira.
A poesia fluindo, não se sabe
se vai de uma fronteira a outra fronteira.

Esta chuva, esta sombra derramada
sobre coisas precárias como nós,
tornando mudo o canto, muda a voz.

E tudo mudo, resta à chuva o nada
para cantar ou não o seu dilema
de entristecer sozinha no poema.

O hospedeiro

Nas pipas empinadas
mora o subúrbio.

Nas mangueiras carregadas
no fundo dos quintais
mora o subúrbio.

Nos paralelepípedos
das vilas acanhadas
mora o subúrbio.

Nas peladas de rua
nos olhos amendoados
das namoradas
mora o subúrbio.

Nos sons
nos cheiros vivos
das coisas inacabadas
o subúrbio mora
em mim
e dói
de tão calado.

Nas entrerrimas

Procurar uma rima para amor
dentre todas as rimas tão vulgares,
tão vivas. Flor de ritmos estrelares
e faiscante cor, crescente amor.

Lua, luar, nudez de todo amor,
este ar que falta agora ou outros ares
e mares e marés, dragões solares
subindo pela espinha, ardor de amor.

Também ardil e dor, clima e anticlima,
sabor de fim de festa, fim de linha,
outro quebrado andor, morta andorinha.

Procurar um amor para uma rima
e reencontrar, na imagem procurada,
a visão sutilíssima do nada.

Fábrica parada

tudo tão igual
que parece inédito
a mesma temática
o mesmo descrédito

palavras varridas
por um sopro asséptico
o falso equilíbrio
e sentido estético

a falta de estilo
o metro assimétrico
o verbo perdido
o verso patético

e o poeta fora
de prumo poético
como um anjo longe
de seu céu e séquito

Baile de máscaras

Muitas vezes
confuso entre escolher
a pele do cordeiro ou a do lobo.
Afinal, todas as camuflagens
caem como luvas
ou não caem
e dá no mesmo.
Quem vai perceber,

se o baile é de máscaras?
Mascarada,
deixa-me ver teus disfarces
por baixo da máscara!
Deixa-me querer,
não o que transpiras de verdade,
mas o que me inspiras!
Deixa-me transformar-me
numa de tuas fantasias mais secretas
ou nelas todas reunidas!
Repara
como me dou a ti, negando a doação;
como te dás a mim, sem te mostrares;
como nos damos a todos, ocultando-nos.
Deus meu,
quanto me escondo de mim mesmo!
Por que não me esconderia de vós?

Arte de ouro

De manhãzinha
o ouro novo
roubo-o todo
para o canto
vindouro.

Vindo o ouro
venha o verso
que o ilustre e lustre
como um sol
duradouro.

Dourado o ouro
no áureo olho
da poesia
devolvo o roubo
ao nascedouro.

Ver/de virar

Os olhos nunca mais viram balões
nem pipas nem papéis ao vento viram
brinquedos, inocências, liberdades
de vivas cores mortas de saudades.

Os olhos nunca mais viram do avesso
travessos, travestidos de visões
os olhos veem e não e cegos voltam
o tempo para o tempo poder vê-los

se viram verdes, vastos e vadios
estes olhos repletos de horizontes
ou viram cinzas e desolações

outros olhos paupérrimos de sonhos
– meninos nunca mais viram balões
nem virarão nem pipas nem verão.

Poesia

Luiza Nóbrega

Graduada no Direito, mestre em Literatura Brasileira, doutora em Letras Vernáculas / Literatura Portuguesa. Dedicou-se ao estudo dos textos poéticos, especializando-se n'*Os Lusíadas*, sobre o qual publicou o livro *O Canto Molhado* e ensaios em periódicos acadêmicos. É investigadora do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra e do Instituto de Estudos Portugueses da Universidade Nova de Lisboa.

Partida

Os pássaros fechavam suas gargantas
e adormeciam. A Rainha cruel
obrigava-me a jogar.

– Tenho sono – implorei –
deixa-me dormir!

Mas ela não consentiu
e jogamos até o amanhecer

Ainda que pareça obscuro
eu creio que minha morte
decidiu-se naquela partida.

Eu e os bichos

Imito a abelha:
ela no mel,
eu no pincel.

E a borboleta:
Ela nas flores
e eu nos horrores.

Depois o cão:
ele no osso,
eu no almoço.

E o elefante:
Desengonçado,
mas triunfante.

Só não o bichano:
bicho tranquilo.
Como segui-lo?

Nem o escorpião:
bicho inclemente
e eu displicente.

Tartaruga

Encontrei a tartaruga
cujo projeto era a fuga.

I. Laura

Laura era aquela que morava num sobrado.
Seu pai tinha o peito levantado do soldado,
a mãe tinha o ar sério e desconfiado,
os irmãos andavam não de frente mas de lado.
Vocês se lembram? A Madre Inês Alcoforado
dizia: – com essa há que se ter muito cuidado.

Destino

Vês essas éguas mansas
que pastam no ermo?
Tu te assemelhas a elas.
Transformei tuas mãos
em aves, em velas.

Teceste teu pano,
fizeste um engano.
Deixa partirem as aves,
acende as velas.
São de fogo as estrelas.
Tuas mãos são de águas,
não guardarão nem tuas mágoas.

Nada terás, nada queiras.
Repara nas aranhas fiandeiras.

Nem as tristezas são tuas.
Aceita-te das praias nuas.

Gatos

Os meus dois gatos são filhos da neve,
antiguidades de loja chinesa.
Ligeiros seguem minha mão que escreve
a deslizar sobre a face da mesa.

São brancos e graúdos como lebres,
rosas nas patas, ouvidos, focinhos.
Na alta noite são tangidos por febres
e saltam sobre um chão cheio de espinhos.

Os gatos sonham, têm pesadelos
de peixes, pombos, ratos, cães, novelos
e de outras eras desaparecidas

que eles trazem na ancestral memória
e esfregam, como seus troféus de glória,
em longas e fleumáticas lambidas.

Queda

Foi uma flor soberba, triunfante.
Ao chão lançou solitário desprezo.
O desdém – *rouge* em seu frio semblante –
cintilava como um palácio aceso.

Ai! Que das rosas trágico é o destino,
tão presunçosas mas tão indefesas!
Seu rico veludo, seu traje tão fino,
despedaçado sobre chãos e mesas!

Culpa do vento, do inverno, das feras,
das mãos humanas, tensas e ansiosas,
que tudo trama a desgraça das rosas.

Breves se vão ruidosas primaveras
e a rubra febre jaz na pedra dura.
Assim tombou a flor de sua altura.

Vexame

Olhem só o vexame.
Reparem – que horror!
Era o palco da vida
e ela escorregou.

Convidada para a festa
tropeçou à partida
e bateu com a testa
na soleira da vida.

Essa moça sem regras
hoje anda em apuros.
Sua vida é um barco
todo cheio de furos.

De vexame em vexame
despencou do degrau
e foi ter com os cães
num fundo de quintal.
Au! Au! Au! Au! Au!

Mascarada

Mamãe – quero um casaco cor de sangue
rasgado em seda pura cintilante.
Papai – quero um vestido cor de treva
igual à que meu peito leva
igual à que meu peito leva.

Mamãe – eu vou virar velocidade.
Papai – ninguém vai me encontrar
Em nenhum ponto da cidade.

Do jeito como ando não é possível
só há uma saída
é virar invisível.

A noite é tão escura
a rua é tão deserta
a dor não tem mais cura
a solidão me aperta.

Eu ando bem vestida
eu ando perfumada
não sou reconhecida
só saio mascarada.

A noite me estimula
a treva me resguarda
eu mudo de figura
meu brilho se propaga.

Mamãe – quero um casaco cor de sangue
rasgado em seda pura cintilante.
Papai – quero um vestido cor de treva
igual à que meu peito leva
igual à que meu peito leva.

Tarde à *flâneur*

Ao cabo de alongado período ausente
retorno à livraria que frequentei
quando levava vida mais conveniente
e sento-me à poltrona onde muito sentei.

Mas cá não venho – como outrora – comprar livros.
Sequer suspeitara-me aqui neste momento.
Como, porém, sobraram-me duas horas livres,
achei por bem vir transcorrê-las a contento.

Rapazes de óculos, cavalheiros de terno –
malgrado a crise, persiste um movimento.
À poltrona onde sento vem-me o sentimento
de regressar – enfim – duma *saison* no inferno.

Quem dera eu fosse uma escritora de fama
como essas que há por aí – ai! Quem dera!
Mesmo que dos cafés noturnos *gauche* dama
aureolada em mistério – isto é que era!

Que se deu com a minha vida afinal –
foi destino ou desleixo? Recusa ou mau jeito?
Onde os leitores curadores do meu mal?
Ai! Hoje por força ponho isso direito!

Sento-me à poltrona e folheio *Orpheu* –
Pessoa, Almada, Campos e o Sá-Carneiro.
Um tipo ao lado confere o que escolheu
e com a outra mão deita a cinza ao cinzeiro.

Salta-me à página em torpor e *frisson*
um do *Esfinge Gorda* composto em Paris.
É o *Cinco Horas* – um poema muito bom
que sabe à menta e tem o traço dos croquis.

Sá-Carneiro eu fosse, comporia um poema
como os escritos pelo órfico em Paris.
Ai! Que esta vida hoje sai-me um pouco ao gris
e era o mesmo estar aqui ou num cinema.

Fosse eu ao menos alguém que se reconhece,
um mito qualquer – específico prodígio!
Se uma dessas coisas quaisquer eu tivesse
que nos conferem admiração e prestígio!

Ai! Que a vida hoje sabe-me a tabaco louro
estou quase que peço a taça com anis...
E isto não é – bem sei – Lisboa nem Paris,
mas tenho cá a *Dispersão* e *Indícios de Ouro*.

Há lançamentos na estante ao lado –
Baudelaire por Benjamin agora é o que se lê.
Em pé Rimbaud retraduzido e perfilado
apanho e abro – salta o *Elle est retrouvée*.

Enfim! Viva esta vida sem rumo ou meta,
fiar o tempo de janeiro a janeiro.
Sou um arqueiro a quem se partiu a seta,
sou a seta lançada de um sumido arqueiro.

E viva afinal essa saga dos poetas
que as horas sem emprego têm por suas.
Gente de bordo – filósofos com canetas –
perambulando em labirintos de ruas.

Ai! Que esta jornada à *flâneur* sai-me a cinema,
a um fingimento qualquer de poema
do *Esfinge Gorda* nos cafés de Paris –
onde mesmo à deriva alguém se acha feliz.

Mas fosse eu alguém assim – com uma face
reconhecida e já de todo aceita –
se consentida imagem eu aparentasse
de modo a transitar – permitida e insuspeita –

aí, sim, é que a coisa ia valer a pena!
Escrever textos cinquenta vezes cinquenta,
até exasperar completamente a pena
e então dizer – vamos à taça com menta!

Pois dizem ser assim a vida – um mal sem cura,
que se recomenda aturar com apatia.
Seja lá como for, salve a literatura,
em quem sempre se pode achar companhia.

Tarde interposta em temporada à *flâneur* –
acha-se o que fazer até mesmo no inferno! –
Como se andasse a esmo num dia qualquer,
ou estivesse outra vez em Lisboa no inverno.

E viva afinal este *intermezzo* ao acaso,
passado com *Orpheu*, Baudelaire e Rimbaud.
E viva esta antecipação ou atraso
que me fez à cabeça um certo torpor.

Horas com Mário, Pessoa, Almada, Baudelaire
e o voraz Rimbaud – na livraria ao ocaso,
em tarde que sabe a estadia *en enfer* –
eles lá e eu aqui. Faz sentido? Vem ao caso?

Asas

Ses ailes de géant l'empêchent de marcher

Podei as asas –
era preciso.
Perdi altura,
ganhei juízo.

Boa notícia –
planeta anão.
Adeus espaços,
bom dia chão.

Notícia boa –
podei as asas.
Voo mais baixo,
caibo nas casas.

Aparo as asas –
estavam enormes!
Que vale tê-las,
mas não disformes.

Estão mais leves,
mais diminutas,
mais cautelosas,
menos abruptas.

Menos agudas,
mais contornadas,
menos pontudas,
mais disfarçadas.

Estão mais firmes,
mais aprumadas.
São uns bons remos
para as calçadas.

Podei as asas
como os cabelos,
que embaraçados
melhor não tê-los.

Licença, pois –
tripulação.
Adeus espaços,
sem proporção.

Adeus risadas –
povo do chão.
Já não vos sirvo
de distração.

Podei as asas –
melhor assim.
No chão não posso
voar... enfim...

Antes as asas
do papagaio
que as de Ícaro –
assim não caio.

No chão as asas
não servem bem.
Um pé bem firme
melhor convém.

Podei as asas
(estavam imensas),
melhor não tê-las
que tê-las pensas.

Mas é preciso
que deixe claro:
ainda sou
um bicho raro.

Cuidado ó vós –
povo da linha.
Fui albatroz,
não sou galinha.

Podei as asas
por precaução.
Adeus – alturas,
bom dia – chão.

Dilema

Porque eu era labirinto
comigo me desavim
e hoje quando me sinto
sou posto em todo perigo
não posso viver comigo
nem posso fugir de mim
mal sem meio e mal sem fim
perdi-me dentro de mim.

Nô mais

Nô mais, musa, nô mais, que a língua tenho
desidratada e seca de estertores
e rouco me falece todo engenho.
Como trovas entre tantos horrores?

Albano Martins

As escarpas do dia

Albano Martins

Nasceu em 1930 na aldeia do Telhado, concelho do Fundão, província da Beira Baixa, Portugal. Licenciado em Filologia Clássica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exerce, desde 1994, funções docentes na Universidade Fernando Pessoa, do Porto.

Poeta, é autor duma vasta obra, três vezes reunida em volume, a primeira com o título de *Vocação do silêncio* (Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1990), com prefácio de Eduardo Lourenço; a segunda, intitulada *Assim são as algas* (Campo das Letras, Porto, 2000), e a terceira em 2010, na passagem dos seus 60 de poesia, com o título de *As escarpas do dia* e prefácio de Vítor Aguiar e Silva (Edições Afrontamento, Porto, 2010).

Além de poeta, é também tradutor de poetas – latinos, gregos do período clássico, espanhóis, italianos e sul-americanos. Dentre eles salientam-se: Giacomo Leopardi, Rafael Alberti, Nicolás Guillén, Roberto Juarroz, Pablo Neruda. A tradução de *Canto general*, do último dos referidos poetas, valeu-lhe, em 1999, o Grande Prémio de Tradução A. P. T. / Pen Clube Português. Graças às suas traduções de diversas obras (sete, no total) do mesmo poeta, o governo do Chile conferiu-lhe, em 2004, a Ordem de Mérito Docente e Cultural Gabriela Mistral, no grau de Grande Oficial. Em 2008, foi agraciado pelo Presidente da

República Portuguesa com a Ordem do Infante D. Henrique, também no grau de Grande Oficial. Em 2000, assinalando a passagem dos seus cinquenta anos de vida literária, a Universidade São Marcos, de S. Paulo, conferiu-lhe o título de doutor *honoris causa*, tendo, na mesma ocasião, a Unimarco Editora lançado uma sua *Antologia poética*, com prefácio de Carlos Vechi e organização de Álvaro Cardoso Gomes. Com o título de *Ofício e morada*, organização e prefácio do último dos referidos professores, uma outra antologia da sua poesia está sendo publicada no Brasil por Letras Contemporâneas – Oficina Editorial Ltda.

É estreita a relação de Albano Martins com o Brasil. A "descoberta" deste país, em 1995, impulsionou-o à escrita de dois livros que atestam o grau de sedução provocado pelo seu encontro com a realidade geográfica brasileira e as suas gentes: *A voz do chorinho ou os apelos da memória* e *Poemas do retorno*. A sua obra tem, aliás, despertado a atenção e o interesse dos meios universitários brasileiros, traduzidos, essa atenção e esse interesse, em dissertações de mestrado e de doutoramento defendidas, desde os anos noventa do século passado, em universidades do Rio de Janeiro.

A crítica portuguesa autorizada de há muito considera Albano Martins um dos mais importantes poetas portugueses contemporâneos. Dentre os que ao estudo da sua obra se têm dedicado citam-se: Eduardo Lourenço, Eduardo Prado Coelho, Fernando Guimarães, Fernando J. B. Martinho, Maria Lúcia Lepecki, António Ramos Rosa, Luís Adriano Carlos, Eugénio Lisboa, Urbano Tavares Rodrigues, Álvaro Manuel Machado, Manuel Frias Martins, Maria João Reynaud, Salvato Trigo, Carlos Reis, Maria Bernardette Capelo-Pereira, Annabela Rita, Fernando Castro Branco, Vítor Aguiar e Silva e outros. É deste último, prestigiado professor e notável ensaísta, a seguinte afirmação: "A voz poética de Albano Martins é talvez a mais bela, a mais depurada e sutil expressão do modo elegíaco na poesia portuguesa da segunda metade do século XX". E, sobre o caráter da obra, assim se exprime Eugénio Lisboa: "Estou a sugerir – e não timidamente – que Albano Martins é um grande poeta mas não um "homem de letras". Culto como poucos, com uma sólida formação clássica, leitor inteligente e intenso, Albano Martins "salva-se de uma certa 'literatura' que vive de 'literatura', se ocupa de 'literatura' e se destina à 'literatura'. (...) o fazer poético deste singular poeta que é, não por acaso, e em convergência com a vida, um prodigioso *fabbro*".

Espaço disponível

Deito-me no teu corpo
como se fosses
a minha última cama
no meu quarto de hóspede dos dias.

Deito-me e velo
a criança lúcida
que dorme reclinada
na orla marítima do silêncio.

Ali onde o tempo
se anula e renova
na substância palpável
dum gesto ou dum olhar
colhidos sobre a água
construo a minha casa,
habito o espaço inteiro
disponível para a vida,
necessário para a morte.

Barcos é que Somos

A teu lado viajo.
Contigo navego.
Remos são as palavras
que te digo e escrevo.

Âncoras de ternura
com elas compomos
e mastros de espuma.

Barcos é que somos.

Ipê roxo

Ipê roxo,
disseste. E foi
como se o dia,
álamo azul,
se constelasse.

Rosalia

Rosa lírica dos
jardins
da Galiza. Em tua
garganta cantam
verdes rouxinóis, a flor
do verde pino, as ondas
do mar de Vigo.
Canta,
enamorado,
um trovador
antigo.

Cantigas de amor,
cantigas de amigo.

Geografia

Pertenço a esta
geografia, ao lume branco
da resina, ao gume
do arado. A minha casa
é esta: um leito
de estevas e uma rosa
de caruma abrindo
no teto do orvalho.

As palavras em trânsito

Resvalas neste sopro.
Sabes
que tens o olhar ferido
desde sempre, que o incêndio
das palavras em trânsito celebra
prescritas sílabas, ancorados
ritos, desprevenidos
equinócios.
Dantes,
havia um mar crispado
na fissura dos lábios. Hoje, apenas
algumas gotas de sal.

O mesmo nome

Cabem ali
todos os indícios. De nenhuma
casa, nem mesmo
dos seus alpendres, te consideras
dono e senhor. E,
por mais que escrevas,
escreverás sempre
o mesmo nome.

Visitação

Quando a porta se abriu,
perguntaste quem era.

Não se pergunta ao amor
que nome tem.

Insônia

Perguntarás aos peixes
como se dorme
de olhos abertos. Porque o sono
dos vivos é um fosso
de víboras
insones. E precisas
por isso
de estar atento. De dormir
acordado.

Delfos

Entrarás em Delfos pela porta
secreta – a da serpente. É esse,
e não outro, o caminho
para o templo. Junto
à pedra
da ara colherás
o ouro exausto
do tempo e o sangue
inútil dos sacrifícios. E
saberás que amor
e morte são
a outra face do mito.

Epidauro 2

Pinheiros
à volta. Às vezes
cai no chão
uma pinha
e o silêncio aplaude.

Quase marinha

Desta luz, mais branca
do que o branco – ou
do que o leite, como diria Safo –,
o que pode dizer-se
é isto: um dia
o céu
acordou sem nuvens e a linha
do horizonte, de tão fresca
e tão nítida
e tão próxima, era o parapeito
onde a infância vivia
debruçada. E era
ali que o voo
das gaivotas começava.

Uma cidade

Uma cidade pode ser
apenas um rio, uma torre, uma rua
com varandas de sal e gerânios
de espuma. Pode
ser apenas um cacho
de uvas numa garrafa, uma bandeira
azul e branca, um cavalo
de crinas de algodão, esporas
de água e flancos
de granito.
Uma cidade
pode ser o nome
dum país, dum cais, um porto, um barco
de andorinhas e gaivotas
ancoradas
na areia. E pode
ser
um arco-íris à janela, um manjerico
de sol, um beijo
de magnólias
ao crepúsculo, um balão
aceso
numa noite de junho.

Uma cidade pode ser
um coração,
um punho.

Ao grilo não digas

Ao grilo
não digas:
não cantes! Porque
onde um grilo
canta canta
o verão, cantam
as espigas.

Assim será. Ninguém
virá depois
recolher os ecos, acordar
os sons da flauta
estrangulada. As portas
estarão fechadas mesmo
para o silêncio.

João do Rio

João Ameal

João Francisco de Barbosa Azevedo de Sande Aires de Campos, conhecido com o pseudônimo literário *João Ameal*, (1902-1982) foi jornalista, escritor político, e historiador português.

Foi como se, repentinamente, para além das distâncias e das ondas, agonizasse, num aniquilamento brusco, um último farrapo lusíada... Foi como se, numa catástrofe súbita, desabasse, sob o céu fraterno do Brasil, um belo monumento de Tradição e Devoção Portuguesa.

Fecharam-se os olhos vivos, os olhos inquietos, os vibrantes olhos de João do Rio – para sempre... Aquela alma intensa e poliativa que, de há alguns anos para cá, enchia os jornais, os livros, os magazines, do nome sagrado de Portugal; aquela voz sonora, lírica, entusiasta, que passeava Portugal entre as suas frases-estrelas, como um andor entre flâmulas; aquela sensibilidade admirável que, ainda há tão pouco, arriscou a sua paz para defender os nossos marítimos da Póvoa; João do Rio, um dos últimos crentes, genuflexos na catedral fervorosa da glória portuguesa – desapareceu agora, numa rajada absurda, que para a eternidade apagou a alta labareda febril do seu belo espírito de eleito.

Justamente quando todos nós, emocionados ainda, na palpitação grata dos nossos corações, pensávamos na homenagem a estender

aos pés de João do Rio – como uma certeza da nossa recordação e do nosso apreço – ele foge-nos, evola-se, desaparece, deixando-nos uma enorme dívida, a maior das dívidas!

Que todos, neste momento trágico, em que os nossos nervos se dobram ainda, com a sensação profunda da surpresa que a sua morte instantânea nos produziu – saibamos erguê-lo, aclamá-lo, imortalizá-lo, entre o fervor, aceso das nossas palavras de consagração: não se esvai uma obra – só porque um vulto caiu, no impulso supremo da Fatalidade. A obra de João do Rio fica de pé, acima das contingências e das marés-vivas do Destino, como urna luminosa, sacrossanta obra de piedade, de sacrifício e de beleza!

Mas Paulo Barreto não foi, apenas, o amigo incomparável de Portugal, da sua tradição e da sua gente. – João do Rio foi um escritor ilustre, uma individualidade erguida entre a curiosa literatura carioca do nosso tempo, pujante e auriflamada de seivas.

Desde a penetrante visão das suas novelas até à mordacidade aguda das suas crônicas, desde a eloquência calorosa das suas conferências, onde as frases ganhavam ascensões de labaredas e irradiantes clarões de auréolas doiradas – até ao seu teatro nervoso e sóbrio, queimado da sugestão flagrante da Vida – João do Rio marcou uma personalidade, um temperamento, uma inteligência. O seu estilo de modernista era, como raros, pulsátil e coleante, dúctil a todas as serpentinizações da forma, da cor e do ritmo, latejante como um pulso ardente, opulento como uma tapeçaria birmânica todo incendiado de cor como uma aurora boreal em festa. João do Rio foi um esplêndido sinfonista da prosa – que enchia de fru-frus e de surdinas, carícias felinas e amplitudes alongadas, mistérios de aragens e marulhos de florestas. E, contudo, através da exuberância desse estilo-*caravansérail*, desse estilo arco-íris – João do Rio era um metódico, um equilibrado, cingido na bela disciplina mental das privilegiadas organizações cultas...

Conheci João do Rio, há dois anos. Vi, de frente, o seu sorriso aberto, jovializando-lhe a precoce gravidade da calva, essa calva que hoje, em geral, marca da sua *patine* os grandes artistas-*dilettanti* da Época. João do Rio disse-me algumas frases que se não esquecem. Depois, escreveu-me duas cartas

– quando, como crítico literário do *Diário de Notícias*, comecei a ter ensejo de me referir ao seu nome aureolado. Agora, confesso-o, estava a espera de outra carta – porque ainda há bem pouco, nessa mesma qualidade de cronista dos livros no *Diário de Notícias*, escrevi algumas linhas sobre o *Rosário da ilusão* – a última obra de João do Rio.

É curioso: esse *Rosário da ilusão* pareceu-me traduzir uma atitude desencantada perante a Vida. Por todas as páginas, como tapeçarias de penumbra, havia conceitos dolorosos, velários de descrença, momentos nostálgicos de evocação, de saudade, de ceticismo persistente. Parece que João do Rio previa – e lançava, numa despedida, o seu legado de filosofia crucificada, a filosofia crucificada dos que são, tão cedo como ele, atingidos pelo estigma negro da tragédia...

... Pois eu estava à espera de outra carta de João do Rio. Carta que agora não receberei nunca – porque o artista acabou para sempre de correr o seu belo, altivo, iluminado e inalcançável *Rosário da ilusão*...

Petit Trianon – Doado pelo governo francês em 1923.
Sede da Academia Brasileira de Letras,
Av. Presidente Wilson, 203
Castelo – Rio de Janeiro – RJ

PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

(Fundada em 20 de julho de 1897)

As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da Revista Brasileira, fase III (1895-1899)*, sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da Revista, na Travessa do Ouvidor, n.º 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.*

Cadeira	Patronos	Fundadores	Membros Efetivos
01	Adelino Fontoura	Luís Murat	Ana Maria Machado
02	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Tarcísio Padilha
03	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Carlos Heitor Cony
04	Basílio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
05	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	José Murilo de Carvalho
06	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Cícero Sandroni
07	Castro Alves	Valentim Magalhães	Nelson Pereira dos Santos
08	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Cleonice Serôa da Motta Berardinelli
09	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Alberto da Costa e Silva
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Lêdo Ivo
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Helio Jaguaribe
12	França Júnior	Urbano Duarte	Alfredo Bosi
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Sergio Paulo Rouanet
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Celso Lafer
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Marco Lucchesi
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Lygia Fagundes Telles
17	Hipólito da Costa	Sílvio Romero	Affonso Arinos de Mello Franco
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Antonio Carlos Secchin
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Murilo Melo Filho
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Paulo Coelho
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	Ivo Pitanguy
23	José de Alencar	Machado de Assis	Luiz Paulo Horta
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Sábato Magaldi
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinicios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Eduardo Portella
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Domício Proença Filho
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Geraldo Holanda Cavalcanti
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Nélida Piñon
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Moacyr Scliar
32	Araújo Porto-Alegre	Carlos de Laet	Ariano Suassuna
33	Raul Pompéia	Domício da Gama	Evanildo Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	João Ubaldo Ribeiro
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Candido Mendes de Almeida
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	João de Scantimburgo
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Ivan Junqueira
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	Marco Maciel
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Evaristo de Moraes Filho

Composto em Monotype Centaur 12/16 pt; citações, 10.5/16 pt